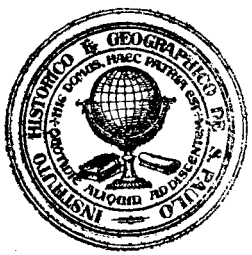
ISSN 0100-2953



Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Fundado em 1.º de novembro de 1894

(Reconhecido de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 59.151, de 26 de agosto de 1966 e pela Lei Estadual 508, de 17 de novembro de 1949)

VOLUME LXXVII

SÃO PAULO
1982

DIRETORIA PARA O TRIÊNIO 1978/1981

Presidente	Dr. José Pedro Leite Cordeiro
1.º Vice-Presidente	Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho
2.º Vice-Presidente	Dr. Pedro Brasil Bandecchi
3.º Vice-Presidente	Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques
1.º Secretário	Prof. Vinício Stein Campos
2.º Secretário	Dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
3.º Secretário	Dr. Geraldo Dutra de Moraes
4.º Secretário	D. Maria Helena Brancante
1.º Tesoureiro	Comendador Joaquim de Lima Fernandes Moreira
2.º Tesoureiro	Prof. Pedro Ferraz do Amaral
1.º Orador	Dr. Mário Savelli
2.º Orador	Pe. Hélio Abranches Viotti
1.º Bibliotecário	Sr. José Leandro de Barros Pimentel
2.º Bibliotecário	Dr. Wilson Maia Fina
Hemerotecário	Sr. Antônio Barreto do Amaral
Diretor do Museu, Arquivo e Documentação	Prof. Álvaro da Veiga Coimbra
Presidente Honorário ..	**Prof. Ernesto de Moraes Leme**

Redação da Revista

1 — Prof. Antenor Romano Barreto
2 — Padre Hélio Abranches Viotti
3 — Prof. José Benedicto Silveira Peixoto
4 — Prof. Vinício Stein Campos
5 — Prof. Pedro Ferraz do Amaral
6 — Dr. Célio Salomão Debes
7 — Dra. Nilva Rogick de Mello

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores.

ÍNDICE

pág.

Diretoria para o Triênio 1978 / 1981 2

Louvação a São Paulo — Mário Savelli 5

Do 23 de Maio que eu vi e vivi — Silveira Peixoto 11

Quarto Centenário da "Viagem a Terra do Brasil" de Jean de Léry — Lycurgo de Castro Santos Filho 17

Titulares do Império do Vale do Paraíba Paulista — Delio Freire dos Santos 28

Anexo 1 — Vale do Paraíba (SP) 41

Anexo 2 — Títulos 43

Anexo 3 — Idade dos Titulares: Agraciamentos e Falecimentos 45

Anexo 4 — Domicílio dos Titulares 46

Guiomar Novais — Uma presença de Artista — José da Veiga Oliveira 47

Emoção e Homenagem — J. Pereira 71

Marliére, Espião de Bonaparte no Brasil — Geraldo Dutra de Moraes 76

Crônicas Saudosas com Colorido de Memórias — Flávio Toledo Piza 80

O Poeta Vicente da Costa Taques — Roberto Machado de Carvalho 90

Presença de Osvald de Andrade — Roberto de Paula Leite 96

Cultura e Humanização — Discurso do Papa João Paulo II 103

Tempo de Medicina e de Ciência no Brasil — Dr. Duílio Crispim Farina 108

Diogo Antônio Feijó — Lúcia de Tomasi 124
Caderno Encadernado do Padre Diogo Antônio Feijó — Dom Martinho Johnson, O.S.B. 125
A Figura de Antônio Bicudo Leme — Licurgo de Castro Santos Filho 143
Bento Gonçalves da Silva — Henrique Oscar Wiederspahn 151
A Sociedade dos Patriarcas Invisíveis e a Revolução Liberal de 1842 — Brasil Bandecchi 199
Os que Partiram — Mário Savelli 204
Atas 217
Relatório — Exercício de 1980 248
Quadro Social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo 257
Conselho do Colar D. Pedro I 268
Conselho da Medalha Alexandre de Gusmão 268
Conselho da Medalha Dom Pedro II 268
Departamentos e Comissões 269
Balancete de 1980 273

LOUVAÇÃO A SÃO PAULO

Mário Savelli

Há quatrocentos e vinte e seis anos, junto à linha do Capricórnio — como prenúncio de uma civilização estuante que irradiaria da linde meridional dos domínios dos trópicos e marco de Fé, chantado não distante da orla do Planalto do Grande Destino — surgiu, mais um milagre da coragem, perspicácia e ardente anélo de servir a Deus, dos homens da Companhia de Jesus, complementado pela ímpar vocação colonizadora lusa: São Paulo dos Campos de Piratininga.

Pouco mais de dois decênios haviam decorridos do início, no lagamar vicentino, da ocupação branca do trato austral da costa brasílica e quatro do desembarque do Padre Leonardo Nunes, vanguardeiro da leva inaciana, e, nas terras altas, não distante dos locais da primeira frustrada experiência fixadora de Martim Afonso e da florescente Santo André da Borda do Campo do enigmático João Ramalho, na humildade de uma cabana — que, prenúncio do destino nobremente múltiplo de São Paulo, foi templo, escola, hospital, oficina e lar — firmava-se a base geográfica de uma tarefa de titãs: realizar em menos de vinte gerações a prodigiosa obra urbanizadora que é o São Paulo hodierno.

Oitenta e seis anos transcorridos do dia solar de nossa cultura em que, no salão nobre da gloriosa Faculdade das arcadas franciscanas, foi instalado, por iniciativa de Antônio de Toledo Piza, Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho e Estevão Leão Bourroul, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, perdura a norma de, na primeira sessão da pauta anual, ser esta douta tribuna

ocupada pelo orador oficial para, relembrando fastos da cidade, reverenciar a memória dos ideadores desta casa de estudos e culto à Pátria e de todos os que, devotadamente, prosseguiram a dignificadora missão por eles proposta e rememorar o evento singelo e santificado pela eucaristia que marca a origem da maior metrópole subequatorial do século XX.

Na reafirmação de nossas expressões de estima e gratidão, desempenho agora esse honroso encargo. E, hoje, faço-o quando, em abordagem que empolga todas as esféras sociais, estuda-se a transferência do centro administrativo e político da infatigável Província Bandeirante.

Não é esta hora de preito festivo aos fundadores da urbe e aos incansáveis artífices de seu empolgante evolver adequada à apresentação de argumentos favoráveis ou contrários aos propósitos mudancistas.

Estou convicto de que, através da integral e imprescindível análise de assunto de tanta relevância, será encontrada, como conclusão de um debate que receba a legitimação democrática, a solução que melhor atenda aos altos interesses nacionais.

Mas, pela correlação de idéias atinentes a tema tão atual, admitidas como razões básicas para transferência, a busca de ambiente tranqüilo para as atividades administrativas, legislativas e judiciárias e, mais do que isso, forma, de dentro de certos limites, sobrestar o desmesurado crescimento populacional que torna macerante o viver na Grande São Paulo, creio devam ser pesquisadas, com o próposito de obviá-las, as causas determinantes desse afluxo asfixiante.

E dessas fixar-me-ei apenas na principal: a posição geográfica de nossa constelação metropolitana. Afiguram-se-me pertinentes as referências a esse assunto nesta tribuna, pois embora a predominância de nossas atividades se inscreva no fascinante campo da História, a Geografia integra o binômio de finalidades desta casa de altos estudos.

Examinemos pois, de relance, alguns elementos fisiográficos da região piratiningana, relacionados com o aspecto da temática urbana que desejo focalizar.

★

A rede hidrográfica é pobre no confronto com a enorme carga populacional. O próprio grande coletor de águas do Planalto Paulistano — o Tietê — é, mesmo em vazões médias, do ponto de vista estritamente fluviométrico, caudal pouco significativo. Situado em altitude onde — sobretudo pelas dificuldades criadas ao transporte — rareiam grandes concentrações humanas, São Paulo possui clima de ritmo tropical, amenizado pela cota elevada,

com incisivas características locais, influenciadas pela topografia do Alto Tietê e relativa proximidade do Oceano. Índices altos de umidade e nebulosidade e apreciáveis precipitações pluviométricas definem-lhe o regime, tornado áspero pela circulação aérea em zona influida pelo encontro de correntes continentais e marítimas no rebordo de um planalto.

Essas características estruturais do mecanismo de nosso clima tornam-no impróprio aos menos robustos e, de frequente, inapto a dissipar pesadas cargas poluidoras. Mas, as alternâncias que apresenta são estímulo ao irradiante "vis" realizador da gente piratininganа, que ofereceu ao Mundo, como paradigma de elã empreendedor, o Bandeirante, intimorato agente da, talvez, maior realização de conquista de terras e riquezas por iniciativa particular que a História da Humanidade registra.

Da frondosa vestimenta arbórea que em remota era devia cobri-lo, e mereceu reflexões do atento Saint-Hilaire, (os "caaguaçus", dos quais mirrado exemplo remanesce em ponto dominante da acidentada topografia — o Parque Siqueira Campos), não muito devia existir quando ao limiar do altiplano chegaram os primeiros colonizadores; pois, a ação destrutiva dos autóctones se lhes antecipou. O processo depauperador prosseguiu e, excluídos remanescentes da antiga floresta subtropical da Cantareira, ralas capoeiras dispersas na planície de inundação testemunham o passado capeamento vegetal. Desnudada e lixiviada, não é feraz a gleba dos velhos Campos de Piratininga. Como vemos, de certo modo, foram medíocres as condições naturais oferecidas ao descomunal desenvolvimento de São Paulo, induzindo Pierre Monbeig (destacado integrante da fúlgida constelação docente inicial da Universidade de São Paulo, que hoje completa 46 anos de criação, pelo inesquecível estadista que foi Armando de Salles Oliveira) a afirmar que "somente uma estirpe de excepcionais lidadores poderia, nesse ambiente, realizar o que realizamos".

Um fator houve, porém, decisivamente favorável: nossa cidade situa-se numa imensa acrópole com referência à rede hidrográfica estelar composta pelos vales que constituiram as diretrizes de conquista da hinterlândia: o do Paraíba, o do Tietê, o do Ribeira, o do Pardo e o do Paranapanema. No dizer de Paulo Prado, São Paulo localiza-se no "centro de uma estrela irradiando em todas as direções do quadrante".

E quando, em ação desenvolvimentista prodigiosa, se considerarmos a conjuntura da época de seu intenso evolver, foi construido o cerne de nosso sistema ferroviário, esses vales indicaram o traçado dos trilhos portadores da prosperidade. Para constituir-se em caule alimentador de toda essa rede dinamizadora da economia paulista, num feito excepcional para a época de realização, por iniciativa do extraordinário Mauá, a linha da "São

Paulo Railway", vencendo o ciclópico óbice constituido pelo desnível de 750 m da muralha atlântica, em 1867, chegava a São Paulo, galgando a Serra do Mar pelo vale do Mogi e transpondo-lhe a crista por uma das raras gargantas conciliantes do alcantil que desde o norte da gleba gaúcha até a Lagoa Feia, na velha e aristocrática província fluminense, alteia-se não distante do mar.

A providencial vizinhança dessa garganta e da que encima o vale do rio Cubatão, bordejando o qual atingiram o Planalto as rodovias que tiveram por pioneiro o Caminho do Mar, e o fato de serem essas depressões de crista de menos difícil transposição fronteiras ao estuário santista, tornando assim curto o percurso entre o cáis oceânico e a metrópole, transmudaram a cidade de São Paulo, como ponto racional no traçado dos caminhos de penetração, na, praticamente, total coletora e distribuidora do imenso acervo de riquezas que o Estado importa ou exporta através de seu único porto em condições de atender às exigências globais do moderno transporte marítimo: Santos. A Capital, transformada pelo imperativo geográfico, como passagem forçada, em nódulo ferroviário — e, posteriormente, rodoviário — tornou-se o centro de comando do comércio de toda a província e sobretudo do café (que chegou a ser em valor a terceira mercância mundial). A Mairinque — Santos, linha de bitola estreita que tem origem próxima à linde da Grande São Paulo, pouquíssimo contribui para o descongestionamento da região paulistana.

Como a rubiácea preciosa permitia poupanças, que demandavam aplicações, estas foram destinadas pela acendrada vocação empresarial paulista a empreendimentos industriais que constituiram o embrião do atual complexo maquinofatureiro de nossa região metropolitana, o *maior do Hemisfério Sul.*

Mas, a posição acentuadamente monopolista, como centro de convergência dos produtos que chegam pelo mar ou dos provenientes para exportação do Interior do Estado e de regiões limítrofes sob influência econômica paulista, transmudou o pacato burgo de estudantes e tropeiros num entreposto de vertiginoso evolver, conduzindo-o às condições angustiantes de hoje, quando, em grau de paroxismo, vivemos a economia do formigueiro.

Há necessidade imperiosa de impedirmos que essa aglomeração continui a adensar-se. E como conseguí-lo?

Esta a sugestão que — estribado na longa experiência vivida como ocupante, numa empresa de Serviços Públicos, de cargos que me colocaram em contato cotidiano com a realidade paulistana e durante um decênio de presidência da Sociedade "Amigos da Cidade", núcleo de servir, que, espontaneamente, oferece cola-

boração às autoridades de todas as esferas, na busca de solução para os problemas que afligem nossa Coletividade — ouso apresentar:

Criar — tão cedo quanto a conjuntura financeira o permita —, no Interior, pelo menos dois pólos de desenvolvimento com saídas para o mar. Um desses núcleos deveria situar-se no vale do Paraíba — o fascinante domínio do "rio do Império" cujo destino é o de, em breve, constituir-se numa Renânia tropical — com modernas ferrovia e rodovia ligando-o ao porto de São Sebastião, adaptado ao comércio múltiplo e intenso. Outro seria localizado a Oeste da Capital de hoje, não distante do centro Geográfico do Estado, devendo também possuir uma saída para o oceano, através de ferrovia e rodovia de elevado padrão técnico que demandem um porto no Litoral Sul, onde, infelizmente, as condições para a construção de vultoso ancoradouro não são as excepcionalmente favoráveis oferecidas por S. Sebastião.

★

Aliviada de seu destino centralizador do movimento comercial e industrial de todo o Estado, S. Paulo passará — creio eu — a crescer em ritmo cadenciado, tornando-se, num processo de sedimentação dos turbilhonados problemas atuais, cidade que ofereça condições mais humanas de viver — o que tem sido a meta obstinada e louvavelmente perseguida por sucessivas administrações públicas.

Ousaria propor aos Confrades ilustres que, oportunamente, considerem a conveniência de, como contribuição de nosso sodalício à urbe querida, numa comemoração objetiva de sua data natal no término de uma década de muitas conquistas, mas de muitas frustradas esperanças, ser esta recomendação submetida aos órgãos públicos competentes. É propositura que independe inteiramente da decisão de transferir-se ou não a Capital; pois, buscando a causa primacial da "desvairada" realidade sócio-econômica paulistana, transcende às finalidades da simples mudança do centro de comando político e administrativo do Estado.

Concluo lembrando que, tendo, como fulcro cívico-sentimental o araxá onde oraram os catecúmenos de Anchieta, decorridas pouco mais de quatro centúrias do dia da Santa Missa inaugural, aglomeram-se, agora, na área metropolitana doze e meio milhões de almas.

Eram menos de cinquenta mil quando, há 113 anos, a cidade branca e tranquila, ainda toda de taipa de pilão, ouviu o primeiro silvo de locomotiva, que seria o sinal de partida para a grande escalada, que tem na mole vitoriana da Estação da Luz marco-

-símbolo, ao qual, na terceira década deste século, como componente dinamizadora da vontade e capacidade de realizar dos paulistas, viria, fruto, também, da providencial vizinhança da escarpa atlântica que fez "tremer as carnes" de Simão de Vasconcelos, unir-se a eletricidade gerada — na usina de Cubatão — em dimensão histórica, a matriz energética do empolgante evolver da urbe hoje, com nossas alvíssaras, aniversariante.

E, rememorando toda a gesta de trabalho que plasmou a trepidante megalópolis hodierna, elevo o pensamento ao Todo Poderoso, suplicando-lhe que permita à laboriosa comunidade do gigantesco centro cosmopolita de nossos dias, inspirada no imperativo da divisa de sua pedra d'armas, atendendo ao excelso exemplo do pretérito e fiel à Cruz que deu a benção no instante lustral ao azemel quinhentista, continuar a marcha estugada e pacífica pelo largo caminho do progresso e, sobretudo, da civilização.

DO 23 DE MAIO QUE EU VI E VIVI

Silveira Peixoto

Foi mesmo nas colunas de A GAZETA — o tradicional vespertino de São Paulo — que aconteceu a primeira faulha de 22/23 de maio, assim, também, do Fogaréu Constitucionalista de 32. Com efeito, foi no 25 de janeiro — naquela clarinada magnífica de "Minha Terra! Minha Pobre Terra!", o poema imortal que Ibrahim Nobre escreveu e Casper Líbero fez publicar, não obstante em toda a plenitude de seu domínio aquela ditadura do "curto período" (de muito longa duração).

★

Sim, foi no 22 — um domingo de céu azul, brunido, porcelanado — quando a centelha se fez fogueira sagrada. Começou com a notícia correndo bem depressa, todos sabendo que estava a caminho desta nossa Paulicéia, o então ministro da Fazenda Osvaldo Aranha. Vinha, mais uma vez, tratar de "resolver o caso paulista"... E efetivamente, havia, sim, um caso paulista — conseqüência da falta de tato com que alguns líderes de 30 insistiam nos desmandos, queriam tratar São Paulo como terra conquistada.

Algum tanto depois de meio-dia, circulou o volante convocando o povo para reunir-se às 15 horas, na Praça do Patriarca. Bem antes da hora marcada, o logradouro já estava numa grande imponência. Tomava-o por inteiro a multidão — e dali desbordava

para as ruas vizinhas. Sucediam-se os oradores, o marco então ali plantado feito tribuna. Ergueu-se nele, de repente, Ibrahim Nobre.

Não e não. Jamais poderíamos admitir qualquer transação com a ditadura. "São Paulo, pelo que sofreu, pelo que foi acintosamente humilhado, só poderia defrontá-la de beligerância para beligerância". Um acordo "só poderia consolidar o Catete, robustecê-lo com Getúlio, trair a Pátria". Perguntou o tribuno admirável "Que mais se espera?" Concitou: "Bastam palavras. Vamos à II Região".

★

Eram 18 horas. Precedido de Bandeiras do Brasil e de São Paulo, o povaréu pôs-se em marcha. Como um só bloco, íamos todos firmes, resolutos. Cantavamos o Hino Nacional, erguíamos vivas a São Paulo e ao Brasil. Na Conselheiro Crispiniano, onde à época se achava o QG da II Região Militar (o supremo comando militar em São Paulo), Ibrahim falou e clamou logo e bem alto: "Acoimam-nos de separatistas! Mentira!" (1).

Frisou também: "Aqui estamos numa jornada de confraternização. Ou vocês, soldados estão conosco e recebem-nos e acolhem-nos, ou não estão e nesse caso sejam sinceros e mandem atirar-nos e matar-nos pela simples culpa de não querermos ser escravos!" Em voz pausada, decidida, fez-se ouvir o capitão Gastão Goulart. O Exército Nacional nunca poderia ser contra São Paulo e os paulistas — "os construtores desta obra gigantesca, que é o orgulho de nossa Pátria".

As manifestações "atingem ao auge, no instante em que oficiais e soldados atiram flores na multidão". Dali continuamos, cantando o Hino Nacional, rumo ao QG da nossa Força Pública (a atual Polícia Militar), na Avenida Tiradentes. Falaram Antônio Pereira Lima e Ibrahim Nobre. A pedido do oficial de dia, foi designada uma comissão para entender-se com o Comando. Encontravam-se em conferência no interior do QG, quando um pelotão de cavalarianos atacou o povo. "Um oficial contém a força" — não sem antes algumas escaramuças, em que levamos a melhor.

(1) Ressalta bem que desde os primeiros instantes de nossa Epopéia Constitucionalista — sempre repudiamos as acusações de separatismo, que insistiam em fazer-nos os da ditadura. Na contestação veemente de Ibrahim Nobre, no 22 de maio, temos a resposta inequívoca aos que, ainda hoje, teimam em ver tendências separatistas no glorioso Movimento — no qual mais uma vez cumprimos o lema de nossas tradições e vocações, inscrito em nosso brasão de 32: Pro Brasília Fiant Eximia.

★

Eram 19 horas e meia, quando prosseguimos — "para os Campos Elíseos" (na ocasião residência do chefe do governo estadual). Ao defrontar o velho edifício, "os manifestantes cantam o Hino Nacional, erguendo vivas a São Paulo". Designada uma comissão "para ir à presença do Sr. Pedro de Toledo", abriu-se o portão e a guarda foi impotente para conter a multidão.

Não demorou Pedro de Toledo a aparecer — "e foi recebido com palmas". Falou de novo Ibrahim: "Sou promotor da Justiça. É por isso que acuso a ditadura. Acuso-a com as agravantes de seu crime: a surpresa, o disfarce, a traição. Surpreendeu-nos a boa fé; disfarçou-se de liberdade; e apunhalou-nos pelas costas".

Interpelou o chefe do governo: "Diga, Senhor Embaixador Pedro de Toledo, se Vossa Excelência está conosco, com São Paulo, com os nossos anseios, e com as nossas aspirações, ou se devemos abrir trincheiras no meio das ruas". Conclamou-o: "Estamos algemados dentro de uma senzala e Vossa Excelência também está nesta senzala! Vossa Excelência deve sair com os paulistas, para reivindicar a liberdade perdida".

Emocionadamente respondeu Pedro de Toledo. Para aqui veio trazer a paz e o trabalho. "No dia em que isso não conseguir, deixarei este Palácio". Perguntou alguém da multidão: "Para quando será a solução?". Respondeu o grande paulista que já no dia seguinte "tudo deve estar solucionado". Pediu ao povo que "em atitude ordeira se retirasse para as casas".

★

Tinha o ministro Osvaldo Aranha chegado "cerca de 15 horas, viajando de automóvel". Aqui, "recolheu-se ao palacete de seu tio, senador José de Freitas Vale, na "Vila Kirial", em Vila Mariana. Não saiu — e A GAZETA acentuou: "Não teve coragem de avistar-se com São Paulo".

Quanto a nós, seguimos pela noite a dentro — nossos passos nos passos da História, na vigília memorável do memorável 23 de Maio.

Em nota de primeira página, dia 23 de Maio, salientou A GAZETA, que "o caso de São Paulo" era "de solução simplíssima". "Basta que o sr. Getúlio Vargas o subtraia à influência de elementos alheios à nossa Terra e o entregue ao exame dos próprios paulistas". Nem se justificava a presença aqui do sr. Osvaldo Aranha. "A que veio essa viagem do ministro da Fazenda?". "Com que direito vem intrometer-se em nossa política interna?". "Contra esses processos é que devemos reagir". "No São Paulo de 32 não cabem corpos estranhos".

★

Eram 14 horas de 23 e o centro da cidade já se achava quase todo tomado pela multidão. O comércio fechou as portas. Os estudantes percorriam as ruas, empunhando Bandeiras Brasileiras e Paulistas. Às 15 horas, "a praça do Patriarca oferecia aspecto verdadeiramente imponente. E não só a Praça do Patriarca. A Rua Direita, o Viaduto do Chá, a Praça Ramos de Azevedo também". Exaltada e vibrante, "a multidão exigia para São Paulo um governo paulista". Correu que Ibrahim estava preso — e Cirilo Júnior teve de esclarecer, em frente ao Teatro Municipal: "Ibrahim não está preso e não o será". "A Frente Única está reunida com o sr. Pedro de Toledo, nos Campos Elíseos".

Foi o bastante para que tomássemos o rumo do Palácio. Começavam alguns a saltar as grades, quando Pedro de Toledo mandou abrir os portões. O ex-presidente do Estado, Altino Arantes, veio atender-nos. Afirmou que a "Frente Única está cumprindo o seu dever e São Paulo terá seus direitos respeitados". Aplaudimos, porém reclamamos uma solução. Mais alguns minutos e Francisco Morato veio afirmar que o povo podia confiar na ação de Pedro de Toledo e da Frente Única. Mas "o povo quase não permite o sr. Morato falar. Não quer palavras: quer fatos".

Na véspera, logo após chegar a São Paulo, o ministro Osvaldo Aranha conferenciou demoradamente com Pedro de Toledo e Ataliba Leonel. Iniciaram-se aí as negociações e os chefes da Frente Única, Pedro de Toledo à testa, passaram a apresentar nomes para a composição do secretariado. Outros líderes estiveram na Vila Kirial — entre eles Altino Arantes, Manoel Vilaboim, Francisco Morato, Manfredo Costa, Paulo de Moraes Barros. Mais entendimentos se processaram.

★

Às 17,30 de 23, assomou à sacada superior dos Campos Elíseos — Pedro de Toledo. Acompanhavam-no vários líderes da Frente Única — e Francisco Morato comunicou que estava constituido o secretariado: Fazenda — Armando de Salles Oliveira; Justiça — Waldemar Ferreira; Educação — Rodrigues Alves Sobrinho; Agricultura — Francisco da Cunha Junqueira; Viação — Fonseca Telles; Departamento de Organização Municipal — Joa-

quim Sampaio Vidal; Prefeitura — Gofredo da Silva Teles. Quanto à Chefatura de Polícia, "será escolhido um nome logo após a posse do novo governo" (2). "Nenhum militar será conservado nos cargos de natureza civil".

Momentos depois, Ibrahim chegou aos Campos Elíseos. Produziu vibrante oração e foi entusiasticamente aclamado. Ficou acertado que o secretário da Justiça tomaria posse naquele mesmo dia. Pretenderam deixá-lo para o dia seguinte — mas a multidão não quis arredar pé, somente saiu dali junto com o titular da Justiça.

★

Quando Waldemar Ferreira chegou ao Pátio do Colégio, o povaréu que ali se achava, mais a multidão que o trouxe dos Campos Elíseos, prorromperam em aplausos. A transmissão do cargo deu-se às 21,30 horas. O secretário interino Silva Gordo foi breve e terminou augurando felicidades. Quando saiu, foi alvo de manifestação de desagrado... Quiseram mesmo agredi-lo e foi preciso levá-lo para o edifício da Equitativa. Deixou-o, algum tempo depois, em companhia de Ibrahim — a quem bastaram algumas palavras para conter a multidão.

Sucederam-se os empastelamentos de dois jornais. Na praça do Patriarca, de quando em quando, um ou outro orador se dirigia à massa popular que ainda ali estacionava. "Grupos iam e vinham expandindo sua alegria". A dado instante, alguém se lembrou de ir à séde da Legião Revolucionária (ou Partido Popular Paulista), em edifício à esquina da Praça da República e Barão de Itapetininga (lado par desta). Foram muitos — despreveni-damente...

★

Já tínhamos passado das 23 horas e "tentaram forçar a entrada do prédio"; também, com escadas, subir pela parede... Foram "surpreendidos por violenta descarga de armas de fogo". Dispersaram-se pela praça — mas, "refeitos da surpresa, tornaram a concentrar-se".

Em minutos, o local era praça de guerra. Surgiu, a dado instante, um esquadrão de cavalaria — para "normalizar a situação"... À sua aparição, "violento fogo de barragem partiu da

(2) Foi escolhido logo em seguida o saudoso e grande Tirso Martins, que desempenhou muito bem as funções, até o momento da destituição do nosso Governo de 32.

séde do PPP". Chamados os bombeiros, também nada puderam fazer porque os sitiados, com suas armas, logo os obrigaram a retroceder.

À medida que o tempo corria, mais se exacerbavam os ânimos, o assédio se fazia mais violento. "A confusão era horrivel", a fuzilaria nutrida, a multidão queria entrar a qualquer preço. Perto das 2,20 de 24, apareceu na Chefatura de Polícia "o sr. Maurício Goulart, secretário do PPP". Pediu "garantias para a séde". Foi mandada para o local uma companhia da Força Pública, que cercou o quarteirão.

★

"Durante o demorado tiroteio na praça da República", tombaram os moços da MMDC — Euclides Miragaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes Salgado, Antônio Américo de Camargo Andrade. Todas as entidades estudantis de São Paulo, moços de escolas, secretários de Estado, autoridades, muito povo, estiveram nos funerais. À beira da sepultura, Ibrahim pediu ao Pai que os recebesse em sua Morada.

Antes, ainda na Praça da República, tínhamos erguido nos braços os seus corpos exangues — para entregá-los à História.

QUARTO CENTENÁRIO DA "VIAGEM À TERRA DO BRASIL", DE JEAN DE LÉRY

Lycurgo de Castro Santos Filho

Há quatrocentos anos precisamente publicava-se em França, na praça forte de La Rochelle, um livro que narrava a viagem empreendida ao Brasil pelo francês Jean de Léry e a sua permanência na terra brasileira pelo espaço de quase dois anos, de 1556 a 1558. Escrito na língua francesa antiga, intitulava-se o livro:

> «Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique. Contenant la navigation, & choses remarquables, vues sur mer par l'auteur; le comportement de Villegaignon, en ce pays lá. Les moeurs & façons de vivre estranges des Sauvages Americains: avec un colloque de leur langage. Ensemble la description e plusieurs Animaux, Arbres, Herbes, & autres choses singuliers, & du tout inconnues par deça, dont on verra les sommaires des chapitres au commencement du livre. Non encore mis en lumière, pour les causes contenues en la preface. Le tout recueilli sur les lieux par Jean de Léry natif de la Margelle, terre de Saint-Seine au Duché de Bourgogne. Seigneur, je te celebrairai entre les peuples, & te dirai Psaumes entre les nations. Psaume CVIII. A La Rochelle, pour Antoine Chuppin, 1578.

Essa foi a primeira edição francesa. Reza o título em português:

> «Narrativa de uma viagem feita à terra do Brasil, também dita América, contendo a navegação e coisas notáveis vistas no mar pelo autor: a conduta de Villegaignon naquele país, os estranhos costumes e modos de vida dos selvagens americanos; com um colóquio em sua língua e mais a descrição de muitos animais, plantas e demais coisas singulares e absolutamente desconhecidas aqui, cujo sumário se verá dos capítulos no princípio do livro. Tudo colhido no próprio lugar por Jean de Léry, natural de La Margelle, Saint-Seine, ducado de Bourgogne», La Rochelle, Antoine Chuppin, 1578, 1 vol. in 8.º com gravuras sobre madeira, uma das quais repetida.

Decorridos quatrocentos anos, agora em 1978, o presidente da Academia Paulista de Letras, José Pedro Leite Cordeiro, atento à importância da obra, que ocupa singular posição na bibliografia nacional, e mesmo na gaulesa, pediu-me que nesta sessão vespertina comemorasse o acontecimento discorrendo sobre o livro e o seu autor. Traduz, portanto, esta resenha, a participação da Academia Paulista de Letras na comemoração do quarto centenário da Publicação da "Viagem à Terra do Brasil", de Jean de Léry.

Receio tornar-me crônico na apresentação de crônicas a esta Academia, dado que nestes últimos tempos, e por indicação do presidente Leite Cordeiro, evoquei Fernão Cardim e seus escritos, recordei Gândavo e a sua "História da Província Santa Cruz", e agora tento relembrar Léry e o seu livro. Que fazer? O pedido vem de um amigo e a tarefa em verdade me agrada. Se já não sou jovem para pesquisar, também não sou velho demais para apenas recordar. E lancei-me à empresa, e ora me apresento ante este seleto e sofrido auditório, composto dos mesmos queridos e pacientes ouvintes, aos quais desde já peço benevolência e compreensão para esta volta, para este recuo ao passado.

O episódio da França Antártica é um emaranhado de intrigas e traições, de truculências e barbaridades. É o reflexo, na América do Sul, das oito guerras religiosas, fratricidas, desenroladas em França, então transformada em campo de batalha da Europa, guerras que principiaram em 1539 e perduraram até 1598.

O capítulo histórico da França Antártica é a sombra da Reforma projetando-se sobre a terra de Santa Cruz. É Lutero (1483-1546), é Calvino (1509-1564) a continuarem no Brasil a pendência contra o Papado, ou mais especificamente, a luta contra os sucessores dos papas néo-pagãos da Renascença, bem encarnados, estes últimos, no suntuoso, no magnífico, no escandaloso

Júlio II della Rovere, o protetor de Rafael e de Miguel Ângelo, o pontífice que iniciou a construção da Basílica de São Pedro, em Roma, em princípios do século XVI.

A FRANÇA ANTÁRTICA

O fato histórico é bem conhecido. A 10 de novembro do ano de 1555 chegou à baía de Guanabara o vice-almirante da Bretanha e cavaleiro de Malta, Nicolau Durand de Villegaignon (1510-1571), no comando de duas naus repletas de franceses de todas as classes. Estabeleceu-se na Ilha de Sirigipe, que recebeu o seu nome, e ali construiu o Forte de Coligny, assim chamado em homenagem ao seu protetor, o almirante Coligny. Fora graças ao apoio deste nobre francês, que Villegaignon obtivera do rei Henrique II (1519-1559) os recursos necessários para a expedição destinada a estabelecer, na América, a França Antártica; uma colônia onde reinasse a liberdade de religião, e onde os seguidores de Calvino encontrassem a tranqüilidade e a paz. Desgraçadamente, paz foi o que não houve. Aliados aos indígenas da nação tupinambá, os franceses viveram em guerra com os portugueses, e, na própria povoação, católicos e protestantes persistiram na disputa quanto à fé.

Gaspar de Chatillon, senhor de Coligny (1519-1572) morreu em seu palácio de Paris, na tristemente célebre "noite de São Bartolomeu, a 24 de agosto de 1572, e o seu cadáver foi pendurado na forca de Montfaucon. Era calvinista, partidário da Reforma, e patrocinara não somente a expedição ao Brasil como mais cutras duas à Flórida, na América do Norte (1562 e 1565). Fracassaram as três, por falta de apoio da Corte Francesa, de tendência católica. No que diz respeito à França Antártica, é certo que o sobrinho de Villegaignon, Bois-le-Comte, foi enviado ao Rio de Janeiro em 1557 no comando de três naus que trouxeram um reforço de cerca de trezentos colonos, mais algumas mulheres e crianças. Entre eles encontravam-se teólogos protestantes e pastores calvinistas, provenientes de Genebra, que contribuiram para o maior acirramento das disputas de cunho religioso. Para o futuro da colônia, pouco valeu o reforço. Desautorado, desanimado, desgostoso, Villegaignon terminou por abandonar a empresa à própria sorte e voltou para a França em 1559. Porque protegera os adeptos do Papado e se encarniçara contra os protestantes, destes recebeu o cognome de "Caim da América".

É também muito conhecido o melancólico fim da aventura. Os franceses foram expulsos pelos portugueses em duas etapas: na primeira pela expedição chefiada pelo governador-geral do Brasil, Mem de Sá, e, depois, pela do sobrinho deste, Estácio de Sá, em 1560 e 1567, respectivamente.

Nicolau Durand de Villegaignon, antes da malograda tentativa de colonização do Brasil, combatera sob as ordens de Carlos V contra Argel (1541) e, depois, honra insígne na época, capitaneou a nau que conduziu à França a princesinha Maria Stuart, então com seis anos de idade e noiva do delfim e mais tarde rei Francisco II (1544-1560). Levaram-na da Escócia (1548) para ser criada e educada em Paris pelo futuro sogro, Henrique II, o marido de Catarina de Médicis e amante de Diana de Poitiers.

De regresso do Brasil, Villegaignon entreteve acres discussões de natureza religiosa com Calvino, de quem fora condiscípulo na Universidade de Paris. Terminou os seus dias como representante da Ordem de Malta (1568) junto à Corte francesa. Sempre fora católico, não obstante o apoio aos calvinistas na fundação da França Antártica. Era sobrinho de Filipe de Villiers de l'Isle-Adam (1464-1534), ascendente do escritor francês do mesmo nome, e grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém, que tomou o nome de "Ordem de Malta" em 1530. Pelo seu tio fora armado cavaleiro bem jovem, em 1521.

Jean de Léry (1534-1611) nasceu em La Margelle, nas cercanias da abadia de Saint-Seine, na Borgonha. Nada se conhece de sua infância, mas sabe-se que os seus pais foram dos primeiros a aderir à Reforma no ducado da Borgonha. Aos dezoito anos estava em Genebra, a cidade de Calvino, cursando Teologia. Seria pastor em 1555. Entretanto, tais dados não são autênticos para certos autores, pois há quem diga que ele estudou em Berna e não em Genebra, e há, ainda, quem refira que Léry veio para o Brasil não investido das funções de missionário calvinista, mas como um prosaico sapateiro, e que o curso de Teologia ele o teria realizado após o regresso à Europa. Ao certo, sabe-se que foi enviado por Calvino, que atendera a um pedido de Villegaignon, no sentido de virem para a França Antártica colonos e missionários protestantes. Aliás, conserva-se na Biblioteca de Genebra, na Suiça, o original da carta escrita por Villegaignon a Calvino.

O jovem Léry veio para o Brasil na expedição de Bois-le Comte. Embarcou em França em fins do ano de 1556 e aportou na Guanabara na colônia francesa, a 7 de março de 1557. Viveu a princípio na ilha. Depois, em decorrência da má vontade e, mesmo, da perseguição movida por Villegaignon aos protestantes, em fins de 1557, fugiu com vários companheiros e estabeleceu-se no sítio Olaria, no interior da baía da Guanabara. Aí, com outros franceses, viveu entre os indígenas tupinambás, até que nos primeiros dias de 1558 embarcou, com os patrícios, em uma nau bretã, a qual, após uma viagem cheia de incidentes e peripécias, aportou em França. Eram quarenta e cinco a bordo, sendo quinze os passageiros que regressavam. Villegaignon concordara na partida, mas entregou ao capitão ordens secretas para que fossem

todos entregues ao primeiro juiz que encontrassem em França, para processo e condenação por heresia. A embarcação era pequena e velha. Por diversas vezes quase soçobrou, pois fazia água por todos os lados. Por quinze dias vogou às cegas pelo mar de Sargaços. Tripulantes e passageiros passaram fome e sede. Chegaram a cozinhar o couro das vestimentas, dos baús e das solas dos sapatos, que comeram de mistura com velas de sebo, ratos e ratazanas. Afinal, eles que haviam partido do Brasil a 4 de janeiro, só desembarcaram na baixa Bretanha a 24 de maio. Por sorte, nada lhes aconteceu quanto às instruções secretas de Villegaignon para que fossem aprisionados.

Lery voltou para Genebra e lá completou os estudos teológicos. Em 1560 recebeu o título de "burguês" de Genebra, e foi nomeado pastor em Belleville-sur-Saône, nas cercanias de Lyon. A 1.º de março de 1562, com o massacre de Vassy, cometido pelos católicos, deu-se o reinício da guerra civil entre as duas facções religiosas. Destruições e mortes verificaram-se em ambas as partes. Jean de Léry, um moderado, não conseguiu impedir a derrubada das igrejas católicas de Belleville. Até que sobreveio a paz de Amboise (1563), celebrada entre a Regente Catarina de Medicis, pelos católicos, e o príncipe de Condé (1530-1569), pelos huguenotes. Este era o chefe dos calvinistas em França. Condé não passava de um Bourbon que abraçara a Reforma para neutralizar a influência do duque de Guise (1519-1563), Francisco de Lorena, um dos grandes capitães gauleses, sustentáculo da Coroa e tio de Maria Stuart, mulher do rei Francisco II. Essas lutas periódicas que ensangüentaram a França por cerca de sessenta anos, com intervalos de paz obtidos por tratados de ocasião e assinados para não serem cumpridos; essas lutas, repito, prolongaram-se em conseqüência da igualdade de forças entre os campos rivais, que mantinham corpos de mercenários e se encastelavam em suas praças fortes. As grandes batalhas terminavam indecisas, concertava-se logo um tratado de paz que perdurava o tempo suficiente para a reorganização das tropas. E reacendia-se a luta armada, sempre precedida por massacres e destruição de templos, católicos ou protestantes.

Luís de Bourbon, príncipe de Condé, batido em Dreux, em 1562, juntamente com Coligny, pelo duque de Guise e pelo condestável de Montmorency (1493-1567), coligados, assinou a paz de Amboise (1563), mas voltou a se insurgir contra a Regente Catarina de Medicis em 1567. Guise havia morrido em 1563, diante de Orleans, então reduto Reformista. Foi, então, contra Montmorency que Condé lançou as suas tropas na indecisa batalha de Saint-Denis, que resultou na morte do condestável. Em 1568 Condé obteve uma trégua com a Coroa, para no ano seguinte, na batalha de Jarnac (1569) ser aprisionado e morto por um tiro de pistola

que lhe estraçalhou a cabeça, desfechado por um dos guardas do duque de Anjou, filho de Catarina de Medicis e de Henrique II. Esse Condé, que faleceu com apenas trinta e nove anos, viria a ser o bisavô daquele outro príncipe do mesmo título e duque de Enghien, que a história francesa guardou com o nome de "o grande Condé" (1621-1686), belicoso e afortunado general que certa vez foi batido nas ruas de Paris pelo marechal visconde de Turenne (1611-1675), e que terminou seus dias pacificamente, cultivando as letras em companhia de Racine, Molière e Boileau. Em seus funerais mereceu de Bossuet uma oração-fúnebre classificada como obra prima, um "chef-d'oeuvre no gênero.

★

Jean de Léry aproveitou a trégua de Amboise para escrever a narrativa de sua viagem ao Brasil. Parece que o fez a pedido de amigos, e, principalmente, para refutar o que tachou de "mentiras", publicadas por André Thevet — outro que estivera no Rio de Janeiro — em seu livro "Les singularités de la France Antarctique, autrement nommée Amerique", a Paris, chez les heritiers de Maurice de la Porte, 1557. Léry confiou o manuscrito a um dos amigos, que o perdeu. Reescreveu um segundo manuscrito, que também se extraviou, até que o primeiro foi encontrado em Lyon. Publicou-o, mas apenas anos mais tarde, em 1578.

Pastor em Never (1564) e, mais tarde, em La Charité, assistia, sem tomar parte ativa, aos sucessos da guerra religiosa. Esteve presente ao sínodo de Nimes (1572), cidade então dominada pelos partidários da Reforma e onde anteriormente, em 1567, houvera uma terrível matança de católicos. Encontrava-se ainda como ministro em La Charité, que fora cedida aos calvinistas em 1570, quando se verificou em Paris o morticínio da noite de São Bartolomeu (24-8-1572), com repercussão nas províncias. Em La Charité foram assassinados pelos mercenários italianos do duque de Nevers, vinte e dois protestantes. Léry conseguiu fugir para Sancerre, então uma vila-fortaleza dominada pelos calvinistas, situada em uma colina a cavaleiro do rio Loire. Ali se refugiaram, por ocasião da quarta guerra religiosa, huguenotes procedentes de Bourges, Orléans e de outras povoações vizinhas. Sancerre resistiu por oito meses ao cerco das tropas católicas comandadas pelo marechal barão de La Chatre. Jean de Léry, veterano conhecedor de como sobreviver à falta de alimentos, ensinou aos sitiados como aproveitar o couro dos calçados para enganar a fome, e levou os soldados da guarda a repousarem em redes, tal como se fazia no Brasil. De todos os acontecimentos deu ele notícia em seu livro sobre o cerco de Sancerre. A cidadela rendeu-se ao barão Claude de La Chatre, que em troca de quarenta mil libras

para os seus soldados e da destruição da fortaleza, garantiu a vida e os bens dos sitiados. Léry narrou que o marechal muito gentilmente mandou uma escolta acompanhá-lo até Blet, para onde se retirou após a rendição. Daí, dessa localidade, em companhia do filho do almirante Coligny, conde Francisco de Coligny — a quem dedicou o livro sobre o Brasil — seguiu para Genebra, onde passou a morar e onde cuidou da publicação do referido volume e ainda de um outro sobre o cerco de La Charité (1577), pelo duque de Anjou. Não mais voltou à França e morreu em Berna, na Suíça, em 1611.

OS LIVROS DE LERY

A primeira edição da "Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil" foi feita em La Rochelle — na ocasião uma praça-forte da Reforma — pelo livreiro Antoine Chuppin, no ano de 1578. Muitos dos exemplares foram lançados sem a indicação do lugar da impressão, La Rochelle, e houve uma segunda tiragem da edição original, com pouquíssimas alterações. A obra de tal forma agradou que dois anos depois publicou-se uma segunda edição em Genebra, pelo mesmo livreiro Antoine Chuppin, 1580. Houve, igualmente, reimpressão desta segunda edição. Hoje em dia são muitos raros os exemplares. José Carlos Rodrigues (1844-1923), jornalista, bibliófilo e bibliógrafo brasileiro, possuiu exemplares das duas impressões da primeira edição e ainda de edições posteriores. Outro bibliógrafo nacional, Alfredo de Carvalho (1870-1916), foi proprietário de seis edições do livro, a mais antiga a segunda, de Genebra.

A terceira edição saiu ainda em Genebra em 1585, pelo mesmo livreiro-editor Antoine Chuppin, acrescida de melodias, ou cantos tupis. Tornou-se, então, esta terceira edição, o mais antigo documento musical brasileiro.

A quarta edição data de 1594 e no frontispício traz erradamente a indicação de ser a terceira. Foi lançada pelos herdeiros de Eustache Vignon, em Genebra. A quinta trazia a data de 1599 e foi dedicada à Princesa de Orange. Passava por ser a quarta e era da iniciativa dos mesmos herdeiros de Eustache Vignon, em Genebra. Luísa de Coligny, princesa de Orange, filha do almirante Gaspar de Coligny, enviuvara do nobre huguenote Charles de Teligny, assassinado em 1572 na noite de São Bartolomeu. Contraiu segundas núpcias com Guilherme I de Nassau, príncipe de Orange (1533-1584).

Uma outra edição também se apresentou como a quarta e foi publicada pelos mesmos herdeiros de Eustache Vignon, em Genebra, em 1600. Era, apenas, uma reimpressão da do ano anterior, e seria a sexta, segundo Rubens Borba de Morais. A sétima, por

Jean Vignon, ainda em Genebra, datava de 1611 e apresentou-se como quinta. Lery morreu justamente nesse ano. Teve, então, a satisfação de acompanhar o sucesso de seu livro. Morreu em 1611, e de então para a frente, cessaram as edições francesas. Até que em 1880 publicou-se em Paris, por Alphonse Lemerre, uma "nouvelle edition", com introdução e notas por Paul Gaffarel, um francês conhecedor da história do Brasil, segundo ainda Rubens Borba de Morais. Outras edições certamente saíram em França, depois da de 1880, como por exemplo a de 1927, por Payot, de Paris.

No "Catálogo da Exposição de História do Brasil" (1881), vêm relacionadas como existentes, e de propriedade da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, as edições francesas de 1585, 1600, 1880, as latinas de 1586 e 1594, a alemã de 1794 e a de Purchas.

No passado, a par das francesas, versões em holandês, alemão e latim também foram impressas. As holandesas datam de 1596 e 1706. A alemã é de 1794. As latinas foram de 1586 e 1594. Em sua coleção inglesa, Samuel Purchas (1577-1628) publicou extratos da obra, no tomo IV.

Como se nota pelas datas, o livro de Jean de Léry atraiu a atenção do público ledor até princípios do século XVIII. Depois, passou a interessar apenas aos historiadores e estudiosos da história.

A primeira versão em língua portuguesa é de 1889 e intitula-se "História de uma viagem feita à Terra do Brasil por Jean de Léry, traduzida em linguagem vernácula por Tristão de Alencar Araripe e oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Rio de Janeiro, Tipografia Laemmert & Cia., 1889, 261 páginas. Nela não consta a dedicatória a Coligny e nem há o prefácio de Léry. A segunda versão brasileira é de 1926 e tem por título "História de uma viagem à Terra do Brasil", edição ordenada literariamente por Monteiro Lobato, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1926.

A terceira brasileira constitui o vol. VII da "Biblioteca Histórica Brasileira", da Livraria Martins Editora, São Paulo. Intitulou-se "Viagem à Terra do Brasil" e publicou-se em 1941. Tradução de Sérgio Milliet, segundo a edição de Paul Gaffarel e com o Colóquio em língua brasílica (tupi), traduzido e anotado por Plínio Airosa. Com 279 páginas. Posteriormente, saíram, desse livro, mais três edições, uma em 1951, da Livraria Martins, a outra em 1961, da Biblioteca do Exército, e a última em 1972, ainda da Martins, em coedição com a Editora da Universidade de São Paulo, comemorativa do sesquicentenário da Independência do Brasil.

Acrescente-se que em 1923 o editor Álvaro Pinto (Anuário do Brasil) lançou no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Aca-

demia Brasileira de Letras, o "Diálogo de Léry", que é a tradução da conversação mantida entre o autor e um indígena brasileiro, diálogo que consta das edições acima mencionadas.

Cronista nato, o reverendo protestante ainda publicou mais três narrativas históricas, a "Histoire mémorable de de la ville de Sancerre, contenant les entreprises, sièges, approches, bateries, assaux & autres efforts des assiegeans: les resistances, faits magnanimes, la famine extreme & delivrance notable des assiegez. Le nombre des coups de Canons par journées distinguées. Le catalogue des morts & blessez à la guerre, sont à la fin du Livre. Le tout fidelement recueilly sur le lieu par Jean de Léry", 1574. Segundo Rubens Borba de Morais, este livro está prenhe de reminiscências do Brasil. Outra narrativa intitula-se "Le discours du siège tenu devant la Charité. Ensemble de la prise par Monsieur frère du Roy. Avec le nombre de morts tant d'une part que d'autre. A Paris, pour Jean de Lastre demeurant près le College de Reims". 1577. Esta narrativa porta apenas as iniciais do autor: "J. D. L. gentilhome françois". Borba de Morais informa que neste volume faltam alusões à permanência do autor no Brasil. Finalmente, ainda sem o seu nome, mas a ele atribuída, é a "Perseguição dos fiéis nas terras da América", incluída no livro do advogado Jean Crespin (1568) sobre os mártires mortos em defesa da Reforma.

LÉRY E O LIVRO SOBRE O BRASIL

Da pessoa física de Léry não se conhece descrição, e também, ao que se supõe, não ficou algum desenho que o retratasse. Pastor calvinista, não foi um fanático. Suas atitudes primaram pela moderação e comedimento. Culto e veraz, o seu livro da viagem ao Brasil é um dos mais importantes repositórios de informações e um dos melhores aparecidos no século XVI acerca do país. Já na primeira edição imprimiram-se ilustrações valiosas, reproduzidas nas posteriores, acrescidas de outras, de outros autores, que mostram com bastante verossimilhança os habitantes da terra — os indígenas — os seus tipos, as suas habitações, os seus costumes. Tais ilustrações revelam o ritual da morte e enterramento, os atos antropofágicos, com o moquém, as festas, as danças, cenas guerreiras e a topografia da França Antártica.

Os capítulos ostentam legendas bastante explicativas e descrevem a viagem do porto de Honfleur, na Normandia, ao Rio de Janeiro, o desembarque no forte Coligny, a acolhida de Villegaignon e o seu comportamento muito estranho em relação à religião e ao governo da colônia; os indígenas e seus costumes, as guerras, a antropofagia, o colóquio com um indígena nas lín-

guas brasílica e francesa, os alimentos, os animais, os pássaros, os peixes, as ervas, as árvores frutíferas, e, finalmente, a viagem de volta, com os perigos, a fome e a sede.

Os cantos indígenas anotados e apresentados por Léry foram aproveitados por diversos compositores e também pelo maestro Heitor Vila Lobos (1890-1959), adaptados para os modernos instrumentos musicais e incorporados, assim, ao folclore musical brasileiro.

Sobre a antropofagia, disse que os selvagens não comiam o semelhante "por simples gulodice, pois embora confessem ser a carne humana saborosíssima, seu principal intuito é causar temor aos vivos. Move-os a vingança, salvo no que diz respeito às velhas". "Por isso, para satisfazer o seu sentimento de ódio, devoram tudo do prisioneiro, desde os dedos dos pés até o nariz e a cabeça, com exceção porém dos miolos em que não tocam". Referiu que depois da morte do prisioneiro, as mulheres, principalmente as velhas, "que são mais gulosas da carne humana", "chegam com água fervendo, esfregam e escaldam o corpo a fim de arrancar-lhe a epiderme, e o tornam tão branco como na mão dos cozinheiros os leitões que vão para o forno". "Todas as partes do corpo, inclusive as tripas depois de bem lavadas, são colocadas no moquém, em torno do qual as mulheres, principalmente as gulosas velhas, se reúnem para recolher a gordura que escorre pelas varas dessas grandes e altas grelhas de madeira".

As informações sobre o casamento, a gravidez, o parto, os cuidados com os nascituros, a patologia e a terapêutica indígenas, são muito curiosas e de modo geral verídicas.

Na descrição dos selvagens, escreveu que "não são maiores nem mais gordos do que os europeus; são, porém, mais fortes, mais robustos, mais entroncados, mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias, havendo entre eles muito pouco coxos, disformes, aleijados ou doentios". "Poucos são os que na velhice têm os cabelos brancos ou grisalhos". Sobre as doenças, informou que "a moléstia mais perigosa do Brasil", tão perigosa para os selvagens quanto a varíola para os brancos, era o piã, ou bouba, a "Framboesia tropica". Segundo as suas observações, a doença caracterizava-se pelo aparecimento de "pústulas mais grossas do que o polegar, que se espalham por todo o corpo; os indivíduos que as contraem ficam recobertos de marcas que se conservam durante a vida toda, tal como entre nós os engalicados e cancerosos que se contagiaram na torpeza e na impudicícia".

Sabe-se que a bouba, ainda endêmica no Nordeste, já afetava os indígenas antes da descoberta. Léry intuitivamente diferenciou-a do morbo gálico, ou sífilis. Esta é causada pelo "Trepone-

ma pallidum", ao passo que a bouba é produzida pelo "Treponema pertenue". Outra parasitose mencionada foi a produzida pelo "bicho-do-pé", chamado de "tunga" pelos indígenas, e que já existia no Brasil. Mais doenças não foram descritas porque ainda não tinham sido trazidas pelos brancos e negros, como a varíola, a lepra, a febre amarela, a tuberculose, etc.

Afinal, um grande livro, este do huguenote francês, que, ao escrevê-lo, jamais suporia pudesse vir a ocupar, graças ao mesmo livro, posição destacada no rol dos historiadores da formação da nação brasileira.

BIBLIOGRAFIA

Bouillet, M. N. — «Dictionnaire universel d'Histoire et de Geographie», nouvelle edition, Librairie de L. Hachette et Cie., Paris, 1860.

Carvalho, Alfredo de — «Biblioteca Exótico-Brasileira», vol. 3, Empresa Gráfica Editora Paulo, Pongetti & Cia., Rio de Janeiro, 1930.

«Catálogo da Exposição de História do Brasil, realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881», 3 vols. Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1881.

«História Geral das Civilizações — Os séculos XVI e XVII», tomo IV, vol. 1.º, por Roland Mousnier, tradução de Vitor Ramos e J. Guinsburg, direção de Maurice Crouzet, versão brasileira sob a orientação de Eurípedes Simões de Paula, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1957.

Léry, Jean — «Viagem à Terra do Brasil», vol. VII da Biblioteca Histórica Brasileira, segunda edição, tradução de Sérgio Milliet segundo a edição de Paul Gaffarel e com o Colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas de Plínio Airosa, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1951.

«Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros», sob a direção de Rubens Borba de Morais e William Berrien, Gráfica Editora Souza, Rio de Janeiro, 1949.

Morais, Rubens Borba de — «Bibliographia Brasiliana», 2 vols. Colibris Editora Ltda., Amsterdam, Rio de Janeiro, 1958.

Seignobos, Charles — «História sincera da França — Ensaio de uma história da evolução do povo francês», tradução do original francês revista por Anísio Teixeira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

TITULARES DO IMPÉRIO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

(Origens dos seus títulos)

Delio Freire dos Santos

Durante o 1.º Reinado, foi parca a concessão de títulos nobiliárquicos na Província de São Paulo, tendo sido agraciado, inicialmente, seu primeiro Presidente, Desembargador Lucas Antônio Monteiro de Barros, natural de Minas Gerais, agraciado Barão de Congonhas do Campo (1.º), em 1825, a quem São Paulo muito deve. Nomeado Senador, três meses após, representando a província, da qual, foi o primeiro mandatário, atingiu o Supremo Tribunal de Justiça, que presidiu, de 1829 a 1842.

Na mesma data (12-10) natalício de D. Pedro I, foi concedido título de nobreza a D. Domitila de Castro Canto e Melo, Viscondesa, e, um ano após, MARQUESA DE SANTOS. Nessa mesma ocasião, além do Presidente da Província, elevado a VISCONDE DE CONGONHAS DO CAMPO, foi o pai de D. Domitila, o português, aquí radicado, Brigadeiro João de Castro Canto e Melo, falecido vinte dias após, agraciado 1.º VISCONDE DE CASTRO (com honras de grandeza). No ano seguinte, seu irmão, também Brigadeiro, e portador do mesmo nome de seu pai, militar, que, a exemplo de seu pai, teve papel saliente nas lutas do Sul, aquelas duras campanhas da Cisplatina, onde, "fez prodígios de valor" (A), recebeu o título de 2.º VISCONDE DE CASTRO, com as honras de grandeza.

(A) «Os generaes do Exército brazileiro de 1822 a 1889», Alfredo Pretextato Maciel da Silva, 1907, 2.º vol., pág. 196.

Ainda, outro paulista, durante o 1.º Reinado, recebeu título de nobreza: o ilustre santista Desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro, estadista, historiador erudito, agraciado com a denominação honorífica de VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (1826), também, grande do Império (B), como recompensa aos serviços que prestara como 1.º Presidente da Província do Rio Grande do Sul, notadamente na fundação da Colônia de São Leopoldo.

Cumpre ressaltar, que, tendo o 3.º e o 4.º agraciados recebido títulos de origem onomástica, receberam os demais, títulos de origem geográfica, que lhes eram significativos. Ao primeiro, a então freguesia onde nascera. Ao último, um fato marcante da sua vida pública. Apenas, em relação à segunda, tal não ocorria, como se sabe, sem nenhum vínculo com a terra dos Andradas.

Sob esse aspecto, — os títulos nobiliárquicos, quanto à sua origem, se bem que exposto de modo superficial, será apreciada a sua concessão no Vale do Paraíba, região paulista enriquecida com a lavoura do café, mormente na primeira metade do século passado, que contou com 36 (27,5%) dos 131 Titulares do Império, na Província de São Paulo.

ORIGEM GEOGRÁFICA

Durante o Segundo Reinado, foram concedidos 22 títulos nobiliárquicos (C), de origem geográfica, a 21 titulares da região valparaibana paulista, onde, receberam títulos idênticos aos nomes de sua terra natal, ou de adoção:

Manoel Marcondes de Oliveira Melo, 1.º BARÃO DE PINDAMONHANGABA (1846) com honras de grandeza (1848), tendo sido o primeiro barão paulista, aqui residente (C1); Antônio Manoel de Freitas, natural de Cunha, BARÃO DE RIO CLARO

(B) Foram grandes do Império todos os titulares, menos os barões e viscondes que não alcançaram as honras de grandeza, implícitas na concessão dos títulos de Duque, Marquês e Conde.

(C) Número que se elevaria a 22, se considerarmos que Antônio Tertuliano dos Santos, comissário de café na Província do Rio de Janeiro, onde foi fazendeiro no município de Rio Claro, agraciado BARÃO DE SILVEIRAS (1867), ou foi, talvez, como homenagem ao município paulista desse nome.

(C-1) Na mesma data, ou seja, a 11-10-1846, também foram agraciados os paulistas Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco, 2.º Barão de Santa Luzia, nessa cidade mineira; e, José Antônio Moreira, importante comerciante e capitalista da Capital do Império, Barão de Ipanema (1.º), depois, Visconde, e Conde.

(1849), grande cafeicultor na zona fluminense de Rio Claro (D); Bento Lúcio Machado, 1.º BARÃO DE JACAREÍ (1849) com honras de grandeza (1852); Francisco de Assís e Oliveira Borges, Barão (1854) e VISCONDE DE GUARATINGUETÁ (1867) com honras de grandeza (1871), o primeiro visconde da região; Francisco Marcondes Homem de Melo, 2.º Barão (1867) e VISCONDE DE PINDAMONHANGABA (1877), e seu último Capitão Mor; Luís da Rocha Miranda Sobrinho, natural de Resende-RJ (E), BARÃO DO BANANAL (1867); Francisco Lopes Chaves, BARÃO DE SANTA BRANCA (1854), o primeiro desse título (F); Manoel Jacinto Domingues de Castro, BARÃO DE PARAITINGA (1871); Antônio Vieira de Oliveira Neves, residente em Pindamonhangaba (G), BARÃO DE TAUBATÉ (1877); Francisco Lopes Chaves, 2.º BARÃO DE SANTA BRANCA (1888); Licínio Lopes Chaves, 2.º BARÃO DE JACAREÍ (1889).

Tudo faz crer, que o agraciamento de Custódio Gomes Varela Lessa, nascido em Portugal, na freguesia de Lessa (daí, a razão desse sobrenome), em sua época, um dos maiores fazendeiros de café, de Pindamonhangaba, com o título de BARÃO DA PARAIBUNA (H), em 1850, com honras de grandeza, representou uma homenagem a essa cidade (nesse tempo Santo Antônio de Paraibuna). Sua viúva, Dona Benedita Bicudo Salgado Lessa, mais tarde (1887), recebeu o título de VISCONDESSA DO PARAIBUNA, como consta no Decreto subscrito pela Princesa Imperial Regente D. Isabel.

Outros, deste grupo, demonstrando seu apego à região, es-

(D) Cap. Mor Antônio Manoel de Freitas, bisavô do poeta Fagundes Varela, fazendeiro em Barra Mansa, Passa Três, e Rio Claro (Fazenda Santa Rosa), quase nas divisas de São Paulo, onde «eram verdadeiros fidalgos, cercados pelo esplendor de uma vida aristocrática» («A Côrte no Brasil», A. C. de Araújo Guimarães, 1936, pág. 229).

(E) Grande fazendeiro de café e de criação de gado, foi proprietário, em Resende, e Bananal, das fazendas Taquaral, Limoeiro, Palmeiras, Serra, e Novo Destino. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, eleito a 5-4-1907 (Rev. do IHGSP, n.º 12, 1908, págs. 680, 682, 685 e 734).

(F) Barão de Santa Branca (então freguesia de Jacareí). Pai do 2.º Barão de Santa Branca, e 2.º Barão de Jacareí. Foi o primeiro, dos futuros titulares da região, a tomar assento na Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1846-1847), tendo sido reeleito na legislatura seguinte; e, o primeiro, já titulado, a integrá-la, foi o Barão de Guaratinguetá (1856-1857). O segundo, foi o Barão de Paraitinga, chefe político de grande prestígio na zona eleitoral, conhecido como o «rei do Norte», deputado em 1870-1871, e, em 1876-1877.

(G) Barão de Taubaté, nascido nessa cidade. Foram suas, as fazendas de café, e de criar, Santa Leopoldina, em Roseira, e Bonfim, em Pindamonhangaba, onde residia.

(H) Proprietário da Fazenda do Borba, por largo tempo, a mais próspera do município.

colheram títulos, que evocam sua orografia. Assim o fizeram Henrique José da Silva, natural de Laguna - SC, radicado no Bananal, Barão (1867) e VISCONDE DE ARIRÓ (1876), nome de serra, naquele município; Inácio Bicudo de Siqueira Salgado, que teve grande prestígio no meio social, político, e econômico de Pindamonhangaba, sua terra natal (I), BARÃO DE ITAPEVA (1879), nome de serra; o lorenense Francisco de Paula Vicente de Azevedo, em 1887, BARÃO DA BOCAINA (bairros, campos, e serras da Região), agraciado "por serviços prestados à indústria" (J), a quem o jornalista Assis Chateaubriand chamou, certa vez "o mais progressista dos conservadores" e "o Mauá paulista"; Davi Lopes da Silva Ramos, residente em Taubaté, BARÃO (1889) DO JAMBEIRO (serra, que deu nome ao município, instalado em 1878; daí, seu título; também poderia corresponder ao topônimo).

Entretanto, alguns, revelaram sua predileção pela hidrografia. Destarte, Pedro Ramos Nogueira, recebeu o título de BARÃO (1877) de JOATINGA (ilha, em Angra dos Reis, onde se situava uma de suas propriedades agrícolas); e, José Félix Monteiro, taubateano, agraciado Barão (1877) e VISCONDE DE MOSSORÓ (1888), nome escolhido, provavelmente, devido à existência da lagoa desse nome, em São José dos Campos, município confinante com Caçapava, onde se encontravam algumas de suas fazendas(L).

Mostrando seu amor à propriedade territorial, tão sensível em sociedade principalmente agrária, como a do nosso Império, e de

(I) Político proeminente, era filho, neto e bisneto de capitães mores dessa vila (Pindamonhangaba: Apontamentos Históricos, Geográficos, Genealógicos Biográficos e Cronológicos, Ataíde Marcondes, 1907, págs. 109/110). Em 1880, mandou construir por Charles Peyroton, seu magnífico solar, hoje Paço Municipal (Palacete 10 de Julho), tendo sido todo o material para sua construção e decoração trazido da França.

(J) Incorporador e Diretor do Engenho Central de Lorena; introdutor da correspondência expressa no país; fundador da 1.ª estância climática-turística do Brasil, nos moldes das estâncias suiças, a São Francisco dos Campos, em 2-4-1894, na sede da sua modelar Fazenda São Francisco, no atual município mineiro de Delfim Moreira, onde introduziu o cultivo de frutas européias; fundador da Companhia de Águas Minerais Santa Rosa, em Campos Novos de Cunha, depois de descobrir e captar águas rádio-ativas, em Lorena (Fonte Lavínia); Diretor da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro; Vice-Presidente do Banco Comercial de São Paulo (o primeiro desse nome), fundado em 1886. Foi o animador da fundação da Fábrica de Pólvora de Piquete, para a qual doou, em 1901, o terreno necessário. Sem nunca ter recorrido a escravos, pois, jamais os possuiu, foi proprietário de 40 fazendas nos municípios de Cunha, Delfim Moreira (centro das 35 propriedades rurais que lhe pertenciam, na região), Guararema, Lorena, Pindamonhangaba, e Piquete.

(L) A 2-5-1980, atendendo ao que nos foi solicitado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, elaboramos um pequeno trabalho a respeito da origem desse título, quando chegamos a essa conclusão. (Encyclopedia Jackson, vol. XIII, p. 7613).

grande interesse para a História Social, vários agraciados escolheram títulos, pelos quais eram conhecidos seus domínios agrícolas. Assim procederam: José de Aguiar Toledo, importante e rico fazendeiro do Bananal, cujo salão, na Corte, apurou grandemente a sociedade carioca (M), no seu primeiro agraciamento — BARÃO DE BELA VISTA (1854), e os taubateanos Manoel Gomes Vieira, BARÃO DA PEDRA NEGRA (1889), e Mariano José de Oliveira e Costa, BARÃO DE POUSO FRIO, nesse mesmo ano.

Deve-se salientar, que o Cel. Manoel Marcondes de Oliveira, que fora Subcomandante da Guarda Imperial, que gozava de grande prestígio na Corte, membro que era do movimento nacionalista — Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, o Apostolado carioca de 1822 - 1823 (N), solicitou de D. Pedro I, a graça de lhe conceder o título de Barão da Mombaça (O), nome de uma de suas fazendas, mas teve que esperar por muitos anos a mercê nobiliárquica, que lhe foi oferecida de forma muito mais honrosa — um baronato, com o nome de sua terra natal.

Também, o Ten. Cel. Manoel de Aguiar Valim (com 23 anos de idade, foi o mais jovem dos agraciados da Província), segundo depoimento de ilustre membro de sua família, foi Barão de Aguiar Valim, e, não, da Bocaina (nome de uma de suas fazendas), porque este título estava destinado a Francisco de Paula Vicente de Azevedo, cuja esposa, D. Rosa Bueno Lopes de Oliveira Azevedo, a última sobrevivente da antiga nobreza imperial paulista (assim, também, como seu marido o foi, dos diretamente agraciados), por coincidência, foi a mais jovem das ti-

(M) «Salões e Damas do Segundo Reinado», Wanderley Pinho, 2.ª edição, s/ data, págs. 243/246. Proprietário de 9 fazendas em Bananal e nos municípios fluminenses de Barra Mansa, Resende, e Rio Claro. Foi o primeiro titulado da Província, a integrar a Câmara dos Deputados (1861-1864). Anteriormente, fora deputado provincial (1852-1853), e suplente (35.º), na legislatura anterior.

(N) Movimento nativista, que teve os Andradas, notadamente Martim Francisco, como principais dirigentes. Aí, adotou esse futuro titular, o nome de «Tigre» (Vultos do Império, Hélio Vianna, 1968, vol. 339 da «Brasiliana», págs. 1/5). Em 1818, na Corte, por ocasião do casamento de D. Pedro I e Dona Leopoldina, juntamente com seu pai, o Cap. Mor Inácio Marcondes do Amaral, e seu irmão, Padre Inácio Marcondes de Oliveira Cabral (depois Monsenhor), participou dos espetáculos de cavalhadas lá realizados, quando, «S.M. lhes fez mercê do Hábito da Ordem de Cristo» (A Imperatriz Maria Leopoldina, — Publicações do Arquivo Nacional, 1926, pág. 23).

(O) «O Visconde de Guaratinguetá: Um titular do café no Vale do Paraíba», Carlos Eugênio Marcondes de Moura, 1976, pág. 280 — in Arquivo da Casa Imperial do Brasil — Cat. B — M. VIII — Doc. 396 — Museu Imperial de Petrópolis.

tulares paulistas, com 16 anos de idade, à época de seu casamento.

ORIGEM ONOMÁSTICA

Somente em 1877, sem que se encontre uma explicação para isso (talvez, em virtude de quase todos os títulos designativos das principais cidades, os mais ambicionados, estarem preenchidos), é que foi concedido o primeiro título de origem onomástica no Vale do Paraíba paulista: a Manoel Inácio Marcondes Romeiro, natural de Pindamonhangaba, agraciado BARÃO DE ROMEIRO, a quem se sucederam mais 11 titulares.

Mas isso não aconteceu somente em relação aos valparaibanos. De 1827, quando foi agraciado o 2.º Visconde de Castro, até àquela data, foram concedidas graças nobiliárquicas de origem onomástica, na Província de São Paulo, apenas ao Senador Francisco Antônio de Souza Queiroz, importante e progressista fazendeiro, que foi Barão de Souza Queiroz; D. Rosa de Santana Lopes, natural de São Sebastião, Dama do Paço Imperial, 2.ª Baronesa de Santana, ambas, em 1874; e, ao Dr. Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade, diplomata santista, em 1876, Barão de Aguiar de Andrade.

No mesmo ano, ou seja, em 1877, foi elevado a VISCONDE DE AGUIAR TOLEDO, o já mencionado Barão de Bela Vista, e agraciado o Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, ilustre literato, historiador, geógrafo, professor do colégio Militar, Pedro II, e Escola de Belas Artes, eleito para a Academia Brasileira de Letras (P), Deputado, Ministro, Presidente das províncias de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, e Bahia, — com o título de BARÃO HOMEM DE MELO "pelos serviços prestados como Presidente da Estrada de Ferro São Paulo — Rio de Janeiro".

A propósito, cumpre lembrar que o título de 2.º Barão de PINDAMONHANGABA, sua terra natal, nessa época, estava ocupado por seu pai, dois meses após elevado a visconde.

Ainda, nessa década, foi agraciada a lorenense D. Carlota Leopoldina Moreira de Castro Lima, viúva do português Joaquim José Moreira Lima, que, em certa época, foi considerado o maior capitalista da província, possuidor que era de 60 fazendas de café e cana, — com o título de VISCONDESSA DE CASTRO LIMA

(P) Eleito, em 9 de dezembro de 1916, por 24 votos, na vaga de José Veríssimo. Não chegou a ser recebido, mas escreveu o discurso de posse (o «Jornal do Commercio» do Rio de Janeiro publicou esse discurso, em 5 de janeiro de 1918, numa homenagem ao ilustre brasileiro, falecido na véspera). Seria recebido por Felix Pacheco. (A Academia Brasileira de Letras, Fernão Neves, 1940, págs. 115/116, 213, 235, 238, 245, 249).

(1879). Alguns anos depois, também seus filhos receberam títulos de nobreza: Joaquim José Moreira Lima, igualmente, grande proprietário agrícola, magnânimo benfeitor de Lorena, foi, sucessivamente, Barão (1883), Visconde (1884) e CONDE DE MOREIRA LIMA, em 1887 (Q); e, o primogênito, Antônio Moreira de Castro Lima, BARÃO DE CASTRO LIMA (1884) "por serviços prestados na construção de um engenho em Lorena" (R).

Nesse último decênio do Império, foram agraciados, ainda, os bananalenses Manoel de Aguiar Valim, BARÃO DE AGUIAR VALIM (1884) "em atenção aos serviços à infância desamparada", e Cândido Ribeiro Barbosa, BARÃO DE RIBEIRO BARBOSA (1883, único Titular paulista agraciado por Portugal, tendo recebido título idêntico, e, com direito ao seu uso, por aquiescência de D. Pedro II (S). Por último, no Bananal, foi titulado Luciano José de Almeida Valim, irmão do primeiro, — BARÃO DE ALMEIDA VALIM (1888), ambos, filhos do Ten. Cel. Manoel de

(Q) Possuia, em 30 fazendas, 2.500.000 cafeeiros. Chegou a ser proprietário de 52 fazendas, em 17 municípios. Conquanto avesso à festas, sabia receber com requinte, em seu magnífico solar, hoje tombado, como o fizera em 1884, ao recepcionar os Condes d'Eu (Diário da Princesa Isabel, Ricardo Gumbleton Daunt, 1957, págs. 27, 51/54). É de se notar, que o retraimento do Conde, só se manifestara após o falecimento da Condessa, ocorrido em 1895, pois, até então, participavam das festas na Corte, como ocorrera nas bodas de prata dos mesmos Condes d'Eu, a 15 de outubro de 1889, quando, no baile realizado no Cassino Fluminense, a belíssima «toilette» da jovem condessa, foi assim descrita: «Vestido de chamalote de seda egípcio azul-celeste de cauda, enfeitado de filó de seda azul, recamado de sequins dourados.» (As duas últimas festas da Monarquia, Francisco Marques dos Santos, in «Anuário do Museu Imperial», vol. II, pág. 61).

(R) Incorporador do Engenho Central de Lorena, inaugurado nesse mesmo ano. Tenente Coronel Comandante da Guarda Nacional de Lorena. Foi proprietário de fazendas em 5 municípios. Sócio, e incorporador da Casa Bancária Castro Lima & Companhia, e da Sociedade Bancária Lorenense. Seu sogro, o Alferes João da Costa Gomes Leitão, riquíssimo negociante e cafeicultor, cognominado o «Creso de Jacareí», deixou, ao falecer, fortuna superior a 7.000 contos de réis, uma das maiores da Província, no século passado. Ao término do Império, ocupava o Barão de Castro Lima, o cargo de 6.º Vice-Presidente.

(S) «Anuário Genealógico Brasileiro», Ano V, Salvador de Moya, pág. 133. Proprietário das fazendas: Rialto, Cachoeirinha, e Coqueiros, no Bananal. Presidente da Estrada de Ferro Bananalense, assim também como o foi, do Diretório Conservador local. Deve-se salientar, que todos os titulares desse município, pertenceram ao Partido Conservador, sendo que, o Barão de Joatinga, pertenceu ao Partido Liberal, até 1861, quando, então, filiou-se àquele partido. Foram, ainda, conservadores, na região valparaibana, os barões: da Bocaina, Paraitinga, Santa Branca (2.º), Santa Eulália; os viscondes de Pindamonhangaba, e Guaratinguetá, este, liberal, até 1856. Quanto aos demais titulares, com excessão dos barões de Pouso Frio (provavelmente liberal), Bananal, e Rio Claro, cujas filiações partidárias, desconhecemos, foram todos liberais, em número de 21, enquanto que os conservadores, somavam 11.

Aguiar Valim, grande fazendeiro, e netos de dois dos mais abastados proprietários agrícolas e capitalistas da região (T).

Também receberam títulos de origem onomástica (sempre sobrenomes, não existindo nenhum caso de concessão de títulos com prenomes dos titulados, nessa região, unicamente outorgado na Província a Geraldo Ribeiro de Souza Resende, importante fazendeiro de Campinas, que foi o Barão Geraldo de Resende), o pindamonhangabense Elói Bicudo Varela Lessa, filho dos barões da Paraibuna (ela, mais tarde, Viscondessa), agraciado — BARÃO DE LESSA (1887); o taubateano Jordão Pereira de Barros, BARÃO DE PEREIRA DE BARROS (1889), e o fazendeiro de São José do Barreiro, depois, industrial no Rio de Janeiro, Elias Dias de Novaes, último Titular do Império, agraciado que foi a 13 de novembro de 1889, com o título de BARÃO DE NOVAES.

Com relação a este titular, houve um fato digno de registro.

Não houve tempo para o registro do título. O regime que o agraciara, não mais existia! Cabia-lhe, no entanto, embora em plena vigência republicana, pagar os emolumentos devidos, condição essencial para o recebimento da carta de nobreza. Assim o fez, juntamente com mais três agraciados. Encaminhados os processos ao então Ministro da Fazenda, Conselheiro Rui Barbosa, exarou o grande jurista despacho num dos processos (U), no sentido da percepção dos emolumentos!

Entretanto, nada de anormal ocorreu. Apenas reconheceu o Ministro da Fazenda, implicitamente, que, acima dos regimes, ou de decisões destes emanadas, prevalecia a regra jurídica do di-

(T) Comendador Manoel de Aguiar Valim, capitalista e grande fazendeiro, proprietário da importante Fazenda Resgate (mais tarde, pertencente ao Barão de Almeida Valim); seu avô paterno, o Cap. José de Aguiar Toledo, da Ilha da Madeira, fundador dessa fazenda, onde se destaca sua magnífica sede, foi, em 1835 / 1836, o maior produtor de café da Província, tendo aí colhido 12.000 arrobas (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, População Areias, Anos 1835-1846, Caixa 5-A, N.º de Ordem 5-A), que vendeu pela elevada soma de 40 contos de réis, também, a maior renda da Província; avô materno, o Comendador Luciano José de Almeida, abastado fazendeiro e capitalista, possuidor de enorme foturna. Foi o Barão de Almeida Valim, Senador Estadual em São Paulo, na 1.ª Legislatura de 1892. Assim como seu irmão, o Barão de Aguiar Valim, matriculou-se no Curso Anexo da Academia de Direito de São Paulo, interrompendo seus estudos, devido ao falecimento de seu pai, ocorrido em 1878. Seu tio, o Barão de Joatinga, grande proprietário agrícola (fazendas Loanda, Glória, Grataú, e Paineiras), também deixou seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por motivo de saúde (Pequena História do Bananal, Agostinho Ramos, 1978, 2.ª ed., pág. 386).

(U) Do Barão de Ponte Nova, sendo os demais, além do já citado Barão de Novaes, o Barão de Contendas, e o Visconde de Ourém (Figuras e fatos da nobreza brasileira, Rui Vieira da Cunha, 1975, págs. 59/61).

reito adquirido! E, seu despacho favorável, por analogia, teve aplicação aos demais titulados, que, assim, foram encartados nos respectivos títulos.

ORIGEM COGNOMÁSTICA

Três titulares da região, escolheram nomes de santos, para seus títulos de nobreza.

O primeiro a fazê-lo, foi o taubateano José Francisco Monteiro, irmão do já citado Visconde de Mossoró, a quem foi concedido o título de Barão de Tremembé (1868) "em razão do patriótico desempenho como Presidente da Câmara taubateana, no decurso da Guerra contra Solano Lopes", e VISCONDE DE TREMEMBÉ (1887), nome escolhido em razão de sua grande devoção ao Senhor Bom Jesus do Tremembé (V). Foi esse titular, como se sabe, avô do grande escritor Monteiro Lobato, e proprietário da tão conhecida chácara do "Visconde".

Outro titulado, também natural de Taubaté, Dom José Pereira da Silva Barros, Arcebispo de Dárnis, 18.º Bispo de Olinda (1881-1891), e 11.º Bispo do Rio de Janeiro (1891-1893), foi agraciado CONDE DE SANTO AGOSTINHO (1888), tendo sido, um dos sete representantes do alto clero brasileiro pertencentes à nobreza do Império, e o único paulista; foi, também, o único não fazendeiro, embora seu pai, o fosse.

Finalmente, neste grupo, — o lorenense Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo Ferreira, advogado de renome, 6.º Vice-Presidente da Província, à época de seu falecimento, ocorrido vinte quatro dias após ter sido agraciado BARÃO DE SANTA EULÁLIA (1888), em virtude de "seu notável zelo pela agricultura e indústria". A escolha do nome de sua mercê nobiliárquica, representava uma carinhosa homenagem à sua esposa, D. Eulália Moreira de Castro Lima (Z), filha da Viscondessa de Castro Lima.

OUTRAS ORIGENS

O título de Barão da Palmeira (1867), em "atenção aos serviços prestados à Pátria por ocasião da guerra", e, o de VIS-

(V) Anotações à «História do Município de Taubaté», Francisco de Paula Toledo, 1976, 2.ª ed., pág. 62). Grande fazendeiro de café, fundou, em 1855, de sociedade com seu irmão, Visconde de Mossoró, colônias agrícolas nessas fazendas. Foi 6.º (1883) e 5.º (1888) Vice-Presidente de sua Província, e deputado provincial, em 1862-1863, como também o foi, seu conterrâneo, mais tarde Conde Santo Agostinho, em 1866-1867.

(Z) «Doutor Rodrigues, Barão de Santa Eulália (A vida de um «Barão do Café»), Aroldo de Azevedo, in Rev. de História n.º 44, 1960, pág. 336. Prestigioso chefe político, foi, o futuro titular, deputado provincial em 1870-1871, reeleito nas três legislaturas seguintes.

CONDE DA PALMEIRA (1887), conferido a Antônio Salgado da Silva, nascido em Pindamonhangaba, rico e prestigioso fazendeiro nesse município, e no de Taubaté, não se ajusta a nenhuma das origens estudadas nestes trabalho.

Contudo, antes de determinarmos a origem de seu título, vejamos quem foi o grão-senhor Visconde da Palmeira.

Seu nome sempre esteve ligado aos acontecimentos marcantes de sua cidade natal. Presidiu aí, a primeira sessão do Juri, e, um ano após, em 1842, foi nomeado Juiz Municipal.

Em 1850, mandou construir seu imponente solar, pelo "perito e doutor em riscos" Francisco Antônio Pereira de Carvalho, conhecido como "Chiquinho do Gregório", cujo projeto foi o escolhido, dentre os quinze apresentados.

Suas maneiras eram requintadas. "Não morava numa de suas fazendas na Mantiqueira (1), ia e vinha de carruagem, tirada por quatro cavalos, com cocheiros de libré e cartola." (2)

Concluído seu solar, nele recebeu, por várias vezes, a Família Imperial, com refinamento palaciano: festas, e bailes pomposos, igualando-se aos melhores salões da Corte. O esplendor desse salão, teve continuidade, graças às suas filhas, enobrecidas por casamentos com titulares: a Baronesa de Lessa, que herdou o solar, e a Baronesa de Itapeva, "que exerceu na sociedade de sua terra papel de destacado relevo" (3), e que tão bem sabia receber em seu palácio, belíssimo exemplo de arquitetura nobre residencial, idealizada por mestre francês.

---

(1) «A Civilização do Café», Alves Motta Sobrinho, 1978, 3.ª ed. pág. 36.

(2) Obra citada, pág. idem.

(3) «Pindamonhangaba Cidade Imperial», José Augusto Cesar Salgado, 1960, págs. 20, 23. Assim foi, em 1877, por ocasião da inauguração de mais um trecho da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro (obra citada, págs. 18/20), e, em 1878, quando da visita de SS. MM. Imperiais. Na mesma cidade, por ocasião da passagem do Príncipe D. Pedro, em 1822, foram seus co-anfitriões, o Monsenhor Manoel Inácio Marcondes de Oliveira Cabral, e seu irmão, o futuro 1.º Barão de Pindamonhangaba. Sobre o assunto, — Visitas da Família Imperial, ao Vale do Paraíba paulista, entre outros, escreveram: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (obra citada, págs. 75/81, 92), Pedro Calmon (História de D. Pedro II, 1975, 3.º vol., págs. 1184, 1310), Ricardo Gumbleton Daunt (Diário da Princesa Isabel, 1957, págs. 27, 51/54). Destarte, nas visitas de D. Pedro II e Dona Teresa Cristina, em 1878, e 1886, e, dos Condes d'Eu, foram seus anfitriões, além do mencionado Visconde da Palmeira: o Visconde de Pindamonhangaba (2 vezes); os viscondes de Guaratinguetá, e Tremembé (3 vezes cada); e, a família Moreira Lima, 4 vezes, sendo, nas três que se seguiram à visita inicial dos Condes d'Eu, o Conde desse título.

Ainda, em várias oportunidades, a nobreza valparaibana comprovou a fidalguia de seus salões. Assim o fizeram, o Visconde de Ariró, no Bananal, com recepções, e bailes, quando tocava Corporação Musical composta de seus escravos (Agostinho Ramos, obra citada, págs. 416/417). Aliás, nesse município, o Barão de Joatinga era Diretor da Banda de Música União Conservadora; o Visconde de Aguiar Toledo, e, a Viscondessa

No "Palacete Palmeira", como é conhecido seu solar, reminiscência da nobreza rural paulista, vê-se, no cimo do edifício, as pinhas, que simbolizavam a nobreza do visconde. Em sua fachada, seu brasão de armas ladeado por dois cães mitológicos (símbolo de fidelidade e vigilância, e, também agradecimento). No brasão, sua coroa de visconde, e uma *palmeira*. Ladeando-o, *palmeiras* entrelaçadas, símbolo da vitória, da fortaleza, do triunfo, inerentes ao titular.

Assim, diante dessa simbologia, somos levados a acreditar, que o importante fazendeiro (fazendas Goiabal, Santa Maria, do Borba), e grão-senhor Visconde da Palmeira, talvez, tivesse escolhido um título de origem simbólica.

OS TÍTULOS DE NOBREZA

Na sua quase totalidade, sãos os dados aquí apresentados, extraídos de nosso trabalho — "Titulares do Império da Província de São Paulo", em fase adiantada de elaboração, que teve

---

de Ariró, também, dirigiam Músicas de escravos (Almanach Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1885, Jorge Seckler & Cia., 1884, pág. 285), que tocavam nas grandes festas, evocadas por Everardo Vallim Pereira de Sousa, em magnífico estudo (Região agrícola bananalense, in Digesto Econômico, 1947, n.º 31, págs. 84/98). Saudoso historiador, nos disse da fidalguia dos barões de Romeiro, num dos mais finos solares de Pindamonhangaba (César Salgado, obra citada, págs. 5, 23). Nessa cidade, temos notícia, ainda, das bodas de ouro dos barões de Taubaté, — «uma festa nunca ali vista» (Chronologia Paulista, José Jacinto Ribeiro, 1901, 2.º vol., pág. 218). Em Taubaté, através de notícias do «Diário do Norte», acontecimento social marcante, o jantar oferecido pelo futuro Barão do Jambeiro, ao Barão Homem de Melo, a 6-2-1878, nomeado, na ocasião, Presidente da Província da Bahia, e, o lauto jantar que ofereceu ao ilustre taubateano, mais tarde Conde de Santo Agostinho, quando indicado Bispo de Olinda, reunindo personalidades de destaque, não só da cidade, como da Província, e da Corte (D. José Pereira da Silva Barros — Sua Vida e Sua Obra, Felix Guisard Filho, 1945, pág. 46). Em Jacareí, por ocasião da passagem de viajante, que deixou valioso documento sobre a Província, destacou ele o solar do Alferes João da Costa Gomes Leitão, pai da que seria, mais tarde, Baronesa de Castro Lima, — «cujos pintados e dourados salões poderiam receber com orgulho a sociedade mais seleta da capital do império» (Peregrinação pela Província de São Paulo — 1860/1861, Augusto-Emílio Zaluar, 1953, 2.ª ed., pág. 114), e o «magnífico palacete do Barão de Santa Branca», 1.º desse título, «que ocupa uma das faces inteiras desta não pequena e bem edificada praça» (obra citada, pág. 113). Aí, também, teve papel de destaque nos meios sociais, político, e econômico, o 1.º Barão de Jacareí, único grande do Império, naquele município, amigo dedicado do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, cuja notícia da morte, abalou seu combalido organismo, vindo a falecer, um mês após. Em seu solar foi oferecido, durante a Guerra do Paraguai, um banquete ao eminente médico e historiador Joaquim Floriano de Godói, mais tarde senador (Dicionário biográfico de brasileiros célebres, 1871, págs. 22/23).

como fontes principais de pesquisas, o Arquivo Nacional, conforme registrou àquele órgão (4), obras especializadas (5), além das mencionadas neste trabalho.

Destarte, vimos que 36 titulares (2 condes, 9 viscondes, 25 barões), receberam 37 diferentes títulos, agraciados que foram 48 vezes. Os agraciamentos, foram concedidos, por D. Pedro II, 38 vezes (30, pela primeira vez); e pela Princesa Dona Isabel, em nome do Imperador e na qualidade de Regente do Imperio, 10 vezes (7, pela primeira vez).

Nos decretos de concessão dessas mercês, 10 vezes foram feitas menção aos postos que ocupavam na Guarda Nacional; e, 5 vezes, suas profissões.

Quanto aos domicílios dos titulares, raramente mencionados nos decretos, sabe-se que 10 residiam em Pindamonhangaba (dois deles, naturais de Taubaté, e Portugal); 7, em Bananal (dois, nascidos em Santa Catarina, e Rio de Janeiro); 7, em Taubaté; 5, em Lorena; 4, em Jacareí; os demais, eram domiciliados em Guaratinguetá, São Luís do Paraitinga, e Rio Claro (natural de Cunha), município fluminense.

Em relação aos motivos dessas mercês, transcritos 7 vezes, neste trabalho, em outros decretos, (12) consta como "recompensa aos serviços prestados à Pátria" (Governo, ou causa pública), "Religião e à Caridade", ou, "em atenção aos serviços prestados." Condição essencial, era a probidade do agraciado, no que insistia nosso 2.º Imperador.

---

(4) «Mensário do Arquivo Nacional», Ano IX, n.º 3-1978, pág. 19.
«Fagundes Varela e seus parentes de Barra Mansa», J. B. de Athayde, 1964.
«Annuario Historico-Literario de Jacarehy», 1906, organizado por Theophilo de Almeida e Costa Braga.
«Estudo da nobreza brasileira, II — Fidalgos de cota-de-armas», Rui Vieira da Cunha, 1969.
«Relação dos Baronatos», Escragnolle Dória, in «Anuário do Museu Imperial», vol. VI, págs. 7-85.
«Acréscimos e Retificações ao «Arquivo Nobiliárquico», Laurênio Lago, in «Anuário do Museu Imperial», vol. XV, págs. 83-219.
«O Barão Homem de Mello perante a História», Anibal Mattos, 1937.
«Vida e Morte de um Capitão-Mor», Carlota Pereira de Queiroz, 1969.
«Titulares do Império», Carlos Rheingantz, 1960.
«A Viscondessa de Castro Lima e a sua descendência», Gama Rodrigues, separata da «Revista Genealógica Brasileira», I 1940.
«O Conde de Moreira Lima», Gama Rodrigues, 1942.
«Titulares do Império», Hélio Vianna, in obra citada, págs. 201/229.
«Titulares do Império da Província de São Paulo», Délio Freire dos Santos, 2 vol.
«Galeria Nacional», editado pelo «Jornal do Brasil», 1931/1936, 1.006 páginas.
— Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.
— Arquivos de Cúrias Diocesanas.
— Cartórios de Notas e Ofícios.

Contribuia, também, para a concessão dos títulos, mormente nos últimos tempos da Monarquia, a libertação de seus escravos. Cumpre, igualmente, destacar, que, desde o Primeiro Reinado, esses títulos eram válidos só durante a vida dos agraciados, ao contrário do sistema português, pelo qual a nobreza era muitas vezes hereditária. O agraciado se impunha pelos seus méritos, e não pelo prestígio dos seus ancestrais, comprovado nos casos apresentados, em que apenas seis vezes foram concedidas mercês à viúvas, filhos e irmãos de titulares.

Fato digno de registro, e de grande interesse em relação aos títulos da nobreza valparaibana paulista, predominantemente de origem geográfica (2/3), é a sua vinculação ao município natal ou adotivo, em contraste com numerosos títulos da mesma origem, outorgados na Província, onde não se encontra a mesma associação.

CONCLUSÕES

Analisados os diferentes ângulos sugeridos pelo assunto de início proposto, coligimos dados que nos permitiram examinar, embora sem profundidade, esse tema.

Assim, a nobreza imperial do Vale do Paraíba paulista, teve como fonte de riqueza, o café, que possibilitou, ou ampliou seu prestígio social e político, aplicado em benefício da região, e da Província. Daí, surgiram estradas de ferro, bancos, companhias diversas, obras de assistência social, e realizações em prol da cultura.

Se não bastassem todas essas realizações, que mostram o quanto deram de si em favor de sua terra, e de sua gente, temos, nos seus títulos de nobreza, tão evocativos e expressivos, a confirmação de seu regionalismo, seu amor à gleba, ao chão valparaibano.

ANEXO I

VALE DO PARAÍBA (SP)

TITULARES (por sobrenome)

AZEVEDO, Francisco de Paula Vicente de (1856-1938) — BARÃO DA BOCAINA

BARBOSA, Cândido Ribeiro (1854-1922) — BARÃO DE RIBEIRO BARBOSA

BARROS, Jordão Pereira de (1814-1891) — BARÃO DE PEREIRA DE BARROS

BARROS, Dom José Pereira da Silva (1835-1898) — CONDE DE SANTO AGOSTINHO

BORGES, Francisco de Assis e Oliveira (1806-1879) — VISCONDE DE GUARATINGUETÁ (com grandeza)

CASTRO, Manoel Jacinto Domingues de (1810-1887) — BARÃO DE PARAITINGA

CHAVES, Francisco Lopes (1809-1884) — 1.º BARÃO DE SANTA BRANCA

CHAVES, Francisco Lopes (1838-1902) — 2.º BARÃO DE SANTA BRANCA

CHAVES, Licínio Lopes (1840-1909) — 2.º BARÃO DE JACAREÍ

COSTA, Mariano José de Oliveira e (1818-1890) — BARÃO DO POUSO FRIO

FERREIRA, Antônio Rodrigues de Azevedo (1838-1889) — BARÃO DE SANTA EULÁLIA

FREITAS, Antônio Manoel de (1778-1869) — BARÃO DE RIO CLARO

LESSA, Benedita Bicudo Salgado (1821-1906) — VISCONDESSA DA PARAIBUNA

LESSA, Custódio Gomes Varela (1778-1855) — BARÃO DA PARAIBUNA (com grandeza)

LESSA, Elói Bicudo Varela (1844-1922) — BARÃO DE LESSA

LIMA, Antônio Moreira de Castro (1828-1896) — BARÃO DE CASTRO LIMA

LIMA, Carlota Leopoldina Moreira de Castro (1808-1882) — VISCONDESSA DE CASTRO LIMA

LIMA, Joaquim José Moreira (1842-1926) — CONDE DE MOREIRA LIMA

MACHADO, Bento Lúcio (1790-1857) — 1.º BARÃO DE JACAREÍ (com grandeza)

MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de (1837-1918) — BARÃO HOMEM DE MELO

MELO, Francisco Marcondes Homem de (1804-1881) — VISCONDE DE PINDAMONHANGABA

MELO, Manoel Marcondes de Oliveira (1780-1863) — 1.º BARÃO DE PINDAMONHANGABA (com grandeza)

MIRANDA, Sobrinho, Luís da Rocha (1836-1915) — BARÃO DO BANANAL

MONTEIRO, José Félix (1838-1892) — VISCONDE DE MOSSORÓ

MONTEIRO, José Francisco (1830-1911) — VISCONDE DE TREMEMBÉ

NEVES, Antônio Vieira de Oliveira (1815-1905 — BARÃO DE TAUBATÉ.

NOGUEIRA, Pedro Ramos (1823-1885) — BARÃO DE JOATINGA

NOVAES, Elias Dias de (1838-1915) — BARÃO DE NOVAES

RAMOS, Davi Lopes da Silva (1833-1896) — BARÃO DO JAMBEIRO

ROMEIRO, Manoel Inácio Marcondes (1830-1890) — BARÃO DE ROMEIRO

SALGADO, Inácio Bicudo de Siqueira (1812-1894) — BARÃO DE ITAPEVA

SILVA, Antônio Salgado da (1805-1888) — VISCONDE DA PALMEIRA

SILVA, Henrique José da (1811-1880) — VISCONDE DE ARIRÓ

TOLEDO, José de Aguiar (1823-1898) — VISCONDE DE AGUIAR TOLEDO (e BARÃO DE BELA VISTA)

VALIM, Luciano José de Almeida (1855-1912) — BARÃO DE ALMEIDA VALIM

VALIM, Manoel de Aguiar (1861-1925) — BARÃO DE AGUIAR VALIM

VIEIRA, Manoel Gomes (1821-1902) — BARÃO DA PEDRA NEGRA.

ANEXO 2

TÍTULOS

Os algarismos romanos e arábicos referem-se ao livro e página em que os decretos originais se encontram na Seção Histórica do Arquivo Nacional.

1840 — 1849

PINDAMONHANGABA (1.º), BARÃO DE — VII, 101	15-11-1846
PINDAMONHANGABA (1.º), BARÃO DE (com honras de grandeza) —	11-10-1848
RIO CLARO, BARÃO DE — VII, 116	25-03-1849
JACAREÍ (1.º), BARÃO DE — VII, 125	31-12-1849

1850 — 1859

PARAIBUNA, BARÃO DA — VII, 127	06-11-1850
PARAIBUNA, BARÃO DA (com honras de grandeza) — VII, 129	16-05-1851
JACAREÍ (1.º), BARÃO DE (com honras de grandeza — VII, 135	03-12-1852
BELA VISTA, BARÃO DE — VIII, 17	22-04-1854
SANTA BRANCA (1.º), BARÃO DE — VIII, 20	11-09-1854
GUARATINGUETÁ, BARÃO DE — VIII, 15	02-12-1854

1860 — 1869

PALMEIRA, BARÃO DA — VIII, 120	16-02-1867
GUARATINGUETÁ, VISCONDE DE — V, 39	10-04-1867
BANANAL, BARÃO DO — VIII, 139	29-05-1867
ARIRÓ, BARÃO DE — VIII, 148	06-07-1867
PINDAMONHANGABA, 2.º BARÃO DE — XIII, 147	06-07-1867
TREMEMBÉ, BARÃO DE — VIII, 168	30-05-1868

1870 — 1879

GUARATINGUETÁ, VISCONDE DE (com honras de grandeza) — V, 51	17-05-1871
PARAITINGA, BARÃO DE — IX, 37	17-05-1871

1.ª REGÊNCIA da Princesa Isabel, 25-5-1871/31-3-1872

(não foi agraciado nenhum titular na Província de São Paulo)

2.ª REGÊNCIA da Princesa Isabel, 26-3-1876/25-9-1877

ARIRÓ, VISCONDE DE — V, 73	10-06-1876
ROMEIRO, BARÃO DE — X, 2	31-01-1877
JOATINGA, BARÃO DE — X, 15	28-03-1877
HOMEM DE MELO, BARÃO — X, 8	04-07-1877
AGUIAR TOLEDO, VISCONDE DE — V, 78	13-07-1877
TAUBATÉ, BARÃO DE — X, 9	18-07-1877
MOSSORÓ, BARÃO DE — X, 18	25-07-1877
PINDAMONHANGABA, VISCONDE DE — V, 80	19-09-1877
ITAPEVA, BARÃO DE — X, 44	19-07-1879
CASTRO LIMA, VISCONDESSA DE — V, 94	16-08-1879

1880 — 1889

MOREIRA LIMA, BARÃO DE — XI, 21	28-04-1883
RIBEIRO BARBOSA, BARÃO DE — XI, 24	05-05-1883
MOREIRA LIMA, VISCONDE DE (com honras de grandeza) — V, 139	01-03-1884
AGUIAR VALIM, BARÃO DE — XI, 61	16-09-1884
CASTRO LIMA, BARÃO DE — XI, 64	14-10-1884
MOREIRA LIMA, CONDE DE — III, 88	07-05-1887
TREMEMBÉ, VISCONDE DE — VI, 11	07-05-1887
BOCAINA, BARÃO DA — XI, 123	07-05-1887
LESSA, BARÃO DE — XI, 136	18-06-1887

3.ª REGÊNCIA da Princesa Isabel, 30-6-1887/22-8-1888

PALMEIRA, VISCONDE DA — VI, 14	18-08-1887
PARAIBUNA, VISCONDESSA DA — VI, 15	18-08-1887
SANTA BRANCA, 2.º BARÃO DA — XII, 2	20-02-1888
SANTO AGOSTINHO, CONDE DE — III, 95	16-05-1888
MOSSORÓ, VISCONDE DE — VI, 39	16-10-1888
ALMEIDA VALIM, BARÃO DE — XII, 68	15-11-1888
SANTA EULÁLIA, BARÃO DE — XII, 76	22-12-1888

JACAREÍ, 2.º BARÃO DE — XII, 140	20-08-1889
JAMBEIRO, BARÃO DO — XII, 137	20-08-1889
PEDRA NEGRA, BARÃO DA — XII, 142	20-08-1889
PEREIRA DE BARROS, BARÃO DE — XII, 138	20-08-1889
POUSO FRIO, BARÃO DO — XII, 143	20-08-1889
NOVAES, BARÃO DE — XII, 178	13-11-1889

ANEXO 3

IDADE DOS TITULARES: AGRACIAMENTOS — FALECIMENTO

	Barão	Barão c/gr.	Visc.	Visc. c/gr.	Conde	Falecimento
AGUIAR VALIM	23					64
RIBEIRO BARBOSA	28					78
BANANAL	30					79
BELA VISTA	30					—
BOCAINA	30					82
ALMEIDA VALIN	33					56
TREMEMBÉ	37		56			80
MOSSORÓ	39		50			54
MOREIRA LIMA	40			41	44	84
LESSA	42					78
SANTA BRANCA (1.º)	45					75
GUARATINGUETÁ	46		59	63		73
ROMEIRO	47					60
JACAREÍ (2.º)	48					68
SANTA BRANCA (2.º)	49					63
HOMEM DE MELO	50					80
SANTA EULÁLIA	50					50
NOVAES	51					77
SANTO AGOSTINHO					52	62
JOATINGA	53					61
AGUIAR TOLEDO			54			75
ARIRÓ	56		65			69
CASTRO LIMA	56					68
JAMBEIRO	56					62
JACAREÍ (1.º)	59	62				67
PALMEIRA	61		82			82
PARAITINGA	61					77
TAUBATÉ	61					89

	Barão	Barão c/gr.	Visc.	Visc. c/gr.	Conde	Falecimento
PINDAMONHANGABA	63		73			77
PARAIBUNA			66			85
ITAPEVA	67					82
PEDRA NEGRA	68					81
CASTRO LIMA			70			74
PINDAMONHANGABA	66	68				83
POUSO FRIO	71					72
RIO CLARO	71					91
PARAIBUNA	72	73				77
PEREIRA DE BARROS	75					77
médias de idade			52			73

ANEXO 4

DOMICÍLIO DOS TITULARES

PINDAMONHANGABA — Viscondessa da PARAIBUNA; viscondes da PALMEIRA, e PINDAMONHANGABA; barões — HOMEM DE MELO, ITAPEVA, LESSA, PARAIBUNA (n. Portugal), PINDAMONHANGABA (1.º); ROMEIRO, e TAUBATÉ (n. Taubaté) 10

TAUBATÉ — Conde de SANTO AGOSTINHO; viscondes de MOSSORÓ, e TREMEMBÉ; barões — JAMBEIRO, PEDRA NEGRA, PEREIRA DE BARROS, e POUSO FRIO 7

BANANAL — viscondes de AGUIAR TOLEDO (e Barão de BELA VISTA), e ARIRÓ (n. Laguna/SC); barões — AGUIAR VALIM, ALMEIDA VALIM, BANANAL (n. Resende/RJ), JOATINGA, e RIBEIRO BARBOSA 7

LORENA — Conde de MOREIRA LIMA; Viscondessa de CASTRO LIMA; barões — BOCAINA, CASTRO LIMA, e SANTA EULÁLIA 5

JACAREÍ — barões: JACAREÍ (1.º), JACAREÍ (2.º), SANTA BRANCA (1.º) e SANTA BRANCA (2.º) 4

GUARATINGUETÁ, SÃO JOSÉ DO BARREIRO, SÃO LUÍS DO PARAITINGA, e RIO CLARO/RJ — Visconde de GUARATINGUETÁ, e Barões de NOVAES, PARAITINGA, e RIO CLARO (n. Cunha), respectivamente 4

GUIOMAR NOVAES — UMA PRESENÇA DE ARTISTA

José da Veiga Oliveira

Anos atrás, Maria Jesuína Pinto da Veiga, minha tia e primeira professora de música, que foi discípula de Luigi Chiaffarelli, presenteou-me com dois fascículos, intitulados "Migalhas — Notas de Litteratura e Pedagogia do Piano — Lidas em Aulas da Eschola de Musica por Luigi Chiaffarelli". Honestamente tais opúsculos esclareciam logo em seguida: "contendo um quadro chronológico de Compositores para Clavichordio, Clavecin e Piano — Preço 1$500 — Vende-se em benefício da Maternidade de São Paulo — Propriedade reservada".

Juntamente com o panfleto veio um caderno, no qual Chiaffarelli anotava o repertório a ser estudado pela então juvenil pupila. Outro livrinho, com datas em algarismos romanos (II-IX-MCMXVI), toma por título: "Ao Maestro Luigi Chiaffarelli, suas Alunas agradecidas".

Por ordem cronológica, de 1898 a 1916, acham-se recapitulados os concertos que o egrégio pedagogo organizara regularmente, no amplo Salão Nobre do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, à Avenida São João, próximo à Praça do Correio. Chiaffarelli iniciou, até 1916, quatrocentos e sessenta e cinco discípulas e quarenta e um alunos!

Nessa publicação aparece, porventura pela primeira vez, menção da "menina Guiomar Novaes", executando, a 24 de maio de 1902, a Sonatina em Sol Maior, de Beethoven, para piano a quatro mãos. Foi assistida pelo próprio Chiaffarelli.

A 29 de janeiro do ano seguinte, a menina Guiomar se apresentava como solista de um "Rondó Turco" de Steibelt. A 1.º de novembro de 1907, reverteu à colaboração de Chiaffarelli, para tocar, a dois pianos, o "Carnaval" de L. Schytte, juntamente com "Réveil sous bois" de Louis Diémer. Tornava-se óbvio o progressivo engrandecimento do repertório, conforme se verifica na récita de 31 de outubro daquele ano: Handel — Gavota com Variações; Rachmaninov — "Serenata Russa"; Ole Olsen — "Papillons".

Tão assinalados eram os progressos que, a 10 de outubro de 1907, oferecia substanciosa audição, consistente no Prelúdio e Fuga em Dó Sustenido Menor, do "Cravo Bem Temperado" de J. S. Bach; Variações em Fá Maior, op. 34, de Beethoven; os Estudos em Dó Maior, em Fá Menor, o Noturno em Dó Sustenido Menor, op. 27 n.º 1, de Chopin, "Papillons", op. 2, de Schumann; "Tarantella" de Martucci; "Canto Polaco" de Schubert-Liszt; "O Rouxinol" de Alabieff-Liszt; Impromptu em Fá Menor, op. 142, de Schubert; Primeira Rapsódia Brasileira, de Alexandre Levy; "Introdução e Allegro" de Godard. Por outras palavras: um verdadeiro recital, a cargo duma artista de... onze anos!...

CHIAFFARELLI

Façamos pequena pausa. Quem foi Luigi Chiaffarelli? Donde lhe advém renome tão formidável que perdura até os dias de hoje? Por que motivo a unanimidade dos profissionais e dos leigos tece loas à memória do egrégio mestre?

Verdade axiomática: Chiaffarelli foi o maior pedagogo do piano que o Brasil jamais teve. Natural da pequena cidade de Isernia, na Itália, onde nasceu a 2 de setembro de 1856, descendia duma família de músicos. Avô, pai, tios, irmãos, todos professavam música. Seu pai foi o primeiro professor, representante da escola napolitana do piano. Muito cedo, ingressou Chiaffarelli na vida musical. Regeu bandas e orquestras, compôs à vontade, porém o pianoforte constituiu sua autêntica e incoercível vocação artística. Em Bolonha, sob a pedagogia de Gustavo Toffano (1844-1899), estudou afincadamente, enquanto Siegmund Lebert (1822-1884), professor do Conservatório de Música de Estugarda, Alemanha, autor dum célebre "Grande Méthode du Piano", tornou-se influência decisiva em sua carreira. Bacharel em Letras, professor de italiano, francês, alemão, Chiaffarelli dominava treze idiomas. Aportou ao Brasil a 15 de agosto de 1880, radicando-se definitivamente em São Paulo, aqui falecendo, a 16 de junho de 1923. (1)

Chiaffarelli era uma personalidade enciclopédica, dotado de prodigiosa cultura humanística. Mantinha-se a par do movimento artístico internacional, correspondendo-se com as mais expressivas figuras de uma arte que experimentava transformações evolutivas de substancial importância. Com efeito, os derradeiros anos do século XIX e as três primeiras décadas deste século testemunharam um encadeamento de conflitos estéticos, cujos reflexos

(1) «Ao Maestro/Luigi Chiaffarelli/Suas Alumnas/Agradecidas», São Paulo, 1916, págs. I-VII; Enciclopédia da Música Brasileira, São Paulo, Art. Editora, 1977, I, 188.

Guiomar Novaes

GUIOMAR NOVAES — Foto de Nélson Eduardo Toedtli, tirada a 25 de janeiro de 1979, na Igreja do Páteo do Collegio, durante a entrega dos títulos de "Cavaleiro de São Paulo."

pervadem dramaticamente os nossos dias. Enquanto o pos-romantismo, simbolizado por Liszt, Brahms, Bruckner, Strauss, Mahler, Reger, Wolf, Pfitzner, Weingartner, Schoenberg quando compôs *Verklärte Nacht e Gurre-Lieder*, agigantou seus meios expressionais, verificava-se na obra de Busoni e Reger uma ampla tentativa de reavaliação das estruturas contrapontísticas do Barroco, especialmente na arte da variação, do coral para órgão, da polifonia vocal e instrumental. Na França, tirante a personalidade isolada de Saint-Saens, rígido paladino do Classicismo, compositores como Debussy, Fauré, Ravel, Roussel pesquisavam o requinte, a cor, a sugestão poética dos matizes, inseridos num tipo de música essencialmente anti-heróico, anti-enfático, inspirado no gregoriano, na escala por tons inteiros, nos modos do Extremo-Oriente, nos cravistas e alaudistas do "Grand Siècle". Em Paris reinavam o escapismo para o reino dos sonhos, o devaneio, o exotismo a todo pano. Enquanto isso, em plena "belle époque", prévia ao arrazador conflito de 1914-1918, medrava a Segunda Escola de Viena (Schoenberg, Webern, Berg, Wellesz), com sua poderosa doutrinação estética, que derruia os fundamentos do tonalismo harmônico: — atonalismo, dodecafonismo.

Como é óbvio, Chiaffarelli nada perdia de vista. Se examinarmos o roteiro de audições de seus alunos, concluiremos que, a par do repertório consagrado (barroco, clássico, romântico) sempre havia espaço para a música pianística contemporânea. Vindo para São Paulo com a sua formação técnico-artística plenamente consolidada, o mestre exerceu decisiva e positiva influência no meio musical, encaminhando os talentos de Antonieta Rudge, Guiomar Novaes, Maria Edul Tapajós, Alice Serva, Souza Lima, Francisco Mignone e tantos outros. Rodrigues Barbosa já em 1916 escrevia:

> "Ninguém, como ele, compreende que o ensino do piano se transmite submetendo o discípulo ao trabalho da inteligência — ensino espiritual — e ao trabalho dos músculos ensino material. É preciso que esses dois trabalhos caminhem par a par, porque um entretem a força animal, ao passo que o outro educa e desenvolve a força moral. Admirável conceito pedagógico que tenho observado, através dos anos, no método chiaffarelliano, que consistiu em ilustrar as aulas com preleções de vasta erudição e singela exposição, que foram impressas com o modesto título de "Migalhas". Foi com esse processo que ele logrou formar, ao mesmo tempo, pianistas e artistas, dois tipos dissemelhantes, que raramente se encontram fundidos na mesma individualidade.

Dos alunos o prof. Chiaffarelli procura obter principalmente a beleza do som e a força muscular, porque, no pianista, o grande valor é o som. Não são a rapidez, a quantidade, a dificuldade dos trechos que constituem o talento: é, sim, a qualidade do som. O talento consiste nessa qualidade, que é essencial no pianista como nos cantores.

Não basta tocar esta ou aquela obra: a maneira de dizê-lo é tudo e para isso é indispensável belo som — acento produzido por uma articulação mais ou menos enérgica e correta. Segurança e correção constituem, pois, as primeiras qualidades do som, que deve exprimir uma idéia — e eis aí o estilo que vem do braço, certamente assim como a expressão.

O jogo lento e seguro forma outra condição do ensino. Temos o defeito de ser apressados e cumpre corrigi-lo. O jogo lento, prolongado, dá uma segurança prodigiosa que é, ao mesmo tempo, um gôzo indizível, um ideal para o executante. Essa segurança é uma qualidade dos discípulos do professor Chiaffarelli, como também o são: o ponto de apoio, indispensável à amplidão do mecanismo, e o gesto (movimento da mão e do braço), que conduz à retidão na articulação e na acentuação. E que variedade de gestos se nota nos discípulos, e como são eles bem dirigidos e eficientemente aproveitados para a conformação do mecanismo à estrutura musical, no escopo de apurar a dicção, elevar a interpretação e descortinar perspectivas!

Na pedagogia do piano exercida pelo professor Chiaffarelli com lucidez superior, lógica científica e alta compreensão dos meios de valorizar a obra d'arte, observa-se o escrúpulo com que ele educa a mão do pianista e forma a alma do artista; nessa dupla função, nobre e simultânea, está o grande segredo do mestre, assim como no seu coração está a bondade que prende, domina e fascina os seus discípulos". (2)

(2) Rodrigues Barbosa, 2 de setembro de 1916, ob. cit nota 1, pgs. III-VII.

RUMO À PLENITUDE

A partir de 1907, Guiomar Novaes encerra sua presença nos "Concertos Históricos" da Escola Chiaffarelli. Parte para a fase decisiva de sua carreira. O Governo do Estado de São Paulo outorga-lhe bolsa para estudar em Paris durante quatro anos. Munida de uma carta de apresentação de Chiaffarelli ao seu colega Isidor Philipp (1863-1958), Guiomar chega à Capital da França a 13 de novembro de 1909, inscrevendo-se no concurso de admissão ao Conservatório, sendo aprovada em primeiro lugar entre 388 candidatos para 11 vagas, das quais somente duas resarvadas a estrangeiros. O juri de seleção foi integrado por Claude Debussy (1862-1918), Gabriel Fauré (1845-1924), Lazare Lévy (1882-1964) e Moritz Moszkowski (1854-1925). O repertório consistiu no Estudo em Mi Maior, de Liszt, baseado num dos "Caprichos" para violino desacompanhado, de Paganini; Balada n.º 3, em Lá Bemol Maior, op. 47, de Chopin, e o "Carnaval", op. 9, de Schumann. Tão encantados ficaram os examinadores que Guiomar teve de repetir a Balada!

UMA CARTA DE DEBUSSY

Em carta a seu amigo e colaborador André Caplet, consignou Debussy memorável e insuspeito testemunho da profunda impressão que lhe causou a menina-moça Guiomar Novaes. A missiva está datada 25 de novembro de 1909. Deu-a à estampa o livro "Claude Debussy — Lettres inédites à André Caplet" (1908-1914), Paris, "Domaine Musical", Éditions du Rocher, 1957. Vale a pena transcrevê-la na língua original:

> "Excusez-moi, cher André Caplet, tous ces derniers jours mon temps a été pris par d'ennuyeuses et fatigantes occupations. J'étais voué à l'amélioration de la race pianistique en France...; l'ironie habituelle des choses a voulu que la personne la plus artistique de tous ces produits soit une jeune brésilienne de 13 ans; elle n'est pas belle mais elle a des yeux "ivres de musique", et ce pouvoir de s'isoler de toute présence qui est bien la marque caractéristique, si rare, de l'artiste" (3).

Essa carta, parcialmente transcrita, é um documento *sui-generis*, em que se misturam, a par de uma fina e indesmentível

(3) Caldeira Filho, «A Aventura da Música — Subsídios Críticos para Apreciação Musical», São Paulo, Ricordi Brasileira, 1970, vol. I, pgs. 198-199.

percepção musical, uma ironia virulenta e ferina, a intemperança verbal, o feroz anti-germanismo chauvinista de um músico, firmemente convicto de que "Beethoven decididamente escrevia mal para o piano; e que existe misteriosa correlação entre a feiura das pessoas e a música que elas escolhem..." (4).

PHILIPP

Isidor Philipp prosseguiu o trabalho pedagógico encetado por Chiaffarelli. Nascido em Budapest, a 2 de setembro de 1863, falecendo em Paris, a 21 de fevereiro de 1958, Philipp alcançou Primeiro-Prêmio de Piano, do Conservatório Nacional de Música de Paris. Foi orientado técnica e interpretativamente por Stephen Heller, Saint-Saens e Ritter. Deixou testemunhos numerosos de sua presença emérita como recitalista e concertista em várias cidades importantes da Europa. Em 1890, juntamente com Berthelier e Loeb, organizou um Trio (piano, violino, violoncelo), e séries de concertos de música de câmara. Seis anos mais tarde, refundiu a "Société des Instruments à Vent", que ofereceu interessantes concertos, até dissolver-se em 1910. Publicou numerosas obras pedagógicas e de caráter estético ("Exercices journaliers", "École d'octaves", "Problèmes techniques basées sur une nouvelle manière de travailler", "La gamme chromatique", "La technique de Liszt" (Paris, 1932, 2 vols.). Entre suas admiráveis adaptações cumpre referir a transcrição, para dois pianos, do *Scherzo* do "Sonho de uma Noite de Verão", de Mendelssohn. Entre as composições destacam-se "Rêverie mélancolique" e "Sérénade humoristique" para orquestra. De 1893 a 1934 lecionou no Conservatório de Paris(5). Sua morte foi conseqüência de uma queda que sofreu no "Metrô" de Paris.

Philipp orientou por dois anos a jovem pianista brasileira. Deu-se nessa época um acontecimento mui interessante e característico. Ao tocar para Philipp e Sonata n.º 26, em Mi Bemol

(4) A grosseria epistolar de Debussy é verdadeiramente chocante e incrível: «Parmi ce jury (integrado por Fauré e Moszkowski!) avait des musiciens singuliers, dont la fonction naturelle paraisait d'être, plus vraisemblablement, juges d'un concours d'animaux gras... Le Conservatoire est toujours cet endroit sombre et sâle que nous avons connu où la pousière des mauvaises traditions reste encore aux doigts.»

(5) Gustave Ferrari, verbete «Philipp» em «Grove's Dictionary of Music and Musicians», 5.ª ed., London, Macmillan, 1954, vol. VI, pgs. 711-12; «Baker's Biographical Dictionary of Musicians», ed. Nicolas Slonimsky, 5.ª ed., New York, Schirmer, 1958, pg. 1243.

Maior, op. 81-a, "Les Adieux", de Beethoven (6), o professor discordou do tempo mui rápido que a discípula adotou para o 2.º movimento, "Andante expressivo (In gehender Bewegung, doch mit Ausdruck)". Mandou repeti-lo. Guiomar concentrou-se por instantes, tocou novamente com alguns detalhes suplementares, mas no exato tempo anterior. Após uma terceira tentativa, Philipp desistiu, mas convencido pela digitocussão de Guiomar. Considerava-a a melhor discípula entre as centenas que lhe receberam os sábios ensinamentos.

A CARREIRA

Deu o primeiro recital público em Paris na Sala Érard, antes de concluir o curso do Conservatório, do qual alcançou o prestigioso primeiro "Grand Prix". Aos catorze anos, no Théâtre du Chatelet, apresentou-se formalmente com orquestra sob regência de Gabriel Pierné. Assim teve início a brilhante e sensacional carreira de Guiomar Novaes. Em Londres, no "Queen's Hall", com a "Philharmonic" sob a direção de Henry J. Wodd, executou o Concerto em Ré Menor, KV. 466, de Mozart. Colheu aplausos em Berna, Genebra, Munique, Berlim. Antes da Grande Guerra, que lhe afetou a carreira na Europa, Guiomar teve oportunidade de ouvir alguns dos legendários expoentes do teclado, como p. ex. Ferruccio Busoni (1866-1924): "com toda essa admirável técnica"; Ignaz Jan Paderewski (1860-1941): "que poeta; tão grande era a sua personalidade que você podia aceitar tudo quanto fazia"; Josef Hofmann (1876-1957): "imenso pianista"; Serguei Rachmaninov (1873-1943) e Moriz Rosenthal (1862-1946), além do seu professor Philipp ("grande pianista"), Raoul Pugno (1852-1914).

A Arte da Música encadeou magnificamente a existência de Guiomar Novaes. Ao que consta, ainda não foi proposto qualquer inventário, até mesmo em caráter provisório ou inconcluso, do número de concertos com orquestra, récitas, e, principalmente a discografia. Os artistas, como regra que admite poucas exceções, vivem e trabalham embebidos no preparo, montagem, burilamento de seus programas, atendendo aos contratos, à correspondência, em constantes viagens. Poucos se dispõem a sistematizar os próprios repositórios documentais sob a forma de arquivos na plena expressão da palavra. Uma das exceções é Souza Lima,

(6) A Sonata op. 81-a, por Guiomar Novaes, foi analisada pelo musicólogo alemão Joaquim Kaiser, em seu monumental estudo técnico das várias interpretações das Sonatas de Beethoven: «Beethovens 32 Klaviersonaten un ihre Interpreten», Frankfurt-am-Main, S. Fischer-Verlag, 1975, pgs. 458-461.

pedagogo, compositor, egrégio pianista. Raro o músico profissional que sabe redigir com elegância e propriedade vernaculares. Memórias autobiográficas no Brasil primam pela escassez lamentável. Uma das exceções da música brasileira é Francisco Mignone (7).

O DISCO

Deve-se ao disco o registro de todo um capítulo da arte de Guiomar Novaes. Após seus primeiros êxitos nos Estados Unidos foi imediatamente convidada para gravar na então maior editora fonográfica americana: RCA Victor: discos de 78 rpm, 25/30 cm., os primeiros numa face apenas, pelo sistema pre-elétrico ou acústico, porquanto a gravação elétrica somente entraria em circulação por volta de 1926-1927.

Tal circunstância diz com eloqüência do prestígio conquistado pela jovem Guiomar Novaes, decorrente do êxito fulminante que alcançaram os primeiros recitais. Com efeito, José Carlos Rodrigues, diretor do "Jornal do Commércio" do Rio de Janeiro, amigo da família Novaes, deixava Washington, a pedido do presidente Woodrow Wilson, a fim de funcionar como árbitro em um tratado especial entre Estados Unidos e Noruega. Por influência desse jornalista, Guiomar Novaes, acompanhada de sua mãe, viajou pela primeira vez aos Estados Unidos.

Os críticos ficaram extasiados. Aldrich, no "New York Times", proclamou-a "musicista pela graça de Deus", enquanto Sanborne, no "Globe", crismou-a "a jovem gênio do piano". Finck, escrevendo no "New York Post", comparou-a a Paderewski, outorgando-lhe curioso, divertido, inadequado título, mas que, de todo modo, fez época: "a Paderewska dos Pampas"!...

É certo que, aos pródromos de sua carreira, lá estava Guiomar Novaes emparelhada lado a lado com alguns dos mais insignes pianistas coevos: Paderewski, Rubinstein, Cortot, Backhaus, De Pachmann, Rachmaninov, De Greef, Moiseiwitsch, Harold Samuel, etc.

As primeiras gravações de Guiomar Novaes, publicadas à volta de 1922, não possuem apenas valor histórico. Ao contrário, constituem importantes documentos de uma arte incomum. Não os tenho a todos. Por andanças e pesquisas em liqüidações de discotecas, lojas de segunda mão, espólios vários, doações de objetos culturais aparentemente inúteis e imprestáveis, sempre foi possível reunir algumas chapas "Victrola" de dez e doze polegadas, que soam surpreendentemente nítidas, apesar do mo-

(7) Francisco Mignone, «A Parte do Anjo — Autocrítica de um Cinquentenário», S. Paulo, E. S. Mangione, 1947, 77 pgs.

desto índice de ciclagem, da defectiva resposta sonora, da inevitabilidade dos ruídos de superfície, resultantes do atrito da agulha quando percorre as estrias de goma-laca. Mais tarde, Guiomar haveria de regravar em "long-playing" uma parte de seus "encores". Pouco provável, entretanto, que o fizesse p. ex. com a "Guitarre", op. 45 n.º 2; "La Jongleuse", op. 52 n.º 4, de Moszkowski (N.º 64.880); Mazurka em Ré Maior, op. 33 n.º 2, de Chopin (N.º 64.941). Cumpre anotar uma deliciosa execução da "Marcha Turca" da música incidental "As ruínas de Atenas", op. 113, de Beethoven (N.º 64.939); do "Canto da Primavera" de Mendelssohn-Bartholdy (N.º 64.940); do "Tango Brasileiro" de Alexandre Levy (N.º 64.879), a primeira gravação fonográfica duma página histórica do nosso incipiente nacionalismo musical. "Polichinello", n.º 7 da suite "A Prole do Bebê" n.º 1 (1918) de Villa-Lobos, acoplado ao "Tango" em Ré Maior, de Albéniz-Godowsky (N.º 1323). Pela "Columbia", já na fase elétrica, retornava Guiomar Novaes à música brasileira, em cintilantes versões do triptico "As Três Marias" de Villa-Lobos e "Tocata" de Camargo Guarnieri (30-3526, 25 cm).

Entre as chapas de 12 polegadas depara-se-nos obra que o grande público sempre associou — abusivamente a meu ver — ao gênio interpretativo de Guiomar Novaes: "Grande Fantaisie Triomphale sur l'Hymne National Brésilien", op. 69, de Louis Moreau Gottschalk (1829-1869), célebre pianista e compositor norteamericano, precocemente vitimado pela febre amarela no Rio de Janeiro; peça neo-lisztiana, ferozmente enfática, grandiloqüente, de suma dificuldade interpretativa. A propósito, certa feita comentou Andrade Muricy: "a artista foi forçada, no fim da audição, ao esforço dispensável de ressuscitar a Fantasia triunfal, de Gottschalk sobre o Hino Nacional. A parte desportiva e comemorativa do público, amante dos reides cívico-oratórios, exigiu delirantemente a seródia fantasia, elocubração extra-artística, e quis ainda obrigar a parte musical do auditório a ouvi-la de pé. — De pé, só o próprio Hino, no texto venerável de Francisco Manuel" (8).

A primeira gravação da "Fantasia" pertence à fase acústica (Victrola, n.ºs 74675/6) recoplada em ambas faces (N.º 6372). Mais tarde, a artista gravou pelo sistema elétrico ("Orthophonic Recording", n.º 6821). Infelizmente, seu derradeiro Lp, o único que produziu no Brasil, inclui defectiva execução do "war horse" de Gottschalk, sem a impulsividade flamívoma, heróica de Guiomar Novaes, em seus grandes dias (RGE/Fermata, 305.1034).

Exceto o famoso "Minueto", as peças de Paderewski para

(8) Andrade Muricy, «Caminho de Música», Curitiba, Editora Guaira, s.d., vol. II, pg. 205.

solo de pianoforte estão olvidadas, como sucede ao belo "Nocturne" (N.º 74576), do qual não me consta que haja gravação similar.

Quando, após 1948, implantou-se em definitivo o disco prensado em vinilite ou polivinila pelo sistema denominado longa-duração, Guiomar Novaes assinou contrato com a "Vox" norte-americana. Até então jamais gravara com orquestra. Urgia que o fizesse, exercendo-se no repertório clássico-romântico, que a celebrizara internacionalmente. Ao menos em princípio, o concerto para piano e orquestra não suplanta a sonata ou a variação, se tomarmos ambas em sua mais alta amplitude dramática. Não há negar a importância básica do concerto instrumental, de gigantesco repertório, partindo da fase conclusiva ou tardia do Barroco, no perlustre do Classicismo, agigantando-se nos horizontes do Romantismo para desembocar enormíssimo nos dias atuais. A lição de Alfred Einstein parece irretorquível: "O piano é o único instrumento que se não situa em desvantagem, tanto em razão do seu volume sonoro limitado, como sucede ao violino, à flauta ou ao clarinete; ou por motivo de limitações concernentes à modulação ou afinação, como a trompa. É tão poderoso quanto a orquestra, com a qual forma um digno opositor, devido à variedade da produção sonora que possui, qual instrumento percutivo altamente desenvolvido" (9).

Como observação geral — excluídas quaisquer diferenças naturais e compreensiveis de técnica eletro-acústica de gravação, bem como a maior ou menor competência das orquestras e respectivos regentes — avulta a circunstância de Guiomar Novaes tocar os Concêrtos de Mozart, Beethoven, Schumann, Grieg enquanto *música;* nunca ao sabor de idiossincrasias aleatórias e personalistas, de vedetismo contraproducente. Exceto talvez o tempo excessivamente rápido que adota no Rondó do Concerto em Mi Bemol Maior, KV.271, de Mozart, a solista se distingue por dignificante equilíbrio agógico no que tange o *tempo*, ou seja, o andamento básico de cada movimento das obras. Se a interpretação varia de intérprete a intérprete — e nisso reside boa parte da importância, do fascínio e dos trágicos, descaminhos que a música exerce sobre os seus cultores — sempre há um limite à velocidade, além da qual impera a mais absurda, incongruente, desesperada licença, totalmente inaceitável por seus próprios fundamentos. A esse respeito, Guiomar Novaes talvez subscrevesse os conceitos de Manuel de Falla: "Creio na bela utilidade da música sob o ponto de vista social. É necessário não fazê-la de maneira egoista, para si, mas para os outros... Sim, trabalhar para o público sem lhe fazer concessões: eis o problema! Em

(9) Alfred Einstein, «Mozart — His Character — His Work», trad. Arthur Mendel e Nathan Broder, London, Cassell, 1946, pg. 287.

mim, isso constituiu preocupação constante. É necessário ser digno do ideal que se leva dentro de si e exprimi-lo: é uma substância a extrair, algumas vezes com enorme trabalho, com sofrimento... e logo ocultar o esfôrço, como se fosse uma improvisação mui equilibrada, com os meios mais simples e seguros. — Sem a poderosa ajuda de minhas convicções religiosas, jamais teria o valor para continuar por um caminho que as trevas enchiam em sua maior parte" (10).

PARA GUIOMAR UM MESTRE DA ANÁLISE MUSICAL

Ninguém ignora a importância dos professores Luigi Chiaffarelli e Isidor Philipp na carreira artística de Guiomar Novaes, conforme ficou assinalado à exuberância páginas atrás. Entretanto, cumpre registrar outra personalidade, que exerceu papel não menos substancial: o maestro, organista, professor, musicólogo e compositor Furio Franceschini (1880-1976), cuja alongada, profícua e operosa existência merece retrospecto sintético.

Oriundo de ilustre família de artistas, nasceu em Roma, onde cursou a Real Academia Santa Cecília e a Escola Superior de Música, diplomando-se com distinção. Em Paris cursou a "École Normale de Musique". Mais tarde complementou seus conhecimentos do canto gregoriano na Abadia de Solesmes, Ryde Isle, Wight. Além de seu pai, foi discípulo, entre outros, de Zuccani, Setaccioli, Capocci, Mouquet, Widor, Bellenot, Ceillier, D'Indy e Mocquereau.

Suas primeiras execuções orquestrais se deram na Grécia, em Corfu e Atenas (1903). Como regente auxiliar e de coro de uma temporada lírica veio ao Rio de Janeiro, no ano seguinte. Desde então radicou-se no Brasil, cuja cidadania adotou. Constituiu família e residiu em São Paulo, de 1907 até a morte.

A atividade pedagógica de Furio Franceschini abrangeu 50 ininterruptos anos, tendo lecionado música e canto gregoriano no Seminário de São Paulo. Cursos e conferências realizou-os às dezenas. Exerceu o magistério no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e no Instituto Musical Santa Marcelina. Personalidades exponenciais da vida eclesiástica e artística brasileira tiveram a honra de ser seus discípulos. Entre os numerosos trabalhos publicados destacam-se "Curso de Análise Musical", aprovado para integrar os currículos da "École Normale de Musique" de Paris, da Escola Nacional de Música, Rio de Janeiro, e do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo; "Compêndio de Canto Gregoriano"; análises várias, monografias, cola-

(10) Suzanne Demarquez — «Manuel de Falla», trad. Juan-Eduardo Cirlot, Barcelona, 1968, pg. 164.

borações na imprensa diária, em revistas nacionais e do exterior. Redigiu inúmeros pareceres técnicos; integrou bancas de concursos oficiais, inclusive da Escola Nacional de Música.

Franceschini compôs mais de quatrocentas obras de música sacra coral e polifônica, entre as quais sete Missas, "Te Deum", hinos, partituras para órgão, piano, canto, orquestra e instrumentos vários. Durante sessenta anos exerceu as funções de Mestre-de-Capela e Primeiro Organista da Catedral da Sé, de São Paulo. Foi concertista de órgão, regeu coros e orquestras, apresentando-se em teatros e nas principais igrejas brasileiras.

Guiomar Novaes foi discípula de Franceschini, de cujo arquivo consta manuscrito (não datado) de uma pequena peça, composta pelo mestre, especialmente para pequeno grupo de meninas que percutiam copos com água, sendo "a melodia executada pela menina Guiomar Novaes"!

> "Questo piccolo valtser fu suonato sul palco del Teatrino del Liceu "Coração di Gesù" da un gruppo di bambine battendo con dei bastoncini o lapis, una serie di bicchieri (con acqua) intonati. La melodia l'esequiva da bambina "Guiomar Novaes".

Outro precioso documento do arquivo do maestro Franceschini é um programa-convite para a inauguração do novo órgão da Matriz de Santa Cecília, a 6 de janeiro de 1914, às 3 horas da tarde. A parte musical constou de obras de Filippo Capocci, Wilhelm Friedmann Bach, Gluck, Franceschini, J. S. Bach. Nesse concerto, a menina Guiomar Novaes realizou o acompanhamento de órgão na Cantata "Dies iste" de Perosi e foi solista do "Largo e spiccato" de W. F. Bach e a "Gavotta" de Gluck.

É fora de dúvida que Furio Franceschini foi precioso guia na carreira artística de Guiomar Novaes. Cada ano, de retôrno a São Paulo, após cumprir, na Europa e nos Estados Unidos, os compromissos de concertos, recitais, gravações fonográficas, Guiomar Novaes nunca deixava de comparecer à residência do mestre, na Avenida Nazaré, bairro do Ipiranga, a fim de dar prosseguimento aos seus estudos de análise musical, da qual Franceschini foi, em seu tempo, o "primus inter pares" no Brasil. Para o musicista, a análise se reveste da maior importância, porque somente ela desvenda a essência, a estrutura, os interstícios, o conteúdo, a mensagem da obra d'arte, ensinando a correta maneira de interpretá-la e compreendê-la. Disse-o claramente o musicólogo Frederick Dorian:

> "A análise do procedimento criador demonstra que certas partituras, que se iniciam mui auspiciosa-

mente, não chegam a materializar-se na perfeição prometida porque o compositor não pode controlar os múltiplos fatores do ofício ou porque não pode conquistar a forma. O que diferencia o profissional do amador não é o poder de inspiração, a faculdade de ter idéias, senão o domínio que o compositor possui de seu ofício. Na oficina do verdadeiro compositor devem trabalhar, de conjunto, todas as suas faculdades criadoras. O consciente, a intuição e o intelecto, o instinto e a técnica devem interpenetrar-se numa permuta sempre cambiante. "Não existe arte sem ofício, nem ofício sem adestramento (treino) teórico. Obviamente que para produzir uma verdadeira obra d'arte é necessário muito mais do que ofício e teoria. A mais cabal aprendizagem e a mais fanática obediência às regras podem dar como resultado, no melhor dos casos, uma satisfatória obra de artesanato. Porém a grande música é sempre a soma da inspiração, mais o ofício, mais a síntese criadora". ("The Musical Workshop", New York and London, Harper & Brothers, 1947, pg. 241).

ESTÉTICA DA ARTISTA

Em magnífico e sintético estudo, dado à estampa no "Suplemento Cultural" d'"O Estado de S. Paulo"(11), estudo esse que refoge por completo à estereotipia vaga, inconsistentemente frágil, superficial e seródia das generalizações apressadas de mesa de redação à hora de fechar matéria de jornal, — Arnaldo José Senise soube enfocar com rara felicidade a arte de Guiomar Novaes:

"Pondo de parte certos estilos puramente pessoais de Guiomar, ao enunciar esta ou aquela passagem musical; pondo de parte tonalidades particulares, circunstanciais mesmo, com que coloria determinadas peças ou trechos, havia, na sua maneira de abordar o piano, um conjunto de peculiaridades físicas, técnicas e estéticas — conjunto que comumente se chama de "jogo pianístico" — que a tornavam única no cenário instrumental. Porém, aos que conheceram bem a Escola em que Guiomar foi formada, essas peculiaridades constituem, na

(11) Arnaldo José Senise, «Guiomar Novaes: um estilo», «Suplemento Cultural», «O Estado de S. Paulo», Ano III n.º 128, 15-IV-1979.

verdade, a essência e a base técnico-estética da execução pianística: era o jogo pianístico especialíssimo que se praticava com Luigi Chiaffarelli e que procuraremos descrecer adiante.

Tal era, na realidade, a única maneira de encarar o piano e a música que esse mestre concebia. E escusado é considerá-lo por isso um personalista — escusado inclusive para aqueles que insistem em que pode despojar-se a música de uma estética e de uma sintaxe —, porquanto ao se avaliarem os frutos que sua escola produziu, o deslumbramento é completo: revela-se um modo absolutamente ímpar de envolver as peças numa "atmosfera sonora" de inefável maciez, um modo de produzir inacreditáveis efeitos de sonoridade e de atingir majestosa intensidade (quando é o caso), arrancado tudo isso do mais profundo do instrumento, com a serenidade, o carinho e o peso (nunca a força) de "mãos que deslisam sobre a seda".

Não se pense que desejamos ofuscar o brilho e a grandeza de Guiomar Novaes pelo realce da figura de Chiaffarelli. Possuidora que era de um entendimento musical, de uma intuição e de uma doçura que só de raro em raro despontam, o gênio de Guiomar cresceu e floresceu na fertilidade de um terreno que só Chiaffarelli, com sua profunda compreensão de arte, podia oferecer-lhe.

Pela importância que tal concepção adquire, no caso, procuramos, abaixo, reproduzir, de forma sumária os princípios — absolutos e inelutáveis — que orientavam a arte do piano naquela escola.

1. O piano é instrumento *cantante* e não instrumento de percussão.

2. Sonoridade — Objetivo dos maiores no desenvolvimento da técnica e elemento de essencial importância na execução é a sonoridade que se procura fazer o piano emitir, por meio de uma "mão de veludo" que deve "acariciar" as teclas, afundando-as com peso, de modo a fazer vibrar a corda e a madeira em toda sua plenitude canora.

Mas isto jamais é conseguido com o emprego da força. Trata-se de um "toucher" especial: suave, mas profundamente sonoro; sempre doce, mas ca-

(12) Vd. também as críticas do prof. Caldeira Filho, ob. cit. I, pgs. 191-202.

paz de volumosa veemência quando necessário. Sob um tal "toucher", as notas "cantam" com uma voz que não é mais o som puro do metal, mas sim a *sonoridade* de um corpo físico transmutado pelo milagre do fenômeno artístico. Pois, como bem disse o prof. Caldeira Filho, uma coisa é a *luz*, fenômeno físico, e outra é a "*luminosidade*" na qual a pena de um pintor ou o "*colorido*" (não a cor) de um vitral gótico a transmutam. Assim também, uma coisa é o *som* e outra, bem outra, é a "*sonoridade*", composto estético que só o artista, com técnica especial, pode produzir (...)

3. Atmosfera Sonora — Os Baixos — Deve-se criar, durante a execução, um "ambiente vibratório", uma "atmosfera sonora", uma "aura" que envolva toda a peça, servindo-lhe de estofo, principalmente por meio do *realce das harmonias dos baixos* e do jogo de pedais. Essa atmosfera se deverá penetrar de colorido, de luminosidades, de contrastes, de efeitos sonoros, por meio do jogo contrastante dos *dois pedais*. Deve o pedal esquerdo auxiliar a fazer o acabamento das frases, pelo seu acionamento ou desativação *progressivos* e não abruptos, evitando-se empregar o mesmo de súbito durante certos trechos, esquecendo-o depois. Por esta razão, o pianista deve manter seu pé esquerdo constantemente sobre o pedal "piano", mesmo quando não o acione. (...)

4. A emissão dos "fortissimi" — Proibe-se, absolutamente, "bater" ou "martelar" o teclado de maneira agressiva a produzir sons metálicos e ásperos. O aumento da intensidade deve ser conseguido pelo *maior peso* da mão sobre a tecla e não por maior força no impulso. A força e a dureza, na realidade, *reduzem* a vibração do instrumento, ao invés de aumentá-la. "A mão do pianista deve ter o peso do chumbo, mas ser revestida de algodão e veludo". Por isso, há mestres que recomendam a abordagem dos "fortissimi" (fff) sob o emprego do pedal esquerdo, com o fim de evitar os sons irritantes e antiestéticos, dosando o peso das mãos, para, de qualquer modo, atingir a intensidade sonora requerida pelo autor. (...)

5. Fraseado e Inflexões da Elocução — Deve-se interpretar o texto musical distinguindo e encadeando com clareza as idéias nele contidas;

isto é, deve-se "dizê-lo" de acordo com sua divisão em motivos (incisos), meias-frases e frases, e não tomando-se como base, rigidamente, as notas compreendidas entre duas barras divisórias, nem o que se encontra sob cada ligadura, uma vez que tanto estas como aquelas estão, com freqüência, marcadas incorretamente, como o demonstrou Hugo Riemann.

Disso decorre que a elocução musical deve ser de todo flexível, sujeita a constantes variações agógicas, a fim de colocar-se de acordo com o sentido das frases musicais, a fim de atender às exigências do sentimento, e às exigências da expressão das cores, nuanças e contrastes, a fim de destacar os requintes da estrutura sintática das peças.

Em suma, o plano de execução deve nortear-se pelo *caráter da peça,* respeitando incondicionalmente a concepção da *melodia como linguagem perfeitamente estruturada, que possui um sentido próprio.*

Guiomar Novaes tinha, como personalidade, muitos méritos, destacando-se o seu irresistível "charme" no palco e um grande magnetismo sobre o público. Mas, para a arte, isso não é o mais importante.

É pela sua qualidade de última e mais alta representante daquela *maneira extraordinária de "fazer o piano cantar",* que procuramos delinear, que sua ausência adquire, para a arte, o significado de uma privação incompensável. Se, sem Guiomar Novaes, o Brasil é menos Brasil em arte pianística, esta, no plano mundial, se torna também menos arte, diminuida que fica em sua possibilidade de materializar-se da forma encantadora descrita". (12).

UM DEPOIMENTO

Há um inevitável "embarras de richesse" na multiplicação "ad nauseam" de depoimentos insuspeitos, importantes e autorizados, que os anos foram acumulando sobre a grande artista de São João da Boa Vista. Transcreve-se apenas um, da lavra de colega da própria Guiomar: o do compositor, professor e pianista norteamericano Abram Chasins, nascido em Nova York, a 17 de

agosto de 1903, tendo cursado a "Juilliard School of Music", a Universidade de Columbia e o Instituto Curtis de Música, Filadélfia. Teve como professores Ernest Hutcheson, Rubin Goldmark e Josef Hofmann. Curiosa e inusitada peculiaridade: estreou-se em público tocando, em estréia absoluta, o seu Concêrto para piano e orquestra, com a Orquestra Sinfônica de Filadélfia, a 18 de janeiro de 1929. Como concertista, Chasins efetuou extensas digressões artísticas pela Europa e Estados Unidos. De 1926 a 1935, integrou o corpo docente da Faculdade de Música do Instituto Curtis. Nomeado, em 1943, consultor musical da estação de rádio WQXR de Nova York, que dirigiu até 1947, Chasins foi o primeiro compositor norteamericano a ter suas obras estudadas e dirigidas por Toscanini. Na maior parte para piano, as composições ascendem a uma centena. Além do Concerto, destacam-se "Três Peças Chinesas" em dupla versão: pianística e orquestral; e Vinte e Quatro Prelúdios, para piano. As "Três Peças" integraram o repertório de artistas do calibre de Josef Lhévinne e Josef Hofmann. Além de brilhante pianista é o autor das obras "Speaking of Pianists" (New York, 1958), e "The Van Cliburn Legend" (N.Y., 1959).

Trata-se, portanto, de testemunho insuspeito e autorizado. Eis o que escreve Abram Chasins:

> "À carreira de Guiomar Novaes aplica-se o provérbio de nada traz mais êxito... do que o êxito. Sua primeira apresentação em Nova York, em 1915, alcançou eletrizante sucesso artístico e pessoal. Tive o privilégio de assistir e testemunhar como foi ela inequivocamente colocada entre a elite de uma idade de ouro do piano.
>
> No entanto, várias décadas decorreriam antes que a sua carreira começasse a refletir uma relação mais merecida entre o potencial de sua arte e o reconhecimento profissional, continuamente conquistado desde o memorável dia de sua brilhante estréia em Paris, aos 16 anos.
>
> De todos os atributos que ela possuia já naquela época, o mais significativo entre os elementos artísticos era o seu individualismo. As leis que seguia eram as suas, que justificou inúmeras vezes. Nos anos que decorreram, observou-se nela um crescente amadurecimento, o que, sem dúvida, enriqueceu o seu virtuosismo e magnetismo pessoal.
>
> Creio que resistirei à tentação de examinar detalhadamente quaisquer de suas interpretações, em público ou em gravações, no presente ou no

passado. Antes preferiria analisar, tanto com os olhos quanto com os ouvidos, as características gerais de uma muito querida e notável artista, cujas realizações demonstraram um virtuosismo que merece ser considerado único. Mesmo antes de começar a tocar uma só nota, já o público encontra-se sob o efeito da magia, que advém do seu calmo andar em direção ao piano, o porte soberano de sua pequena figura, o doce sorriso no recanto de seus lábios. Uma vez ao teclado, torna-se intensamente séria. Seu corpo mantém-se absolutamente quieto. Somente a cabeça e as sutis e fugidias mudanças da expressão em sua bela face falam das emoções que sente. Mas, fundamentalmente, ela denota a serenidade de alguém que não possui conflitos interiores, oriundos da dúvida entre fazer e não-fazer. E o espectador sente que ela se dirige a ele, somente a ele.

Sem dúvida é uma pianista nata. Possui uma dignidade de rainha, calma e elegante, que de há muito a tornaram executante de natureza real. O que conquistou fê-lo nunca em detrimento de outrem. Mantém uma combinação, justificadamente famosa, de absorção devocional e espontânea vibração.

Tal a sua simplicidade e lucidez que se compreende de imediato todo o significado da peça executada. Ao mesmo tempo, o seu significado torna-se-nos claro. Discernimos u'a artista modesta e profundamente dedicada, uma mulher orgulhosa de ser mulher, tão firme no domínio de si mesma quão completa a apropriação da música, do seu instrumento, de sua platéia. Sua expressividade é completamente pessoal. É a de uma consagrada esposa, mãe e musicista, que vê a vida como um todo, que de coração nos fala de como conheceu alegrias e tristezas. Sua execução revela intuição, sensibilidade emocional e disciplina pessoal, tudo transfundido numa arte que, mesmo através de sua beleza sensual, possui alta qualidade moral e espiritual. (...) Pianisticamente Guiomar Novaes identificou-se com o instrumento de um modo natural e sem esforço. Límpida articulação e gradações luminosas de colorido a tudo interpenetram com clareza cristalina, com humanidade e fé (...) Sua mestria nesse sentido foi eloqüentemente

exarada pelo erudito W. J. Henderson, no jornal "Sun", de New York, pouco após sua estréia em Norteamérica:

"O piano, não por meio de assalto, mas cortejado por seus dedos, revela os seus tesouros. No que diz respeito a belezas sonoras e imensa virilidade, somente Hofmann ou Paderewski poderiam tê-la igualado. E talvez isto baste por hoje, sobre uma menina do Brasil".

Concordo. Maior elogio não poderia ser feito a um pianista". (13)

ENTRE RIBALTA E ESTÚDIO

Otto Maria Carpeaux sustentava que "a boa crítica sempre é, em parte impressionista, pois se as grandes coisas não a impressionam, nada vale: mas sempre é ativa, isto é; intervém no "curso perturbado das coisas" (Bense), embora consciente do fato de que as perturbações do tempo também a atingem. A crítica não fornece a verdade dogmática, mas é "uma teoria de verdades apenas aceitáveis" (Emílio Cecchi) (14).

Poucas opiniões restritivas e desfavoráveis recolheu Guiomar Novaes. Gesto, aliás, perfeitamente lógico, na medida em que entendemos com clareza porque existe a crítica (15)

(13) LP «Decca», SLP-7541, edição brasileira.

(14) Otto Maria Carpeaux, «Linha traçada», «Suplemento Literário» d' «O Estado de S. Paulo», 12-XII-1959.

(15) Escreve Andrew Pavlovsky, em «Record News», vol. IV n.º 2, maio de 1956, a propóstio do disco «Vox» PL 9070, contendo os «Études», op. 10 e o «Scherzo» em Si Menor, op. 19: «Guiomar Novaes' playing of Chopin is never insensitive or unintelligent, and she has recorded several most enjoyable performances. The studies, however, catch her out badly and are cruelly revealing as far as her technical equipment is concerned. All the sensivity and musicality in the world will not redeem an inaccurate and inadequately controlled performance of Chopin's studies, and this, to put it bluntly, is what we get on this disc. Quite apart from actual technical limitations there are signs of carelessness; in n.º 8 the pianist actually loses her way and improvises for two bars, a gaffe which one hardly expects to find in a recording of such a familiar piece by a leading performer. The fest of the set are 5, 6, 7 and 9. In the first, third and fourth of these Mme. Novaes's fingers trip fleetly and obediently (though even so there is a mess at the end of 7) and her phrasing and dynamics can be enjoyed. The rest is marred by roughness, unevenness, or just plain inability to meet Chopin's demands. The **Scherzo** is also not free from technical faults, but Mme. Novaes can bring her interpretative powers to bear much more effectively on this extended and highly dramatic piece than on the studies. The sections are skillfully built up and joined, and the middle section is beautiful calm and reflective.» Estes parágrafos contradizem o que afirma H. C. Schonberg: «she never gets a bad review»...

No decurso dos anos, seus programas foram se tornando cada vez mais conservadores. Na década de 40, foi talvez a primeira a tocar em São Paulo a monumental e dramática Sonata n.º 5, em Fá Menor, op. 5, de Brahms, alongada e difícil, ora trágica, espectral, introspectiva, ora plena de brilho e bravura. Esfalfou-se sobre o teclado, recolhendo, ao final, a mera cortesia dum "succès d'estime"... Quem, nos auditórios daquele tempo, sabia de Brahms? No Rio de Janeiro reviveu raridades com o "Poema Trágico", o Prelúdio em Dó-Sustenido Menor, de Scriabine, o "Scherzo" de Borodin. Jamais ouvi tais obras em São Paulo, ao menos por Guiomar Novaes. Tenho impressão de que a desinteressada apatia do público induziu-a, em termos repertoriais, a uma fixação clássico-romântica, numa linha que principiava pelo tardio Barroco, nas obras de J. S. Bach, Scarlatti e Handel, até aos camafeus miniaturísticos de seu marido Octávio Pinto e os devaneios românticos do cunhado Arnaldo Ribeiro Pinto.

Pela obra genialíssima e única de Frédéric Chopin (1810-1849) sentia Guiomar Novaes a mais íntima, endopática afinidade, na fusão de bravura e sentimento de um repertório centrado no piano. Foi o compositor mais gravado pela artista. Os dois Concêrtos (Mi Menor, op. 11; Fá Menor, op. 21), respectivamente pelos acompanhamentos das Orquestras de Bamberga, reg. Jonel Perlea (EQVX-70007) e Sinfônica de Viena, reg. Otto Klemperer (PL-7100); os Vinte e Quatro Prelúdios, op. 28 (EQVX-70008), as Sonatas n.º 2, em Si Bemol Menor, op. 35; n.º 3, em Si menor, op. 58 (PL-7360); as Valsas (EQVX-70.017), dois recitais chopinianos variados, o primeiro, sob os auspícios da "Vox" (SLP-4574), o segundo, pela "Vanguard" ("Guiomar Novaes plays her favorite Chopin" — (VMLP-60013); os "Études", opp. 10 e 25 (PL 10.930), a série integral dos "Nocturnes", em dois vols. (EQVX-70.017/18) — constituem o monumento chopiniano imperecível de Guiomar Novaes.

Ao lado de Chopin, encontra-se seu exato contemporâneo, o grande mestre romântico alemão Robert Schumann (1810-1856), que também compôs admiravelmente para o piano. Substancial foi a contribuição de Guiomar Novaes, muito embora menos avultada em termos quantitativos. Das duas gravações que efetuou do Concerto em Lá Menor, op. 54, ela própria preferia a que realizou com os "Wiener Symphoniker", sob a regência de Otto Klemperer (PL-7110), relativamente à versão com a Orquestra Pro Música de Viena, sob a direção de Hans Swarowsky (SLP-4536). Harold C. Schonberg, eminente musicólogo e crítico norte-americano, Editor-Chefe da coluna de música erudita do "New York Times", escrevendo para "High Fidelity Magazine" (Maio de 1958), considera a gravação de "Papillons", op. 2, a

maior que já se perpetrou em disco (16). Outras obras schumannianas são as "Peças de Fantasia" ("Phantasiestücke", op 12) — SLP-4579); "Cenas da Infância" ("Kinderszenen", op. 15) (SLP-4536); "Arabeske", op. 18, "Nachtstück", op. 23 n.º 4; "Romanze" em Fá-Sustenido Maior, op. 28 n.º 2; "Pássaro Profeta" "Vogel als Prophet", op. 82 n.º 7, das "Cenas da Floresta), EQVX-71002; "last, but not least", o maravilhoso "Carnaval", op 9 (SLP-4515) e os portentosos "Études Symphoniques", op. 13, rejeitadas as variações póstumas e suplementares, mas, em contrapartida, com a dotação de todas as repetições expositivas. Esses "Estudos" foram gravados no decurso de uma única tomada de estúdio, sem necessidade de emendar sequer uma nota.

Beethoven (1770-1827), uma das supremas expressões da Grande Música, aparece em seu repertório com as Sonatas n.º 17, em Ré Menor, op. 31 n.º 2; n.º 26, em Mi Bemol Maior, op. 81-a ("Das Lebewohl", "Les Adieux") (PL-6270); n.º 14, em Dó-Sustenido Menor, op. 27 n.º 2 ("Quasi una fantasia"; "Ao Luar"), e a mais importante de todas: a derradeira Sonata (n.º 32, Dó Menor, op. 111), para a qual Guiomar Novaes, no apogeu de seus dotes interpretativos, reservou inefáveis tesouros de beleza. Inquestionavelmente constitui uma de suas maiores realizações artísticas. No dizer do grande romancista alemão Thomas Mann:

> "Sim, sempre como o tema desse movimento, passando através de cem destinos, cem universos de contrastes rítmicos, termina por ultrapassar-se a si mesmo e se perde em alturas vertiginosas, que se poderiam denominar o além ou a abstração, — do mesmo modo a arte de Beethoven ultrapassava-se a si mesma. Das regiões habitáveis da tradição, sob o olhar atônito dos homens, ascendeu a esferas nas quais apenas subsistia sua essência pessoal: — um eu dolorosamente isolado no absoluto, e, além disso, desvinculado do elemento carnal pela perda da audição; príncipe solitário no reino do espírito, do qual nada mais emanava do que estranhos calafrios" (17).

Dos Concertos para piano e orquestra, de Beethoven, seu preferido era o Quarto (Sol Maior, op. 58), com duas gravações realizadas em Viena, sob a regência de Otto Klemperer (PL-7090)

(16) «... the **Papillons**, in my opinion the greatest performance of the early Schumann work ever put on records».

17) Thomas Mann, «Le Docteur Faustus», trad. Louise Servincin, Paris, Albin Michel, 1950, pg. 68.

e Hans Swarowsky. O Concêrto n.º 5, em Mi Bemol Maior, op. 73, cognominado "Imperador", ficou também registrado em disco, pelo acompanhamento dos "Bamberger Symphoniker", reg. Jonel Perlea (ST PL-511.930).

Felix Mendelssohn-Bartholdy (1809-1847), ao menos no capítulo pianístico, nunca foi um compositor freqüentado pelos recitalistas. Felicitou-o, todavia, Guiomar Novaes, interpretando-lhe catorze "Canções sem Palavras" ("Lieder ohn Worte") (EQTV-71.012).

Franz Liszt (1811-1886), titã do romantismo programático, talvez o mais extraordinário pianista-virtuose de todos os tempos, teve uma face de disco dedicada aos "Murmúrios da Floresta" ("Waldesrauschen"), "Sonho de Amor" ("Liebestraum"), "Valse Oubliée" n.º 1, e a potente Rapsódia Húngara n.º 10 (Decca, SLP-7541). Pena que jamais se interessasse por "Harmonies du Soir", a série das dez "Harmonies Poétiques et Réligieuses", em que se contém uma das páginas mais geniais, sublimes e poéticas de toda a literatura pianística: o noturno "Bénédiction de Dieu dans la solitude" ("I can only call divine *afflatus*, great music that passes through an interpreter and comes out more momentous than it went into him", escreveu o crítico e musicólogo britânico William S. Mann (18). Nesse capítulo de omissões discográficas, é estranho que Guiomar Novaes nada gravasse de Schubert, Franck, Fauré, Oswald, Grieg...

O Concerto em Lá Menor, op. 16, de Grieg, acoplado às "Noches en los jardines de España" de Falla, com a Orquestra Sinfônica de Viena, sob regência de Hans Swarowsky (SLP-4518), forma interessante e inusitado acoplamento, que se qualifica por superlativa sonoridade e senso de estilo. O vol. I dos "Préludes" de Debussy; as Sonatas n.º 5, em Fá Maior, KV.383, Lá Maior, KV.331 (da "Marcha Turca"); Dó Maior, KV.545; o Rondó em Lá Menor, KV.511 (SLP-4531); os Concertos n.º 9, Mi Bemol Maior, KV.271, n.º 20, Ré Menor, KV.466 (PL-8430) de Mozart, documentam quão maravilhosa foi Guiomar na obra pianística do gênio de Salisburgo.

"Encores", "bis", peças extra-programa, com as quais a artista agradecia os apoteóticos aplausos do auditório, ficaram documentados em dois discos "Vox" (PL-7500, 15.010) este último sob o título "The Art. of Guiomar Novaes". Deparam-se-nos, *inter alia*: J.S. Bach/Siloti — Prelúdio em Sol Menor; Gluck/Sgambati — Melodia, Dança dos Espíritos Benaventurados, Música de Bailado de "Alceste" (arr. Saint-Saens); Brahms — *Intermezzo* em Si Bemol Menor, op. 117 n.º 2; *Capriccio* em Si

(18) «Gramophone», vol. LV n.º 660, maio de 1978, pg. 1903.

Menor, op. 76; Valsa em Lá Bemol Maior, op. 39 n.º 15; Beethoven — Marcha Turca; Saint-Saens — *Caprice*; Purcell — "Hornpipe"; Philipp — "Feux-Follets"; Octávio Pinto — "Cenas Infantis"; Vuillement — "Hornpipe".

Guiomar Novaes gravou no Brasil um único disco. Fê-lo em São Paulo, pela RGE/Fermata (n.º 305.1034, estéreo). Exceto a "Fantasia" de Gottschalk, todo o repertório envolve compositores brasileiros: Mignone "Velho Tema", dos "Seis Estudos Transcendentais"; Octávio Pinto — "Cenas Infantis"; Carlos Nobre — "Samba Matuto" do "I Ciclo Nordestino"; A.R. Pinto — "Pregão" da suite "Imagens Perdidas"; Souza Lima — "Improvisação n.º 1", sobre o tema "Sereno" de Marcelo Tupinambá; Camargo Guarnieri — "Ponteio" n.º 30; Villa-Lobos — "Branquinha", "Moreninha" da Suite n.º 1, "A Prole do Bebê"; "O Ginete do Pierrozinho" do "Carnaval das Crianças Brasileiras"; "Manda tiro, tiro lá", "Pirolito", "Rosa Amarela", "Garibaldi foi à missa", excertos do "Guia Prático".

Harold C. Schonberg, que compulsou seus programas de concerto da década 1920-1930, foi anotando a presença em repertório de obras como a *Sonata* de Liszt, a "Valsa de Mefisto", excertos de "Iberia" de Albéniz, "Variações e Fuga sobre um Tema de Handel", op. 24, de Brahms; "Prélude, Choral et Fugue" de César Franck; 3.ª Suite Inglesa, Fantasia Cromática e Fuga, BWV 903, de J.S. Bach, etc.

Agora, Guiomar Novaes pertence à história da música brasileira: menos mero capítulo do que propriamente uma lição de honestidade e coerência artística. Sua biografia musical está por escrever-se. Que o seja, porém, num sentido profundamente *crítico*, objetivo, sem a costumeira estereotipia adjetivante de que são pródigos certos escribas completamente jejunos de música, por fora da gênese da arte.

O melhor epitáfio para essa mulher extraordinária, (19) salvo melhor juizo, antolha-se-me o de André Malraux, a propósito de Marguerite Long:

> "*Maintenant ses yeux fermés sur ce monde qu'elle ainmait tant, la voici immobile dans cette nuit ou le temps n'existe plus*". (20)

(19) Guiomar Novaes nasceu em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, a 28 de fevereiro de 1894, falecendo em São Paulo, a 7 de março de 1979. Quanto à data de nascimento, observam-se discrepâncias em vários léxicos.

(20) Cit. Janine Weil, «Marguerite Long — Une vie fascinante», Paris, Julliard, 1969, pg. 239.

EMOÇÃO E HOMENAGEM

J. Pereira

Ao integrar-me no convívio de tão eminentes figuras da cultura e do pensamento de São Paulo, graças à generosidade que preside os seus atos, não posso deixar de externar a emoção de que estou tomado pela honra que me foi concedida. Confesso que, ao longo de seis décadas, não foram poucas as honrarias recebidas e as emoções despertadas em meu íntimo. Nenhuma delas, entretanto, tão intensa como a que hoje me invade, por saber estar ao lado dos mais ilustres Varões da Terra Paulista. E integrado ao quadro associativo da mais alta instituição cultural de São Paulo e do Brasil — e certamente da América Latina — que é o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

E essa emoção se torna mais acentuada ainda por saber ter como patrono a figura excelsa do eminente paulista Guilherme de Almeida, o imortal poeta da Bandeira das Treze Listas, o grande brasileiro da Canção do Expedicionário, o Príncipe dos Poetas Brasileiros.

Para este paulista de Bocaina que vos fala, ter Guilherme de Almeida por patrono é de uma significação muito especial e altamente honrosa. Porque fui amigo dessa cândida e imortal figura humana. E discípulo, no campo jornalístico, já que na poesia não fui dotado do sopro das musas.

Ao lado de Júlio Mesquita Filho, Hormisdas Silva, Afonso Schimidt, Mário Sérgio Cardim, Anibal Machado, Caetano Miele, Rodrigo Soares e tantos outros, na redação de "O Estado de S. Paulo" (e também na administração do grande matutino, honra da imprensa paulista, na Rua Boa Vista, esquina da Ladeira Porto Geral, com Francisco Mesquita e Ibanez Salles, Guilherme

de Almeida foi o grande incentivador do jornalista que começava a nascer nos idos de 1934.

Foi um privilégio ter esses homens como orientadores. A eles devo — e o proclamo até com uma pontinha de orgulho — não apenas a minha formação profissional, como jornalista, mas principalmente a minha formação moral. Em Guilherme de Almeida, em especial, o jovem de então teve o modelo, até mesmo no trajar-se e no comportar-se. Tinha por ele uma admiração mais que profunda, a qual continua, na presença permanente do seu espírito, inapartável da sua imorredoura obra. Na verdade, sinto a sua presença aqui, neste momento, nesta Casa à qual pertencia e honrava com a sua presença e com a sua inteligência. Alguns dos seus elétrons — ou ions a que aludem os físicos — sem a menor dúvida — segundo nos ensina o cientista Jean E. Charon — aqui permanecem e, prova maior, está na lembrança, na terna lembrança, que dele temos neste instante.

Não há quem, nesta Casa — orgulho de São Paulo — por certo, não tenha conhecido a figura serena e fina de Guilherme de Almeida. Por ser fino e sereno era, não raro, confundido. Um poeta menor, sem dúvida por despeito e certamente por inveja da obra poética do grande vate, ainda há pouco o chamou de "ultra burguês", evidenciando com isso a sua profunda ignorância da personalidade e da vida do autor de "Acalanto de Bartira". E dizer que o "ultra burguês", ao morrer, ainda ocupava um modesto cargo de secretário da Escola Normal Padre Anchieta! A propósito desse tradicional estabelecimento de ensino, recordo-me das verdadeiras romarias que aconteciam, todas as tardes, na velha redação de "O Estado de S. Paulo", quando normalistas ali iam ter para que autografasse livros ou "dissesse" para elas, românticos versos, como estes que eu o ouvi dizer, numa tarde quente, a um grupo dessas senhoritas:

Um sábio me dizia: "Esta existência
não vale a angústia de viver. A ciência,
se fôssemos eternos, num transporte
de desespero, inventaria a morte!
Uma célula orgânica aparece
no infinito do tempo; e vibra, e cresce,
e se desdobra, e estala num segundo...
Homem, eis o que somos neste mundo!"
Falou-me assim o sábio e eu comecei a ver,
dentro da própria morte, o encanto de morrer.

Um monge me dizia: "Ó mocidade,
és relâmpago, ao pé da eternidade!
Pensa: o tempo anda sempre e não repousa.

Esta vida não vale grande cousa.
Uma mulher que chora, um berço a um canto,
o riso às vezes, quase sempre o pranto...
Depois, o mundo, a luta que intimida,
quatro círios acesos — eis a vida!"
Isto me disse o monge e eu continuei a ver,
dentro da própria morte, o encanto de morrer.

Um pobre me dizia: "Para o pobre,
a vida é o pão e o andrajo vil que o cobre.
Deus?... Eu não creio nessa fantasia!
Deus me dá fome e sede cada dia,
mas nunca me deu pão nem me deu água...
Nunca! Deu-me a vergonha, a nódoa, a mágua
de andar, de porta em porta, esfarrapado...
Deu-me esta vida: um pão envenenado!"
Disse-me isto o mendigo e eu continuei a ver,
dentro da própria morte, o encanto de morrer.

Uma mulher me disse: "Vem comigo!
Fecha os olhos e sonha, meu amigo!
Sonha um lar, uma doce companheira
que queiras muito e que também te queira...
Um telhado... Um penacho de fumaça...
Cortinas muito brancas na vidraça...
Um canário que canta na gaiola...
— Que linda a vida lá por dentro rola!"
Pela primeira vez eu comecei a ver,
dentro da própria vida, o encanto de viver!

★

Toda vez que Guilherme de Almeida declamava este poema, ao qual ele intitulou de "Esta vida" — e o incluiu em seu "Messidor" — ele próprio se emocionava e o auditório conservava alguns minutos de silêncio, meditativo.

Confesso que é com intensa saudade que relembro esses momentos de juventude que, para mim, foram tão significativos — e mal sabendo que um dia, com muita humildade, como hoje o faço, iria relembrá-los para exaltar essa figura humana ímpar que tanto influiu na minha formação. E quiseram os fados que me honrasse profundamente ao se tornar patrono do meu ingresso nesta Augusta Casa.

Hoje é lugar comum, transmudando-se mesmo em cacoete, formular-se críticas à televisão, a qualquer pretexto, especialmente às telenovelas. Com aquela inteireza que informava sempre os seus pronunciamentos, o nosso Príncipe dos Poetas (título

que conquistou por votação popular, o único príncipe no mundo pelo voto do povo, que jamais, até hoje, lhe foi arrebatado) declarou:

"Não tenho escrúpulo, acanhamento, vergonha, pudor (ou que outro nome se queira dar a certa espécie de covardia) de confessar que algumas realizações de teledrama ou telenovela a que tenho assistido, são, por enquanto, para mim, muito, muitíssimo superiores a tudo o que têm feito o teatro e o cinema nacionais..."

Espírito aberto às novas idéias, grande amigo de quantos trabalhavam na incipiente TV da década de sessenta, Guilherme, nas suas colunas na imprensa, não negava aplausos e incentivos. Ele definia assim a televisão:

"Bem no centro de um triângulo eqüilátero e, pois, eqüidistante dos três ângulos — teatro, cinema e rádio — que o formam, está a televisão narrativa. Assim dividido, seu campo sujeita-se — é evidente — a inevitáveis limitações. Têm que faltar-lhe, por exemplo, a comunicativa proximidade entre o palco e platéia, com que conta o teatro; a incomensurável liberdade de cenários e movimento de que dispõe o cinema; e a capacidade de provocar excitantemente a imaginação, pela falta de imagem material, de que se serve o rádio.

Apesar de tais reduções, e sendo embora uma arte apenas recém-nascida, a televisão narrativa já é capaz de revestir-se das insígnias da consagração: alto nível artístico e aceitação geral".

Quando todo mundo, por modismo ou cacoete, investia (e investe) contra a televisão, o doce poeta, com a inteligência de que era dotado por Deus, em poucas linhas definia, corajosamente, a sua posição diante do moderno meio de comunicação social.

Guilherme de Almeida era assim: puro, sincero, corajoso, autêntico. Aliás, não precisavamos estar aqui a realçar isso, já que toda a sua poesia e as suas posições, ao longo de sua vida, o demonstraram e de maneira marcante.

Uma das derradeiras vezes em que vi esse gigante do pensamento, da literatura, da poesia brasileira, já evidenciando não estar bem de saúde, foi ali no local histórico, onde o generoso sangue de quatro jovens paulistas foi derramado pela reconstitucionalização do Brasil: Praça da República, esquina com a rua Barão de Itapetininga. Com a sua simplicidade, tentava ultrapassar uma corda, a fim de juntar-se àqueles que iriam participar da cerimônia. Foi obstado, com desnecessária rispidez, por um policial. Com humildade, retornou e deu uma enorme volta para atingir o local com dificuldade, já que o público era numeroso. E então declamou um dos seus imorredouros poemas cívicos, emocionando a todos. E envergonhando, evidentemente,

o policial que o afrontou com a sua rispidez, que o ouviu cabisbaixo e, quero crer, arrependido por haver feito o que fez àquela figura por toda São Paulo admirada e respeitada.

Ilustres membros desta Augusta Casa,
Senhoras e Senhores:

Não podem imaginar a emoção de que sou tomado, ao ver as portas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo abrirem-se para este modesto jornalista e ensaísta e pela recepção tão generosa e amiga que estou tendo. Acreditem-me honrado, profundamente honrado com esse gesto. Não tenham dúvida de que tudo farei, dentro das minhas extremas limitações, para dignificar, sempre, cada vez mais, as tradições e o prestígio desta Casa, como templo da Cultura, como receptáculo das mais eminentes figuras da inteligência de São Paulo e do Brasil, Varões-guardiães das nossas tradições, das nossas figuras maiores, que forjaram a nossa História gloriosa e, por isso, bela — exemplo para as futuras gerações das quais São Paulo e o Brasil tanto esperam.

Para as novas gerações desejaria deixar esta mensagem, que é do meu imortal e sempre saudoso patrono, Guilherme de Almeida:

Ó namorados que passais, sonhando,
quando voga no céu a lua cheia!
Que andais traçando corações na areia
e corações nos peitos apagando!

Desperta os ninhos vosso passo. E quando
pelas bocas em flor o amor chilreia,
nem sei se é o vosso beijo que gorjeia,
se são as aves que se estão beijando...

Mais cuidado! Não vá vossa alegria
afligir tanta gente que seria
feliz sem nunca vos ouvir, nem ver!

Poupai a ingenuidade delicada
dos que amaram sem nunca dizer nada,
dos que foram amados sem saber! (*)

Muito obrigado por receber-me e pela paciente generosidade de ouvir-me.

(*) «Cuidado!» «Os Sonetos de Guilherme de Almeida, Martins, 1968)

MARLIÈRE, ESPIÃO DE BONAPARTE NO BRASIL

Geraldo Dutra de Moraes

Logo após a chegada do príncipe regente e sua faustosa corte ao Rio de Janeiro, foi agregado por sua alteza real ao Regimento de Cavalaria das Minas, a fim de instruir os oficiais e praças daquela corporação, o emigrado francês Guido Thomaz Marlière.

O nome desse ilustre militar está perpetuado gloriosamente nas páginas da história mineira, não só pelos relevantes serviços prestados na sua famosa catequese dos índios antropófagos que dominavam a grande região do rio Doce, como também pela sua prisão como enviado secreto de Napoleão Bonaparte.

Nasceu Marlière em Marselha, aos 23 de abril de 1769. Aos 18 anos de idade era considerado um dos melhores alunos da Real Academia de Lorena, escola que então freqüentava. Traduzia Virgílio, Cícero, amava as obras de Voltaire, Montesquieu e, no latim, era purista, conhecia os segredos e belezas da língua.

Veio a revolução de 1789, abolindo as últimas relíquias do feudalismo, desoprimindo da servidão a terra e o povo, e estatuindo solenemente a igualdade civil entre as classes outrora em antagonismo. Entusiasmado pelo movimento subversivo popular, o jovem aluno da Academia de Lorena alista-se nas hostes revolucionárias. Ao lado de Danton e Robespierre, freqüenta as assembléias como fervoroso adepto. Pronunciava candentes discursos nas praças de Paris, sob os aplausos calorosos da população. Marlière viu a França cair em espantoso cataclisma e a guilhotina ceifar as cabeças dos idealistas. Presenciou os trágicos acontecimentos da Convenção e colaborou, anos depois, como lugar-tenente na campanha napoleônica da Lombardia. Por fim encontramô-lo em 1802, como porta-estandarte do exército português,

sediado em Lisboa, onde exercia atividades de suma importância: a espionagem.

Em virtude do tratado de Fontainebleau e a decorrente invasão de Portugal pelos exércitos de Junot, ordens do alto comando francês foram transmitidas a Marlière para que ele "desempenhasse suas funções secretas onde a corte portuguesa se homisiasse".

No Rio de Janeiro cumpriu fielmente as obrigações inerentes de seu cargo, enviando constantes informações políticas e militares ao estado-maior francês, sempre acompanhadas de importantes documentos cifrados, obtidos nas fontes palacianas. Mas, a contra-espionagem do Conde de Linhares, sempre vigilante, iria dificultar seriamente a ação suspeita do emigrado. Daí a ordem expedida pelo Chefe de Polícia, desembargador Paulo Fernandes Viana, ao Conde de Palma, então governador da Capitania das Minas Gerais, a fim de que Marlière fosse adido ao Regimento de Cavalaria aquartelado em Ouro Preto, sendo "imprescindível que seus passos sejam necessariamente seguidos, dia e noite".

Em Vila Rica, Marlière mantinha as mais estreitas relações de convivência com o alemão João Jorge e com o espanhol João Pascoal Moedas, que fora criado da açafata do Infante d. Pedro Carlos — "homens perigosos pelo ateismo e idéias anárquicas, elementos nocivos à Coroa". As investigações policiais tiveram prosseguimento e, em pouco tempo, as provas comprometedoras acumuladas formaram enorme volume. Por ordem-régia de 4 de julho de 1811 foi instaurada imediata devassa e ordenada, vinte dias depois, a prisão do Capitão Guido Thomaz Marlière "como emissário de Bonaparte e ligado com ele para subverter estes Estados".

Entre os 47 documentos apreendidos a Marlière, escritos em francês e português (apensos ao processo) "papéis misteriosos e altamente comprometedores", no dizer da Ouvidoria e dos denunciantes, encontrou-se interessante carta original de Napoleão, versando assunto familiar íntimo, qual seja o regresso de sua irmã Marianne Buonaparte. A carta foi datada de julho de 1797 e dirigida aos administradores de Versailles. Nela, ele solicita o encontro de sua irmã, da qual era tutor, e seu imediato regresso. Ao pé da preciosa carta, Marianne desatende o irmão, registra a impossibilidade absoluta de regressar e expõe sucintamente os motivos que a levaram a manter-se nessa atitude. Por que essa carta se encontrava em poder de Marlière? É um enigma a zombar da perspicácia dos historiadores... Ocorre esclarecer aos estudiosos que esse precioso documento encontra-se em exposição no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Guido Thomaz Marlière foi conduzido ao Rio pelo alferes

Lourenço Antônio Monteiro e encarcerado no calabouço da Ilha das Cobras, por coincidência, na cela onde há 19 anos estivera preso, por ordem do vice-rei d. Luís de Vasconcelos, o mártir da Inconfidência Mineira — o Tiradentes.

D. Maria Vitória da Conceição Rosier, esposa do infeliz oficial francês (natural da Ilha Terceira, filha e irmã de militares franceses) seguiu para o Rio de Janeiro e não descansou enquanto não conseguiu a integral liberdade de seu extremoso marido.

Por decreto de fevereiro de 1812, o príncipe regente admitira novamente Marlière ao exercício de seu posto de capitão graduado do Regimento de Vila Rica. Pouco depois da Independência do Brasil, em 1824, D. Pedro I reconhecendo seu grande valor e inteligência, resolveu nomeá-lo ao posto de tenente-coronel comandante das Divisões e diretor geral dos Índios, localizados nas bacias dos rios Doce e Jequitinhonha.

Nesse elevado cargo encontraram-no os sábios Saint-Hilaire, Eschwege, Martius, Spix, Friedrich e Freireyss, quando de suas famosas viagens ao *hinterland* mineiro, os quais foram pródigos em elogios à obra grandiosa do apóstolo das selvas, na catequese das tribos dos *Coropós, Crichás, Coroados, Kriknuns, Machaculis, Madalis, Monhoxós, Naknenuks, Pachames, Patochós, Puris, Pujichás, Zamplans,* todas de origem *Tapuais* e *Goitacazes,* designadas, genericamente, pelo povo com o nome de *Botocudos.*

Guido Thomaz Marlière, verdadeiro missionário e benfeitor da humanidade na catequese dos aborígenes, não era um agnóstico e muito menos um ateu, como parece ter sido tomado pela suspicácia das autoridades portuguesas. Foi um arauto constante dos serviços incomparáveis prestados pelos jesuítas à obra benemérita da civilização dos silvícolas e proclamava sempre que, no serviço da catequese, se devia cuidar primeiramente da parte civil para, em seguida, tratar-se da religiosa. Todavia, não descurou da fé espiritual, promovendo a ereção e reconstrução de várias igrejas, como por exemplo, a de Nossa Senhora do Nazaré, de Antônio Dias Abaixo, a de São Januário e a Matriz do Presídio de São João Batista. Promoveu a cristianização dos selvagens e o moral nos aldeamentos e nos quartéis, as vias de comunicação pelas bacias dos rios Doce e Jequitinhonha, as defesas das fronteiras e foi, sobretudo, abolicionista extremado.

As coleções dos jornais "*O Compilador Mineiro*", "*A Abelha do Itacolumi*" e o "*Universal*" estão repletas de artigos de sua autoria, os quais nos permitem fazer melhor juízo de sua capacidade intelectual. De suas peças, porém, a mais interessante é, sem dúvida, a encantadora estória do índio Pockrane enamorado da jovem Genn-téne, impregnada de suave melancolia e lirismo. Escrevendo em idioma que não era o próprio, ele revelou nova

forma de seu admirável talento. Testemunha de muitos fatos, em que se manifestavam as qualidades das raças silvícolas, espectador de outros em que se desenrolaram as cenas mais punjentes dos sofrimentos dos bugres, Marlière registrava-os nas colunas dos jornais. Nota-se em tais escritos o constante amor, o inexcedível carinho, o sentimento paternal com que o pacificador do gentio brasileiro cuidava dos donos infortunados desta grande terra, de que, aos poucos, foram sendo banidos nas batidas que lhes deram os escravagistas, como a animais ferozes e bravios, ou europeus que se diziam propugnadores dos benefícios da civilização...

O Coronel Guido Thomaz Marlière faleceu aos 5 dias do mês de junho de 1836, com 67 anos de idade e, conforme o seu último desejo, foi enterrado de acordo com o ritual indígena. Em 1928, em excavações procedidas na fazenda Guidoval, na Serra da Onça, distrito de Sapé, município de Ubá, encontraram-se os despojos do inolvidável desbravador das selvas, constantes do crânio e outros ossos, bem como de botões de sua farda militar, botões com as insígnias do Império, material que serviu para autenticar os despojos, assim como o lugar da grande gameleira onde havia sido sepultado, segundo reza a tradição.

Construiu-se naquele mesmo ano, por contribuição do governo mineiro, majestoso monumento onde se acham depositadas as cinzas de Marlière, cuja obra e exemplo permanecerão na lembrança do povo brasileiro como louros e palmas da gratidão nacional.

CRÔNICAS SAUDOSAS COM COLORIDO DE MEMÓRIAS

Navegação fluvial do Piracicaba — Dom Pedro II em Mineiros do Tietê — Antônio e Gabriel Piza — Ives Guyot e Campos Salles — O "funding" e os Rothschilds

Flávio Toledo Piza

Usineiros de Jaú estudam o transporte de cana por via fluvial, esperando apreciável barateamento. A idéia, nascendo no Jaú, fez-me lembrar de passagens ouvidas na infância, quando, em casa de meus avós maternos, a família se punha, por vezes, a recordar o passado. Nessas horas de saudade era freqüente a referência ao rio Piracicaba e à navegação.

Meus avós mudaram-se, ali por 1890 ou 1892, de Piracicaba para o Banharão, nome que abrangia na época o triângulo de terras roxas cujos vértices eram Barra Bonita, Jaú e Mineiros, hoje Mineiros do Tietê. Na mesma ocasião, além de meu avô materno, Alfredo de Moraes Salles, foram para lá, formar cafezais, um tio-avô Alberto e um parente próximo, cujo primeiro nome não garanto ser José, mas cujos sobrenomes eram Pedroso de Moraes Salles. Além deles, sem se mudar para lá, também ali formou fazenda um outro Salles, não originário de Itu, mas de Campinas: Manuel Ferraz de Campos Salles, o que depois foi Presidente.

Abrindo um parêntese. Cheguei a conhecer a fazenda deste último já com o cafezal praguejado, fustigado pelo vento sul e podado a machado por administradores de luzes escassas. Durante os anos de sua eleição, de sua viagem à Europa e do exercício do cargo, a fazenda se escangalhou, empobrecendo duramente o proprietário.

Tudo isso se relaciona com o rio, pois foi por ele que meus avós desceram de Piracicaba para a Barra Bonita, dali subindo a cavalo ou de trole em busca de terras mais altas, onde o café não tivesse medo de geadas. Naturalmente, a família só se mudou quando abertos os caminhos e erguidas as casas. A fazenda de meu avô tinha uma ponta em terreno bastante inclinado, junto à sede, o que lhe valeu o nome de "Viracambote".

Dessa época ficou na família uma lembrança. Minha mãe tinha então dois ou três anos e, durante a viagem no vapor, e depois na Barra, uma passageira lastimou que fossem lisos os cabelos da menina, cabelos com que essa companheira de viagem se encantava. E resolveu encrespá-los, empapando-os com caldo de laranja azeda várias vezes por dia e deixando-os secar. Meus avós, talvez por mera cortesia, deixaram que a nova amiga usasse o seu remédio inocente, embora nenhuma questão fizessem desse encrespamento. Mas o fato é que algum tempo depois os cabelos tratados começaram a nascer bastante ondulados, chegando vovó a dizer que podiam mesmo ser considerados crespos. Os pais da "paciente" não acreditaram no caldo de laranja, atribuindo a ondulação a um capricho não muito raro da natureza.

Foi num barco, em nosso rio, que minha mãe foi levada para Mineiros, onde três lustros depois se casava com meu pai, médico recém-chegado àquela cidade. Nunca fiz essa viagem pelo rio, mas, se não for absurda a sensação de saudade atávica, eu diria que é isso que sinto sempre que alguém, como Dargo Pinto Viégas ou os Irmãos Franceschi nos fazem entrever a volta da navegação, agora com novas técnicas e novas barcaças, carregando cargas e não famílias que se mudavam, há perto de noventa anos, em busca de terras novas no que não passava, na época, de sertão a ser desbravado.

LEMBRANÇAS DE PEDRO II

Não me podia esquecer de que D. Pedro II esteve em Mineiros, hoje Mineiros de Tietê. O impacto foi tão grande que a cidadezinha trocou de nome: virou Pedro II. Mas o Império estava no fim e pouco depois, com o estouro da República, voltou a chamar-se Mineiros a vila que nascera como Santa Cruz das Palmeiras. Essa é até hoje a padroeira: a Santa Cruz.

O Imperador hospedou-se na Fazenda Banharão, do velho Cardia, que, talvez por isso, recebeu o título de Barão de Avanhandava. Conheci a fazenda, nela estive muitas vezes com meu pai em suas viagens de médico e, ainda há pouco, numa de minhas visitas a Mineiros, fui rever a casa, com a sua escadaria protegida por um artístico corremão de ferro, com seu assoalho assentado para esperar a imperial visita, com as paredes guar-

Cel. Marlière, o civilizador dos índios Botocudos

dando vestígios da pintura daquela época. Estive também num pequeno quarto, alguns metros fora da casa, onde a comitiva imperial tomou seus banhos. A banheira, segundo me informaram, foi levada para um museu de São Paulo, ao que parece o do Ipiranga.

Como os meus parentes Moraes Salles, os Cardias possuiam mais de uma fazenda. Além da Banharão, havia as Três Barras e o Barreirinho. Um desses Cardias casou-se com a irmã de meu avô, Isaura, que conheci já depois de viúva, residindo em Piracicaba.

Parece que nada disso se pode relacionar com o rio e a sua navegação. É engano. Depois da visita à cidadezinha, Dom Pedro II, num trole especialmente preparado para a ocasião, que um dos filhos do anfitrião mais tarde me informou ser uma "caleça", desceu até o porto do Araquá, onde tomou um vapor que o trouxe até o Porto João Alfredo, hoje Artemis. Dali veio com sua comitiva até Piracicaba, onde chegou, por sinal, num dia de Finados. Essa foi, de acordo com o livro magnífico de Leandro Guerrini, a segunda visita de Suas Majestades a Piracicaba.

Além da navegação fluvial, a lembrança dessa viagem nos acaba levando a imaginar o conforto daquele tempo. A casa da Fazenda Banharão era grande e acolhedora, mas o banheiro era num cômodo fora dela. Não tive possibilidade de reconstituir a instalação de água dentro desse cômodo, mas sei que esta era captada de um córrego em ponto mais elevado, vindo por declive, em canaleta de tijolos, até o lavador de café, no terreiro atijolado. A água era abundante e limpa. Do terreiro, uma bica trazia, como traz até agora, uma parte da água para o cômodo em que, há quase um século, a Família Imperial teve ocasião de tomar seus banhos. Água quente, ao que tudo indica, só com vasilhame aquecido com fogão de lenha.

Da estação de Mineiros até a fazenda, a estrada, de terra, caracterizava-se pela poeira das carroças que carregavam café, dos cavaleiros e das "aranhas", que hoje passaram a "charretes" por terem rodas de pneus e não de simples aro metálico. Da fazenda até o Araquá a estrada era pior, muito mais acidentada e, embora consertada para a passagem dos soberanos, não podia deixar de ter a mesma poeira vermelha de que me lembro muito bem, ou a mesma lama, lisa que nem sabão, que conheci nos dias de chuva.

Apesar de todo esse desconforto, se Dom Pedro II ressuscitasse hoje, com certeza haveria de preferir a dura viagem do Banharão até o Araquá à confortável peregrinação de um xá do Irã de noventa e tantos anos depois.

ANTÔNIO E GABRIEL PIZA

Mais de uma vez nestas crônicas saudosas, em que transparecem uns longínquos coloridos de memórias, tenho feito referência aos estudos de meu pai em Bruxelas, onde se doutorou em medicina. Parece-me, porém, de todo necessário explicar direitinho essa coisa que, à primeira vista, pode parecer granfinagem de rico, mas que não era, de jeito nenhum. Dois de meus tios-avós, irmãos de minha avó paterna, haviam antes estudado nos Estados Unidos: Tio Gabriel e Tio Antônio.

E não era luxo. Ao contrário, constituia enorme sacrifício para a família e para o estudante. Para os pais eram as despesas de viagem e de custeio dos estudos; para os jovens, devido à distância e aos transportes morosos, era uma espécie de exílio, como no caso de meu pai, que teve de ficar mais de oito anos sem vir ao Brasil e sem ver sua mãe e sua irmã.

Não havendo escola de medicina em São Paulo, Tio Gabriel foi para os Estados Unidos, pois no Rio de Janeiro a febre amarela grassava com tal intensidade que nenhuma família concordaria com a ida de um filho para lá. É verdade que a boa moeda brasileira ajudava muito, mas ao sacrifício dos pais para garantir a mesada juntava-se o do estudante lutando por um internato em hospital, garantindo cama e comida pelo menos. Nas outras carreiras, em que o internato era impossível, havia a luta para arranjar algum trabalho. E sem escolher muito.

Tio Antônio voltou engenheiro e Tio Gabriel médico e ambos tomados de todo pelo virus republicano, tanto que os dois figuram entre os convencionais de Itu. O primeiro foi depois diretor do Arquivo do Estado e profundo estudioso de nossa história. Tio Gabriel clinicou pouco tempo em Itatiba, metendo-se logo na campanha republicana. O Governo Provisório fez dele nosso representante em Berlim, para pleitear o reconhecimento da República pelo Império mais "império" do mundo. Cumprida a missão, foi deslocado para Paris, onde viveu como nosso Ministro Plenipotenciário cerca de vinte anos.

Quando meu pai quis estudar medicina, este Tio Gabriel se propôs sustentá-lo em Paris, pois não havia recursos, desde que meu avô falecera quando o filho ainda estava na primeira infância. Lá chegando, tio e sobrinho, concluiram que Bruxelas apresentava a grande vantagem de uma Faculdade com numerosos hospitais e possibilidade de internatos desde o começo do curso. O tio achava que isso melhoraria o preparo e a prática do estudante; o sobrinho concordava e compreendia também que o custeio ficaria mais barato. No fim da jornada, a dívida para com o tio seria menor. O que o estudante não podia adivinhar é que o protetor depois se negasse a receber, como se negou ante

dezenas — sim, dezenas — de parentes de poucos recursos aos quais dera um diploma de universidade.

Esse tio enriqueceu já muito moço, com os acasos das variações do café e de sua fazenda. Casou-se com uma moça requíssima. Foi um casamento de amor muito profundo, encantadoramente feliz, a que só faltou a presença de filhos. E o casal, que via na cultura a maior fortuna que se pode oferecer a um jovem, passou a dar oportunidades para os parentes dele e dela. Um dia, quando ambos não mais existiam, meu pai e eu nos pusemos a contar os moços e moças cuja educação dependera, no todo ou em parte, do auxílio de Tio Gabriel e de Tia Clarinha. É claro que não sabíamos de todos, pois o casal sempre procurou agir na maior surdina. Além de as circunstâncias terem colocado depois meu pai na intimidade de vários casos, havia os indiscretos que, por um gesto de gratidão, não escondiam a origem dos recursos com que se mantiveram nos estudos. Assim mesmo, contamos cinquenta e duas pessoas, cinquenta e dois estudantes que chegaram ao fim de um curso em faculdade.

Todos começavam com o trato de pagar depois da formatura. Na hora do pagamento, era aquela cantiga: não recebiam um tostão. Dinheiro era para eles um meio ou recurso, espécie de ferramenta para fazer alguém mais feliz do que a vida se comprazia em fazer.

GUYOT E CAMPOS SALLES

O segundo presidente civil da República dos Estados Unidos do Brasil foi uma figura muito discutida. De um lado, houve a sua "política dos governadores" que mereceu muitas críticas na época e entrou para a história como algo que houvesse arranhado a pureza imaculada da "república dos meus sonhos" de uma porção de gente. De outro lado, travou-se a luta contra a desvalorização da moeda, a recuperação econômica do País e a restauração do erário, a ponto de Rodrigues Alves poder mudar a fisionomia do Rio e liquidar a febre amarela, prestigiando Osvaldo Cruz. Essa vitória financeira é por vezes negada a Campos Salles e atribuida aos conhecimentos de economia do ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho. Aqui vai um depoimento, apenas um depoimento.

Logo depois de proclamada a República, como dissemos, Gabriel Piza foi nomeado Ministro Plenipotenciário em Paris, cargo que então equivaleria ao de Embaixador. Amigo íntimo de Prudente de Moraes e Campos Salles, nunca se amorteceu a ligação entre os três, solidificada pelos acontecimentos e dada a importância de Paris e da França naquela época, tornando obrigatórios os contatos freqüentes entre o diplomata e os dois presidentes.

Eleito, Campos Salles fez a sua viagem histórica, tendo passado por Paris antes e depois de se dirigir a Londres, onde se encontravam os banqueiros com que o Brasil negociava e com os quais o futuro presidente estabeleceu o muito falado "funding", ou seja, a consolidação de nossa dívida com novos títulos a novos prazos. Além do trabalho com os banqueiros, teve ele de atender ao programa protocolar de recepção de um presidente eleito de país com intensas relações diplomáticas, econômicas e comerciais. Ao fim de tudo isso, já devia estar fatigado. Voltou a Paris, onde, não sei se antes ou depois de Londres, também lhe coube cumprir todo o programa oficial. Mesmo que Tio Gabriel quisesse simplificar essa maratona, havia um limite de simplificação impossível de transpor sem quebra das praxes diplomáticas.

Até aqui, tudo previsível e nada de novo. A coisa começa agora, mostrando uma faceta pouco divulgada da personalidade do Presidente Campos Salles. Os quatro anos de seu governo ficaram na história como o período da recuperação econômica do País, em que teve papel muito importante seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, que aparece como o financista ou economista responsável por tudo, ou quase tudo. Não vai aqui a menor diminuição ao valor do companheiro de governo, mas o fato é que Campos Salles, inteligente, inteiramente devotado à missão, também sabia muito bem o que estava fazendo em matéria de Economia.

Em Paris, quando já livre dos "dias oficiais", o futuro presidente, em longas conversas com Tio Gabriel na Legação do Brasil, teve ocasião de expor suas opiniões e não menos suas dúvidas. E, a seu pedido, Tio Gabriel o aproximou de Yves Guyot, famoso economista de renome internacional, autor de "La Tyrannie Socialiste", de "La Science Economique", além de vários outros livros, entre os quais um "Estudo sobre as Doutrinas Sociais do Cristianismo".

E o que houve foi um "cursinho intensivo" de Economia Política, durante o qual Yves Guyot concentrou toda a sua atenção no aluno e nos problemas por este postos em discussão. De seu lado, Campos Salles entregou-se de corpo e alma a esse "vestibular" exaustivo, procurando habilitar-se cabalmente para o cargo que o esperava. Campos Salles, em livro, faz referências ao encontro com Yves Guyot, sem mencionar, contudo, nessa passagem, a intensidade dos estudos.

Pelo que ficou na memória da família, naturalmente através de Tio Gabriel, Campos Salles foi tido por Guyot como "aluno" brilhante, o que a ninguém pode espantar, sabido como sempre foi ter sido ele inteligente, lúcido, e estar profundamente apaixonado pelo tema, sem contar mais um fator: a idéia escaldante,

que lhe era característica, da responsabilidade imensa que dentro em pouco teria de carregar sobre os ombros.

Sempre considerei uma obrigação tornar pública essa faceta do nosso grande Presidente, em que se podiam notar traços fortes de verdadeiro estadista, ou seja, do homem ou líder que enxerga não só a situação do dia em que vive, mas que chega a divisar, em suas linhas principais, os desdobramentos dos dias que está vivendo.

Além desse motivo, que eu diria de brasileiro, existe outro, mais chegado — digamos mais afetivo — para o presente depoimento, que faço, esclarecendo que estes episódios já foram relatados por meu Pai, há cerca de quinze anos, em reunião do Rotary Club de Piracicaba.

CAMPOS SALLES E O "FUNDING"

Depois de regressar de Londres e de terminar seus trabalhos na França, Campos Salles ansiava por uns dias de repouso e de anonimato, antes de empreender sua excursão à Alemanha, à Itália, ao Vaticano e a Portugal. Sugeriu-lhe Tio Gabriel uma "fuga" para a Bélgica, acrescentando que um sobrinho dele (meu pai, Epaminondas) se diplomara em Bruxelas e estava arrumando as malas para regressar ao Brasil. Esse moço, que andava mesmo visitando escolas, hospitais, museus e pinacotecas, antes de embarcar para o Brasil, podia ser um excelente cicerone para um presidente incógnito. Quem iria imaginar naquele estranho mais do que um simples turista, ou mesmo algum parente vindo de longe para assistir à formatura do rapaz?

Entre parênteses, é preciso lembrar que as comunicações eram então lentas e caras, não permitindo ao estudante férias no Brasil. Meu pai fez o repasse para o exame de admissão, fez todo o curso e mais o doutorado sem vir para o Brasil: um exílio de mais de oito anos.

Em certa manhã daquele longínquo 1898, estava meu pai em seu quarto de estudante, quando bateram à porta. Do alto da escada, ele mandou que abrissem e perguntou quem era. A visita se identificou lá de baixo:

— É o doutor Piza? Eu sou Manoel Ferraz de Campos Salles...

Não podia deixar de ser um susto e dos grandes: o presidente eleito batendo à porta do estudante, sozinho, sem comitiva, como um simples patrício em viagem de turismo, como já acontecera algumas vezes com outras pessoas durante a permanência de meu pai em Bruxelas. Naquele dia, meu pai tinha um compromisso qualquer para o período da manhã. Depois disso, almoçaram juntos e passaram as "férias" de Campos Salles visi-

tando Bélgica e Holanda. Mesmo durante esse descanso, o presidente esteve em alguns hospitais e escolas, pois saúde e educação sempre interessavam o viajante. Naturalmente, houve alguns olhos muito arregalados quando o interesse pela casa visitada conduzia a perguntas que acabavam obrigando o turista a identificar-se.

Terminadas as "férias", verificaram o turista e o cicerone que ambos viajariam para o Brasil no mesmo navio. Meu pai, depois de despedir-se dos tios, embarcaria na França e Campos Salles em Portugal, depois da excursão há pouco referida. O presidente, ao deixar Bruxelas, avisou meu pai:

— Você vai comer todos os banquetes que me vão oferecer na viagem: Portugal, Pernambuco, Bahia, etc. Durante a viagem, você passa a valer como meu secretário pessoal.

Meu pai não comeu qualquer dos banquetes. Bastava o navio desatracar para ele ser tomado de enjôos horríveis, que o mantinham derreado no camarote. O que ficou foi a amizade, nascida de convivência em terras estranhas. E houve ainda a coincidência de meu pai, indo morar em Mineiros, ter sido o médico da fazenda de Campos Salles, fazenda que na ausência prolongada do dono por anos esticados, começou a decair e a praguejar-se, com o cafezal podado a machado por administradores rotineiros.

Essa temporada na Bélgica e a viagem deixaram em meu pai profunda impressão de Campos Salles: inteligência, lucidez, senso prático e profunda noção de responsabilidade. Isso, ao lado de uma visão global dos problemas brasileiros e de uma humildade suficiente para levá-lo a estudar, a perguntar, a aprender.

Não deixa de ser interessante a carta de 25 de janeiro de 1898, enviada por Tio Gabriel a Campos Salles, quando este ainda hesitava sobre a conveniência da viagem, em que havia o risco de ser o País desprestigiado por um insucesso, muito possível dada a situação do nosso crédito no Exterior:

"Aqui correu a notícia de que V. viria à Europa e iria aos Estados Unidos logo depois da sua eleição, o que me pareceu excelente idéia. Vejo agora, por sua carta de 3 de janeiro que essa viagem lhe parece impossível, o que é lamentável, pois que, se viesse, veria por seus próprios olhos a nossa situação aqui, particularmente em matéria financeira, que nos interessa mais profundamente. Como muito bem diz na sua carta, a nossa questão principal é a restauração do nosso crédito abalado. Para isso a sua vinda à Europa seria de grande importância. Uma das causas de nossa fraqueza em matéria de crédito é a ausência de plano financeiro ou a ignorância em que está a Europa de qualquer plano por parte do nosso governo.

"O tópico de seu manifesto relativo a finanças, no banquete de São Paulo, causou excelente impressão e foi transcrito por jornais e afixado na Bolsa e em Bancos.

"Se V. viesse, poderia conversar longamente com os nossos agentes Rothschilds, que ficariam encantados de ouvir de viva voz, do chefe do Estado, o plano financeiro que deverá ser aplicado durante os quatro anos da futura administração do Brasil, cuja situação lhes inspira tantos cuidados".

Piracicaba, Maio-Junho de 1980.

O POETA VICENTE DA COSTA TAQUES

Roberto Machado Carvalho

Vicente da Costa Taques Góes e Aranha exerceu durante quase cinqüenta anos (1780 - 1825), o cargo de capitão-mór da então vila de Itu, São Paulo, onde nasceu a 3 de fevereiro de 1749. Era filho do alferes João da Costa Aranha, natural de São João da Fós, bispado do Porto, Portugal e de Dna. Gertrudes de Araújo Cabral, natural de Itu. Em 1780, Vicente da Costa contraiu matrimônio com Dna. Alda Brandina de Cerqueira Mello; faleceu em Itu no dia 11 de setembro de 1825.

Sua participação foi decisiva nos fastos que marcaram a transição do período luso-brasileiro e a independência política. A vila ituana, através de sua atuante Câmara Municipal e bafejada pela expansão da lavoura canavieira, era respeitada como centro político, econômico, social e cultural da capitania e depois província de São Paulo. Tal importância deve ser creditada, em grande parte, à autoridade energica e, ao mesmo tempo, moderada e inteligente do capitão-mór Vicente da Costa. Foi-lhe atribuída a pecha de absolutista no pior sentido, o que não corresponde à verdade histórica. Era, isso sim, uma autoridade que não pactuava com provocações que perturbassem o sossego público e, muito menos, com desvios dos bons costumes. Sua ação durante o longo período que ocupou o cargo público foi pacificadora, atuando com energia nos momentos de agitação e, com compreensão e benevolência, quando a ordem pública estava restaurada. Era então, um zeloso administrador, atento às necessidades da população ituana. Providenciou o primeiro calçamento das ruas de Itu, mandou construir dois varadouros para canoas nas proximidades da antiga ponte do Salto, no rio Tietê; combateu o sistema de recrutamento — os capitães-mores utilizavam para perseguir os adversários — quando os adultos e jovens eram "caçados" para o engajamento nos serviços de tropas, o que procava carência de mão de obra e livrou a vila da indesejável presença de vadios e desordeiros.

Por diversas vezes, Vicente da Costa deu provas de um espírito liberal embora, jamais tenha aberto mão de sua autoridade, por vezes enérgica, mas justa. Quando recebeu uma intimação do ministro do Império para vigiar, em segredo, o Padre Diogo Antônio Feijó, colocado sob suspeita por suas idéias "avançadas", Vicente da Costa fez questão de levar ao conhecimento do famoso político, a ordem recebida, a fim de que ele, Feijó, pudesse se defender. Homem de bom caráter e sentimento, ocupou diversos cargos: juiz de mediações, almotacé, juiz ordinário e capitão-mór. Nada deixou de bens materiais, conforme consta de seu inventário.

Um aspecto da formação de Vicente da Costa, ainda pouco conhecido, foi o sentido profundamente espiritualista de sua vida. Tinha grande veneração pelos estudos bíblicos, acreditando piamente na interferência divina sobre os pobres mortais. Isso explica o combate intransigente contra os desvios dos mandamentos da Sagrada Escritura. Nas horas de recolhimento meditava sobre a vida celestial, os benefícios de uma rigorosa obediência às virtudes cristãs e o exercício das práticas espirituais. Tinha por gosto, ao fazer uma espécie de "desabafo" espiritual, escrever versos. Essa a faceta ainda pouco conhecida: o capitão-mór Vicente da Costa Taques Góes e Aranha como poeta. Escreveu glosas e sonetos, durante muitos anos guardados por Vicente Bernardo de Almeida Neto, ascendente pelo lado paterno do historiador Dr. Ricardo Gumbleton Daunt. Este, mandou tirar cópia de uma cópia do manuscrito original. Por nímia gentileza do historiador Dr. José Pedro Leite Cordeiro, chegou às nossas mãos o texto xerografado da referida cópia, obtido no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e transcrito no presente trabalho. Para melhor elucidar o texto e vertê-lo em linguagem adequada, conservando porém a grafia do original, agradecemos a preciosa colaboração dos ilustres paleógrafos e historiadores Ricardo Román Blanco e D. Martinho Johnson, O. S. B.

GLOZAS

1.ª

Creado o céo por Deus, creada a terra,
Hé separada luz da sombra escura,
Creado tudo quanto o globo encerra
Em obra mais perfeita Deus se apresa
Na substancia de ellevada essa
De que Deus organisa a creatura
De humilde barro foi Adão gerado
Lembra-te oh homem que és de pó formado.

2.ª

No sopro que lhe deu o Omnipotente
Espiritos vitais logo lhe inspira
E quem há pouco era barro agora hum ente
Com Alma racional que o respira
Mas seduzida Eva da serpente
Soberbo ser igual a Deos aspira
Perdendo a graça ficou n'um momento
Fragil materia, a quem destroe o vento.

3.ª

Esquecido do ser que recebera
Desobedece o homem desgrassado
Então o bem conhece que perdera
E fica prezioneiro do pecado;
A graça quer tornar que recebera
Mas hé já diferente o seu estado
Lamenta Adão o teu esquecimento
E homem por efeito do portento.

4.ª

Vos oh! homem oh Pae, de quem descendes,
Por cauza do seu crime suspirando
Em essa materia em que a alma possedes
Pouco a pouco se vai anniquilando
Olha os vicios crueis com que contendes
Que a victoria felis vão aclamando
Atende ao teu destino decretado
Sendo homem serás em pó tornado.

5.ª

Da desabrida morte a mão minada
Movendo a incurvada foice dura
Ou do sangue Real a terra mesclada
Ou do Pastor a vida desfigura
A idade juvenil se vê cortada
Dessipa-se a velhice que já dura
Que a morte não atende a sexo e estado
Seria experiencia te tem já mostrado.

6.ª

O sabio, o rico, o ignorante, o pobre
Sujeitos são as leis da Natureza

Tanto valle o humilde como o nobre
Todos são concebidos na fraquesa
Ama se quem nos gera e quem nos cobre
Hé muito debil, falta de firmeza,
Não te fico na gloria nem no augmento
Que deixão de ser homem n'um momento.

7.ª

D'uma poderosissima bocca produzido
Hé neste mundo o ente mais perfeito
Que sendo no pecado concebido
Aos males do pecado está sujeito
Em pecados, cuidados e malvidas
Combatendo perigo peito a peito
Acaba de repente entre o tormento
Ou já sofrendo de um longo mal violento.

8.ª

Infeliz condição infeliz sorte
A culpa original na especie humana
Seja debil vergontea ou tronco forte
Seja planta rasteira ou arvore ufana
Tudo o tempo consome: assim a morte
Ao homem tira a vida deshumana
Ou d'antiga molestia alarmado
Ou já de hum leve sopro dessipado

9.ª

Mil imagens se offerece cada dia
Que de caduco ser te desenganão
Em ti só pode ser louca mania
Se adoras ainda os idolos que enganão
Pisa aos pés com valor, com energia
Esses objetos vis que se profanão
Alça os olhos ao céo, pede te assista
Que resta oh homem pois? fitar a vista.

10.ª

Desordem confusão horror no Inferno
No Céo prazer e Bemaventurança
Ali duros tormentos, e fogo eterno
Aqui gloria que só o justo alcança
Hum Pai amante, hum Deus benigno, Eterno
Hum demonio que ostenta só vingança.
Verás, oh homem, tanta variedade
No quadro que te offerece a Eternidade.

11.ª

Os prazeres mundanos renunciai
Seus bens caducos sua pompa e gloria
Os bens que são duraveis apreciai
E risca a que periga da memoria:
Cresce a virtude em ti de dia em dia
Contra o inferno alcansarás victoria
Traze os santos preceitos sempre em viso
E o Céo só deve ser tua conquista.

12.ª

Ostenta nos trabalhos paciencia
Nos perigos constancia e fortaleza
Observa com huma cega obediencia
O bem que inspira o Autor da Natureza:
Não te afastes jamais da continencia
Vê que ser pecador hé vil baixeza
Com ardor exercita a caridade
Ama a virtude detesta a impiedade.

13.ª

Saúde, robustes e mocidade
Illudem muitas vezes ao vivente
E a lembrança felis da eternidade
Nos mundanos hé pouco permanente
Não te engolfes oh homem na maldade
Contrito te arrepende, e penitente
Entoa de novo a celestial conquista
Olha que a morte muito pouco dista

14.ª

O marcial guerreiro que assolara
A ferro e fogo o campo inimigo
O afouto navegante que buscara
Diversas Regioens por mil perigos;
O filosofo sabio, que ostentara
Os sistemas dictar a seos amigos
Acaba vão mortal; hé curta a idade
E tens nas cinzas a prova da verdade.

Memento homo, quia pulvis es et in pulverem reverteris (1)

1) Lembra-te homem, que és pó e em pó te hás de tornar.

SONETOS

Lembra te oh! homem que és de pó formado
Fragil materia a que destroe o vento,
Es homem, por effeito de portento
Sendo homem serás em pó tornado

Seria experiencia te tem já mostrado
Que deixas de ser homem n'um momento
Ou já sofrendo hum longo mal violento
Ou já de hum leve sopro dessipado

Que resta oh! homem pois? fitar a vista
No quadro que te offerece a eternidade
E o Céo só deve ser tua conquista

Ama a virtude detesta a impiedade
Olha que a morte muito pouco dista
E tens nas cinzas as provas da verdade.

SONETOS

Cruel hipocundria hum só momento
Não graves o meu peito suffocado
Permite por alivio dar hum brado:
Deixa a minha alma ter um breve alento.

Se Deus usa de ti como instrumento
Com que quer castigar o meu pecado
Não passes adiante, que outro estado:
Não quer desanimo, se não sofrimento

De que sirvo ao Senhor, estou eu louco
Ah! meo Deus, isso não Deus compassivo!
Mandai todo o trabalho que inda hé pouco

Concedei a minha alma linitivo:
Pois quero até espirar cançado e rouco,
Invocar vosso nome enquanto vivo.

PRESENÇA DE OSWALD DE ANDRADE

Roberto de Paula Leite

O modernismo nada mais é do que um evento sociológico. História é fato. Mesmo antes da realização da Semana de 22, ou seja, do espetáculo-manifesto do Teatro Municipal de São Paulo, havia, realmente, um desejo de renovação nos círculos estéticos da megalópolis. Todo mundo desejava iniciar nova etapa. Isso, de certa forma, iria condicionar, influenciar as artes, a política e até os costumes.

A lembrança de Graça Aranha, nesse episódio, deverá ser encarada objetivamente. Não foi um apóstolo das novas idéias. Não representou isso. Era um medalhão, nome nacional (a posteridade não confirmou esse juízo de valor). Isso era conveniente, interessante aos idealizadores do movimento. Mesmo porque galvanizou um grupo de escritores cariocas. Por outro turno, efetivou-se a estréia de Vila-Lobos na música durante o ato do Municipal, além de declamação de prosa e poesia. Muita gente não percebeu o que se tratava pois, o público era bastante heterogêneo. No entanto, alguns intelectuais presos aos velhos cânones procuraram manifestar-se de modo hostil. O espírito acadêmico da época pensava ser Menotti del Picchia o líder do movimento. Para ele, o autor de Juca Mulato, era o chefe legítimo do movimento. Esse barulho, de certa maneira, facilitou a propagação ideológica do modernismo. Havia graduações entre os grupos. Oswald de Andrade, por exemplo, criou a escola Pau-Brasil. Posteriormente, iria estruturar, criar uma mundividência própria: a antropofagia. No Rio, em Minas, a renovação artística concretizava-se. Na antiga capital da República era o grupo Festa, oriundo do simbolismo paranaense. Os poetas de Belo Horizonte e de Cataguases engrossariam as fileiras. Os gaúchos e nordestinos completariam esse painel com o contributo de seus modismos, temas regionais. Havia um denominador comum: a brasilidade, o sentimento de autenticidade nacional. Em contrapartida, a aplicação de certas coordenadas modernistas à política dar-se-ia na redação do desaparecido Correio Paulistano. Isso comprovava a tese, segundo a qual aquele movimento não foi, somente, interessado em escolas literárias, em correntes estilísticas, enfim, no endeusamento da forma pela forma.

O nativismo indígena de Osvald encontrou éco, na presença onímoda de Mário de Andrade; na mensagem pictórica de Anita; no brasilerismo plástico de Tarsila, na música de Vila-Lobos. Completando isso, a lembrança de constantes regionais do Rio Grande do Sul e do Nordeste. Com todas as limitações, aqueles que se inseriram no processo do modernismo brasileiro procuraram encontrar as raízes da cultura brasileira. Desse modo, buscou-se estudar nosso pensamento na exegese da temática racial no sentido de uma dimensão unitária, ou seja no encontro da própria unidade nacional. Queremos, com isso afirmar, uma nova preocupação surgiu: a de pensar a literatura brasileira do ponto-de-vista da realidade nacional. Procurava-se combater os instrumentos culturais importados. Essa tentativa foi um esboço de desalienação, pois, objetivava analisar os paradoxos, as contradições, enfim, o que caracterizava o processo brasileiro. A literatura como é sabido, é o instrumento expressional de um povo. E a possível originalidade dessa criatividade estará condicionada a vetores sociais, históricos, políticos, etc. A primeira etapa desse processo foi o romantismo. Este, continuaria sua trajetória até os derradeiros anos do século passado, quando alguns espíritos esclarecidos chegaram a denunciar a manobra das elites culturais européias no sentido de tornar a dirigir os instrumentais analíticos da cultura brasileira. Vêem-se, pois, estavam surgindo as condições para o movimento de 22. Nossa literatura somente alcançaria relativa originalidade somente a partir da segunda década do século passado. Por quê? Simplesmente porque as constantes coloniais começavam a ser debeladas. A economia brasileira tomaria outro rumo, principalmente após 1930. Houve, portanto, uma atitude sincrônica: a Semana de Arte Moderna, apesar de se situar na chamada República velha, sintonizava com as alterações verificadas noutros setores da vida brasileira. O predomínio dos grandes proprietários rurais era contestado. E a elite cultural adepta do mimetismo alienígena que estava em consonância com aqueles interesses, sofria revezes. Onde a contradição? Precisamente no ponto em que a economia cafeeira produzia o novo painel, isto é, a acumulação daí decorrente estimulou a taxa de crescimento do mercado interno. Para ratificar isso, desenvolveu-se uma rede de transportes a fim de facilitar a distribuição. O hiato produzido pela Primeira Grande Guerra Mundial acentuou o impulso de industrialização. O nosso parque industrial cumpriu perfeitamente sua missão: proveu às necessidades em bens de consumo. Destarte, não se sentiu o problema da importação. De resto, foram introduzidas novas técnicas na lavoura, daí surgindo série de resultados. Isso, ocorreu, especificamente, no Sul do País. No Brasil as coisas ofereciam aspectos curiosos: em várias oportunidades, o proprietário rural era si-

multaneamente industrial ou banqueiro; as classes médias que lutavam (e ainda combatem) por um lugar ao sol, desde a implantação da República, continuaram dentro da temática das flutuações, embora alí ou aqui obtivessem êxitos parciais. Se os acontecimentos de 1930, coroaram um processo político-social iniciado, por coincidência em 1922, com o troar dos canhões de Copacabana e com a luta travada com a Coluna Prestes, por outro lado, revelava que era a própria classe média que se batia pelo poder ou fragmentos do poder. Era o reflexo da disputa, do jogo pelo poder. Nesse contexto surgiram tendências estéticas com ares rebeldes, inconformistas. Data daí, também, o aparecimento no país da indústria do livro, coisa nova, mas que se situava no conjunto do próprio desenvolvimento da imprensa e da literatura como expressão cultural de um povo, de uma classe, em determinado ciclo histórico.

Qual o ambiente de 22? Os nossos prosadores, distantes da vida e da realidade faziam pesquisas nos dicionários, enquanto os poetas estavam presos aos cânones e às normas parnasianas. O objetivo principal foi o de destruir tudo o que simbolizava o antigo, ou seja, o consubstanciado no tradicional, no consagrado, cujo maior símbolo era, sem dúvida, a figura de Coelho Neto. Os instrumentos de combate, nessa altura, foram o sarcasmo, a irreverência, a iconoclastia. Como asseverou Mário de Andrade, "o modernismo no Brasil foi uma ruptura, foi um abandono consciente de princípios e de técnicas, foi uma revolta contra a inteligência nacional". Está claro: para as atuais gerações o modernismo teve, praticamente, um mérito, isto é, limpar a área, o ambiente. Porque representava uma época de transição. Foi um intervalo entre dois tempos de cultura, uma espécie de zona desmilitarizada... Sendo assim, preparando terreno para nova criatividade o modernismo em verdade estava possibilitando o surgimento de novos caminhos para o ensaismo, sugestões para novos ismos. De fato, apareceram em nosso País correntes e escolas que plasmaram uma cultura: desde o folclore, passando pela música popular até ao romance. Contudo, falhou no que diz respeito à filosofia e à criação de um pensamento brasileiro autóctone, legítimo, original e independente. Fracassou, inicialmente também, no teatro.

A primeira influência foi um tipo de formalismo europeu, o qual de certa forma, mesclou-se com os elementos nacionais de 22. Isso, trouxe uma confusão pois, eram visíveis tendências diferentes, heterogêneas entre os vários participantes do movimento modernista. A unidade entre os membros era a de proclamar o modernismo... no mais eram díspares, muitas vezes, antagônicos entre si. A conseqüência disso: a divisão de forças e a ênfase dada ao individualismo de alguns escritores engajados no movimento.

Um dos erros de análise que se tem feito no concernente ao modernismo é o de encará-lo isoladamente como fórmula desligada da problemática brasileira. Não pode nem deve ser estudado fora do conjunto de que ele próprio faz parte. Mesmo porque desse jeito não ofereceria nenhum significado e não teria proporcionado nenhuma contribuição. O modernismo foi a pedra inicial, o enfoque dum processo que se iniciou em 22. O nacionalismo manifestado pelos modernistas era uma forma confusa, heterogênea, pontilhada de influências externas puramente formais. Esse tipo de nacionalismo, às vezes pitoresco, projetou uma criatividade superficial. No fundo, no fundo mesmo das coisas, era a constatação da inexistência dum tipo de filosofia que caracterizasse o nosso evolver, assim como, o nosso ser. Daí a agitação estéril, improdutiva dos grupos que se manifestaram a três-por-dois: "antropofagia", "arco-e-flecha", "borrão de verde e amarelo". Viviam, ainda, em plena etapa do pitoresco, do escândalo. Como vimos, o movimento foi espécie de toque de alarme. Combate à imitação de fórmulas e de escolas ultramarinas lusas e ao mimetismo francês. Foi a canalização energética em busca de um conteúdo para a criatividade estética brasileira. A herança cultural do modernismo está para ser feita. Sua importância, dissemos alhures, está nas perspectivas que projetou.

E Oswald? Em 1920, encontrou Mário. Seria o companheiro ideal embora terminassem inimigos pessoais. Em 1922, publicou o romance *Os condenados,* primeiro de uma série *Trilogia do Exílio.* O estilo é extremamente elaborado, lembra Wilde ou mesmo D'Annunzio. Porém, lança os primeiros traços de um tipo de composição nova: a técnica sincopada, a presença de pequenos blocos, o poder metafórico ou, como dizem, o chamado dom da anotação rápida. Em 1924, publica *Memórias Sentimentais de João Miramar; Serafim Ponte Grande,* é concluido em 1927. Nesse mesmo ano vem a lume *Estrela do Absinto,* segundo volume da Trilogia. *Escada Vermelha,* aparecerá somente em 1934.

Ei-lo, novamente, na Europa em 1924. Lá, lança o nativista Pau-Brasil com um manifesto e um livro de poemas com o mesmo nome. É uma tentativa de interpretação lírica de sua terra e de sua gente. Busca o essencial na poesia, isto é, despojá-la do artificial, do acessório. O núcleo central desse tipo de poesia reside, justamente, na força sugestiva das palavras. Em seu volume, *Primeiro Caderno do Aluno de Poesia,* procuraria incorporar o elemento psicológico mas, mantendo a constante representada pela força humorística. Lança o Movimento Antropófago, em 1927. Funda a Revista de Antropofagia.

O. de Andrade sempre foi aquilo que se convenciona chamar de homem de esquerda. Após a revolução de 1930 militou nos quadros políticos de extrema-esquerda. Esse posicionamento con-

servará toda a vida, em menor ou maior intensidade, embora em 1945 rompa, definitivamente, com o Partido Comunista. Escritor engajado, participa da luta contra o Sistema simbolizado, encarnado pelo Estado Novo. Como redator do jornal "O Homem Livre", combate o fascismo. Em 1943 e 1946, publica os dois volumes da série não completada: *Marco Zero*. Nela, critica a sociedade burguesa de São Paulo após a crise de 1930. Nos derradeiros anos começou a escrever suas memórias, embora não as tivesse terminado. Também, procurou aprofundar as idéias referentes à sua teoria antropofágica, assim como, a chamada crise do patriarcalismo, o messianismo e a função das utopias. Em 1945, obtivera em concurso a livre-docência de Literatura Brasileira da U. S. Paulo. O espírito de Andrade estará representado nos textos que traduzem a história polêmica de suas idéias e das concepções que cercaram o modernismo. No Manifesto Antropófago de 1928, buscou criar uma visão brasileira do mundo sob a espécie da devoração. Nela, não desdenha propriamente o contributo alienígena, mas reintegrá-lo em termos nacionais. Por isso, emprega a alegoria do canibalismo de nossos selvagens. Em a *A Crise da Filosofia Messiânica,* tentou revisar conjunto de idéias encetadas no evolver de sua existência. Cabe, aqui, um adendo: Oswald de Andrade não foi um filósofo. Não estamos nos referindo ao filósofo de ofício. Procurou, como muita gente, criar uma mundividência própria, incorporar nela, todas suas contradições e paradoxos. Sua vida e sua obra revelam um espírito inquieto na busca da verdade. Tentou criar uma mensagem e situá-la em seu tempo, na sociedade em que viveu, sentiu e amou. Seu existencialismo nada tem com o de Kierkegaard, por exemplo, cujo legado especulativo constitui uma tentativa de compreender a vida em contraste à chamada filosofia especulativa propriamente dita: assim como, nada tem com o pensamento de Jaspers ou de Merleau-Ponty. E, está longe, também, da atitude conciliatória assumida por Sartre (pelo menos em determinada fase), nem apresenta similitude com a trajetória de Heidegger. Andrade, não foi intérprete de um tipo de filosofia pequeno-burguesa. Suas origens distanciam-no disso. O existencialismo, de certa forma, consubstanciou o ideal pequeno-burguês, principalmente, após a Segunda Grande Guerra Mundial. E, a despeito de sensível às flutuações da época, não chegou a superar as fronteiras em que se encontrava. As grandes crises de nosso tempo são apresentadas em diversas categorias dentro da estrutura existencial: o desespero, o Nada, a angústia, etc. É verdade que o existencialismo como atitude tem sido bastante difundido no Brasil. Lídia Acerboni, em "A Filosofia Contemporânea no Brasil", apesar das boas intenções formulou alguns erros e omissões. Cita, por exemplo, Oswald de Andrade como filósofo existencialista... ao lado

de um Vicente Ferreira da Silva e de Gerd Bornheim... No entanto, a autora não justifica seu ponto-de-vista. De resto, o posicionamento existencial do legado especulativo contemporâneo é produto dos limites entre o idealismo e o realismo. A concepção existencial surgiu, de certo modo, portanto, da desvalorização do "ideal" diante do realismo ou, ainda, do desprestígio do "real" no idealismo. Isso, obrigou a criar outra posição que procurasse identificar o homem como coisa entre coisas. Em tentar aplicar a si mesmo um método de conhecimento que dizia respeito à outras coisas. Não é aqui o momento, nem o local para um estudo sobre o existencialismo.

Tempos atrás, por mero acaso, compramos um exemplar de Hegel —: "Moerceaus Choisis", em tradução do alemão para o francês por Henri Lefebvre e N. Guterman, edição da Galimard. Essa obra de Hegel, pertencera o Oswald de Andrade. Lá está o seu nome, notações, leitura e indagações. O livro é composto em dez capítulos, além da introdução, índice analítico e do índice de referência das obras citadas. Esse exemplar foi comprado num "sebo". Nossa surpresa foi grande como não poderia deixar de ser. Pois bem. Na primeira página, ao lado, de modo claro está escrito, a lápis: "O grande codificador do patriarcado?" Faz, a seguir, alguns comentários a respeito em diversos períodos, acentuado, ora aqui, ora ali. No final da primeira página, ainda na Introdução, Andrade assevera que talvez Hegel tivesse razão, ou melhor, concordando com afirmativas de Henri Lefebvre e N. Guterman, datadas de setembro de 1936, as quais diziam que entre as grandes obras de Hegel, a "Encyclopédie" era das mais importantes. Em linhas nervosas, agitadas, mal sublinhadas, percebe-se um temperamento nervoso, extrovertido. À página oito do mesmo volume afirma que os problemas da humanidade não são resolvidos inesperadamente. E critica o idealismo. Tudo isso a respeito de comentário dos introdutores à obra hegeliana de certa forma marxista. Na página seguinte, à margem, ainda a lápis, diz que Hegel é o ideólogo da Santa Aliança, referindo-se ao mundo de 1815 a 1830, dos Tratados de Viena e da Santa Aliança. Na página dez do mesmo trabalho diz que Kierkegaard e Nietzsche esgotaram o vazio... Por outro lado, a grande maioria das páginas estava intacta, fechada. Não tomou conhecimento dos demais capítulos do livro. À pág. 51, no final, referindo-se às idéias de Kant, criticadas por Hegel, indaga: "Essa tendência ao progresso depois da pedra — e recuperação do estado de (ilegível) e outras palavras ilegíveis". No início do terceiro capítulo, à pág. 67 que versa sobre lógica dialética, diz: "O escravagismo se utiliza primeiro da disfunção natural do homem para a criação e a ocupação (diferente de "trabalho"). Segundo, o terror, ilegível, ilegível e messianismo". Acentua, sem comentar, a expres-

são: "Assim o verdadeiro é a orgia báquica", à pág. 73. Sublinha, sem criticar, o tópico Dialética e Filosofia, à pág. 75; o mesmo ocorre a respeito duma proposição de Spinoza à pág. 77. No começo do capítulo quarto que trata da Idéia e do Método, enfatiza, rapidamente, uma expressão sem maior significado. Entretanto, às páginas 167-166 tece ligeiras digressões. Aponta a expressão do "conceito divino", acrescentando: "podre de conservantismo e de religião." No final da pág. 167, sublinha "Ciência lógica-forma de linguagem." E, mais: "o galimatias hegeliano o espírito pesteado do racionalismo (idealismo?)". Depois, volta a tecer comentários à pág. 242. Trata-se de tópico que diz respeito a "Contra o Direito Natural.". Rabisca a palavra "livre". E, escreve: "O conceito passa a ser "natureza de carne". Na página seguinte, risca à margem no referente à personalidade e propriedade; assim como da racionalidade da propriedade. Marca com enorme "X" a "Justificação Histórica à Escravatura" (pág. 244); e coloca grande interrogação na "Origem do Mal" (pág. 245). Na pág. 246, no que tange ao "Pecado Original" põe a lápis debaixo de várias frases, assinalando: "livre de si", "recalcado". Grifa outros períodos acima que dizem respeito às modificações históricas da propriedade. Retorna aos grifos à pág. 326 quando sublinha a "substância absoluta de Spinoza". E o resto do livro permanece fechado, com as páginas virgens. De qualquer forma, esse retrato mostra-nos um quadro curioso do homem Oswald, esteta revolucionário, sim, mas, filósofo, não.

Mais um crítico do que um pensador, suas censuras são válidas no concernente aos messianismos, inclusive, aquele que abraçou, ou seja, o marxismo. É verdade que verberou o marxismo institucionalizado. Suas idéias são perfeitamente atuais, a despeito do Homem ter ingressado na Idade do Tório, isto é, no conhecimento e no domínio do elemento químico mais puro; na criação da Cibernética, da Automação, da Informática, das comunicações de massas, da física nuclear, do computador. E o impacto tecnológico está destruindo ou aniquilando a cultura humanística tradicional. Prega a volta ao matriarcado, desfazendo as consagradas amarras da família, lastreadas no processo patriarcal. O Homem encontrará a felicidade social desse modo. E, o ócio, atualmente tão combatido, será espécie de recompensa, mais, ainda: propício às artes, à criatividade, como também, ao estudo em geral. Solução lúdica, mágica. Exatamente uma concepção mágica da Vida, do Homem e do Universo. Eis, em síntese, a cosmovisão oswaldiana confirmada até nos comentários realizados a lápis nos Trechos Escolhidos, dos textos hegelianos, verdadeira antologia do pensamento daquele pensador.

CULTURA E HUMANIZAÇÃO (*)

"Sinto-me feliz por poder encontrar-me convosco, eminentes personalidades da cultura da Nação brasileira. A cada um de vós desejo saudar cordialmente, manifestar o meu sincero apreço e o meu profundo respeito. Vós bem sabeis quanto e porque razões a Igreja estima e promove, naquilo que lhe compete, toda autêntica forma de cultura e busca manter comunhão e diálogo com ela.

O lugar de encontro entre a Igreja e a cultura é o mundo, e nesse homem, que é um SER-NO-MUNDO, sujeito de desenvolvimento, para uma e para outra, mediante a palavra e a graça de Deus por parte da Igreja, e mediante o próprio homem, com todos os seus recursos espirituais e materiais, por parte da cultura.

A verdadeira cultura é humanização, enquanto que a não-cultura e as falsas culturas são desumanizantes. Por isso, mesmo na escolha da cultura, o homem empenha o seu destino.

A humanização, ou seja, o desenvolvimento do homem, efetua-se em todos os campos da realidade na qual o homem está situado e se situa: na sua espiritualidade e corporalidade, no universo, na sociedade humana e divina. Trata-se de um desenvolvimento harmônico, no qual todos os setores dos quais faz parte o ser homem ligam-se uns com os outros: A cultura não diz respeito nem unicamente ao espírito nem unicamente ao corpo, como nem unicamente à individualidade ou à sociabilidade ou à universalidade. A redução *ad unum* dá sempre lugar a culturas desumanizantes, nas quais o homem é espiritualizado ou é materializado, é dissociado ou é despersonalizado. A cultura deve cultivar o homem e cada homem na extensão de um Humanismo integral e pleno, no qual todo o homem e todos os homens são promovidos na plenitude de cada dimensão humana. A cultura tem o fim essencial de promover o ser do homem e de proporcionar-lhe os bens necessários ao desenvolvimento de seu ser individual e social.

(*) Discurso do Papa João Paulo II aos intelectuais do Brasil, pronunciado no Alto do Sumaré, no Rio de Janeiro, e publicado em «O Estado de S. Paulo», de onde o transcrevemos.

Todas as várias formas da promoção cultural radicam-se na cultura *Animi*, segundo a expressão de Cícero — a cultura do pensar e do amar, pela qual o homem se eleva à sua suprema dignidade, que é a do pensamento, e se exterioriza na sua mais sublime doação, que é do amor.

A autêntica cultura *Animi*, é cultura da liberdade, que emana das profundezas do espírito da lucidez do pensamento e do generoso desinteresse do amor. Fora da liberdade não pode haver cultura. A verdadeira cultura de um povo, a sua plena humanização não se podem desenvolver em um regime de coerção: "A cultura — diz a constituição conciliar *gaudium et spes*, n.º 49 — emanando da natureza racional e social do homem tem uma incessante necessidade da justiça e da liberdade para se desenvolver e deve-se-lhe reconhecer a legítima possibilidade de exercício autônomo segundo os próprios princípios".

A cultura não deve sofrer nenhuma coerção por parte do poder, quer político quer econômico, mas ser ajudada por um e por outro em todas as formas de iniciativa pública e privada conformes com o verdadeiro Humanismo, com a tradição e com o espírito autêntico de cada povo.

A cultura que nasce livre tende a difundir-se em um regime de liberdade. O homem culto tem o dever de propor sua cultura, mas não a pode impor. A imposição contradiz a cultura, porque contradiz aquele processo de livre assimilação pessoal por parte do pensamento e do amor, que é peculiar à cultura do espírito. Uma cultura imposta, não somente contrasta com a liberdade do homem, mas põe obstáculo ao processo formativo da própria cultura, que na sua complexidade, desde a ciência até a forma de vestir-se, nasce da colaboração de todos os homens.

A Igreja reivindica em favor da cultura, e portanto em favor do homem, tanto no processo do desenvolvimento cultural quanto no ato de sua propagação, uma liberdade análoga àquela que na declaração conciliar *dignitatis humanae* reclama para a liberdade religiosa, fundada essencialmente sobre a dignidade da pessoa humana, e conhecida seja por meio da palavra de Deus seja através da razão (CF. n.º 2).

Ao mesmo tempo em que respeita a liberdade, a cultura deve promovê-la, isto é, deve buscar aparelhá-la com as virtudes e hábitos que contribuem para formar o que Santo Agostinho chamava de *libertas maior*, isto é, a liberdade no seu pleno desenvolvimento, a liberdade de um estado moralmente adulto, capaz de opções autônomas diante das tentações provenientes de qualquer forma de amor desordenado de si mesmo. A cultura plena compreende a formação moral, a educação para as virtudes da vida individual, social e religiosa. "Não há dúvida — dizia em meu recente discurso à Unesco — que o fato cultural primário

e fundamental é, o homem espiritualmente maduro, isto é o homem plenamente educado, o homem capaz de educar-se a si mesmo e de educar os outros. Não há dúvida tampouco de que a dimensão primeira e fundamental da cultura é a sadia moralidade: A cultura moral" (N.º 12).

A cultura, cultivo do homem em todas as suas faculdades e expressões, não é somente promoção do pensar e do agir, mas é também a formação da consciência. Por causa da educação imperfeita ou nula da consciência, o puro conhecimento pode dar origem a um Humanismo orgulhoso puramente terrestre, a ação e o prazer podem originar pseudoculturas de um produtivismo incontrolado, em benefício do poderio nacional ou do consumismo privado, tendo como conseqüência infaustos perigos de guerra e gravíssimas crises econômicas.

A promoção do conhecimento é indispensável, mas é insuficiente quando não é acompanhada pela cultura moral.

A Cultura *Animi* deve promover juntamente a instrução e a educação, deve instruir o homem no conhecimento da realidade. Mas, ao mesmo tempo, educá-lo para ser homem na totalidade do seu ser e de suas relações. Ora, o homem não pode ser plenamente o que é, não pode realizar totalmente sua humanidade, se não vive a transcendência de seu próprio ser sobre o mundo e sua relação com Deus. A elevação do homem pertence não somente à promoção de sua humanidade, mas também à abertura de sua humanidade a Deus. Fazer cultura é dar ao homem, a cada homem e à comunidade dos homens, dimensão humana e divina, é oferecer e comunicar ao homem aquela humanidade e aquela divindade que emanam do Homem Perfeito, do Redentor do Homem, Jesus Cristo.

Na obra da cultura Deus fez aliança com o homem, tornou-se ele mesmo operador cultural para o desenvolvimento do homem. — *Dei Agricultura Estis,* exclama São Paulo: Vós sois cultura de Deus" (1 Cor. 3, 9).

Não tenhais medo, senhores, abri as portas do vosso espírito, da vossa sociedade, das vossas instituições culturais à ação de Deus, que é amigo do homem e opera no homem e pelo homem, para que este cresça na sua humanidade e na sua divindade, no seu ser e na sua realeza sobre o mundo.

Na aliança que, através da Cultura humana, se estabeleceu entre Deus e o Homem, este deve imitar a Deus no seu infinito amor. A obra cultural é a obra do amor, obra que procede daquele amor social, cuja necessidade apontei em minha primeira Encíclica *Redemptor Hominis* (cf. n. 16). Há carência de amor social quando, por falta de estima para com os outros, não se respeita a pluralidade das culturas legítimas, mas se quer impor a própria cultura, que não é nem única nem exclusiva, a popu-

lações econômica e politicamente mais débeis. Recordemos o que diz o Concílio: "Numerosos países economicamente pobres, mas ricos de sabedoria, poderão prestar ajuda aos outros quanto a este ponto" (Gaudium et Spes, n.º 15).

A unidade cultural de um país geograficamente vasto como o vosso, e no qual se amalgamaram numerosas tradições e vários processos históricos, não nasce de uma uniformização da cultura, mas de uma pluralidade unificada pelo respeito mútuo, pelo reconhecimento das peculiaridades culturais, pelo diálogo que enriquece, a uns com os valores e as experiências dos outros.

Penso cumprir um elementar dever de justiça, se evoco neste ponto a obra cultural despretensiosa, mas exemplar, que foi a da Igreja neste País.

Nesta obra encontramos todos os aspectos da cultura que até aqui relembramos. Com efeito, desde os primeiros anos, através de seus missionários, a Igreja começou a transmitir aos aborígenes, junto com a revelação do Evangelho, o conhecimento das coisas. Este consistia na instrução e na alfabetização, sem dúvida, mas não menosprezava o esforço por aprimorar, sem deformar nem adulterar, elementos básicos da Cultura Indígena. Ao longo dos séculos, através das missões entre índios e sertanejos, através de escolas e universidades, através de hospitais e asilos, através dos seus meios de comunicação social a Igreja continua a dar uma contribuição válida à obra cultural. Neste domínio julgo importante sublinhar que a mensagem da Igreja não esteve alheia, tampouco, à harmonia e ao equilíbrio com que se processou o caldeamento das mais diversas raças.

Tomando a Cultura no sentido mais amplo, devemos dizer do Brasil o que o documento de Puebla diz da América Latina: A Igreja se encontrou historicamente na raiz da Cultura deste País.

Uma obra que respeita a cultura originária de um povo, permitindo seu desenvolvimento e difusão e facilitando o diálogo com outras culturas, e a alfabetização.

Lemos na *Populorum Progressio*: "Um analfabeto é um espírito subalimentado. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional é retomar confiança em si mesmo e descobrir que se pode progredir juntamente com os outros" (N.º 35).

Ao lado desta e de outras formas de subalimentação do espírito é necessário considerar o grave estado de depressão em que se encontram inteiras populações por causa de suas condições econômicas. Os povos economicamente mais ricos e industrialmente mais desenvolvidos geraram o consumismo, que se encontra na origem de desequilíbrios cada vez mais acentuados entre povos ricos e povos pobres, entre populações de um mesmo

Estalo. A isto me referi na Encíclica *Redemptor Hominis* (CF. N. 16).

A estas situações deve levar remédio o amor social vivificado pela caridade. Construí juntos, senhores, "uma civilização da Verdade e do Amor, criai uma Cultura que promova sempre mais o homem e facilite sua evangelização, ajude-o a crescer em sua dimensão humana e divina, a reconhecer o valor do próprio ser o sentido de sua existência, a conhecer e a amar Cristo no qual Deus se revelou plenamente a cada homem e a cada povo".

TEMPO DE MEDICINA E DE CIÊNCIA NO BRASIL

Dr. Duílio Crispim Farina

A crônica, os registros dos historiadores, têm aqui e ali, pelos decênios e mesmo centúrias, anotado os episódios marcantes da criação e evolver das associações médicas e farmacêuticas em nossa terra.

A idéia de constituir um primeiro corpo coletivo profissional aninhou-se resolutamente no espírito esclarecido e pioneiro de cinco distintos médicos, ainda no Império. Os Drs. Joaquim Cândido Soares de Meirelles, João Martins da Cruz Jobim, Luiz Vicente de Simoni, José Francisco Xavier Sigaud e J. M. Faivre, reuniam-se em sessão preparatória a 28 de maio de 1829 para lançarem os fundamentos, as bases de uma sociedade de medicina, cujos intuitos eram o progresso e o desenvolvimento das ciências médicas, prestar socorros gratuitos aos doentes pobres, beneficiar a população, pelo estudo e aplicação dos meios favoráveis à conservação e melhoria da saúde pública. A estes cinco fundadores — recordou Teixeira de Souza, juntaram-se outros e constituiu-se a entidade que foi logo posta sob a solicitude e proteção do Governo Imperial, em 30 de junho de 1829, sendo presidente o Dr. Meirelles. Seus estatutos foram aprovados por decreto de 15 de janeiro do ano seguinte. A cerimônia, porém, de sua inauguração oficial, realizou-se em 24 de abril desse ano em uma das Salas do Hospital de São Francisco de Paula, na travessa do mesmo nome, e sob a presidência do ministro do Império, o Marquês de Caravelas. Não tardou que o Governo recorresse à sábia e nascente corporação. Logo vai consultá-la sobre a "natureza e tratamento da pirexia endêmica", que dois anos antes aparecera em Macacu e que, irradiando-se para outras localidades, grassava, em incrementos, na vila de Magé e seu termo. A Câmara Municipal vai ouvi-la sobre posturas concernentes à saúde pública, e a Câmara dos Deputados incumbe-a de elaborar um plano de organização das escolas médico-cirúrgicas do Império.

Apresentado o projeto, com pequenas alterações foi adotado para servir de base aos estatutos das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e Bahia, na reforma de 3 de outubro de 1832. Como decorrência de um de seus compromissos, a sociedade abriu em 1831, um consultório gratuito, porém de efêmera duração, iniciando nesse mesmo ano a sua publicação periódica, com o título de Semanário de Saúde Pública. A sede da Sociedade alojara-se no consistório da Igreja do Rosário, de onde o Governo mandou-a transferir para uma sala da Academia Militar, no largo de São Francisco de Paula, e ainda dando-lhe caráter oficial, em 1835, transformou-a em Academia Imperial de Medicina, com novos estatutos, e aumento do quadro de membros titulares. O ingresso na Academia seria sempre mediante exibição de uma memória original sobre assunto médico, a juízo da corporação. Solenizada a Academia aos 21 de dezembro de 1835, em Sala do Paço Imperial, daí por diante, durante o império, foram celebradas todas as sessões magnas aniversariais da fundação da nova Sociedade de Medicina, a 30 de junho, na presença do Imperador. À Academia se deve a primeira idéia de uma Sociedade de beneficência médico-farmacêutica, proposta em 1848, pelo Conselheiro M. F. Pereira de Carvalho, que apresentou o projeto dos estatutos. Ampliando os seus objetivos, em 1849, o doutor C. L. Saules, redigiu novo projeto com várias proposições: constituir montepio médico-farmacêutico; enviar médicos hábeis às províncias, quando se encontrassem sem eles, ou em ocasiões de epidemia; estabelecer nas províncias, que as não tivessem, farmácias dirigidas por profissionais competentes; facilitar a matrícula nos cursos de farmácia aos estudantes pobres, que se mostrassem devidamente credenciados; enviar à Europa, médicos brasileiros de reconhecido talento, para estudar assuntos especiais, que lhes seriam indicados, etc. Da sala da Academia Militar, em 1861 passou-se a Academia de Medicina para o campo de Sant'Ana, onde manteve-se até 1873, no edifício primitivo da Câmara Municipal. Daí foi transferida para o prédio e na mesma Sala onde funcionavam de dia três repartições: Inspetoria de Saúde dos Portos, Junta Central de Higiene Pública e Instituto Vacinogênico, sob a presidência do Barão de Lavradio, o Dr. José Pereira Rego, que era também então presidente da Academia.

Por tudo isso depreende-se que vingou, na Terra de Santa Cruz, a semente, o espírito da Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, no reinado de d. Maria I, por diligências do 2.º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança e do Padre José Francisco Corrêa da Serra, botânico ilustre. O gosto das Academias era já velho em Portugal que, no sentenciar do insigne Fidelino de Figueiredo, nessa tendência prontamente acompanhara a Itália, sua criadora. Em verdade, desde 1628, data da fun-

dação da mais antiga academia portuguesa de que há notícia certa, a Academia dos Singulares, existiram, na pátria de Camões e Sá de Miranda, "numerosas dessas corporações para o cultivo da poesia, da eloqüência, centros de gosto gongórico em que se poetava e discorria com a maior gravidade sobre frívolos temas". Entretanto, houve instituições dignas de menção, em nosso entender: a Academia Real da História de Portugal, fundada por D. João V em 1720, para a elaboração da história eclesiástica de Portugal que produziu volumes de valor; a Academia Portuguesa em Roma, sob os auspícios do mesmo Soberano, para os estudantes portugueses das artes (pintura, escultura), que entre outros contou com Vieira Portuense e o insigne Domingos José de Siqueira, dos maiores pintores da terra portucalense; a Academia Litúrgica Pontificia, em Coimbra, concedida por Benedito XIV em 1747, como delegação da Academia dos Sagrados Ritos e História Eclesiástica, de Roma; e a Arcádia Lusitana, de 1756, corporação particular, obra dos poetas Antônio Diniz (autor do poema satírico "O Hyssope"), Esteves Negrão e Gomes de Carvalho.

Ezequiel Corrêa dos Santos, pai, escreveu um original e interessantíssimo "Discurso Histórico sobre a Pharmacia no Brasil", recitado na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1837, e veio a lume, impresso na Tipografia Imparcial de Paula Brito, no decorrer do mesmo ano. Por ele perpassam eventos dos seus dias, registros marcantes na evolução das associações médicas e farmacêuticas em nosso país. Não esqueceu ele de lembrar também que na antiga Côrte, em 1772, no dia 18 de fevereiro, em presença do vice-rei Marquês de Lavradio, se instalou uma Academia de Ciências composta pelos médicos José Henriques Ferreira, Gonçalo Muzzi, Freire Ribeiro, dos cirurgiões Maurício da Costa, Ildefonso da Costa Alves, Antônio Mestre, Luiz Borges Salgado e dos farmacêuticos Manoel Henrique de Paiva e Antônio Ribeiro de Paiva, todos pioneiros, "com o fim de tratarem de objetos de física, química, medicina, cirurgia, história natural e farmácia, para interesse do Brasil". Com alguns comentários do autor destas notas, o inédito "Discurso Histórico sobre a Pharmacia no Brasil", foi publicado por inspiração e apoio do Dr. José Pedro Leite Cordeiro, presidente do sodalício, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no volume 74, de 1978.

CONGRESSOS MÉDICOS NO BRASIL

A idéia de um congresso médico no Brasil teve em Roberto Jorge Haddock Lobo o primeiro pregoeiro, nos "Anais Brasiliensis de Medicina", veículo da Academia Imperial de Medicina,

correspondente aos anos 1849-1850. Português de Cascais, formado na escola da Côrte brasileira, precursor das estatísticas demográficas, organizadas "por freguesias, seus fogos, distritos e quarteirões, por classe de sexo, nacionalidade, idade e estado civil". É de sua autoria o "Tombo das terras municipais", que, decorridos quase século e meio, é ainda obra útil, e de real valia. Ayres Netto recorda, com oportunidade, o seu concurso precioso, em 1850, por ocasião da febre amarela devastadora da população carioca: "de 729 doentes, só perdeu 12". Com vivenda no Engenho Novo, junto a Mataporcos, amigo do pobre e do desvalido, foi opositor estremado da escola homeopática aqui em inícios de difusão. Acometeu, com lanças e veemência polêmica, contra o "Instituto Homeopático", recém-fundado "sob os auspícios da Divina Proteção e debaixo da proteção das leis do Império". Neste cenáculo, também a terçar armas, encontravam-se Benoit Jules Mure, mais conhecido por Domingos Azevedo ou Azevedo Duque Estrada (diplomado na Bélgica e do Conselho do Imperador); Emílio Germon, João Vicente Martins, Melo Morais, pai, e outros mais. Essa posição de antítese doutrinária mereceu de Haddock Lobo uma porfia tenaz no sentido de conclamar a classe médica para um debate amplo, em encontro, congresso geral em que as duas correntes, alopática e de adeptos da homeopatia, dirimissem a contenda com razões e bases científicas. O seu apelo, apesar da ênfase de lidador, acabou por se esboroar e terminou no esquecimento.

Em 1868, o Dr. Júlio de Moura, renomado no capítulo das moléstias tropicais, em carta dirigida ao Dr. Virgílio Damásio, vulto de relevo do jornalismo e do professorado médico do norte, e divulgada pela "Gazeta Médica da Bahia", entendida pela oportunidade de realização de um congresso médico em terras brasileiras. Também não encontrou eco e em 1888, quando da instalação do "Primeiro Congresso Médico Brasileiro", o exemplar clínico Júlio de Moura rememorava: "minhas palavras morreram como vagido de criança, no meio da morna quietude da natureza tropical, entre os bocejos de nossa proverbial indolência; estou assistindo neste momento, à realização tardia, porém fecunda de uma idéia, que preocupou meu espírito em período mais esperançoso da minha vida de médico".

CONGRESSO DE 1878, EM PIRATININGA

Aqui, em São Paulo, em 1878, houve também semelhante tentativa, quase ao tempo em que o Dr. Cesário Mota, na Assembléia Provincial, apresentava um projeto de criação do "Instituto de Ciências Naturais". Em Piratininga, ainda provinciana, mas tão cheia de estuantes encantos, romanesca e bela, sacudida

pelas tropelias da mocidade estudiosa da Academia de Direito, nesta "hibernal friul com suas rosas de Espanha", seus médicos resolvem promover o congresso de sua classe. Os Drs. Francisco Nogueira Cardoso e Cesário Mota, em reunião levada a termo nos salões da "Propagadora", aos 24 de março, conglobando facultativos da capital e do interior, pela imprensa local, noticiavam a resolução positiva do assunto, e dos poderes conferidos, para executá-lo, aos doutores Luís Lopes Batista dos Anjos, Clímaco Barbosa, Antônio Caetano de Campos, Guilherme Ellis e Jaime Serra. A propósito da notícia troçava "A Província de São Paulo": "A medicina está preparando um congresso; acautelem-se os enfermos". Levantava-se a sátira, com motejos e doestos de diatribes, mas o fito real da reunião médica era "organizar a propaganda e os recursos da Higiene na província paulista".

O sempre lembrado e saudoso príncipe da cirurgia, José Ayres Netto, acrescenta que a iniciativa repercutiu no Rio de Janeiro e "O Progresso Médico", do Dr. Martins Costa, mais tarde professor de clínica médica e discípulo de Torres Homem, tecia encômios à iniciativa pois "a província de São Paulo, acaba de tomar a vanguarda científica, reunindo o primeiro congresso médico de que há exemplo no Brasil". E adiantava: "Honra, pois, aos médicos paulistas".

Novos encontros preparatórios, agora sob a presidência do Dr. Antônio Pinheiro de Ulhôa Cintra, clínico de reputação eminente e logo barão de Jaguara. Cesário Mota, sempre combativo e realizador, acena para que fosse fundada uma revista para divulgação de memórias, teses, observações, etc. O Dr. Santos Melo propunha a fundação de sociedade, com sessões periódicas, e sede na capital, à representar o papel de verdadeira junta de higiene, entendendo-se com os poderes públicos, e representando o papel de conselheira do povo. No dia 7 de abril, no Teatro São José, no antigo largo Municipal, os congressistas encontravam-se com delegações vindas de Campinas, Rio Claro, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Capivari, Porto Feliz, etc. A sessão, com começos às 14 horas, concorridíssima, teve a secretariá-la os Drs. Miranda Azevedo e Felizardo Cavalheiro. Embora de caráter regional apareceram ponderações para que o congresso tivesse caráter nacional.

O Dr. Guilherme Ellis leu o projeto da "Associação Médica da Província", seguindo-se larga e entusiasmada discussão com a ação e a palavra ardorosa dos Drs. Inácio Mesquita e Gustavo de Godoi. Com emendas aditivas, tudo recebeu aprovação. No dia seguinte, vinte e quatro horas após, nova sessão e com ela, levantada a idéia da fundação de um jornal médico. Para o conselho administrativo da associação e da folha médica foram escolhidos os Drs. Nicolau Vergueiro e Adolfo Gad.

O temário proposto então é curiosíssimo:

1) "Pode a febre amarela propagar-se pelo interior da Província?"
2) "Existe na Província o beri-beri?"
3) "Estudo das epidemias de varíola na Província"
4) "Das melhores localidades de São Paulo para o tratamento da tuberculose"
5) "Estudo da moléstia conhecida por mal de engasgo"
6) "Das propriedades terapêuticas do Jaborandi e do Taiuiá"
7) "Estudo clínico da lepra, das verminoses e das boubas da Província"
8) "Estudo da geografia médica do bócio, etiogênia, patogênia e tratamento"
9) "Da influência que as máquinas de costura, movidas a pé, podem exercer sobre a saúde e desenvolvimento físico da mulher"
10) "Quais as moléstias mais freqüentes em São Paulo e a influência na nosologia da Província e alimentação de seus habitantes"
11) "Da freqüência da pedra da bexiga em São Paulo"
12) "Os acidentes mais comuns nas amputações"
13) "Da influência do clima de São Paulo sobre as operações cirúrgicas e da gangrena e do tétano traumático, sua freqüência na Província"
14) "Haverá febre tifóide no Brasil?"
15) "Descrição da configuração do solo da Província; altitude dos núcleos habitados mais importantes, relação íntima que existe entre certas moléstias e climas"
16) "Que moléstias têm sido introduzidas pela imigração na Província".

Delineados os preparativos e o programa a serem seguidos e executados, ficou tudo pronto e designada nova assembléia para o dia 1.º de agosto. Nas vésperas deste dia, porém, a imprensa divulgava um aviso declarando que, "para satisfazer, à pedido de médicos, empenhados em campanha eleitoral, muitos residentes no interior, a comissão declarava adiada "sine dia" a referida convocação".

Tudo leva a crer que as causas determinantes seriam outras. Antes dessa comunicação surgiu na "A Província de São Paulo", enérgico protesto do Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, clínico em Jacareí, que falava em seu nome, dos colegas positivistas, e em especial no do Dr. Luís Pereira Barreto. Abordando "os charlatães de diploma e os médicos sem diploma", o Dr. Ribeiro de Mendonça acusava o Congresso de ter feito as reuniões de por-

tas fechadas, com o fim de se discutirem medidas antipáticas à opinião pública. Os seguidores de Augusto Comte entendiam que "à associação médica em organização deviam pertencer todos os que exercessem a medicina com ou sem diploma, e se insurgia contra o conselho encarregado de velar pela honra e dignidade da classe médica, infestada pelo charlatanismo: "querer monopolizar a arte de curar, em proveito dos titulares, é agredir a sociedade, é atacar a liberdade pública".

O protesto dos médicos positivistas constituia resposta a um longo artigo publicado no "República", diário do Rio de Janeiro, de aplausos e franca adesão à iniciativa dos clínicos bandeirantes, afirmando que "São Paulo caminha na vanguarda de outras províncias e agora conquista título invejável, concebendo e realizando o primeiro congresso médico da América do Sul".

Propôs, também o Dr. Mendonça, nas sessões em que foi partícipe, que as datas dos futuros congressos coincidissem com as do nascimento e morte de Bichat e lastimava que sua lembrança tivesse sido recebida, por alguns dos presentes com sorrisos de mofa.

Eurico Branco Ribeiro, em troca de idéias conosco, expressava seu pesar pelas divergências surgidas a cada passo, a ferir sua alma bandeirante, já que a Assembléia iniciada em ambiente tão promissor, não teve prosseguimento. Temos de concordar ter sido uma pena, pois seria o congresso o primeiro em terras brasileiras e partiria de São Paulo.

Miranda Azevedo, resumindo em 1896, a história dos Congressos médicos no Brasil, relembrava que o primeiro fora o de 1878, infelizmente não terminado. O Primeiro Congresso Médico Paulista, só veio a se concretizar realmente em 3 de dezembro de 1916, patrocinado pela já augusta Sociedade de Medicina e Cirurgia, sob a égide de Arnaldo Vieira de Carvalho. Afirmou com indiscutível felicidade o inesquecível José Ayres Neto: "marcou, de fato, época, nos fastos da medicina indígena e aí estão os cinco volumes dos seus anais publicados logo após o seu encerramento". Ao lado do condestável Arnaldo, sobressaiu-se, pela metodização da secretaria e pelos labores, sem solução de continuidade, o Dr. João Egídio de Carvalho, leal companheiro do diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, seu primeiro secretário e destacado ginecologista.

"Várias devem ter sido as academias organizadas ou apenas "celebradas", na sonolenta paulicéia do século XVIII", afirmou Carvalho da Silva. De duas delas há traços de sua existência. Uma, reuniu-se em 1770, para celebrar a transferência de uma imagem de Sant'Ana para um novo nicho. Outra, organizada em 1791, para homenagear o governador da Capitania, Bernardo José de Lorena. Da primeira, chamada "Academia dos Felizes", há no-

tícia graças ao códice de que foi possuidor o historiador e bibliófilo, Yan de Almeida Prado e que contém devidamente copiadas por um calígrafo da época, as poesias lidas em tal tertúlia, reunião grada do São Paulo colonial. Em 1770, ao governar nosso rincão o general D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, constitui-se novo altar na igreja do Colégio para a colocação da imagem de Sant'Ana, oriunda de outro ponto da cidade.

A transferência da imagem, aos 19 de agosto de 1770, deu ensejo a festejos de importância e entre eles se enumera a celebração de uma academia. Numerosos padres, professores e literatos do tempo e o próprio Morgado de Mateus, leram composições em verso sobre o assunto acadêmico que era a mudança da santa para novo nicho de veneração. Entre os acadêmicos, o poeta Francisco Xavier de Passos, mestre de gramática, o general Luís Antônio Botelho Mourão, frei Fernando da Madre de Deus e frei Felisberto Antônio da Conceição Belém (ambos beneditinos) — H. Alves acrescenta outros membros: José Gomes Pinto de Moraes, frades Reginaldo da Encarnação Ribeiro e Joaquim de Sant'Ana Silva, o Dr. Luís de Campos, advogado e Manuel Pereira Crispim.

A Academia que se reuniu em 17 de dezembro de 1791, festejava ao mesmo tempo o aniversário da Rainha e a inauguração do novo prédio do Senado da Câmara e da Cadeia, construído pelo Governador Bernardo José de Lorena. Este edifício, atravessando os decênios da vida paulistana, veio a albergar a Assembléia Legislativa, no antigo Largo de São Gonçalo. O mestre Antônio Soares Amora, em uma de suas viagens de estudos a Portugal, deparou e fotografou, o curioso manuscrito da Coleção Pombalina, Biblioteca Nacional de Lisboa: "bem organizado, bem conservado, contêm os discursos, os poemas e uma peça de teatro, recitados em 1791, no Senado da Câmara de São Paulo, numa academia encomiástica a Bernardo José de Lorena". Como acadêmicos de 1791 incluem-se Sampaio Peixoto, André da Silva Gomes (latinista e professor do padre Feijó), Salvador Nardi de Vasconcelos Noronha, minerador nas minas do Paranapanema; Antônio José Vaz, Secretário do cenáculo, coronel de milícias, deixando, ao falecer em 1823, três opúsculos em verso; e José Arouche de Toledo Rendon, nome grado à vida cultural e política da futura província. Acompanhou o mano Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (Jurista, zoologo e ornitologista pioneiro de altos méritos), em sua obra de benemerência para com a Irmandade da Misericórdia Paulistana, inaugurando com as doações de Diogo, a Santa Casa da Chácara dos Ingleses na Glória. Para lá levou o grande físico-mor Justiniano de Melo Franco, artífice com Líbero Badaró, Cândido Gonçalves Gomide, Muzzi e outros,

de verdadeiros encontros médicos, não só para planos de aplicação da vacinação jenneriana como para erradicação, postergangando velhos costumes, das más práticas sanitárias dos enterramentos em igrejas e seus adros. Associaram seus nomes ao proselitismo da criação de cemitérios em Santos e São Paulo, mais tarde inaugurado o da Paulicéia, na Consolação, com o apoio material da generosa marquesa de Santos.

Essas academias, em verdade eram literárias, mas referimo-las como mostra de um inicial humanismo paulista, ao qual estariam certamente ligadas influências de físicos e cirurgiões, mais de uma vez letrados e versejadores. É necessário lembrar e enfatizar que nesse ano de 1791, o capitão-general Bernardo José de Lorena, ilustre acadêmico e governador, mandou examinar a água, por Sanches D'Orta, da tradicional fonte de Santa Luzia, existente em chácara de sua posse, e que passou a pertencer ao coronel Francisco de Assis Lorena, governador da praça de Santos, falecido em 1835, grande chácara sita à rua Tabatinguera, herança posterior de d. Ana Maria de Almeida Lorena Machado, e origem de ruas como a do Conde de Sarzedas, Bonita, Conselheiro Furtado e de Santa Luzia. As ordens do Governador Bernardo José de Lorena encerram, com toda a certeza, o primeiro gesto no sentido de analisar virtudes das águas de uma fonte, na velha Paulicéia.

SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE SÃO PAULO

Aos 7 de março de 1895, constituia-se a mais antiga das nossas entidades médicas. Eurico Branco Ribeiro em artigo lapidar descreveu as circunstâncias emocionais e os momentos de sua fundação. Nasceu como decorrência de um desagravo à figura exponencial da História da Medicina Paulista, Luís Pereira Barreto, que seria também o primeiro presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Viviam os médicos, em seus destacados labores, agora alheios à cogitações associativas, quando surgiu uma campanha insólita contra o mestre Pereira Barreto, figura polimorfa, a destacar um momento da Inteligência do Estado e da Pátria. Um banquete da classe foi a maneira pública de expressar solidariedade ao grande vulto da medicina paulista. Luís Pereira Barreto tinha o porte de varões como Carlos Botelho, Nicolau Vergueiro, Caetano de Campos, Guilherme Ellis pai, Arnaldo Vieira de Carvalho, sem esquecermos Francisco Alvares Machado, Justiniano de Melo Franco, Libero Badaró, e o ínclito José Bonifácio de Andrade, "o qual serviu à sua Majestade no emprego de médico da guarnição da vila de Santos" e cujo nome é muito provavelmente do primeiro facultativo nascido em terras de São Paulo e formado em Coimbra.

Reunidos os esculápios, na homenagem, surgiu a idéia da sociedade. Foram seus paladinos e estruturadores Sérgio Meira e Matias Valadão. A primeira sessão preparatória realizou-se a 24 de fevereiro de 1895, no escritório do dr. Sérgio Meira, à rua de São Bento 23. Presentes à reunião, as mais lídimas expressões da classe ao tempo: Teodoro Reichert, Luís Pereira Barreto, Inácio de Rezende, Pedro de Rezende, Matias Valadão, Amarante Cruz, Cândido Espinheira, Erasmo do Amaral, Luís de Paula, Marcos de Arruda e Evaristo da Veiga, sendo considerados presentes e fundadores, Carlos Botelho, Arnaldo Vieira de Carvalho e Jaime Serva. A esses nomes distintos, e não menos ilustres, mais 28 se reuniram até a data da instalação, solenemente efetuada no dia 15 de março de 1895, no edifício da Faculdade de Direito de São Paulo, as Arcadas do Convento Franciscano, gentilmente cedido pelo seu diretor o barão de Ramalho. Ramalho honrou sua terra e os seus pares, com seu alevantado espírito público, cultor das tradições mais altas do espírito acadêmico, continuador dos sonhos de Líbero Badaró e Júlio Frank que por aqui viveram, em fugazes passagens, mas deixando para todo o sempre o mote e o dístico da mocidade estudiosa: amar a liberdade acima de todas as cousas. Em sua esteira vieram José Bonifácio, o Moço, Nabuco, Rio Branco, Campos Sales, Rodrigues Alves, José Carlos de Macedo Soares e o grandioso Rui Barbosa "civilista imortal de nossa fé".

O mesmo espírito, os mesmos desígnios iniciais sempre nortearam a Academia de Direito, os fundadores e os comandantes dos gloriosos Centros Acadêmicos, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina de São Paulo, Frederico Vergueiro Steidel, Paula Souza e o sempre e justamente decantado Arnaldo Vieira de Carvalho.

A campanha nacionalista de Olavo Braz dos Guimarães Bilac, o civilismo de Rui, a Liga Nacionalista, o Partido da Mocidade, (desígnio de Eurico Branco Ribeiro e de outros mais sonhadores de escol) afirmam e confirmam os postulados e aspirações dos fautores de lídima confraria.

Tudo começou na Academia de Arouche Rendon para se espraiar nas escolas de Paula Souza, Arnaldo, até a concretização da Universidade de São Paulo com Ernesto de Souza Campos, Ernesto Leme, Júlio de Mesquita Filho e Armando Sales de Oliveira.

Esse norte veio também a ser a meta da Sociedade de Medicina e Cirurgia, hoje Academia de Medicina de São Paulo, desde a data, estabelecida como início da vida da agremiação, 7 de março, dia em que na segunda sessão preparatória foram aprovados os estatutos sociais elaborados por comissão constituída pelos esculápios Inácio de Rezende, Amarante Cruz, Erasmo do

Amaral, Matias Valadão e Sérgio Meira, pai (seu filho Sérgio de Paiva Meira será lente distintíssimo de cirurgia da escola do Araçá). É justo assinalar que já na sessão de Instalação foi feito um adendo aos estatutos para limitar em 50 o número de sócios. Ao nascer, enfatizou o sempre presente Eurico B. Ribeiro, já tomava a Sociedade as características de Academia, bem patentes em vários outros dispositivos estatutários. Coube a primeira presidência a Luís Pereira Barreto, o legítimo centro de atração dos elementos que constituiam a elite da classe.

Os anos, os lustros assistiram aos trabalhos desses homens de prol e de sabença em conquistas meritórias para os foros científicos de nossa terra, bem como viram a ereção de marcos, testemunhos de construções significativas: a organização da Policlínica, onde os necessitados pudessem receber graciosamente os serviços médicos e os medicamentos complementares e os ambulatórios iniciais instalados provisoriamente em prédio, de esquina, nos "quatro cantos", pontos de cruzamento das ruas Direita e São Bento.

Elementos de destaque contribuiram com a quota de 5 mil réis por mês e a instalação solene da Policlínica deu-se ao comemorar o primeiro aniversário da entidade aos 7 de março de 1896. Por essa ocasião Carlos Botelho assume a presidência, o comando, inaugurando a sempre respeitada praxe, depois tornada lei, do vice-presidente tornar-se o presidente da Instituição.

Carlos Botelho prontificou-se a pagar do seu bolso o aluguel de um prédio onde pudesse com mais conforto funcionar a Policlínica que foi instalada à travessa da Sé. Esse gesto de Carlos Botelho, valeu-lhe uma saudação especial de Pereira Barreto num dos chamados "banquetes hipocráticos", jantares de confraternização que então se faziam e no qual o novo presidente (Botelho) foi cognominado o "Organizador da Policlínica". O primeiro donativo que a Sociedade recebeu foi por intermédio de d. Veridiana Prado e fruto de um leilão de uvas de sua chácara.

Na esteira desses adamastores do saber, e da realização, assentaram-se, pelas gerações sucessivas, as figuras mais exponenciais da arte e ciência de São Lucas: "foram agitados problemas de Higiene do nosso Estado e ali se arquitetaram grandes realizações que contribuiram para a grandeza de São Paulo — o Butantã e a Faculdade de Medicina".

"Sociedade fechada que exigia concurso para o preenchimento das vagas, viu transporem os umbrais de suas portas os maiores valores da medicina Paulista. Por isso, não só na história da medicina em São Paulo, como na história da Medicina no Brasil, um lugar de merecido destaque é ocupado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, hoje Academia de Medicina de São Paulo".

O perfeito escorço histórico da Academia de Medicina, da lavra de Eurico B. Ribeiro, destaca sua pertinente contribuição à ciência, em Piratininga.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA

Com a morte prematura de Arnaldo, a perda irreparável porém foi contemporizada por já ter consolidado a novel Faculdade de Medicina de São Paulo. Uma grande plêiade de incontestes valores vai continuar sua obra, dentro do ambiente da escola e nos vários escalões da Sociedade. Diogo de Faria, Menoti Sainati, Celestino Bourroul, Álvaro Lemos Torres, Cândido Camargo, Alves Lima, Benedito Montenegro, Rezende Puech, Ernesto de Souza Campos, Nicolau de Morais Barros, Raul Carlos Briquet e o grande e patriarca mestre Alfonso Bovero, estruturaram e modelaram a Medicina Bandeirante, ao lado de tantos e altos valores, num enumerar interminável. Com todos os méritos e profícuos objetivos, o crescente número de esculápios anseiava por novas diretrizes e novos Centros de estudos, em lazeres, labores, aculturando e amalgamando toda uma corporação de facultativos. Surge a figura do Jovem Alberto Nupieri, sonhador-artífice da Associação Paulista de Medicina. Ele mesmo, em rememoração de um tempo dantanho, evocou, ao autor destas linhas, também de muito respeito e muita saudade, o clima emocional dos dias da fundação da entidade médica maior de São Paulo:

"A A.P.M. foi uma semente lançada numa época de domínio oligárquico da classe. Havia uma única entidade médica que, a despeito dos grandes serviços à classe, conservava a estrutura de sua fundação. Já haviam decorridos mais de 40 anos dessa época e continuava a entidade fechada, pois seus portões só se abriam por ocasião de uma vaga. E havia nepotismo na indicação do novo titular. Foi por isso uma luta vigente a fase inicial da fundação da A. P.M., muita reação, indiferença, combate a toda idéia nova, mas a idéia foi tomando corpo, se consolidando e sem tardanças se tornou vitoriosa. A semente de 1930 tornou-se o Jequitibá de agora".

A romaria, o longo peregrinar de Alberto Nupieri, em proselitismo tenaz e incansável, na catequese aos colegas, em consultórios todos, e nosocômios, marcou época e sua lembrança, fautora do aparecer da A.P.M., entrou na lenda, na história e na tradição: "Nupieri e suas intérminas andanças". Logo obteve a colaboração não menos primordial de Oscar Monteiro de Barros, Potiguar Medeiros, Cesário Matias, Felipe Figliolini, Barbosa Corrêa, Jaime Ferreira, Ataíde, Felício Cintra do Prado e outros mais.

Rubião Meira, carregava então o bastão de condutor. For-

jara uma moderna escola de clínica médica em São Paulo. Seu apoio permitiu a estrutura de nova medicina com Álvaro Lemos Torres, Barbosa Corrêa, Jairo Ramos, José Ramos Jr., Luiz Décourt, Jairo Cavalheiro Dias, João Alves Meira, Bernardino Tranchese e outros, muitos mais.

O professor jamais envelheceu, devendo-o ao seu sempre perfeito entendimento com a mocidade estudiosa. Compreendeu-a e foi por ela entendido, amado e respeitado. Não lhe negara jamais apoio e solidariedade. Propugnador de idéias liberais, formara seu espírito à sombra de homens como Francisco e Aluísio de Castro, seguidores de Torres Homem. Essas afinidades, empatias, com os discípulos e os mais jovens, traduzidas em incentivos exemplares, também vão torná-lo o verdadeiro fundador da Associação Paulista de Medicina, em 1930, e presidente primeiro, ao apoiar um grupo entusiasta de jovens doutores, caudatários do sonho inicial, e logo multiplicador, do ínclito Alberto Nupieri, gênese da entidade médica maior da pátria estremecida.

Líder de um alto momento da classe médica de Piratininga, em desejos de realização, o augusto Rubião Meira com todo seu prestígio, não vacilou um instante em apoiar os moços idealistas.

Alberto Nupieri foi o idealizador, o sonho, "o germe que fez a palma", a pertinácia e a certeza da vitória de nossa entidade. Foi o seu proselitismo o responsável pela concretização da Associação Paulista de Medicina. Rubião Meira, entretanto, foi o estadeador, a essência, o que semeia, edifica, planta para a posteridade, o lidador sem medo e sem mácula. O apoio vigoroso de Domingos Rubião Alves Meira logo se fez sentir. Com colaboração eficiente e decidida, assinou inclusive a convocação para a assembléia da fundação, presidindo-lhe a reunião primeira e foi o presidente número um da gloriosa entidade. Após a gestão de seus eminentes sucessores João Alves Lima, Antônio Cândido de Camargo, Enjolras Vampré, ainda por longos anos, de 1937 a 1942, caberá à Rubião Meira, novamente na qualidade de presidente da A.P.M., consolidar em definitivo aquela sociedade de esculápios que se engastou, entre as mais ativas e diferenciadas do Universo.

A A.P.M. fundada efetivamente em 29 de novembro de 1930, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n.º 15.580 de 16 de maio de 1944, é a entidade representativa dos médicos do Estado de São Paulo. A evolução da A.P.M. pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, desde sua fundação (1930) até 1947, em que ela reunia em seu seio, especialmente os médicos residentes na Capital, únicos enquadrados então na categoria de efetivos, admitindo eventualmente médico residente no interior deste ou de outros Estados, todos na categoria de sócios correspondentes nacionais; o segundo, a partir de 1948, quando a ampla

reforma estatutária a transformou em Sociedade de todos os médicos residentes no Estado de São Paulo, tanto da Capital como do Interior, todos efetivos e com iguais direitos e vantagens. Esta reforma permitiu a incorporação de várias sociedades médicas já existentes no Estado de São Paulo, realizando a completa congregação da classe médica. Jairo de Almeida Ramos (presidente em vários mandatos 1945-1952 e 1955-1956), estruturador da Escola Paulista de Medicina, ao lado de Otávio de Carvalho, mestre destacado de clínica médica, constituiu-se, por trabalho e justa liderança, um dos mais conspícuos comandantes da A.P.M. Dele bem disse Arnaldo Caleiro Sandoval, ao nos legar precioso informes de dias da construção da entidade paulista: "figura inconfundível, lidador esplêndido e artífice exemplar da Associação Paulista de Medicina".

Coube a Jairo Ramos a obtenção do terreno da avenida Brigadeiro Luís Antônio, bem como o financiamento para se poder construir o edifício nele ereto.

O interventor em São Paulo, dr. Fernando Costa, sentia-se gratíssimo pela dedicação extremada e esforços múltiplos dispensados à sua exma. consorte, a benemérita d. Anita, por equipe de médicos especializados, a lutar sem tréguas contra a parca insidiosa: profs. Jairo Ramos, Eurico da Silva Bastos, Mário Degni, Drs. Menoti Sainati, Miguel Scavone, Antônio Mastrocola, Públio Dias, Arnaldo Caleiro Sandoval, João Amorim e o grande cirurgião do passado, Dr. Luís do Rego, que durante decênios alumiou seu tempo no antigo Instituto Paulista, hospital da elite paulista e brasileira, com suas passadas de alto trato e dedicação eficientíssima aos pacientes. Jairo Ramos, em nome da equipe, escusou-se de receber proventos pela longa e prestante assistência médica, mas face à insistência e veemência do dr. Fernando Costa solicitou apoio e meios para mandar soerguer a sede definitiva da A.P.M. Não há senão que endossar as palavras de Arnaldo Sandoval: "assim se constroem monumentos físico-psicológicos, dependentes do espírito público e desinteressado de criaturas que felizmente nasceram, cresceram, amaram e sofreram na terra em que viveram, mas cuja vida útil deixou sulcos de realizações para o futuro de suas pátrias, e, conseqüentemente, da humanidade".

Um dia, alguém com sua pena de escriba, justo e minudente, haverá de escrever as passadas, as crônicas, a História da Associação Paulista de Medicina. Recordemos agora apenas mais alguns de seus fautores que já, na eternidade, ainda com as luzes de seus espíritos continuam a ser numens tutelares de sua saga positiva e não menos grandiosa.

Oscar Monteiro de Barros, presidente de 1943-44, que com seu dinamismo, continuou na A.P.M. as mesmas sendas já trilhadas com Celestino Bourroul na Casa de Arnaldo: aqueceu para

sempre com o calor de sua ação missionária as gestas iniciais da consolidação e base de futuro engrandecimento.

Ítalo Domingos Le Voci (1967-1971), simples, generoso, mas firme e decidido, soube de antemão prever as procelas dos mares enfurecidos da profissão, apresentando caminhos e debelando enfraquecimentos e dissidências.

Henrique Arouche de Toledo (1974-1977), (Filopoemen, o último dos gregos da A.P.M.), gigantesco na contextura humana, expressão da grandiloqüência do nosso Estado Bandeirante. Dotado de uma personalidade, todo lhaneza, fidalguia, simplicidade, dedicação e renúncia em proveito do colega, dos pares e da coletividade que tanto serviu. Deixou lembranças perenes de afabilidade no trato, testemunhos de conduta, de alto porte que indicaram exemplos para a categoria médica. Em sua esteira, honrando seus dias e seus colegas, ficou um facho de luz a alumiar as gerações vindouras. Aristocrático pelo sangue e pela nobreza dos gestos e do caráter, modelou as normas que deverão nortear a classe médica paulista, para seu próprio prestígio e impedimento de cair no lugar comum de contradições estéreis.

Apoiador da elaboração da Biblioteca Cultural e Arquivo Histórico da A.P.M., cabem a ele, e tão somente, os estímulos para que se erguesse a Memória Histórica da Ciência e da Medicina de nossa Pátria, aqui em chãos de Piratininga. Sabia ele, como nós, que somente conhecendo e entendendo o passado, estaremos aptos a delinear o futuro, enfrentando as circunstâncias e as incertezas do presente.

Sucedendo Rubião Meira, em 1933, João Alves de Lima trouxe para a A.P.M. o prestígio de seu nome, perfeito homem de sociedade, elegantíssimo em tudo, no falar, nos gestos, nutrido de cultura gaulesa, expressão de alto momento da cirurgia paulista.

Antônio Cândido de Camargo (1934-35), bonachão d'alma pura, sempre a unir, congregar, amalgamar para o porvir.

Enjolras Vampré, 1936, chefe inconteste e fundador da escola neurológica de São Paulo, médico até o cerne, no dizer de Almeida Prado "fanatizado pela profissão e escravo de seus deveres profissionais", e que veio a morrer em plena aula "como o capitão que morre no seu posto". Em nossa entidade, como em tudo, foi dirigente e orientador programado.

Benedito Montenegro (1953/54), no auge de seu prestígio, canalizou-o para as tarefas de sedimentação e prosperidade.

Henrique Mélega (1961/64) multiplicou as esferas sociais e constituiu o Clube de Campo. Sonhou, ideou, realizou.

Conosco, mercê de Deus, Villela Itiberê, Mário Degni, Edison de Oliveira, Aldo Fazzi, Rui Ferreira Pires e Aloysio G. Ferreira de Camargo, podem assistir as dimensões e as responsabilidades

da entidade pela qual tanto pugnaram, em entusiasmos e doações, sem peias.

Nos primeiros dias, na inauguração da primeira sede, Rubião Meira soube mostrar, com sua palavra castiça, envolvida no habitual halo de sua prosa cheia de eflúvios e meneios poéticos, o milagre do sonhar e idealizar: "tudo o que aqui está, na apresentação das tapeçarias deslumbrantes, dos móveis de finura artística, e das luzes cintilantes que maravilham, surgiu repentinamente como se fosse tocado pela vara de um mágico, obreiro de feitiçarias. Estais portanto, não diante de maravilha que atordoa, e obumbra o conhecimento exato das coisas, mas diante da conquista da vontade humana, do poder decisivo e forte, da energia criadora".

Milagre multiplicado de anseios de uma grei, a Associação Paulista de Medicina, tem sido e assim será pelos tempos que hão de vir, "suprema conquista da vontade humana, do poder decisivo e forte, da energia criadora", como bem anteviu o seu preclaro presidente e emérito fundador Domingos Rubião Alves Meira! Que vivam eternamente os desígnios de seus sonhadores-artifices! Que viva eternamente a Associação Paulista de Medicina, plena de brasilidade, e fiel à causa paulista, que tem sido nosso patrimônio secular! Rememorem-se com unção todos aqueles que a erigiram e engrandeceram!

DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ, DO CONSELHO DE SUA MAJESTADE, GRÃ-CRUZ DA IMPERIAL ORDEM DO CRUZEIRO, SENADOR DO IMPÉRIO E PELA MERCÊ DE DEUS PAULISTA.

Lúcia De Tomasi

Eugênio Egas em seu trabalho "Diogo Antônio Feijó" vol. I, pág. 4, fala de um "caderno encadernado" contendo "Assentos precisos e curiosos" e "a que se deve dar todo o crédito", e Novelli Júnior em seu trabalho "Feijó, um Paulista velho" afirma que no referido caderno existe uma declaração definitiva de Feijó sobre seu nascimento, nos seguintes termos: "Para que não continue a maledicência e calúnia, sei que sou filho de Félix Antônio Feijó e de D. Maria Gertrudes de Camargo." Concluindo, Novelli Júnior diz: "Infelizmente razões de ordem pessoal e familiar, muito respeitáveis, impedem-nos a publicidade em fotocópia, dessa página declaratória que poria termo a um dos mais debatidos capítulos da vida do grande sacerdote paulista."

Talvez por essas mesmas razões o caderno encadernado (que está comigo há mais de 20 anos, presente de pessoa amiga, que o conseguiu de alguém de um ramo dos Camargo) foi mutilado nas primeiras páginas e numerado depois. Percebe-se isso, não só porque esse é sem dúvida alguma o "caderno encadernado" e foi iniciado como consta da capa, em 1823, e no que aparece como primeira página, a data é 1840. Isso significa que parte do que havia de documentação, no caderno, foi arrancada e as páginas restantes: borrador, relação de escravos, relação de dívidas, relação da prata etc. foram numeradas.

Houve sem dúvida uma preocupação em esconder a declaração de Feijó, que ele queria publicada depois de sua morte, porque em seu testamento ele diz: "se deve dar crédito ao meu caderno encadernado" É pena; que mais haveria nessas páginas, de 1823 até 1840?

Que outras anotações terá feito antes de se desiludir dos "homens e das cousas"?

Mesmo incompleto, esse caderno é uma relíquia que eu conservo com todo o carinho e respeito pelo grande Paulista.

O *CADERNO ENCADERNADO* DO PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ

Dom Martinho Johnson, O. S. B.

O Padre Feijó escreveu sobre a capa desse *Caderno Encadernado,* numa peculiar ortografia, o título: "Asentos precizos, e curiozos — 1823". Houve quem lesse "preciozos", mas é "precizos", isto é, *indispensáveis, necessários.* Tem a sua importância esse manuscrito, pois, no seu testamento, feito em 3 de março de 1835, o Padre a ele se refere dizendo: "De se credito ao meu caderno *incadernado,* e a minha carteira, e deles, e de creditos consta o que me se me deve, e eu devo" (1).

Atualmente o ms. pertence à Exma. Sra. Dona Lúcia de Tomasi e foi-nos confiado pelo Presidente do Instituto Histórico, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, a fim de fazermos um estudo paleográfico.

Octávio Tarquinio de Sousa, em vários passos de sua obra *Diogo Antônio Feijó,* transcreve "caderno encarnado" (2). Mas o *Caderno encadernado* nada tem de vermelho; é de cor bege, desbotada pelo tempo.

APRESENTAÇÃO

Antes de entrarmos no conteúdo, façamos uma descrição geral desse *Caderno.* Consta ele de 63 folhas numeradas só até a folha 10; algumas delas se acham, em parte, danificadas pelos insetos papirófagos. Está escrito da folha 1 à folha 22, e na f. 38, na 62 verso e na 63 verso. Até a folha 12, o autor usou quase sempre só a frente da folha, deixando o verso em branco. Assim não procedeu, da f. 13 até 22, as quais preencheu em ambos os

1) Bourroul, Estevão Leão, «O Padre Feijó — Testamento», **in: RIHGS P,** vol. 11 (1906), p. 250-251.

2) Sousa, Octávio Tarquinio de, **Diogo Antônio Feijó,** Rio de Janeiro, p. 204, 283 n. 391, 284, n. 393.

lados, exceto as folhas 18 v., 19 v., 21 v. e 22 v. Completamente em branco está o *Caderno*, da f. 23 até a 37, e da f. 39 até à 61. Entre as *atuais* folhas 37 e 38, vê-se claramente que foram arrancadas cerca de 10 folhas, e, mais adiante, entre as 39 e 40, igualmente foram retiradas com instrumento cortante, quatro ou mais folhas; o mesmo parece haver sido feito, entre as folhas 62 e 63.

AUTENTICIDADE

Todo o conteúdo do *Caderno* é do Padre Feijó? Respondemos pela negativa. Somente uma parte é do Regente. Sem dúvida nenhuma são de sua autoria as 12 primeiras folhas, pois, vê-se claramente, na primeira e na décima segunda, a sua assinatura: Diogo Antônio Feijó.

Também são dele os escritos das folhas 62 e 63 verso. O restante, isto é, as muitas contas, são de outra pessoa. Para comprovar aduzimos dois argumentos. 1.º) A letra é completamente diferente; veja-se o "C", na palavra "Carpinteiro" (f. 1) e o "C" da mesma palavra na folha 13. 2.º) Este outro argumento é irrefutável. Vejamos: o autor anônimo anotou na folha 19 o seguinte: "D.e do ano de 1850; na f. 20: "Campinas, 20 de 7br.º de 1857", na f. 22: "Rce. em 24 de Junho de 1858", etc. Ora, o Padre Feijó faleceu a 10 de novembro de 1843 (3). Portanto, é clara a conclusão. Após a morte do Sacerdote, outra pessoa utilizou o *Caderno*.

CONTEÚDO

Tal como se apresenta *hoje*, mutilado, faltando folhas, o manuscrito não contém preciosidades históricas, como se poderia supor. São anotações pessoais, "memoranda", onde Feijó registrava as despesas, as dívidas, os negócios, os nomes dos escravos por alforriar, etc. Certamente o *Caderno* tem o valor de relíquia, por ter pertencido ao célebre Regente do Império.

Eis uma relação de títulos usados no Caderno: "Declarações — 1840. Escravos. Restituição. Sítio de Campinas. Sobre a prata. Animaes. Receitas. Dividas ativas. Dividas passivas." Várias contas com diversos títulos. Chamamos a atenção do leitor para o fato de não apresentarmos essas anotações conforme a seqüência das folhas do *Caderno*, mas sim de acordo com os assuntos. Assim, por exemplo, agrupamos sob o título "Escravos" tudo que a eles se refere em outras folhas. Colocamos, porém, entre parênteses, o número da folha do original. Alguns poucos títulos vão

3) Egas, Eugênio, **Diogo Antônio Feijó (Estudo)**, S. Paulo, 1912, p. 234.

também entre parênteses para indicar que eles não constam no original. Devemos também observar que inserimos nesse trabalho duas cartas não incluídas no *Caderno*. Fizemos a sua transcrição baseados em cópias xerox fornecidas pelo Instituto Histórico. A primeira carta, datada de 1840, é dirigida ao Padre Feijó pelo seu amigo e compadre Raimundo José de Menezes Fróes. A outra carta, escrita da Corte, em março de 1843, oito meses antes da morte de Feijó, é endereçada à sua irmã Maria Justina de Camargo. "Especimen raro e não conhecido ainda o seu theor", assim está expresso em uma cópia da "Relação de objetos que pertenceram ao Padre Diogo Antônio Feijó", conservada no Instituto.

Cumpre notar ainda que respeitamos a ortografia antiga e não corrigimos os erros do original. Separamos, porém, as partículas quando vinham unidas às palavras, por exemplo: "eam.er" — "e a mulher", (f. 1). Quanto às abreviaturas, desdobramos somente aquelas que estão nas cinco receitas de remédios. Para a compreensão das demais, remetemos o leitor à "Lista de abreviaturas". Empregamos o ponto de interrogação e os pontos de reticência, quando no original as palavras eram de difícil compreensão. E algumas vezes, usamos do "sic" diante de palavras grafadas erroneamente, como por exemplo, na folha 19, "farta", em vez de "falta".

★

ASENTOS PRECIZOS, E CURIOSOS. 1823

Declarações, (f. 1) a q. se deve todo credito.
Paraiso 25 de Fevr.º de 1840 (4).

Diogo Antonio Feijo

O Lisboeta Pedro já me tem pago o q. paguei pela sua pasagem: agora está aprendendo Of.º de Carpintr.º e dou lhe comer, e vestir por esmola (5).

O Menino Ambrosio vive comigo, e pertendo q. aprenda taobem Carpinteiro, e vou dando lhe cumer, e vestir, e algum dr.º mensalm.te por algum serviso, que fas.

4) Depois de nossa Independência, Feijó residiu em São Paulo, na Capital, onde adquiriu uma chácara na Moóca, que se chamava Paraíso. Cf. **Ib.**, p. 8.

5) Feijó parece seguir a ortografia do iluminista Luís Antônio Verney. Há ausência de hifens entre os verbos e pronomes reflexos; o verbo «há» escreve «á»; o som «ce» é representado por um só «s» mesmo no meio do vocábulo. Cf. Almeida, Côn. Luís Castanho de, **O Sacerdote Diogo Antônio Feijó**, São Paulo, 1951, p. 125.

O Belisario taobem vive comigo, dando lhe cumer, e vestir te que se adiante na Carpintaria, e meresa algum jornal.

Os Africanos Pedro, e Bernardo estão arrendados no Rio em nome de M.ª Justina a 10$ cada um por ano, e pagos pelo P.e Geraldo.

A todos estes 3, ou 4 de se mensalm.te 500 te que mais meresão, ao Ambrosio costumo dar 1$.

Escravos (f. 2)

Dei Carta de liberd.e a Eustaquio, e a m.er p.ª verificar se em 1845.

A Eusebio p.ª verificar se em 1847 e a m.er em 1850

A Luiz e Manuela p.ª verificar se em 1850

A Benedito p.ª verificar se em 1850

A Generoso p.ª verificar se em 1846

A Francisco p.ª verificar se em 1848, e a m.er em 1844

A Umbelina p.ª verificar se em 1846

A M.ª, João Paulo, e Tereza sua m.er e Gertrudes já são forros.

Evaristo, e sua m.er Bernardina serão forros em 1852

Ana, M.ª Benedita, Brasilia, e M.ª dos Anjos serão forros logo que tenhão 35 anos de id.e

O m.mo acontecerá a Felisarda, Carolina, e Benedito e a qualquer outra, ou outro, que nasa de m.us escravos.

Mariana Pires é forra desde já.

★

Vendi (f. 12) o Evaristo, e a m.er a Ant.º M.el por 1 conto de reis com a condição de ele mos vender pelo m.mo. preso, qd.º eu os quiser comprar. Pr. tanto peso, e recomendo a M.ª Justina, q. se algum dia se arrependerem, e forem maltratados, e procurarem a ela, os compre, e depois de 10 anos de cativeiro lhes de liberd.e

S. Carlos, 18 de Mr.º de 1840

Diogo Antonio Feijo.

Forei a dita por ordem de Dona Maria Justina.

★

O Cativo (?) novo, (f. 62 v.) pai, e f.º principião oje 19 de Junho de 1838 a 400 a brasa de 10 p. de largo, e fundo, sem me dar coisa alguã.

Levou já oje á conta ..... 1$000
Mais a 29 de d.º ..... 2$000
Mais a 20 m. (?) ..... 2$000

Restituição (f. 4)

A maquina de cortar capim, q. tenho do Rio pedi emprestada ao falecido P^e. Joze Custodio, pertencendo ela ao Ingles Kurbs, q. lha deu p^a. vender.

Segd^o. as contas do S^r. Raimundo Alves, de Campinas ficou se devendo em S. Carlos... Meia arroba de..., e meio alq^r. de carrapato em 1820.

Ja recomendei ao m.mo q. pagase: não sei se o fes.

De se ao Agost.º que foi meu escravo 16$000 pg

(Declarações em favor de Maria Justina)
Sitio de Campinas, e Caza da Cid.e (f. 3)

Pertence o Sitio, que Joaq.m dos S.tos comprou em Campinas a M.ª Justina por ter sido pago com o dr.º todo dela, embora pase eu cred.º do resto.

As Cazas da Cid.e entrando o mesmo portão do fundo pertence (sic) a m.ma e não a mim, como ao principio se supôs p.r q. só pedi a meu Padr.º o uso fruto.

Sobre a prata (f. 2 v.)

Toda a prata, que á (sic) em caza pertence a M.ª Justina, por ter sido parte comprada com prata velha sua, e por lhe terem dado o resto.

Animaes vacums e cavalares (f. 6)

Parte pertence a M.ª Justina, ou porq. são dela ou forão de D M.ª Joaquina, P.e Fernando, Es. (?) Rapouso devem saber (6)

(Um carta não incluida no Caderno)

S. D. M.ª Justina de Camargo
Campinas
S. Paulo

6) Dona Maria Joaquina de Camargo, mãe do Padre Feijó, faleceu com mais de 80 anos de idade, a 6 de junho de 1837. O Padre Fernando Lopes de Camargo, em cuja casa Feijó foi exposto ao nascer, era irmão de Dona Maria Joaquina. Morreu com 80 anos, no dia 30 de junho de 1834. Cf. Sousa, O. Tarquinio de, **o.c.**, p. 1 ss, 198, 261.

M.ª Justina

Aqui estou ainda vivo mas com pouca esperansa de viver; pois ando agora ás noites com sufocasão, além do mais. D.s me valha. Estimarei lá tudo vá em pas.. Por aqui tive not.ª da morte do Veremundo, não sei se é verd.e Saud. a toda nossa gente, e a td.s, te qd.º puder ser.

Corte, 13 de Marso de 1843

Do voso mano am.º
Diogo

Receitas (f. 7)

P.ª Reumatismo e umores

Salsaparrilha	20 / 8.as
Sene	12 d.s
Jalapa	2 d.s
3 garrafas de Agoard.e	

Ponha se de infusão p.r 5 dias enterrado o frasco no mato; e depois beba se de manhã, e de tarde com asucar q.to baste p.ª obrar 4 vezes p.r dia, e irá se deitando agoard.e no frasco t.to q.to se tira te inteirar mais 1 garrafa.

Coma carne fresca de vaca, carneiro, arros, frango biscoito, feijão, ..., aipi (7).

★

Para reumatismo e humores

Salsaparrilha	20 oitavas
Sene	12 ditas
Jalapa	2 ditas
3 garrafas de aguardente	

Ponha-se de infusão por cinco dias enterrado o frasco no mato; e depois, beba-se de manhã e de tarde com açucar quanto baste para obrar quatro vezes por dia, e irá se deitando aguardente no frasco tanto quanto se tira até inteirar mais uma garrafa.

Coma carne fresca de vaca, carneiro, arroz, frango, biscoito,

7) No lugar dos pontos de reticência, no original há uma palavra duvidosa. Eugênio Egas, **o. c.**, transcreve «ovos».

feijão, ..., aipi.

★

P.ª Papa (f. 8)

Esponja queimada	1 / 8.ª
Carolina de Corsega (8)	1 / d.ª
Digitalis purpurea	12 grãos

Tudo em po em 12 papeis p.r 12 dias de manhã em baixo da lingua, e ir engolindo com a saliva.

Beba em cima de salamargo 2 onsas. Agoa 2 libras, um calis de cada vez. Fomente o papo com pomada idiodada.

★

Esponja queimada	1 oitava
Carolina de Córsega	1 dita
Digitalis purpúrea	12 grãos

Tudo em pó, em doze papéis, por doze dias de manhã, em baixo da língua, e ir engolindo com a saliva. Beba em cima, de salamargo duas onças. Água duas libras, um cálice de cada vez. Fomente a papa com pomada idiodada.

★

Receita p.ª papos (f. 63 v.)

Esponja urtulada	1 — 8.ª
Carolina de Corsega em po	1 — 8.ª
Digitalis purpurea	12 gr.
m.e e divida em 12 papelinhos	
Salamargo	2 onsas
Ag.	2 lib.
Disolva	

Todas as manhãs lanse um papelinho em baixo da lingua. Beba em cima 1 calis do Sal.
Não beba agoa fria, nem frutas.

8) Reduzida a pó e misturada com água, passa por ser resolvente de tumores, bem como calmante de enxaquecas; as folhas são adstringentes, tônicas e anti-reumáticas. Cf. Corrêa, M. Pio, **Dicionário de plantas úteis do Brasil**, vol. 2, 1931, p. 70-72.

★

Receita para papos

Espanja urtulada	1 oitava
Carolina de Córsega em pó	1 oitava
Digitalis purpúrea	12 grãos
Mande e divida em doze papelinos.	
Salamargo	2 onças
Água	2 libras
Dissolva.	

Todas as manhãs lance um papelinho embaixo da língua. Beba em cima um cálice do salamargo. Não beba agua fria, nem frutas.

★

P.ª bobas, e umores (f. 9)

Goma guaiaco	1 oitava
Extracto de alcasus	1 oitava
Sabão Medicinal	1 oitava
Calomelanos	1 oitava
Kermes mineral	meia 8.ª

Fasa se desta masa pilulas de 5 grãos, e tome se 2, ou 3 de manhã, e outras t.tas de tarde.

★

Goma guáiaco	1 oitava
Extrato de alcaçuz	1 oitava
Sabão Medicinal	1 oitava
Calomelanos	1 oitava
Quermes mineral	meia oitava

Faça-se desta massa pílula de cinco grãos, e tome-se duas ou três, de manhã e outras tantas, de tarde.

★

Purgas capitais

Resina de jalapa	1 / 8.ª
Deagredio (9)	18 grãos

9) «Diagrídio», do grego «diakridion», **lagrimazinha,** registra o **Dicionário** de Caldas Aulete, vol. 2, 1958, p. 1494. Por sua vez, o **Dicionário** de Fr. Domingos Vieira, vol. 2, 1871, p. 1010, diz que é o nome antigo da escamônea, preparada encerrando o sumo espremido e seco do «convolvulus scammonea» de Lineo, em um marmelo e fazendo cozê-lo debaixo das cinzas quentes.

Calomelanos	18 grãos
Sulfato de potasa	18 grãos

Fasa se desta masa 12 pilulas 4 bastam p.ª um purgante.

★

Purgas capitais

Resina de jalapa	1 oitava
Diagrídio	18 grãos
Calomelanos	18 grãos
Sulfato de potassa	18 grãos

Faça-se desta massa doze pílulas, quatro bastam para um purgante.

★

Dividas activas (f. 5 v)

Estão por cred.º a maior parte.

João Pitivisa (?) deve me mais ou menos 113$000

Eu tenho recebido em bois, carneiros — do Cap. mor defuncto da Parnaiba: e de uma besta q. morreu em meu serviso, tudo não sei q.to Se ele não quiser cobrar isto taobem não se lhe pesa nem receba o q. ele me deve

P.e João Gls. deve me resto de 1 Casula 50$000

G. ... p.ª demanda dos ... 50$000

Candido irmão do P.e Miguel 90$000

Joze Mendes Ferras de telhas, e conserto do relogio 30 e t.tos mil rs.

Ele dirá o q. já deu a conta.

Contas com o P.e Geraldo (f. 11)
1840

Parte consta do Caderno, onde ponho a assist.a q. faso ao Estud.e Luis, e p.to ele o dirá.

O m.mo ainda tem lá Cadeiras, e alguns outros móveis q. me pertencem, e o dr.o do P.e Kios, e Ambula

Feijó

Mandei dar a D.ª .....

★

Perdoo (f. 10) a Raimundo Alves o q. ele me deve comtanto, que me desonere duma fiansa, que fis por ele ao falecido Antonio Prospero.

(Carta dirigida ao Padre Feijó não inclusa no *Caderno)*

Illmo. e Exmo. Sr. Diogo Ant.º Feijó

Rio de Janr.º 15 de 7br.º de 1840

Meu m.to respeitavel Comp.e, Am.º, e Sr.

Não quero perder esta occaz.ão do Sr. Joaqm. Floriano de Toledo p.ª saber da saude de V. Ex.ª, e partecipar lhe q. na Barca de 10 (?) do futuro mes de Abl., torno (?) a V.ª de Ubatuba, aonde desejarei occupar me com as ord.ns de V. Ex.ª, se tiver q. mas dar. Estimarei como p.ª mim tudo q. V. Ex.ª apetecer; goze e desfrute. Sou como devo, e serei, e com todo o resp.to., e amiz.e fiel e cencera (sic).

De V. Ex.ª
O seu m.to obrg.do Comp.e Am.º
Raym.do Joze de Men.s Fróes

Dividas passivas (f. 5)

Devo a Eransa do C.el Fran.co Antonio 300$000 p.r q. à m.tos anos me emprestou em Lisboa 150$ na forma dali, e deve se dar algum premio pela demora. Ele não me cobrou p.r q. o seu socio, q. tal q.ta me deu quebrou. pg.

O P.e Pinto falecido em Campinas deve aos f.os do def.º Guilherme, que morava comigo 16$000. Deve cobrar se de seus erd.s p.ª dar aos 2 filhos.

Pasei cred.º a Joaq.m dos S.tos de 1:640 e t.tos em 11^{10} de 1840.

(Várias contas de débito e de haver)

Snr. Manoel Gls. Vieira D.e (f. 13)

Para telha	26$000
P.ª Esteios	20$000
Para Madeiras e ripas	22$000
Para Almar (sic) a Cuzinha	6$000
Para as formigas	15$000
Por ... servisos do Joze	19$200
Por ... de Cal	1$500
Molha dura	$640
Soma	110$340

P. hum Carpinteiro 2 dias		2$240
Dr.º que pediu me		2$240
Dr.º de Credito de ...		3$500
Dr.º que pediu me		10$000
Ferages da Caza do Snr. Raimundo		5$430
		133$750
Para o formigueiro		12$000
	Soma	145$750
Com o dr.º do Sittio (?)		280$000
	Soma	425$750
Rce. pelo Joaqm.		220$000
	Resta	205$750
Emprestei a Pedro (f. 13 v)		200$000
Rce.		46$000
	Resta	154$000
P. hum Xapeu de Sol		12$000
		142$000
P. 1 Livra de Sera		1$600
	Resta	140$400
De selo de credito		2$000
Por dr.º que Rce de Pedro que recebeu do Pe. Joaqm. Doucel		80$000
Rce. de Aluguer de Cazas		110$000
V.e da Sra. Margarida		70$000
Rce. de Joze Roz. Per.ª		63$235
		323$235
Paguei as asões (?) que D. M.ª Justina devia		172$680
	Resta	150$555

	$
Devo o em parte do Xa.	
Devo de Aluger das Cazas da Cid.e	$
Rce. de Pedra da Cobrança das ... pertencentes (f. 14)	
A Sra. D. Maria Justina	80$000
Rce. das Cazas da Cid.e	114$000
Rce. que deu ao ...	63$235
	257$235
Paguei a divida ao Xico filho do Raimundo	183$840
Resto	073$395
Rce. da Snra. Margarida	70$000
	143$395
Abate o que devia ao Snr. Alvs. Prado de 2 xales e 4 vidro (sic) de Balçamo	6$400
	140$595
Rce. de Pedro pertencente a Sra. D. Maria Justina	80$000
Rce. de Aluguer das Cazas	110$000
Que o Per.ª deu por m.ª ordem	63$235
Rce. da Snr.ª Margarida	70$000
	323$235
Paguei ao Als. Prado	173$840
Resto	143$395
Rce. am.º Com.e	1$150
Resto	142$245
Rce. do Snr. (f. 14 v) Joze Roz. Per.ª Para emtregar Aos Erdeiros do falecido Paroco (?) Joze Soares a q.ta de	60$000
Ja lancei	
Por 6 Carga de Sal p.ª o Sitio de Caza do Rio (f. 15) 3.000 a ...	18$000
(N.B. — Foi corrigido p.	20$000)
de Ralo de Mandioca	10$000
2 Escumadera	1$240
Despesas de Caza (f. 15 v)	78$540
Para a Igreja Nova	28$000
Para o Quntal (sic)	?$800
Para a Mana eu tenho	20$000
Para a Festa	5$000

Para as formigas do quintal	65$000
Para o D.or Pongar (?)	168$000
Para a Butica	150$000
Para o Joze Pedro de comcerto de literas	14$000
Por 6 taipar a 3.200	19$000
Por emtero de ... escravo	15$500
P. 1 a de fumo	4$500
Dei ao Snr. Raimundo	93$340
Para o ... de Sal	26$960
Vinagres	(?)
Para o Antonio de ralo de Cobre	10$000
2 Escumadera	1$240
Que paguei ao Alvs. pr.	94$350
Raimundo	$
Para o Snr. Fran.co Bruno	1$860
Para Sal 2 Alqr.es	8$000
P. ... de capim	5$000
Dr.º que dei p.ª o Matias Valle	10$000
p.ª Formiga	25$000

Dr.º que tenho recebido do Sto. (f. 16)

Ve. do Cap.m Fran.co	176$000
Ve. de João de Nor.ª	327$600
Rce. do Snr. Fran.co	1.610$000
Rce. em Cobres	200$000
Rce. do Snr. Fran.co	1.000$000
Rce. do Snr. Joze Ant.º de Agoard.e e asucar	58$240
Soma	3.371$840
Rce. da Candida	3$520
Rce. do D.or Juiz de dir. de 4.ª de Alvo — 3.520	14$080
Rce. do Pe. Miguel	14$000
	3.403$440
Rce. do Snr. Franc.º	(?)
Rce. de João Lites	159$880
	4.063$320
Rce. do Snr. Fran.co do anno de 55	91$000
Rce. mais do ano de 56 a qta.	100$000
R.ce	110$000
Rce. de João Peres	32$000
	4.396$320

D.e o Pe. Miguel (f. 16 v) Alcanjo (sic.) 4 a) de Asucar 3.520		14$080
2 a) dei que não levei em conta pg		
De. o Mestre emtalhador 1 a) de Asucar Alvo		3$520
A Snra. Candida De. 1 a) de 2.ª		2$000
Dei ao Snr. Raimundo 3 a) do Alvo		
A D.ª Anna Paula 2 a) do Alvo		
Snr.ª Dona Maria Justina (fls. 17)		
P. huma Carga de toicinho 6 a) e 22 L.as		23$420
Por mais 3 a)		10$800
Por dr.º		5$000
Dr.º p.ª a Festa		2$000
Dr.º para procuraçam		4$160
P. 3) e 10 L.ª de Toicinho		10$550
P. 2 a) de Asucar 2 d 3.200		6$400
P. 2 a) de Mc. 2880		5$670
Por 1 a) do Alvo		3$520
P. 2 a) de 2.da a 3.200		6$400
P. 2 a) do Alvo 3.520		7$040
P. 2 a) 2.da a 3.200		6$400
P. 1 a) do Alvo		3$520
P. 2 a) do Alvo a 3.520		7$040
P. 2 a) do 2da. a 3.200		6$400
P. 2 a) do Alvo 3.520		7$040
P. 2 a) de 2da. 3.200		6$400
P. 2 Alqr.es de Fejam		6$000
P. 2 a) de Asucar 2.da a 3.200		6$400
Dr.º que dei a João		14$800
Dr.º p.ª a Carga de Toicinho		19$680
Por dr.º (f. 17 v) que paguei por 4 a) e m.ª de toicinho		22$500
Por mais que dei em 4 de Junho		20$000
P. dr.º p.ªº Emtero (sic) de Escravos que paguei ao Vigr.º P. 1 Misa		2$000
Paguei ao Vigr.º de 2 emteros (sic)		4$270
Emprestei (f. 18) a Joaquim Dias dos S.tos		53$000
Recebeu de Antonio Joze Dias 50.000 que a S.er por conta das teras.		
Rce. do Snr. Joaqm. Nunes de Siqr.a dos anemais que vendeu		90$100
Rce. de Antonio Joze Dias		50$000
		140$100
Recebeu Joaqm. meu Afilhado de huma Besta	80.000	
Deve me o mesmo	53.000	
deve me	7.000	140$100

Lançado no Livro grande

Dr.º pertencente (f. 19) a Snr.ª Dona Maria Justina

Pedro recebeu do Pe. Joaq.m Dan.el a q.ta de		80$000
Ve. do Per.ª de Aluger de Cazas		110$000
Rce. de Dona Margarida		70$000
Rce. de Joze Per.ª		63.235
	Soma	323$235
Paguei ao Alves que por Dona M.ª Justina d.e		172$680
	Resto	150$555
Farta (sic) o Xas (?)	Sai	256$420
Farta (sic) o aluger de Cazas		$
dali D.º do ano de 1850 (sic) Sr.ª Gertrudes	Sai	111$840
	Soma	518$845
Dr.º que pagou por m.ª Mana		4$000
		522$845
Rce. de Aluguer da Caza		107$820
	Soma	630$665

Pedro D.e (f. 20)

Dr.º ao Seu Feitor	4$000
Dr.º ao Simam	4$000
Dr.º ao Seu Feitor	4$000
Dr.º p.ª umgoento	$320
Dr.º ao Barbeiro Simam	2$200
	14$520
	40$859
	55$379
	pg.

Dr.º que empreste (sic.) p.ª o esCrevente pelo Snr. Joaqm. Ruberto filho de Itu dos Limas Campinas 20 de 7br.º de 1857 por 2 meses

Conta (f. 20 v) que aSeite Compd. o D.or Ricardo

em 9 de 9br.º de 1857

Dr.º para o Selo dos Autos a q.ta de	6.560
Correio e Seguro	3.580
Por dr.º p.ª os papeis para o Rio de Jan.	78.000
Soma	88.140
Em porte de Comc.es da Caza	50$000
130 telhas a 50	6.500
P. Pedrozo	800
	145.440

Rce. de João do Sittio (f. 21)

Ag.tes	100$000
Rce. de Pedro	22.000
Rce. p.ª trocar pg.	.....
Rce. de Pedro	60.000
Rce. mais	100.000
Rce. de Pedro	58.000
	340.000
Dr.º que deu o Feitor Felisbino	316.000
Rce. de Pedro dia 1 de Março	70.000
V.e de João em Cobres (sic) 686.000 e	17.000

Conta que deve o D.or Ricardo 7 de 9brº de 1857

Dr.º p.ª os Selos dos Autos	6.560
Dr.º p.ª o Cor.º Seguro	3.580
Dr.º para os Autos p.ª o Rio	78.140
	88.140

Dr.º que tenho recebido do Sittio (f. 22)

V.e de João	100$000
V.e de Pedro	22$000
V.e de Pedro	60$000
V.e mais	100$000

V.e de Pedro	58$000
Dr.º ao Felisbino	316$000
V.e de Pedro	70$000
V.e de João em Cobre	17$000
Soma	743$000
Dr.º p.ª huma Junta (?)	100$000
Dr.º p.ª Fejam	100.000
V.e em Cobre	20$000
V.e mais a 3 de Junho	20$000
V.e de João do Síttio	70$000
Rce. do Serafim — 21 de junho de 1858 (?)	48$000
Rce. em 24 de Junho de 1858	40$000
(sic)	1:136$000
Rce. em papel	60$000

Conta (f. 38) que V.e das Cazas que se tenha alugado ao D.or	33.000
Para o Snr. Querubim de 57 dias	57.000
	273.000
Tem o Snr. Fran.co Barboza pg.	
O Snr. Querubim teve de aluguer de sua Caza	57.000
Pagei (sic) de tirar formiga	10.000
Resta	47.000

P. 1 Cadeado .....

LISTA DE ABREVIATURAS

á	há
a)	arroba
Ag.tes	aguardentes
alq.es	alqueires
am.º	amigo
a S.er	a saber
cred.º	crédito
D.e	deve
D.s	Deus
dr.º	dinheiro
d.s	ditas
f.º	filho

id.e	idade
L.ª	libra
M.c	mascavo
m.ª	minha
M.ª	Maria
m.e	mande
M.el	Manoel
m.er	mulher
m.mo	mesmo
m.us	meus
9br.º	Novembro
of.º	ofício
p.ª	para
P.e	Padre
P.r q.	porque
q.do	quando
q.ta	quantia
q.to	quanto
R.ce	recebi
Sto.	sítio
2.da	segunda
7br.º	Setembro
te	até
t.to	tanto
V.e	vale
verd.e	verdade
Vigr.º	Vigário

A FIGURA DE ANTÔNIO BICUDO LEME E O VERDADEIRO PAPEL POR ELE DESEMPENHADO NOS PRIMÓRDIOS DE PINDAMONHANGABA

Lycurgo de Castro Santos Filho

Não posso deixar de aproveitar a ocasião para, nesta minha aula do Curso de História de Pindamonhangaba, feliz e oportuna realização do Conselho Municipal de Cultura e da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, relembrar em algumas palavras um vulto do passado desta cidade. Refiro-me a Martim Cabral Moreira dos Santos, que, embora nascido em Guaratinguetá, foi criado em Pindamonhangaba, aqui viveu a sua curta vida, aqui morreu e foi enterrado.

Sabem os historiadores que ele foi chamado por Rui Barbosa, seu contemporâneo na Academia de Direito de São Paulo, de "grande bólide fulgurante que se perdeu no horizonte da tribuna brasileira". Esse refulgente epíteto é uma feliz e significativa alusão à vida breve e aos dotes oratórios de Martim Cabral. Ele brilhou no curso jurídico, ombreou com estudantes da estatura de Joaquim Nabuco, Castro Alves, Salvador de Mendonça, Rui Barbosa, já referido, e outros mais, e liderou-os quando se viu eleito "redator-chefe" do mais importante órgão estudantil, a "Imprensa Acadêmica". Esse cargo "era a honra mais elevada a que podia aspirar um acadêmico, pois constituia-se destarte o diretor intelectual da Mocidade", como escreveu Estêvão Leão Bourroul (1). Ao se formar, em novembro de 1869, findo o seu mandato, os seus substitutos na redação foram dois, pois houvera empate na votação, e chamavam-se Francisco de Paula Rodrigues Alves e Afonso Augusto Moreira Pena, futuros conselheiros que presidiram a República.

1) — In «Arquivo Ilustrado», novembro de 1900

Martim Cabral salientou-se na Academia como grande orador e fluente escritor. "Contam acadêmicos daquele tempo", escreveu Luís Martins (2), que "a maior figura da Faculdade, que empolgava a multidão de estudantes com seu verbo eloqüente e romântico, era Martim Cabral". E ao registrar a notícia do falecimento, em sua monumental "História da Civilização Paulista", informou o saudoso Aureliano Leite: — "Falece em Pindamonhangaba o jovem republicano Martim Cabral, que deixara na Faculdade de Direito a fama de maior orador, até então" (3).

Morreu em dezembro de 1871, quando começava a advogar nesta cidade. Diz-se que o vitimou uma dose excessiva de medicamento então em voga, o calomelano, empregado em afecções do fígado. Os jornais da época noticiaram compungidos a sua morte prematura. Ataíde Marcondes consagrou-lhe quase duas páginas, com fotografia, em seu bem conhecido livro (4). Na cidade há uma rua com o seu nome, por sinal que rememorada por João Martins de Almeida em o volume "Vultos de Pindamonhangaba" (5), e ainda há pouco, em 1977, por ocasião das cerimônias comemorativas do sesquicentenário da Faculdade de Direito de São Paulo, o prefeito Olavo Setubal batizou uma das ruas da capital paulista com o nome de Martim Cabral. A propósito do sesquicentenário, recordei-o em artigo publicado na "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo" (6), artigo que foi uma condensação de uma estudo mais completo, também de minha autoria, estampado na "Revista de História" (7), da Faculdade de Filosofia de São Paulo, dirigida pelo malogrado professor Eurípedes Simões de Paula.

Morto aos vinte e cinco anos, recém-formado em Direito, o desditoso Martim Cabral não pôde realizar-se. Passou por este mundo como uma estrela cadente, como uma bólide, na expressão de Rui Barbosa. Recordando-o nesta noite, endereço à sua memória a minha homenagem, que é mais a de um admirador de sua inteligência, do que o tributo de um seu descendente colateral, que dele sou. Pois era filho natural de um meu trisavô, o comendador Antônio Clemente dos Santos, fazendeiro com residência em Guaratinguetá e Lorena, e influente chefe liberal do

2) — In «O Patriarca e o Bacharel», São Paulo, 1953, pág. 34.
3) — «História da Civilização Paulista», São Paulo, 1946, págs. 108, 110, e 112.
4) — «Pindamonhangaba através de dois e meio séculos», 2.ª edição, São Paulo, 1922, págs. 368-370.
5) — «Vultos de Pindamonhangaba (crônicas)», 2 tomos, Rio de Janeiro, 1957-58, 2:89-90.
6) — Martim Cabral», in ««Rev. do Arquivo Municipal de São Paulo», 190: 397-400, julho-dezembro 1977
7) — «Martim Cabral, a Bólide», in «Rev. de História», 44:289-311, out. dez. 1960.

Vale do Paraíba, que foi deputado geral e provincial por muitas legislaturas. Martim Cabral é, portanto, meu tio-bisavô e do parentesco muito me envaideço.

Considerações gerais sobre o tema proposto — Não obstante o Brasil ser um país bem novo, a sua história não se completou, e continua a se fazer à medida que são descobertos documentos e informações que propiciem — pela análise e interpretação — o esclarecimento de hiatos, falhas, pontos nebulosos, ou mesmo ignorados. Assim, para exemplificar, permanece obscura a história da implantação da assistência hospitalar no país. Não se conhece, ao certo, como e quando foram fundadas as primeiras Santas Casas de Misericórdia, no século XVI. A documentação que devera existir — livros de atas, inventários, doações, assentamentos — foi consumida pelo tempo, pelos insetos papirófagos e, principalmente, pela pilhagem e incêndio dos arquivos das confrarias e das igrejas, ocasionados por invasores, piratas, flibusteiros, que em diversas épocas devastaram e saquearam os portos brasileiros. Inexistindo provas concludentes, os historiadores valeram-se de informações incompletas, vagas, e nem sempre verídicas. De onde a confusão e a inexatidão. A primeira Santa Casa, teria sido a de Santos, fundada por Brás Cubas em 1543, conforme escreveram os cronistas sulinos. Não! A mais antiga, afirmaram os historiadores baianos, foi a do Salvador da Bahia, que dataria de 1549, quando ainda não existiria a de Santos. Estão todos equivocados, contestou um historiador pernambucano, pois a de Olinda começou a ser construída de 1540. Para completar a baralhada, as do Rio de Janeiro e de Ilhéus também são apontadas como as primeiras. São todas alegações incertas, porque não há documentação verídica probante. O melhor argumento a favor da fundação da Santa Casa de Santos em 1543, é muito fraco, pois se baseia em dizeres inscritos no túmulo de Brás Cubas, que foi restaurado duas ou três vezes, através dos tempos. Tenho para mim que jamais se escreverá a verdadeira história do surgimento das antigas Santas Casas de Misericórdia no Brasil.

"Mutatis mutandis" o mesmo poderá ser dito quanto à fundação da maioria das velhas povoações brasileiras. Há escassez de informes. São raros os papéis. A exegese faz-se geralmente em torno de ambigüidades, de incertezas, e à custa de suposições. Disso resulta que o interpretador de documentos carentes conclui, muitas vezes — por razões que não vêm a pelo citar, mas que variam da vaidade à ignorância e à má fé — conclui, repito, de acordo com o seu interesse, ou com o que deseja concluir. Geralmente deduz e arremata com o que julga mais acertado. E assim, de conclusões de cunho subjetivo, passíveis de contro-

vérsia, de dúvida e de querela, recheiam-se as crônicas, os relatos e a própria história da fundação das antigas povoações.

Considerações específicas — Pelo título das aulas proferidas e ainda por proferir neste Curso, depreende-se que o fito foi, ou é, provocar debates e obter opiniões. As aulas mais diretamente ligadas à fundação da cidade, não estão sendo pronunciadas — creio que propositalmente — por especialistas em história de Pindamonhangaba. Veja-se o meu caso. É a primeira vez que tomo conhecimento do assunto proposto. Fi-lo, fui compelido a fazê-lo, para poder aqui me apresentar, argumentar e emitir a minha opinião.

Apresento-me, então, não como um juiz a lavrar a sentença, porém como um perito que examinou as peças do processo — constituído pelas páginas de história de autoria de Ataíde Marcondes, José Augusto César Salgado, Waldomiro Benedito de Abreu, Ebe Reale, e outros mais — e neste momento expõe o seu parecer. Assim devo ser encarado agora: um estranho ao assunto que dele se inteirou e emite a sua opinião.

Advirto, entretanto, para ressalva de minha ousadia, que se a fundação de Pindamonhangaba me era desconhecida, o mesmo não se dá quanto ao tema a tratar, que é o da formação de povoações brasileiras. Já o versei quando me ocupei da cidade em que resido há cerca de cinqüenta anos. No opúsculo "Campinas (evolução histórica)" (8), teci considerações que se aplicam ao caso ora em questão, e adianto que em muitos pontos há extraordinária semelhança entre o ocorrido em Pindamonhangaba e repetido em Campinas, pois aquela é mais antiga que esta. Senão, vejamos:

1) — Em ambas houve a escolha de datas convencionais para a celebração da fundação: 1739 para Campinas, e 1672 para Pindamonhangaba. Em ambas houve recuo e foram fixadas novas datas, 1774 e 1643 (ou 1705), respectivamente. Em Campinas, um cronista daqueles que, como eu, não possuem formação histórica universitária, e não evoluiu, o que parece que não sucedeu comigo, aferrara-se à idéia de que a simples chegada de Francisco Barreto Leme à paragem de Campinas em 1739, deveria ser encarada como a fundação da cidade. Conseguiu do Prefeito Municipal, Euclides Vieira, a comemoração do bi-centenário em 1939. Houve cerimônias e festas que se prolongaram por meses, com exposição e feira de produtos, espetáculos artísticos e um cassino de jogos hoje proibidos. Passaram-se os anos. Descobriu-se que Barreto Leme teria chegado não em 1739, mas em 1744. A história foi reformulada por outros pesquisadores, e, em 1974, efetuou-se

8) — «Campinas (evolução histórica)», Campinas, SP, 1969.

nova comemoração do bi-centenário, com festas, publicação de livros e a ereção de um grandioso monumento.

Em Pindamonhangaba, um vereador, Rômulo Campos d'Arace, conseguiu em 1953, aprovar uma lei municipal que fixou a data de 12 de agosto de 1672, como a da fundação da cidade. Seria a comemoração do início da construção da primeira capela. Felizmente não se realizaram os festejos do tri-centenário em 1972 e a referida lei foi revogada vinte anos depois, em 1973.

2) — É idêntica a formação de ambas as povoações. Nasceram de pousos, de paragens localizadas ao longo de caminhos de penetração. As sesmarias deram proprietários às terras. Vieram os povoadores e colonizadores. Surgiram os sítios e roças, formou-se o bairro que se tornou distrito da Vila-mãe (Taubaté e Jundiaí). Criou-se a freguesia, que se elevou depois à vila e cidade.

Ressalve-se, no entanto, que há, neste ponto, uma diferença a distinguí-las. Ambas, de fato, nasceram ao longo de caminhos de penetração dos paulistas. Ambas resultaram das bandeiras. Entretanto, Pindamonhangaba logo se transformou em centro bandeirante de onde partiram entradistas, como demonstrou Waldomiro de Abreu (9), ao passo que Campinas apenas resultou do bandeirismo, não se converteu em centro irradiador de bandeiras.

3) — Os indigitados fundadores — indigitados, acentuo —, Francisco Barreto Leme (? - 1782) e Antônio Bicudo Leme (1632 - 1716), não foram bandeirantes, sertanistas, entradistas, preadores do índio ou mineradores. Foram, apenas, povoadores, colonizadores. Nem sesmeiros foram. Barreto Leme adquiriu as terras possivelmente do primeiro sesmeiro, Antônio da Cunha de Abreu. Bicudo Leme herdou-as, ao que parece, de seu avô Antônio Bicudo, através de sua mãe, Margarida Bicudo, em outra sesmaria (Curupaitiba) que não a do primeiro sesmeiro, João do Prado Martins (Pindamonhangaba). Tanto um como outro, além do sítio (em Campinas chamou-se "roça") onde residiram, também foram moradores das sedes das vilas em as quais se situavam as suas terras, e ali igualmente ocuparam posições de relevo. Francisco Barreto Leme foi vereador e até exerceu a presidência da Câmara de Jundiaí, e Antônio Bicudo Leme também exerceu a vereança em Taubaté.

4) — As épocas escolhidas para a fixação da fundação recaíram em datas oficiais. Criação da freguesia, para Campinas (14-7-1774), e posse de terras (22-7-1643) ou a elevação a vila, para Pindamonhangaba (10-7-1705). São escolhas arbitrárias, posteriores, passíveis de críticas e de contestação, e sobre as quais — por artificiais — nunca se chegará a um acordo.

9) — In «Pindamonhangaba — Tempo e face», Aparecida, 1977, pág. 343.

A data de fundação de antigas cidades, como Pindamonhangaba e outras, não poderá ser fixada a rigor e sem possibilidade de controvérsia, justamente porque elas não nasceram em um dia. Formaram-se, isso sim, através de anos e anos de povoamento e colonização. E não se pode apontar de entre os primeiros e principais povoadores qual deles seria o fundador. No caso de Campinas, ela foi criada artificialmente pela nomeação oficial de seu fundador a 27 de maio de 1774, e, no entanto, convencionou-se designar o dia 14 de julho do mesmo ano (criação da freguesia) como o da fundação.

Considerações fundamentais — De entre os principais moradores da paragem chamada "Campinas do Mato Grosso, distrito da Vila de Jundiaí", e se insisto em comparações é apenas para reforçar o meu raciocínio, Francisco Barreto Leme foi o escolhido pelo capitão-general morgado de Mateus, para "fundador, administrador e diretor" da nova povoação mandada criar. Foi o escolhido e incumbido de efetuar a demarcação dos limites da mesma povoação, proceder ao arruamento e à concessão de datas.

Pois bem, *João do Prado Martins,* o mais antigo sitiante da paragem de Pindamonhangaba, não foi nomeado "fundador" ou coisa que o valha. Não arruou e nem administrou a povoação que não existia. Recebeu apenas a sesmaria e lá foi o "primeiro morador e povoador, que aqui (Pindamonhangaba) abriu sítio e ergueu casa", segundo Waldomiro de Abreu (10). Ora, um aglomerado urbano, um centro populacional, implicam a existência de uma infraestrutura social e econômica não encontradiça em um único sítio de um só colonizador. Sem as estruturas econômica, social, política e religiosa, um sítio não pode ser equiparado a uma povoação. João do Prado Martins foi o fundador de um sítio, e não de uma povoação.

Se não houve a nomeação oficial de um fundador, como no caso de Campinas, se não houve a presença de alguém que deliberadamente se propusesse a fundar uma povoação, como nos dias atuais sucedeu com a cidade de Tupã, na Alta Paulista, João do Prado Martins então não passou, mesmo, de um dos componentes do conjunto de sitiantes-povoadores, que aos poucos, paulatinamente, em seus sítios e em suas roças construíram, pela presença e pela ação colonizadora, os alicerces, o embasamento, a infraestrutura de um bairro que cresceu e se aglomerou e se transformou em freguesia, em vila e em cidade. A batizar alguém como fundador, seriam eles todos, os primeiros e mais antigos sesmeiros, povoadores e colonizadores.

10) — In op. cit., 144.

Nessa ordem de considerações, *Antônio Bicudo Leme*, apresentado por Ataíde Marcondes como o fundador de Pindamonhangaba, sustentado e apoiado por César Salgado, negado por Ebe Reale e por Waldomiro de Abreu, não pode ser considerado o fundador.

Ataíde Marcondes apontou-o pelo fato — realmente marcante — de que teria construído uma certa "capela de São José" no seu sítio de morada. Ora, além de não haver indícios cabais de que fora dos primeiros povoadores, o documento em que se baseou Ataíde Marcondes (11), é falho e padece da grave lacuna de não ser do tempo da fundação da tal capela de São José pelo mesmo Antônio Bicudo Leme. Esse documento, que estaria contido no "Livro do Tombo da Matriz", conforme escreveu Benedito Marcondes Homem de Melo (12), um livro-manuscrito do século XVII (1747), atualmente desaparecido, foi escrito posteriormente à construção da capela e não informou uma data exata ("há 80 anos, pouco mais ou menos"). Assemelha-se essa prova àquela citada no início desta aula a propósito da fundação da Santa Casa de Santos por Brás Cubas em 1543. Pode ter sido forjada, ou, o que é mais certo, tal documento foi escrito baseado em informações obtidas de oitiva. Mas, Ataíde "viu, leu e copiou o documento", disse César Salgado (13). Ninguém duvida disso. O documento é que é duvidoso no seu conteúdo. Não tem data, não tem autor e não é coevo, e informações passadas de geração a geração e obtidas de "ouvir dizer", pecam geralmente pela inautenticidade. Além do mais, sumiu o "Livro do Tombo" com o referido documento. Aliás, também está desaparecido o testamento do mesmo Antônio Bicudo Leme (1712), obtido por Ataíde Marcondes em um cartório de Taubaté, como informou Ebe Reale (14). Os sumiços não interessam. O que importa é que não se pode imputar a Antônio Bicudo Leme — e a seu irmão e familiares — a fundação de Pindamonhangaba, pois até agora não há prova cabal, indubitável. Escreveu Ebe Reale (15): "no sentido de seu primeiro morador", "Antônio Bicudo Leme, alcunhado o Via-Sacra, não pode ser considerado o fundador de Pindamonhangaba". E nem pode sê-lo, acrescento eu, como pretenso construtor de uma pretensa capela de São José, cuja existência é problemática.

Quanto ao *padre João de Faria Fialho* (1636 ? - 1712), que foi

11) — Op. cit., 234.
12) — In Waldomiro de Abreu, op. cit., 220.
13) — «Quem fundou Pindamonhangaba? (II)», in «Rev. de História», São Paulo, 1973, pág. 227.
14) — In «Pindamonhangaba: cidade do Segundo Reinado», in «Rev. de História», São Paulo, 1970, 83:139.
15) — In op. cit., 140.

vigário da Vila Real de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba, é ele apontado como fundador da povoação pelo linhagista Pedro Taques de Almeida Pais Leme (16), que lhe atribuiu a construção de uma certa "Igreja Matriz". Segundo Waldomiro de Abreu (17), o padre Faria, ao edificar uma igreja, sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, "deu começo à freguesia". Julgo, então, que para se atribuir o título de fundador ao padre João de Faria Fialho, é necessário que um ato oficial proclame a criação da freguesia como o momento da fundação da cidade, como sucedeu em Campinas. Do contrário, o padre Faria será apenas um vigário e morador antigo, aliás dos mais antigos moradores de Pindamonhangaba.

Conclusão — Chego ao término das considerações e emito o meu parecer. Excluídos João do Prado Martins, Antônio Bicudo Leme e João de Faria Fialho, sou de opinião que no momento atual das pesquisas sobre o tema, "ninguém fundou Pindamonhangaba", frase que titulou quatro artigos de Waldomiro de Abreu (18) quando questionava com o saudoso César Salgado.

Em Campinas, ao reconhecer o importante papel desempenhado pelos moradores mais antigos, a Prefeitura Municipal inscreveu os seus nomes ao lado do de Francisco Barreto Leme, no monumento erguido ao fundador. Por que não celebrar Pindamonhangaba os seus pioneiros, os seus formadores?

Ao finalizar esta aula, que deveria focalizar apenas a figura nobre do altaneiro paulista Antônio Bicudo Leme, mas que se estendeu a outros apontados como fundadores, para melhor expressar o meu pensamento, endereço ao eminente pesquisador Waldomiro Benedito de Abreu os melhores cumprimentos pelo empenho em deslindar a questão da fundação e em desvendar a verdade histórica. Vêm de longe as suas buscas em prol da revisão de tudo o que se admitia. E hoje ele vê o seu trabalho reconhecido.

16) — In «Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica», 3.ª edição, São Paulo, 1953, 3:96.
17) — In op. cit., 229
18) — In «Rev. de História», São Paulo, 1974-75, vols. 97, 98. 99 e 101.

BENTO GONÇALVES DA SILVA

PRETERIDO MAS NÃO ESQUECIDO

Henrique Oscar Wiederspahn

BENTO GONÇALVES DA SILVA, o cavalheiresco e bravo cid-campeador farroupilha sulriograndense, coronel imperial com atuação destacada antes, durante e depois da infeliz batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosário, um dos principais líderes político-militar do decênio heróico, iniciado em 20 de setembro de 1835, a Guerra dos Farrapos, presidente da República Riograndense de 1836, a chamada também República de Piratiní, e um dos seus 6 generais republicanos, nasceu em 23 de setembro de 1788, no prédio n.º 7 da atual praça Marechal Deodoro, a antiga do Mercado, na sede da então freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, no Rio Grande do Sul. Foi aí batizado na igreja matriz em 19 de outubro do mesmo ano, como consta do respectivo assento, à fls. 21 do Livro 2.º, e faleceu em 18 de junho de 1847, em Pedras Brancas, a atual cidade de Guaíba, na casa que foi durante muito tempo o hospital samaritano de seu parente, amigo e correligionário José Gomes de Vasconcelos Jardim. O seu assento de óbito ainda não foi localizado, apesar dos esforços pessoais do general-médico dr. José Araújo Fabrício e de diversos outros pesquisadores sulriograndenses. Não chegara a completar 59 anos de idade e sobrevivera apenas 2 anos, 3 meses e 17 dias ao acordo honroso firmado em Ponche Verde, entre o então barão de Caxias e o general republicano David Canabarro, o último comandante-em-chefe farroupilha, com o que se estinguira o sonho tão auspiciosamente iniciado em 20 de setembro de 1835 e que somente 54 anos depois, em 15 de novembro de 1889, se iria tornar realidade, com a proclamação da nossa República Federativa do Brasil!

BENTO GONÇALVES DA SILVA fora o 10.º dentre os 14 filhos (9 homens e 5 mulheres), o 7.º entre os do sexo masculino, todos também nascidos e batizados na mesma freguesia do Triunfo, cuja jurisdição se estendia então sobre uma importante e vasta área em ambas as margens do rio Jacuí, todos havidos do consórcio de 7 de agosto de 1774, na mesma freguesia, do então alferes e depois capitão de ordenanças JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA com PERPÉTUA DA COSTA MEIRELES, ele natural de Portugal, da freguesia de Santa Marinha do Real, bispado de Lamego, falecido em 14 de novembro de 1822, provavelmente em Porto Alegre, e ela já sulriograndense de nascimento, natural da então sesmaria do Morro de Santana, onde atualmente assenta a zona urbana de Porto Alegre, falecida em 9 de novembro de 1803 em Porto Alegre, durante uma das freqüentes estadas com o marido lá. Foi pois BENTO GONÇALVES DA SILVA neto paterno de MANUEL GONÇALVES DA SILVA e de JOSEFA MARIA DE JESUS, naturais ambos, como o filho acima, da freguesia de Santa Marinha do Real, bispado de Lamego, Portugal, onde viveram e faleceram; neto materno de MANUEL GONÇALVES MEIRELES, nascido cerca de 1707 na freguesia de São Cristóvão, em Mondim de Bastos, bispado do Porto, Portugal, falecido em 28 de agosto de 1777 na freguesia do Triunfo, e de ANTONIA DA COSTA BARBOSA, natural de Guaratinguetá, São Paulo, aí batizada em 9 de outubro de 1727, falecida no Triunfo em 18 de agosto de 1814, uma das filhas de JERONIMO DE ORNELAS MENEZES E VASCONCELOS, natural da ilha da Madeira, o depois famoso sesmeiro do Morro de Santana, núcleo inicial do povoamento da futura capital do Rio Grande do Sul, o primitivo Porto do Dorneles e depois Porto dos Casais (açorianos), e de sua esposa paulista LUCRÉCIA LEME BARBOSA, natural de Guaratinguetá, pela qual seu bisneto farroupilha sulriograndense também foi um "paulista de 400 anos", ligado ancestralmente aos mesmos troncos das estirpes dos LEME, dos PRADO e dos RAPOSO GÓES, tudo de acordo com as pesquisas feitas pelo Prof. Jorge Godofredo Felizardo, de Porto Alegre, e com a cooperação pessoal do genealogista paulista Prof. Carlos da Silveira, já divulgadas por aquele através da "Revista Genealógica Brasileira", de São Paulo.

Seu pai, o capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, deveria possuir certa educação e cultura, pois chegaria a exercer as funções de Tesoureiro-Geral e deputado da Junta da Real Fazenda da então Capitania, em Porto Alegre, designado para ocupá-las em caráter interino e sem vencimentos, em 15 de junho de 1815, enquanto não fosse nomeado o novo titular pelo governo régio português do Rio de Janeiro. Empossando-se em 20 do mesmo mês, mas na esperança de ressarcir-se com o provimento efetivo

posterior no referido cargo, passaria pelo dissabor de se ver preterido injustamente em favor de um áulico, o desembargador Luís Correa Teixeira de Bragança, nomeado em carta-régia de 25 de agosto de 1817, mas que retardaria de tal modo a sua apresentação em Porto Alegre, a ponto de obrigar ao capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA a continuar prestando seus serviços e sempre sem remuneração alguma, durante 2 anos e 10 meses, de 20 de junho de 1815 até 20 de abril de 1818, data em que passaria as funções ao novo titular, com tudo perfeitamente em ordem e em dia.

Nem mesmo uma petição posterior, para que lhe fossem pagos, ao menos, os vencimentos correspondentes à vacância do cargo, cerca de 600$000 anuais em moeda da época, obteria parecer favorável das autoridades fiscais do Rio de Janeiro, embora ele se tivesse conduzido sempre com lealdade, eficiência e honradez no trato dos interesses públicos sob sua responsabilidade pessoal, com evidente prejuízo dos seus negócios particulares, inclusive na fase inicial da Campanha Cisplatina contra Artigas, e apresentasse uma folha de serviços à Coroa portuguesa de cerca de 50 anos, todos prestados no Rio Grande do Sul desde antes de 1768, conforme se depreende de uma cópia da referida petição, publicada nas páginas 93 e 94 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", 1.º e 2.º trimestres de 1926.

Estabelecera-se inicialmente na freguesia do Triunfo, onde o português MANUEL GONÇALVES MEIRELES, seu futuro sogro, obtivera uma sesmaria denominada da Piedade, às margens do rio Jacuí e sua confluência com o rio Taquari, em cuja área se demarcara o rocio destinado a um povoado com capela, a séde da referida freguesia e atual cidade do Triunfo. Foi nesta sesmaria da Piedade, com moradia na séde da freguesia, que conhecera a sua futura esposa. De lá, após a confirmação da posse pela Coroa real portuguesa, da área marginal sul do rio Jacuí até além do rio Camaquã e até a linha provisória limítrofe do rio Piratiní, graças ao novo tratado demarcador de Santo Ildefonso, de 1777, é que JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA acompanhara seus cunhados e outros parentes afins, adquirindo terras no então denominado distrito de Camaquã, terras que, em seu conjunto, passaram a denominar de fazenda do Paraíso. Entregou-se com afinco à criação de gado vacum e cavalar, à indústria do xarque e também ao plantio do trigo, ainda florescente e bem promissor, antes da terrível praga que, pouco depois, acabaria atacando a sua cultura, destruindo-a completamente no Rio Grande do Sul de então. Suas terras já em 1780 abrangiam as sesmarias do Cristal, do Cordeiro e do Duro, ampliadas depois com concessão de uma das ilhas da barra do rio Camaquã, na

lagoa dos Patos, com casas e xarqueadas e roças, todas adquiridas dos antigos proprietários e de seus herdeiros. Foi na antiga sesmaria do Duro que JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA fez a doação de meia légua em quadra para a localização da capela da qual resultaria a idéia da criação da atual cidade de Camaquã, deslocada depois para onde se fixaria definitivamente.

Foi graças às pesquisas realizadas pelo Prof. Luís Alberto Cibilis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e nos arquivos da área do Camaquã, integradas de uma maneira substanciosa em seu trabalho intitulado "Tapes, Camaquã e Barra do Ribeiro", obra fartamente ilustrada e publicada em 1959, com muitas referências à personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA e de seus filhos e parentela, é que conseguimos reconstituir o bastante sobre as propriedades do capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, citadas e descritas às páginas 33 e 35, inclusive sobre a localização da séde da citada fazenda do Paraíso, esta à página 39, bem como a marca usada pelo mesmo como criador de "bestas muares". Infelizmente acha-se o inventário iniciado em Porto Alegre após o falecimento de JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA e depositado no Arquivo Público como feito 770, maço 31 e estante 2, incompleto e não concluído, estranhamente anexado a outro, o do capitão Joaquim Gonçalves Ribeiro, nada oferecendo de útil, a não ser a data do óbito do acima inventariado. Depreende-se, também segundo Cibilis, à página 354 de seu livro acima referido, que o inventário definitivo e completo teve seu andamento em Camaquã, que foi seu inventariante o primogênito JOÃO GONÇALVES DA SILVA, bem como o seu único testamenteiro. A íntegra deste testamento, se de fato houve, bem como o inventário do mesmo resultante, não foi nem localizado e nem encontrado, mas o que é certo é que, com a partilha não muito cordial entre os herdeiros, foram aquelas terras, as do conjunto da fazenda do Paraíso, divididas e subdivididas no decorrer dos tempos, mantendo-se somente indivisa a sesmaria do Cristal.

Esta sesmaria, a mais importante e valiosa de todas, foi também a que durante mais tempo permaneceria de posse dos herdeiros do capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, tendo cabido inicialmente ao seu filho MANUEL GONÇALVES DA SILVA que a cederia em 1833 ao irmão BENTO GONÇALVES DA SILVA por 800$000 em moedas de prata da época, quando aquele se transferiria definitivamente para o Jaguarão. É a fazenda do Cristal, onde o líder farroupilha passara a residir, vivendo aí com a família até seus últimos dias de vida. Em suas terras, às margens do rio Camaquã, montaria Giuseppe Garibaldi, o herói italiano "dos dois mundos" e então comandante da flotilha farroupilha, os seus famosos estaleiro e arsenal. A história

desta mesma sesmaria do Cristal, a única que se conservaria até aos dias atuais como tal, encontra-se descrita nos 8 volumes dos autos de uma demanda que se vinha prolongando desde 1914, no foro judiciário de Camaquã, movida contra os numerosos condôminos existentes na antiga propriedade do general BENTO GONÇALVES DA SILVA, declarada recentemente de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por decreto n.º 21.906, de 11 de agosto de 1972, para a criação do PARQUE HISTÓRICO E TURÍSTICO GENERAL BENTO GONÇALVES, ato baixado pelo governador de então, coronel Euclides Triches.

A existência da referida demanda, conhecida no Foro de Camaquã como a "Medição da Sesmaria do Cristal", nos fora indicada pessoalmente pelo engenheiro Danilo Senger Ribeiro anos atrás em Porto Alegre. Graças a ele tivemos o ensejo de compulsar os referidos autos durante uma rápida estada naquela localidade, onde seu processamento aguardava o pagamento pelos interessados das taxas judiciárias, de impostos de transmissão da propriedade, etc, uma soma elevada demais para as suas posses. Nestes autos deveriam ter sido inclusos documentos talvez desentranhados do próprio inventário do capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA e de outros mais, pois em seu 1.º volume encontraríamos, além de um resumo histórico da maneira como este adquirira as sesmarias do Duro, do Cordeiro e do Cristal, um relatório original da medição e demarcação mandadas executar pelo mesmo, da sesmaria do Cristal, datada de 24 de dezembro de 1793; o original da carta régia de confirmação da referida sesmaria, autografada ainda em Portugal pelo então príncipe-regente D. João, datada de 24 de abril de 1800, com a anotação de seu registro perante a Real Fazenda, em Porto Alegre; uma certidão de inteiro teor do inventário de BENTO GONÇALVES DA SILVA e da respectiva partilha, concluida esta em fevereiro de 1857, já divulgada pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", ano XXVII - 1947, págs. 39 a 46, bem como das circunstâncias, nos volumes seguintes, em que as terras da sesmaria passariam depois dos seus herdeiros diretos e consangüínios para a posse de parentes afins e até de estranhos. Nos últimos volumes subseqüentes, duas outras medições mais recentes, uma de julho de 1938 e outra de agosto de 1966, esta última executada judiciariamente pelo engenheiro Danilo Senguer Ribeiro, a cuja gentileza devemos a oportunidade de poder pesquisar e analisar o substancioso documentário existente nos autos da demanda em causa.

A respeito do capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA, o pai de BENTO GONÇALVES DA SILVA, sabe-se que se impusera desde logo entre seus vizinhos no Camaquã,

quase todos de sua parentela afim, merecendo especiais considerações da parte das autoridades portuguesas sediadas em Porto Alegre e em Rio Grande. À negócios deslocava-se freqüentemente da sua fazenda à séde da freguesia do Triunfo, onde lhe nasceram quase todos os filhos e onde também os batizara, à vila de Rio Grande e até mesmo até Porto Algre, onde sua esposa herdara casas de moradias na então rua da Ponte, a atual rua Riachuelo. Durante as suas ausências mais prolongadas confiara a administração de suas terras e negócios no Camaquã ao filho primogênito, o alferes JOÃO GONÇALVES DA SILVA, veterano da Campanha de Serro Largo, em 1801, ao comando do coronel Manuel Marques de Sousa, o avô paterno do conde de Porto Alegre, seu homônimo. Durante uma das crises mais graves provocadas pela falta de carne em Porto Alegre, não titubiara em suprir gratuitamente aos seus moradores, fornecendo-lhes motu-próprio as reses necessárias, oriundas de suas propriedades no Camaquã.

★

BENTO GONÇALVES DA SILVA, tal como todos os seus irmãos e irmãs, recebera também certo preparo, frequentando as aulas de particulares então existentes e onde aprendera a ler e a escrever com bastante correção. É que seu pai o destinara à carreira eclesiástica. Reagira desde menino à essa pretensão contrária às suas tendências e índole, ao ponto de interromper a sua educação e estudos à revelia do pai, para iniciar-se nas lides campeiras já em 1805, aos 17 anos de idade. Contrariado, seu pai o entregou aos cuidados do irmão primogênito já citado, o alferes JOÃO GONÇALVES DA SILVA, alistando-o também como simples soldado na Companhia das Ordenanças de seu distrito, em 1806. No entanto, somente prestaria seu primeiro serviço militar efetivo durante a 1.ª Campanha da Cisplatina, entre 1811 e 1812, numa das colunas do tenente-general D. Diogo de Sousa, então capitão-general governador do Rio Grande do Sul. Finda a campanha, licenciado como excedente, com a graduação de cabo de milícias, a 2.ª linha de então, foi estabelecer-se nas proximidades da vila de Melo, mais conhecida como Serro Largo, distrito rural e fronteiriço da então intendência ou Capitania hispânica de Montevidéo, a Banda Oriental. Lá, com diversos outros sulriograndenses e portugueses, como criador de gado, invernista e comerciante, nunca deixou ele de cooperar com as autoridades fronteiriças luso-brasileiras de aquém Jaguarão, enviando-lhes informações precisas e valiosas sobre os sucessos político-militares que se vinham desenrolando no interior da Banda Oriental e até mesmo em Buenos Aires, contra o domínio monárquico es-

panhol desde o início do movimento revolucionário portenho de 25 de maio de 1810, agravados com a alastração do mesmo aquém do rio da Prata e sob a chefia do depois general D. José Gervásio Artigas, declaradamente contrário à liderança argentina e partidário de uma maior autonomia uruguáia sob a forma republicano-federativa.

Apesar do que depois alguns de seus detratores iriam propalar com certa insistência a seu respeito, nesta fase de sua permanência em Serro Largo, entre 1812 e 1816, afirmando ter sido então BENTO GONÇALVES DA SILVA partidário militante da causa de Artigas, até mesmo de haver estado a serviço da referida causa contra a monarquia portuguesa, esta ainda absolutista e anti-liberal institucionalmente, sabemos hoje perfeitamente trata-se de uma simples trama de intrigas póstumas dos que, na década segunda do nosso século, pretenderam divulgar como verdadeiras, acusações de um inimigo pessoal de BENTO GONÇALVES DA SILVA, de seus tempos de Serro Largo, não só não comprovadas como nem sequer tomadas à sério pelas autoridades portuguesas sulinas da época. O autor de tais acusações fora um desertor luso-brasileiro que passara ao serviço real hispânico como oficial miliciano, monarquista convicto e que se asilara no Rio Grande do Sul por não aceitar a situação criada na Banda Oriental após a vitória artiguenha inicial, assacando-as contra a pessoa de BENTO GONÇALVES DA SILVA, talvez para alardear serviços perante as autoridades régias portuguesas. Usou-as mais tarde o desembargador Rodrigo de Sousa Pontes, em sua "Memória Histórica" sobre o 20 de setembro de 1835, destinada pessoalmente ao imperador D. Pedro II, recém declarado maior de idade e coroado, em 1840, e que, embora anônima, sua autoria se acha hoje perfeitamente esclarecida.

Com as divulgações que se fizeram desde 1926, tanto da correspondência pessoal de BENTO GONÇALVES DA SILVA com o seu progenitor, como dos textos de documentos oficiais depositados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e também no Arquivo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, não apenas pela antiga e substanciosa "Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul" e pela sua sucessora, a "Revista do Museu Júlio de Castilho e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul", pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", todas de Porto Alegre, como também pelas "Publicações do Arquivo Nacional", do Rio de Janeiro, nas notas anexadas aos volumes destas dedicados ao "Processo dos Farrapos", notas de autoria do historiador e genealogista sulriograndense Aurélio Porto, até mesmo os detratores e minimizadores do líder farroupilha acabaram por se convencerem da verdade,

relegando ao esquecimento as referidas acusações, engendradas por mentes açuladas pela paixão política e ideológica da época!

Infelizmente até alguns dos mais entusiastas e sinceros panegeristas e admiradores de BENTO GONÇALVES DA SILVA, um tanto fanatizados por suas próprias idéias republicano-federativas e anti-monárquicas de antes de 1889, como por exemplo o diplomata e historiador sulriograndense dr. Alfredo Varela, chegaram a admitir certa veracidade em tais afirmações, embora devidas a um monarquista anti-liberal de então, o já citado desembargador Rodrigo de Sousa Pontes. Alfredo Varela pensara poder concluir da existência antiga de simpatias bem generalizadas pelo republicanismo artiguenho incipiente, no que há evidente exagero. As provas encontradas quanto a isto se referem todas a outros então súditos da Coroa portuguesa, moradores de nossa faixa fronteiriça sulina, mas nenhuma implicando taxativamente a pessoa de BENTO GONÇALVES DA SILVA!

Mas, sem consultar e analisar a correspondência já citada, de 1806 até 1816, do antigo arquivo particular do pai de BENTO GONÇALVES DA SILVA, bem como o acervo documental esparso nos dois arquivos públicos já referidos e até agora não divulgados, dificilmente poderíamos esclarecer aqueles fatos, suas origens e outros mais, sobre a juventude e o período da sua vida anterior à sua incorporação definitiva às nossas forças de vigilância fronteiriça no Jaguarão, durante a 2.ª Campanha Cisplatina, a de 1816 a 1820, contra os artiguenhos!

★

Franco e leal em suas atitudes e em seus pronunciamentos e decisões, BENTO GONÇALVES DA SILVA não poderia agradar senão àqueles que se haviam entregue de corpo e alma à causa farroupilha e que nunca poderiam sacrificá-la em proveito de ressentimentos e de ambições pessoais! Envolvido pelas intrigas de terceiros, acabaria inimizando-se com alguns de seus antigos companheiros, cujos familiares e até descendentes iriam alimentar certos ressentimentos de então e de maneira a engrossar posteriormente as fileiras de seus desafetos mais irreconciliáveis. Estes viriam em alguns admiradores e panegiristas do então coronel, depois brigadeiro imperial e general republicano e novamente brigadeiro imperial Bento Manuel Ribeiro, que, durante o decênio farroupilha, mudara de partido ao azar e de acordo com os seus caprichos e interesses pessoais do momento, passando das fileiras dos republicanos para as dos imperiais e vice-versa, sem o menor escrúpulo e preocupações ideológicas, desde que assim satisfizesse a sua sede de mando político e de prestígio no interior da província sulina, um apoio para suas fobias íntimas!

Companheiros nas lutas contra os artiguenhos, mas rivais desde então, principalmente após os sucessos relacionados com o desastre imperial no combate do Sarandí, contra os uruguaios rebelados em 1825, e com a infeliz batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosário, em 1827 contra argentinos e uruguaios, Bento Manuel Ribeiro não admitiria ser suplantado e liderado por BENTO GONÇALVES DA SILVA, já que apresentava uma folha militar de serviços bem maior e mais glorificada que a deste, cuja situação econômica como fazendeiro no Camaquã também era bem menor que a sua própria, de grande e já abastado proprietário e criador de gados na área de Alegrete. Fora com a exclusiva preocupação de exaltar ao máximo a personalidade do famoso "gaúcho de Sorocaba", liderados por um historiador sulriograndense operoso e até um tanto polêmico como o depois general Emílio Fernandes de Sousa Doca, que se iria constituir uma espécie de frente única com os detratores então ainda existentes, estes muito mais preocupados em minimizar e denegrir a personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA do que em defender e exaltar a atuação de Bento Manuel Ribeiro. Somente assim se explica o fato de se terem congregado em torno de Sousa Doca e de seu ídolo, indiscutivelmente um dos mais destacados chefes da nossa cavalaria sulina e a quem o Brasil e o Rio Grande do Sul muito devem em sua História Militar, quase todos os que em Porto Alegre ainda se preocupavam em silenciar sobre tudo que se referisse à personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA, a não ser para acusá-lo como falho e inoperante, sem idéias próprias e alçado à liderança farroupilha por um simples acaso, embora sem lhe negar a honradez e lisura no trato dos negócios, tanto particulares seus como públicos. A eles se agregariam também alguns dos saudosistas sulriograndenses de Porto Alegre, partidários declarados da nossa antiga monarquia imperial bragantina, inconformados com a persistência como se procurava exaltar os feitos farroupilhas, para eles apenas de inimigos da monarquia, "subversivos" e meros "separatistas".

Insubsistentes as acusações assacadas pelo desembargador Rodrigo de Sousa Pontes em sua "Memória Histórica" contra o líder farroupilha, passariam os detratores de BENTO GONÇALVES DA SILVA a explorar uma tese completamente contrária, a de que ele nunca fora de fato um republicano-federativo declarado e convicto e que no fundo permaneceria sempre monarquista, embora liberal. Repetiriam assim afirmações pessoais há muito divulgadas por Alfredo Ferreira Rodrigues, o primeiro pesquisador e cronista sulriograndense interessado em reunir e em analisar à sua maneira de ver documentos sobre o ciclo farroupilha, quando manifestara suas dúvidas quanto à existência de preocupações republicano-federativas da parte dos promotores do

movimento iniciado em 20 de setembro de 1835, do qual resultara a proclamação da República Riograndense somente no ano seguinte. Segundo Alfredo Ferreira Rodrigues, BENTO GONÇALVES DA SILVA acabaria aceitando as mesmas idéias apenas por força das novas circunstâncias e após ter sido eleito presidente da chamada República de Piratiní. Assim, tomariam ao mesmo tempo posição da mais franca repulsa às conclusões e afirmações de Alfredo Varela expostas sucessivamente em suas teses em "Revoluções Cisplatinas", de 1915, "Duas Grandes Intrigas", de 1919, e "História da Grande Revolução", de 1934, diferentes no todo às de Alfredo Ferreira Rodrigues no que consernem às idéias republicano-federativas de BENTO GONÇALVES DA SILVA mesmo anteriores ao 20 de setembro de 1935. No entanto, podemos não aceitar parte das afirmativas de Alfredo Varela quanto a uma preponderância da influência platina no levedar ideológico farroupilha, mas devemos exatamente a ele, como o único pesquisador e historiador sulriograndense que conseguiria suplantar Alfredo Ferreira Rodrigues numa busca sistemática de toda sorte de documentos e assim de haver conseguido reunir uma documentação das mais completas e valiosas sobre os antecedentes, desenrolar e conseqüências imediatas do ciclo farroupilha, como predecessor da nossa República Federativa proclamada em 1889 pelas forças armadas brasileiras. Eram ao todo cerca de 12.000 documentos, entre originais e cópias, cujo acervo se encontra no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, juntamente com o que fora de Alfredo Ferreira Rodrigues. Documentos divulgados em primeira mão por Alfredo Varela têm sido copiados depois, transcritos por mais de um dos historiadores sulriograndenses mais recentes e adeptos das conclusões de Alfredo Ferreira Rodrigues, em regra sem mencionar de quem os estavam transcrevendo! Este acervo está sendo divulgado desde 1978 pelos "Anais" do referido Arquivo Histórico em seus volumes, a partir do 2.º.

★

No entanto, se já não restam mais dúvidas quanto ao passado de BENTO GONÇALVES DA SILVA, nem quanto ao seu nascimento e ancestrais portugueses e paulistas, tanto paternos como maternos, já perfeitamente esclarecidas, inclusive quanto às suas atividades, desde fins de 1805, e sobre os seus primeiros feitos militares, enfrentando as partidas de guerrilhas artiguenhas em 1817, na região do Jaguarão, continuam as nebulosas em relação a Bento Manuel Ribeiro no que se refere ao seu nascimento e suas atividades iniciais desde que chegara ao Rio Grande do Sul. Sabe-se apenas que era natural de Sorocaba, nascido no ano de

1783, ignorando-se o dia e o mês, pois "casualmente" foram arrancadas as páginas correspondentes ao mesmo período, onde deveriam estar os assentos de batizados, inclusive o seu, com a sua filiação verdadeira, se legítimo ou não. Também nada se sabe quanto ao ano em que seu pai, Manuel Ribeiro de Almeida, natural de Juqueri, São Paulo, se teria casado em Sorocaba com Ana Maria Bueno, que para ser a progenitora de Bento Manuel Ribeiro teria o ato matrimonial sido de antes de 1783 ao menos. Sabemos que seu pai teve com Maria da Silva, em Castro, um filho natural, o depois tenente-coronel Gabriel Ribeiro de Almeida, que como furriel ainda foi um dos heróis da conquista das Missões Orientais em 1801. Poderia ter tido outros filhos naturais além deste. Todos os filhos legítimos documentalmente comprovados do progenitor de Bento Manuel Ribeiro nasceram e foram batizados em Cachoeira e após aquele haver passado com a esposa acima citada para o Rio Grande do Sul e aí se radicado.

Os biógrafos de Bento Manuel Ribeiro afirmam que fora para o Rio Grande do Sul com 5 anos de idade, em companhia do pai e de seu irmão Gabriel Ribeiro de Almeida, o que seria assim em 1788. Suas primeiras atividades não foram ao lado da família de seu progenitor já casado e morador em Cachoeira, e sim, como se presume, como peão na fazenda do então capitão Antônio Adolfo Charão, o mesmo que depois seria oficialmente acusado de apropriações indevidas de gado arrebanhado, contrabandeado, do outro lado da nossa fronteira e por isto processado pelas autoridades fazendárias portuguesas sulinas. Nada prova também que sua data de praça foi efetivamente em dezembro de 1800 ou em princípios de 1801, num dos regimentos de milícias então existentes com séde em Rio Pardo, já que este somente seria criado e organizado anos depois, em 1812.

Tudo indica no entanto que esteve envolvido num assalto à vila de Serro Largo, na região fronteiriça do Jaguarão, em 9 de fevereiro de 1811, e com o que se iria criar um sério problema para as autoridades portuguesas, em especial para D. Diogo de Sousa, então empenhado em aparentar certa cooperação amistosa com as da monarquia hispânica de Montevidéo, contra os chamados "insurgentes", tanto portenhos como artiguenhos!

De acordo com documentos relativos à Campanha de 1811 a 1812, a 1.ª Campanha da Cisplatina, divulgados pela antiga "Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul", às páginas 69 e 70 do n.º 9, março de 1923, e às páginas 30 a 33 do n.º 12, dezembro do mesmo ano, na madrugada de 9 de fevereiro de 1811, um "grupo de foragidos portugueses", assim mencionados pelo tenente-coronel D. Joaquim da Paz, o último comandante real espanhol do distrito de Serro Largo, em sua parte dirigida a D. Diogo de Sousa, datada de 4 de março, assaltara e tomara de

surpresa o quartel próximo à vila, soltara todos os presos lá recolhidos, em regra bandoleiros e contrabandistas, e, após penetrar no povoado, atacara a casa do sargento Rafael Iribarra com o intúito de se apoderar do armamento e munições que lá se guardava e que havia sido apreendido em poder dos presos e de elementos ligados a contrabandistas, no que fora impedido pela pronta reação encontrada. Durante a luta o sargento matou com um tiro de pistola um dos assaltantes, o de nome Domingos José Ribeiro, mas acabou sendo derrubado e morto também no local. Em documento anexado à sua comunicação, o tenente-coronel D. Joaquim da Paz designa como tendo sido o chefe dos assaltantes o depois algo famoso guerrilheiro Manuel Joaquim de Carvalho, cadete licenciado da Legião de Cavalaria do Rio Grande, e entre os seus companheiros, além do que foi morto, um irmão do mesmo, de nome Bento Ribeiro, bem como o padrasto do chefe do grupo, um peão deste e alguns outros.

D. Diogo de Sousa viu-se obrigado a lamentar o sucedido e a prometer, em sua resposta de 17 de maio de 1811, que mandaria "apreender os agressores por V. S. nomeados, quando passarem a esta Capitania", bem como a responder a um protesto do brigadeiro D. Francisco Javier de Elío, capitão-general hispânico de Montevidéo, solicitando a este a remessa da "certidão legal do corpo de delito e processo de crime deles, a fim de serem julgados conforme as nossas leis". Enquanto isto, outro espanhol, D. Felipe Contucci, agente particular de Dona Carlota Joaquina nas intrigas então em curso, para que se reconhecesse a esposa de D. João VI como soberana legítima no rio da Prata, mas bem conhecido contrabandista de gado e de toda sorte de mercadorias naquelas fronteiras, tudo fazia para que os acusados ficassem impunes, talvez por se acharem praticamente a seu serviço pessoal, inclusive naquele assalto. Era voz corrente então que, com um dos presos libertados, havia uma carta altamente comprometedora para Contucci.

Pouco depois se propagara pelo interior da Banda Oriental a insurreição contra o domínio hispânico e já se começara o preparo de uma expedição militar luso-brasileira para intervir pela força, embora ainda à pretexto de cooperar com as autoridades reais hispânicas de Montevidéo. Intimado Manuel Joaquim de Carvalho a se apresentar imediatamente ao exército mobilizado então por D. Diogo de Sousa e que deveria deslocar-se pouco depois rumo a Maldonado, preferiu ele incorporar-se às forças irregulares reunidas na ocasião entre os rios Quaraí e Arapeí pelo sargento-mór Manuel Pedroso dos Santos, um dos participantes da conquista das Missões Orientais em 1801. Foram estas encarregadas da cobertura avançada naquela fronteira e de enfrentar os artiguenhos que por lá se apresentassem com intuitos

belicosos, mas sempre em cooperação com as autoridades locais ainda fiéis às monárquicas de Montevidéo, acorrendo em auxílio destas quando possível. Em companhia de Manuel Joaquim de Carvalho deveria ter seguido aquele mesmo Bento Ribeiro, indiscutivelmente o próprio Bento Manuel Ribeiro já arvorado em furriel e ao comando de seu chefe no assalto de Serro Largo; este, por sua vez arvorado em ajudante na guerrilha de Santos Pedroso, situação em que ambos se encontravam quando do primeiro feito militar do sorocabano, oficialmente reconhecido como tal, o de 30 de agosto de 1811 em Paissandú. Nesta data Bento Manuel Ribeiro atacou de surpresa o posto avançado artiguenho localizado no mesmo povoado à margem do rio Uruguai, dominando sua guarnição e restabelecendo assim a autoridade monárquica hispânica local e à cuja disposição permaneceria aí ainda por algum tempo.

Foi este feito que daria a Bento Manuel Ribeiro a promoção ao posto de alferes, bem como a sua incorporação definitiva e com o mesmo posto na 3.ª Companhia do recém-criado Regimento de Cavalaria de Milícias de Rio Pardo, companhia então sediada em Caçapava. A sua inclusão fora proposta pelo comandante do novo regimento, o coronel João de Deus Menna Barreto, e data de 22 de junho de 1812, isto é, finda a 1.ª Campanha da Cisplatina, a de D. Diogo de Sousa. Seu nome consta naquela ocasião como "alferes agregado Bento Manuel" apenas e à mesma companhia, segundo se transcreve na "Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul", n.º 14, junho de 1924, às páginas 136 e 144. Como teria sido possível ter sido sua praça de dezembro de 1800 ou de princípios de 1801 no citado regimento, o depois Regimento de 2.ª Linha de n.º 22, se o mesmo regimento fora criado somente em 1812 e não 12 anos antes?

Daí em diante, a carreira militar de Bento Manuel Ribeiro seria como a de um meteoro, numa seqüência brilhante de sucessos e de vitórias espetaculares quase ininterruptas contra os artiguenhos a partir de 1816, até sofrer o seu primeiro revez, em 12 de outubro de 1825, no desastroso combate de Sarandí e contra os mesmos adversários, aos quais já estava acostumado a levar de roldão e destroçar completamente, para depois refulgir mais uma vez e de maneira extraordinária nas operações rápidas e audaciosas que o levariam à sua última grande vitória, em 5 de novembro de 1826, no combate da Capela do Rosário, no Merinãi, nas Missões argentinas, um dos maiores feitos de então da nossa cavalaria sulina. O que se seguiu foi como o início de seu ocaso, em contraste chocante com a sua operosidade e rapidez anteriores, talvez motivado por certa fadiga íntima, arrastado inequivocamente por suas crescentes ambições de liderança política e apego demasiado aos bens materiais que vinha acumulando em

torno de Alegrete, como um de seus maiores criadores de gado. E como nos campos de batalha se envelhece muito rapidamente, excessos de cautelas e de atitudes um tanto exageradamente calculadas, manifestadas já desde às ante-vésperas da batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosário, onde a sua ausência assinalaria o começo descendente em sua carreira, passariam a caracterizar cada vez mais os seus novos feitos, inclusive durante o ciclo farroupilha, quando a sua falta de combatividade em ocasiões que poderiam ser decisivas, de muito prejudicaria tanto os imperiais como os republicanos, a cujo serviço estivera sucessivamente. Chefe apenas para conduzir destacamentos menores de cavalaria, tornar-se-ia pouco eficiente à frente de maiores contigentes e com a responsabilidade de comandá-las como general!

Muito se escreveu e divulgou sobre os feitos e a personalidade de Bento Manuel Ribeiro, em regra exaltando com evidente exagero a sua participação tanto entre os farroupilhas como entre os imperiais, até com uma tentativa de explanação analítica para apresentá-lo como uma espécie de napoleônica em embrião! No entanto nenhum de seus biógráfos, inclusive Olyntho Sanmartin, também sulriograndense e que procurara não repetir as loas exageradas a seu respeito, jamais fizeram referências à participação dele no assalto a Serro Largo em 9 de fevereiro de 1811 e bem anterior ao início da 1.ª Campanha da Cisplatina, muito menos ao juízo que o então barão de Caxias fizera a seu respeito, talvez por ter sido nada lisongeiro. Tais conceitos podem ser encontrados e analisados nos textos de duas cartas de Caxias, uma datada de 22 de abril de 1843 e dirigida a José Clemente Pereira e a outra de 11 de setembro seguinte ao seu pai, o brigadeiro Joaquim de Lima e Silva, pois merecem serem lidas e relidas com cuidado e interesse. A de 22 de abril de 1843 foi divulgada em sua íntegra pelo historiador Eugênio Egas em sua obra intitulada "Diogo Antônio Feijó", editada em 1912 em São Paulo, e consta do seu 2.º tomo, páginas 271 a 274, a mesma já transcrita em parte à página 268 do nosso ensaio de História Militar sobre a "Campanha de Ituzaingô", editada em 1961 pela Bibliotéca do Exército, no Rio de Janeiro. A outra, a de 11 de setembro de 1843, existente no arquivo do nosso Museu Imperial de Petrópolis, acha-se transcrita às páginas 455 e 456 do n.º 113 a 115, de 1949, da "Revista do Instituto Histórico e Geografico do Rio Grande do Sul", de Porto Alegre.

★

Não podemos negar que por seus feitos e experiência, Bento Manuel Ribeiro estava acima de seu rival político BENTO GONÇALVES DA SILVA sob o ponto de vista puramente militar, em-

bora este o sobrepuje por suas qualidades de homem dedicado à causa que abraçara, íntegro e honesto, em tudo que se relacionasse a qualquer atividade no trato dos negócios tanto particulares como público. Avesso às intrigas e maquinações politiqueiras e por demais cavalheiresco e franco em suas atitudes, acabaria o líder farroupilha por deixar-se envolver pela trama urdida por um grupo de descontentes e ambiciosos de mando e obrigado a renunciar à chefia do movimento republicano-federativo para evitar maiores dissenções, exatamente no momento em que a República Riograndense parecia sossobrar, ameaçada já pela ação da superioridade crescente de efetivos e de meios então postos à disposição das forças imperiais ao comando do barão de Caxias. BENTO GONÇALVES DA SILVA era um próspero e rico fazendeiro no Camaquã antes do movimento farroupilha e acabou pobre e arruinado, como quase todos os seus companheiros de causa em março de 1845, após o tratado de Ponche Verde. No entanto, Bento Manuel Ribeiro e alguns outros mais que se haviam passado para o campo imperial ou que sempre no mesmo tinham permanecido, ficaram bem mais abonados e enriquecidos no decorrer das lutas de então.

Tendo assim saído pobre e quase completamente arruinado e apesar de haver exercido poderes que lhe haviam conferido os altos postos militares, políticos e administrativos como presidente e comandante-em-chefe durante anos seguidos na República Riograndense, BENTO GONÇALVES DA SILVA vira-se obrigado a recorrer a um amigo após a paz de Ponche Verde, o menos desafortunado major Dionísio Amaro da Silveira, de quem obtivera 200 reses de criar por empréstimo, "para principiar a vida" de novo como estancieiro, segundo palavras textuais suas, em carta de 6 de março de 1845. Recolhera-se à fazenda do Cristal, em São João do Camaquã, que adquirira da herança deixada por seu pai e onde passou a residir com sua esposa e filhos. Casara em 8 de dezembro de 1814 em Serro Largo com a uruguaia CAETANA GARCIA Y GONZÁLEZ, natural da mesma vila, de origem portuguesa materna, de quem houve 9 filhos (5 homens e 4 mulheres), dos quais ainda existe descendência em Camaquã, Porto Alegre, Bagé, Alegrete, Rio de Janeiro, Montevidéo e também no Estado de São Paulo. Com a saúde bastante abalada e acabrunhado pelas injustiças de que fora vítima nos últimos anos da luta e da parte de um grupo de dissidentes farroupilhas, liderados por Antônio Vicente da Fontoura e pelo general David Canabarro, pouco sobreviveria à reincorporação da República Riograndense ao Império novamente como sua província, de acordo com o mesmo "status" anterior ao 20 de setembro de 1835 e apenas com as vantagens das concessões ajustadas entre ambas as partes em 28 de fevereiro de 1845 pelo convênio

de paz de Ponche Verde, junto ao rio Santa Maria, e que entrara em vigor no dia seguinte, em 1.º de março do mesmo ano.

Verdadeiro tratado de Estado para Estado, redigido com algumas modificações sobre um texto preliminar enviado a Caxias do Rio de Janeiro pelo ministro Jerônimo Francisco Coelho em nome de D. Pedro II, tivera como ponto de partida quase todas as proposições aventadas pessoalmente por BENTO GONÇALVES DA SILVA à revelia mesmo de David Canabarro e de seus acessores de então, as mesmas que estes inicialmente teimavam em não admitir somente para que a ele não coubesse nenhum mérito nas negociações preliminares para por fim à luta que já se vinha prolongando por mais de nove anos e sem perspectiva de uma vitória, sem que os farroupilhas encontrassem o apoio esperado de outras províncias, com movimentos semelhantes, desde que os de 1842 em Minas Gerais e em São Paulo haviam sido sufocados quase em seu nascedouro. Mesmo assim, graças à habilidade como o barão de Caxias soubera contornar tais obstáculos, procurando atribuir a David Canabarro e Antônio Vieira da Fontoura, aparência exclusivas na iniciativa e todos os méritos, as negociações chegariam a bom termo. Já em suas entrevistas preliminares com BENTO GONÇALVES DA SILVA, Caxias descobrira a melhor maneira de contornar certos escrúpulos que impediam, por razões obvias, uma atitude dos farroupilhas sulriograndenses que parecesse uma traição aos seus brios de combatentes, ao mencionar a possibilidade próxima de uma guerra entre o Império e o ditador-presidente argentino brigadier-general D. Juan Manuel de Fózas. A reação pessoal de BENTO GONÇALVES DA SILVA fora imediata: neste caso os farroupilhas não titubiariam em se unir às forças imperiais para enfrentarem juntos o inimigo comum! Explorado este ponto a partir daí, conseguiria Caxias aplainar todos os óbices ainda por ventura existentes e fazendo algumas concessões a mais, devidamente autorizado pelo próprio imperador D. Pedro II e apesar da pouca vontade manifesta do ministério, no Rio de Janeiro.

Ciente da retomada das regociações pelos seus opositores políticos, BENTO GONÇALVES DA SILVA procurou manter-se numa atitude de expectativa reservada após encarecer pessoalmente às novas lideranças farroupilhas da conveniência urgente de um acordo de paz, sob pena de um descalabro militar eminente. Afastado e neutralizado BENTO GONÇALVES DA SILVA, então mero comandante de uma divisão farroupilha, atribuir-se-ia a um dos seus mais ferrenhos adversários políticos e até seu inimigo pessoal, ao já citado Antônio Vicente da Fontoura, a missão de retomar as negociações e como embaixador especial da República Riograndense acompanhar o então coronel Manuel Marques de Sousa, o futuro conde de Porto Alegre, encarregado

pelo barão de Caxias, a tratarem no Rio de Janeiro de detalhes para um ajuste que pusesse fim à luta de maneira honrosa para ambas as partes. De D. Pedro II conseguiria do coronel Manuel Marques de Sousa pessoalmente e em audiência reservada o apoio integral até para algumas concessões a mais, desde que o barão julgasse conveniente fazê-lo em alguns itens constantes das "Instruções Reservadas" que receberia enviadas pelo ministro da guerra Jerônimo Francisco Coelho.

Basta analisar estas mesmas concessões das quais resultaria o convênio de paz de Ponche Verde para que se chegue à conclusão de que as propostas de BENTO GONÇALVES DA SILVA, menos a de uma reincorporação ao Império sob a forma confederada, com livre escolha dos sulriograndenses para seus presidentes provincias, repelidas desde o começo por Caxias, acabariam sendo aceitas, inclusive a sua maior exigência, motivo principal do fracasso de todas as tentativas anteriores, a de que o Império confirmasse as alforrias concedidas pela República Riograndense a todos os antigos escravos alistados como combatentes farroupilhas, os famosos lanceiros negros, embora com a condição de serem os mesmos transportados para o Rio de Janeiro e lá depois libertados. Foi esta concessão a que mais exacerbaria os escravocratas que viam nisto um precedente perigoso.

★

Foi assim que em 1.º de março de 1845 entraria em vigor o convênio de Ponche Verde ajustado entre o então barão de Caxias, em nome do Governo Imperial do Rio de Janeiro, e o general farroupilha David Canabarro, para tal credenciado pelo poder civil exercido por José Gomes de Vasconcelos Jardim, por seus companheiros e comandados, inclusive por BENTO GONÇALVES DA SILVA, terminando assim uma luta armada que vinha se prolongando por quase dez anos no Rio Grande do Sul. Deixava pois de existir a República Riograndense, reintegrando-se a Província definitivamente ao Império, após deste se haver separado por força das circuntâncias, embora nunca o ter sido de fato da comunidade brasileira, pois dela jamais deixara de pertencer, mesmo quando propugnara para a mesma um sistema republicano e confederado de todas as suas Províncias, o mesmo sonho dos líderes da Confederação do Equador de 1824, tanto pernambucanos, paraibanos como cearenses, sua predecessora ideológica, sonho que, como nos referimos, somente se iria concretizar 54 anos depois, em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da nossa República Federativa do Brasil.

A não ser alguns poucos farroupilhas, como o general Antônio de Sousa Neto, que se opusera e preferira emigrar para

o Uruguai, embora houvesse formalmente subscrito a ata preliminar da paz e isto apenas para beneficiar seus comandados, todos os demais acordaram em cumprir integralmente os termos do ajustado, dissolvendo os contingentes ainda em armas e sob seus comandos diretos, regressando aos respectivos lares, com seus postos hierárquicos reconhecidos pelo Império, salvo os dos generais, isto exatamente por desejo expresso manifestado pelos que haviam sido promovidos durante a vigência da República Riograndense e não por imposição de Caxias. Em Ponche Verde não houve pois nenhuma rendição incondicional e nem mesmo uma concessão expressa de anistia, como daqui e dali pretendem afirmar ainda hoje alguns historiadores menos informados, confundindo a anistia oferecida em 1843 aos que se apresentassem expontaneamente às autoridades imperiais e assim abandonassem seus companheiros ainda em armas! Poucos e muito poucos foram os que se aproveitaram daquela anistia, mesmo assim quase que apenas os que haviam sido aprisionados e enviados ao Rio de Janeiro, onde se encontravam confinados!

Pacificada a Província e empossado em sua presidência a personalidade indicada ainda em Ponche Verde pelos farroupilhas e de acordo com o então ajustado, o próprio barão de Caxias, durante a breve estada lá do imperador D. Pedro II, instou-se para que BENTO GONÇALVES DA SILVA fosse até Porto Alegre para ser pessoalmente recebido e apresentado ao jovem monarca, em dezembro de 1845, não à pedido dele e sim por sugestão de outrem, talvez de Caxias, e nem para um beija-mão protocolar como se tentou explicar e justificar este encontro com evidentes finalidades propagandísticas. O Imperador e o ex-Presidente da República Riograndense trocaram idéias sobre a situação no Prata e no Paraguai, de uma maneira respeitosa e cordial, repetindo-se este encontro depois, já sem a presença de Caxias e a conselho do ministro Almeida Torres. Às entrevistas assim iniciadas seguiram-se outras com Almeida Torres, nos aposentos particulares deste, ansioso por informações detalhadas sobre a situação no Paraguai e que então lhe teria prestado BENTO GONÇALVES DA SILVA, graças às quais o Império pode tomar medidas adequadas para conseguir neutralizar a ação lá em andamento para atrair Asunción à órbita portenha enfrentando as tendências expansionistas atribuídas ao governo argentino rozista. Mesmo assim, após haver o já conde de Caxias deixado a presidência da Província, as autoridades governamentais do Rio de Janeiro aconselharam às de Porto Alegre que não deixassem de observar e de vigiar as atividades de BENTO GONÇALVES DA SILVA, embora de maneira discreta.

Algum tempo depois fora BENTO GONÇALVES DA SILVA visitar por mais uma vez a sua terra natal, a vila de Bom Jesus

do Triunfo, onde adoeceu gravemente "de uma pleurisia". Levado "embarcado para Porto Alegre; e tendo piorado nesta cidade, foi para Pedras Brancas, e na casa que foi de seu parente e amigo, José Gomes de Vasconcelos Jardim, deu a alma a Deus, no dia 18 de junho de 1847, estando presentes sua mulher, e alguns de seus filhos, que sabendo de sua grave enfermidade, com sua mãe para ali se tinham rapidamente dirigido", como consta nos apontamentos de seu filho capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA (neto), redigidos em 1886 e a pedido pessoal de Alfredo Varela, divulgados somente em 1929 pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul" sob o título geral e pouco expressivo de "Apontamentos Biográficos de Rio Grandenses ilustres", Ano IX — n.º 36 — 4.º trimestre de 1929, páginas 515 a 524.

Sepultado inicialmente no pequeno cemitério de Pedras Brancas, a atual cidade de Guaíba, foram os seus despojos levados em fins de 1850 para a fazenda do Cristal, em Camaquã, onde faleceria a sua esposa em 30 de março de 1872 e que o sobrevivera cerca de 25 anos. Aí também, em 1883, aos 86 anos de idade, faleceria seu fiel e dedicado ordenança, Antônio Ribeiro, o corneteiro-mór do exército republicano, que sempre o acompanhara e a quem coubera a honra de dar o toque de avançar na madrugada de 20 de setembro de 1835, na ponte da Azenha, na várzea de Porto Alegre de então. Foi sepultado na mesma fazenda do Cristal, ao lado daquele a quem servira com tanta dedicação!

Da fazenda do Cristal foram os ossos de BENTO GONÇALVES DA SILVA levados pessoalmente por seu filho capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA (neto) para a cidade do Rio Grande, onde foram solenemente entregues em 20 de setembro de 1907 à comissão promotora do monumento-mausoléu que lá se estava contruindo para homenagear o líder farroupilha e em cujo pedestal repousam. Da autoria do renomado escultor português Antônio Teixeira Lopes e no centro da praça Tamandaré, este 1.º monumento erguido no Rio Grande do Sul a BENTO GONÇALVES DA SILVA se deve a uma iniciativa do então intendente municipal de Rio Grande, o dr. Juvenal Octaviano Miller, tendo também como um de seus incentivadores o já diversas vezes citado historiador gaúcho Alfredo Ferreira Rodrigues, sendo oficialmente inaugurado em 20 de setembro de 1910.

E não é por demais assinalar a curiosa coincidência desta ligação do nome do general farroupilha com o do marquês de Tamandaré, título imperial honorífico concedido por D. Pedro II ao almirante Joaquim Marques Lisboa, em memória e reconhecimento da dedicação e respeito fraterno deste ao irmão Manuel Marques Lisboa, o famoso Pitanga, também sulriograndense como ele próprio, ex-guarda marinha, veterano brasileiro da

Guerra da Independência, na Bahia, e revolucionário combatente da Confederação do Equador, em Pernambuco, morto em 2 de setembro de 1824 na defesa do povoado e porto de Tamandaré, no litoral pernambucano, contra a superioridade esmagadora das forças imperiais do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, o pai do depois duque de Caxias e irmão de João Manuel de Lima e Silva, o 1.º general farroupilha e organizador do exército da República Riograndense, em 1836, covardemente assassinado nas cercanias de São Borja, por um grupo de guerrilheiros então à serviço de partidários do Império, em 18 de agosto de 1837.

★

Uma das primeiras homenagens públicas prestadas a BENTO GONÇALVES DA SILVA devemos ao coronel Manuel Antônio Pires, então comandante do 1.º Batalhão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, antes mesmo da proclamação da República Federativa brasileira e na vigência ainda da nossa monarquia imperial bragantina. Na então vila do Triunfo, de onde o coronel era natural também, por iniciativa sua e inteiramente à sua custa e para comemorar a passagem do 1.º centenário do nascimento do líder farroupilha e, ao mesmo tempo, festejar a data magna daquele movimento republicano-federativo, inaugurar-se-ia em 20 de setembro de 1889, no frontespício da antiga casa, o prédio n.º 7 da praça Marechal Deodoro, então ainda do Mercado, já mencionada, uma placa de bronze com os seguintes dizeres: "Homenagem prestada ao general Bento Gonçalves da Silva, chefe da República Rio-Grandense, nascido nesta casa a 23 de setembro de 1788".

Antes dele somente um dos líderes farroupilhas, o mineiro Domingos José de Almeida, conhecido como o "cérebro da revolução" de 1835 e um dos que mais influiram para a proclamação da República Riograndense em 11 de setembro de 1836 pelo então coronel Antônio de Sousa Neto, merecera a homenagem de um marco comemorativo, levantado em 1885 por um grupo de republicanos de Pelotas, onde ele se radicara e constituira família. Amigo e confidente do general farroupilha João Manuel de Lima e Silva, o já citado tio paterno do duque de Caxias, tudo sacrificara pelo ideal que abraçara como adepto ferrenho da Inconfidência Mineira. De grande e abastado proprietário e industrial próximo à atual cidade de Pelotas acabaria pobre e arruinado nos últimos anos de sua vida. O marco, um obelisco singelo de 8 metros de altura, foi erguido no então povoado de Areias, Pelotas, e no local onde existira a sua antiga mansão. A ele Pelotas muito deve e Uruguaiana a sua fundação em 1842. Nesta cidade, em 26 de maio de 1976, inaugurar-se-ia um monumento de dez

metros de altura a ele consagrado como fundador de Uruguaiana, sua estátua de bronze e corpo inteiro e da autoria de Acário Carvalho.

No mesmo ano da inauguração do monumento-mausoléo em Rio Grande, ao criar-se em 11 de outubro de 1910 um novo município em torno da antiga Colônia Dona Isabel, recém-emancipada, na denominação região colonial italiana do Rio Grande do Sul, à nova comuna seria dado o toponímico de BENTO GONÇALVES, bem como à sua séde, atualmente um dos mais importantes centros da produção vinícola sulina. Homenagem idêntica somente havia sido prestada a outro farroupilha, mas intimamente ligado às lutas pela unificação da Itália, a Giuseppe Garibaldi, isto já dez anos antes, em 31 de outubro de 1900, quando se dera o toponímico Garibaldi a então elevada à categoria de vila-séde do município de igual nome, constituído da antiga Colônia Conde d'Eu, na mesma região.

Embora exaltados e cantados em prosa e verso por muitos poetas, romancistas, cronistas e historiadores sulriograndenses da época anterior à Revolução Nacional de 1930, continuaram os líderes farroupilhas pouco lembrados para merecerem homenagens em monumentos, pois Garibaldi, a quem se erguera um associado à sua companheira Anita, numa praça homônima de Porto Alegre, fora apenas comandante da esquadrilha farroupilha e não um de seus líderes. É verdade que se deram a quase todos, inclusive a BENTO GONÇALVES DA SILVA, outras homenagens, como as denominações de ruas e logradouros públicos em muitas cidades do Rio Grande do Sul, inclusive em sua capital.

Além dos anteriormente mencionados, somente seria lembrado o "médico" e estancieiro José Gomes de Vasconcelos Jardim, o amigo e parente de BENTO GONÇALVES DA SILVA e em cuja mansão este falecera em 1847, em Pedras Brancas, a atual cidade de Guaiba, defronte de Porto Alegre e à cujo município pertencera antes de ser do mesmo desmembrado e criado município autônomo. Em 1920, na praça da hoje cidade e defronte do tradicional e histórico cipreste, ao pé do qual os chefes farroupilhas prepararam e planejaram o início do movimento de 1835, erguer-se-ia uma herma a Gomes Jardim, com um busto seu da autoria do escultor Luís Sanguin e a seguinte inscrição: "À memoria de José Gomes de Vasconcelos Jardim — Presidente da República Rio-Grandense, o povo e o Município de Porto Alegre. 1835 - 1920". Na base do pedestal, se encontram também os seus restos mortais, com a lápide do primitivo túmulo de pedra grés e a inscrição esculpida de "Aqui jaz o caritativo Pai dos pobres, José Gomes D'Vasconcellos Jardim. N. a 8 de Março D'1774. F. a 7 D'Abril de 1854" (sic).

Na sua antiga moradia, não muito longe da matriz de Guaiba e reproduzida num quadro a óleo existente no Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, da autoria do artista italiano Vicente Gervasio, do Atelier Calegari, e no quarto onde ele faleceu em 1854, existia uma placa de bronze colocada em 1921 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e com os seguintes dizeres: "Nesse compartimento exalou o último suspiro José Gomes de Vasconcelos Jardim, 1.º presidente da República Rio-Grandense". Mas esta placa, segundo o médico dr. Gastão Leão, filho do antigo proprietário do prédio então já em ruinas, foi destruida quando de um trabalho de limpeza, quando caiu e se partiu em vários pedaços. Não foi restaurada e nem reposta.

Tempos depois, por ato do Governo do Estado, dar-se-ia a denominação de REGIMENTO BENTO GONÇALVES à unidade de elite da tradicional Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a sua Polícia Militar, unidade criada em 1916 para escoltar o governador e encarregada da guarda da séde do Governo, o atual Palácio Piratini, em Porto Alegre.

E apesar do que constava na primeira constituição republicana do Estado, a castilhista promulgada em 14 de julho de 1891, revogada somente após a Revolução de 1930, nunca se dera execução àquele artigo que mandava erigir sobre o solo sulriograndense um monumento consagrado aos heróis da cruzada farroupilha. Este artigo, o 8.º das disposições transitórias de então, resultara da aprovação de uma proposição do dr. Fernando Luís Osório (pai) e para que o monumento servisse "como um altar sagrado, diante do qual "irão ajoelhar-se: — o patriota sincero e respeitoso, o republicano convicto — os descendentes dos Farrapos que legaram exemplos de bravura e heroicidade, ensinando a amar a terra natal e a sofrer por ela", onde "irão também descobrir-se, instigados por justo acatamento, os filhos dos legalistas, que tiveram a fortuna de ouvir os seus pais falarem com reverência das grandiosas façanhas daqueles que dormem o perpétuo sono da glória no solo em que batalharam corajosamente".

Ainda em 1930, em seu livro "Rio Grande do Sul — A terra, o homem e o trabalho", editado no Rio de Janeiro, Souza Brandão lamentava a ausência de um monumento a BENTO GONÇALVES DA SILVA em Porto Alegre, ao relacionar e descrever os então lá existentes e referir-se ao do tenente-general Manuel Marques de Sousa, o conde de Porto Alegre, de corpo inteiro e esculpido em mármore e localizado na antiga praça do Portão, hoje a mutilada de seu título honorífico imperial, assim se manifestara a página 185: "Manuel Marques e Bento Gonçalves deviam estar na mesma praça, mas olhando em sentidos opostos, aquele voltado para as bandas do crespúsculo, e este para as do diluculo; porque o Conde é o homem dos brasões, mas mereceu a glorificação por

ser soldado destemido e disciplinado, e Bento Gonçalves por ser o paladino do regime liberal em sua pátria, deve merecer o culto dos brasileiros".

Em 1935, em plena comemoração do 1.º centenário do início da Revolução Farroupilha e às ante-vesperas da inauguração do monumento equestre a BENTO GONÇALVES DA SILVA em Porto Alegre, — a respeito do qual nos referiremos mais adiante, — o filho homônimo do anteriormente citado, o dr. Fernando Luís Osório 2.º, exaltando "os supremos objetivos da jornada de 1835", num estudo divulgado sob o mesmo título pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", 3.º trimestre de 1935, lamentava não se ter cogitado ainda de um Panteon à todos os heróis farroupilhas, proclamando que "é preciso que se dê fiel cumprimento ao artigo da Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891", de 44 anos atrás. Mesmo assim, apesar de algumas tentativas que não passaram de meros planejamentos, até hoje a idéia não foi executada no Rio Grande do Sul, ao contrário do que foi feito em São Paulo, onde o obelisco-mausoléu erguido no centro do parque do Ubirapuera assinala o respeito de todos os paulistas e demais brasileiros pelos heróis da Revolução Constitucionalista de 1932!

★

Apesar do material subsidiário reunido e divulgado pelos dois maiores pesquisadores sulriograndenses sobre o ciclo farroupilha, os já diversas vezes mencionados Alfredo Ferreira Rodrigues e Alfredo Varela, somente em 1932 é que apareceria em forma de livro uma biografia de BENTO GONÇALVES DA SILVA, da autoria do historiador Herberto Canabarro Reichhardt, intitulado de "Bento Gonçalves" e editado naquele ano pela Livraria do Globo, em Porto Alegre. Trata-se de um trabalho apresentado no ano anterior ao 2.º Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aceito e aprovado pela respectiva comissão julgadora e com parecer firmado por Rodrigo Octávio Filho, como seu relator. Até então o que existia constava apenas de apontamentos e notícias biográficas mais ou menos restritas, entre as quais se destacara como a mais substanciosa pelo conteudo, os apontamentos já citados, da autoria de seu filho capitão JOAQUIM GONÇALVES DA SILVA (Neto), escritos em 1886 e a pedido de Alfredo Varela, divulgados, também como já foi mencionado, em 1929 pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", sob o título de "Apontamentos Biográficos de Riograndense ilustres", às páginas 515 a 524, em seu n.º 36, do 4.º trimestre daquele ano.

Das biografias resumidas e incluídas com outras em coletâneas, podemos destacar a da autoria do historiador e romancista sulriograndense dr. Othelo Rosa, incluída em "Vultos da Epopéia Farroupilha", editado em 1935, pela Livraria do Globo, Porto Alegre; a do general Antônio da Rocha Almeida, também sulriograndense, no 1.º volume de "Vultos da Pátria", páginas 21 a 27, de 1961, da mesma editora, uma das mais atualizadas e completas divulgadas até hoje; a de Américo Palma incluída de maneira destacada em "Soldados e Marinheiros do Brasil", páginas 83 a 87, edição da Bibliotéca do Exército, Rio de Janeiro 1962, exaltando BENTO GONÇALVES DA SILVA ao lado de nossos grandes chefes militares e navais, citando também David Canabarro, mas esquecendo lamentavelmente o nome de Bento Manuel Ribeiro. Mais recentemente, em agosto de 1969, não no Rio Grande do Sul e sim em São Paulo, graças a uma iniciativa de Victor Civita e sob a supervisão do Prof. Sérgio Buarque de Holanda, distribuiria a Editora Abril Cultural S. A. uma nova e resumida biografia do líder farroupilha, incluída na série intitulada "Grandes Vultos da nossa História", fasciculo n.º 16, 2.º volume e correspondente às páginas 397 a 512 do seu conjunto, profusamente ilustrado em seu texto, em cores e em preto e branco. Neste resumo dedicado a BENTO GONÇALVES DA SILVA e com uma reprodução em cores do único retrato fidedígno seu existente, o mesmo que fora doado ao Museu Histórico Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, por um de seus descendentes, o dr. Dario Crespo, ex-deputado sulriograndense, procurou-se fazer justiça e pela primeira vez em âmbito nacional à personalidade do líder farroupilha, ressaltando condignamente os seus ideais republicano-federativos e com imparcialidade, de acordo com o que a seu respeito conhecemos através das pesquisas dos tempos mais recentes. Os seus ligeiros senões foram corrigidos por indicação nossa pessoal aos editores e para a sua 2.ª edição, a de 1972, em regra sobre episódios anteriores a 1835. O autor deste resumo biográfico, cujo nome infelizmente não consta citado no referido fascículo, inequivocamente um historiador sulriograndense conhecedor profundo do período pesquisado e que vai desde as lutas contra Artigas até ao término da chamada Guerra dos Farrapos, teve a preocupação de fugir ao máximo do emaranhado das questíunculas polêmicas regionais e pessoais que haviam agitado sobremodo o plenário no decorrer dos congressos de história organizados em Porto Alegre, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, comemorativos do 1.º centenário farroupilha em 1935 e da paz de Ponche Verde em 1845, entre os que negavam e admitiam idéias republicano-federativas da parte de BENTO GONÇALVES DA SILVA desde antes de 20 de setembro de 1835!

★

A respeito das brilhantes comemorações do 1.º centenário do início do movimento republicano-federativo farroupilha no Rio Grande do Sul e com ampla repercussão em todo o Brasil, o que merece ser lembrado é que já naquela ocasião o então presidente constitucional dr. Getúlio Vargas vinha cogitando seriamente em dissolver novamente o nosso Congresso Nacional e todas as Assembléias Legislativas estaduais, idéia que se concretizaria cerca de 2 anos depois, em 10 de novembro de 1937, com o golpe de estado que implantaria no Brasil e chamado Estado Novo. É público e notório que quando manifestara pessoalmente estas intenções suas em Porto Alegre ao então governador do Rio Grande do Sul, o general José Antônio Flores da Cunha, este se declarara contrário à idéia, com o que, a partir daí, começariam a se deteriorar as relações antes amistosas e cordiais entre ambos!

No decorrer destas comemorações inaugurar-se-ia na cidade do Triunfo, berço de BENTO GONÇALVES DA SILVA, uma herma com o busto de seu filho mais ilustre, modesta mas bem significativa, na praça fronteira à casa que tivera a honra de vê-lo nascer em 1788, onde a mesma ainda se encontra.

Em Porto Alegre, quando do encerramento da Exposição Farroupilha, em 15 de janeiro de 1936, e defronte ao seu pórtico principal, no centro do Campo da Redenção, a antiga Várzea e atual Parque Farroupilha, em lugar de destaque pois, inaugurar-se-ia também o monumento equestre a BENTO GONÇALVES DA SILVA, o mesmo que hoje se encontra nas proximidades da ponte da Azenha e diante do edifício do Comando Geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, sua Polícia Militar. Da autoria do renomado escultor sulriograndense Antônio Caringi, tal como o laçador gaúcho que constitui hoje o símbolo turístico sulino, fora mandado erguer sob os auspícios do então prefeito, o major Alberto Bins, e tivera como orador oficial na solenidade da inauguração o então dep. Dario Crespo, um dos descendentes diretos e por linha feminina do líder farroupilha. No respectivo pedestal achava-se a inscrição destacada "BENTO GONÇALVES — 1835", bem como "Homenagem da Prefeitura aos heróis de 1835, sendo governador José Antônio Flôres da Cunha e prefeito de Porto Alegre, o major Alberto Bins, e obra do escultor riograndense Antônio Caringi — 20-09-1935", e em sua parte posterior, "A guarnição do encouraçado Rio Grande do Sul ao povo Gaúcho, simbolizado no seu grande herói farroupilha — Porto Alegre 20-9-935" e "Aos heróis farroupilhas, homenagem da aviação naval 20-9-1835 — 20-9-1935".

Nenhum destes dizeres constam do novo pedestal ao monu-

mento próximo à ponte da Azenha. Foram tirados e substituídos pelas novas inscrições propostas pelos que promoveram a transladação, à pretexto de que no novo local é que se assinalara o primeiro choque em armas entre os farroupilhas e os legalistas imperiais na madrugada de 20 de setembro de 1835, Assim, logo abaixo do nome BENTO GONÇALVES e dos milésimos 1835 e 1935, transcreveram em bronze palavras textuais do homenageado, tiradas de um de seus manifestos de então: "Compatriotas! O nome da Pátria nunca soou em vão aos meus ouvidos!". Apagadas foram pois quaisquer referências aos chamados "heróis farroupilhas"!

Mas, o motivo verdadeiro desta transferência para um outro local, menos em destaque, fora a idéia de substituir o monumento equestre de BENTO GONÇALVES DA SILVA por um em memória do duque de Caxias, "o pacificador de 1845", cuja pedra fundamental chegou a ser lançada solenemente em 1.º de maio de 1945 durante as comemorações do 1.º centenário da paz firmada em Ponche Verde, estas ainda na vigência plena do Estado Novo, mas que até hoje, tal como no caso de um planejado Panteon, ainda aguarda pela concretização material da idéia!

Quando da inauguração do monumento equestre citado não houve nenhuma objeção ainda quanto à sua localização, embora já então começasse a se mostrar bastante ativo o grupo que depois promoveria a sua substituição por um monumento equivalente do duque de Caxias, o mesmo grupo que, após a implantação do Estado Novo, dois anos após, se iria aproveitar de todas as oportunidades para diluir o conceito farroupilha então existente, como que procurando apagá-lo da memória nas novas gerações e também substituí-lo de acordo com uma historiografia oficial adequada à situação imposta pelo golpe de estado de 10 de novembro de 1937, após o afastamento de Flores da Cunha do Governo estadual e a decretação da intervenção federal no Rio Grande do Sul por Getúlio Vargas.

Este grupo, liderado pelo depois general Emílio Fernandes de Sousa Docca e em verdade constituído de historiadores operosos e inequivocamente empolgados pelos respectivos pontos de vista, já tentara envolver o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul numa discussão em torno de uma proposta para a emissão de selos comemorativos do 1.º Centenário do 20 de setembro de 1835, procurando dar maior destaque à atuação do então barão de Caxias e dos que enfrentaram o movimento farroupilha que a BENTO GONÇALVES DA SILVA e seus companheiros. E se não fosse o protesto veemente e algo sarcástico de Alfredo Varela, transcrito em sua íntegra às páginas 292 a 294 de sua coletânea polêmica editada em Lisboa ainda em 1935 sob o título de "Res Avíta", a chamada "série farroupilha" emi-

tida pelos nossos correios federais talvez tivesse sido bem outra. Nesta série, impressa pelas oficinas gráficas da Livraria do Globo, em Porto Alegre, aparecem apenas os retratos de BENTO GONÇALVES DA SILVA e do duque de Caxias, excluídos os de todos os demais constantes da proposta inicial.

Em conexão com o 1.º Congresso de História e Geografia comemorativo do 1.º Centenário Farroupilha, realizado então em outubro de 1935 em Porto Alegre e sob os auspícios do Governo do Estado e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, este mandou cunhar uma medalha reproduzindo o conhecido retrato de BENTO GONÇALVES DA SILVA e as armas da então República Rio-Grandense, as mesmas adotadas em 1891 como estaduais e algo diferentes das atualmente oficializadas, após a exclusão de alguns dos adornos externos e que não existiam no desenho considerado como o oficial de após 1836. São as que constam nos anexos, com os respectivos desenhos heráldicos e módulos, da lei n.º 5.213, de 5 de janeiro de 1966, dispondo sobre os símbolos estaduais, forma e apresentação.

Quase todos os principais órgãos da imprensa brasileira participaram das comemorações daquele 1.º Centenário Farroupilha, inclusive com referências nominais a BENTO GONÇALVES DA SILVA, embora nem sempre com o devido destaque. Em Porto Alegre o "Correio do Povo" publicou um suplemento especial com o material pessoalmente selecionado pelo dr. Eduardo Duarte, o então operoso e seríssimo secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que assim procurou homenagear o chefe do movimento farroupilha e seus principais companheiros de uma maneira discreta mas sem preocupações polêmicas.

É possível que, além da habilidade como se houvera o presidente do mesmo Instituto, o dr. Adroaldo Mesquita da Costa, se deva também ao dr. Eduardo Duarte, não se terem defrontado de maneira menos respeitosa os participantes do citado Congresso de História e Geografia em suas polêmicas já então, em outubro de 1935. Mesmo assim se notaria como que um silêncio quase sistemático em relação à pessoa e os feitos de BENTO GONÇALVES DA SILVA. Bastará folhear os "Anais" deste Congresso comemorativo ou passar os olhos pelo respectivo relatório-resumo publicado na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", 4.º trimestre de 1935, às páginas 163 a 189, para comprovar o que afirmamos aqui. Encontram-se neste relatório-resumo apenas três referências nominais à pessoa de BENTO GONÇALVES DA SILVA, duas à página 169 e uma à página 184. A primeira assinala que "foi aspiração dos nossos maiores, obedientes à direção de Bento Gonçalves da Silva, de Antônio de Sousa Neto, de Gomes Jardim e Domingos de Almeida,

implantar no país a República sob a larga base da Federação, e para isso conseguir começaram eles por proclamar a República de Piratiní"; a segunda citando o esforço "de Canabarro Reichhardt no magnífico livro sobre Bento Gonçalves; a terceira e última, lembrando que Triunfo, "o berço do imortal Bento Gonçalves, erigiu em sua praça principal um expressivo monumento em honra do valoroso presidente da República de Piratiní".

Entre as 32 teses apresentadas ao 1.º Congresso acima referido, das quais apenas 12 tratando especificamente do movimento farroupilha, em nenhuma delas encontramos BENTO GONÇALVES DA SILVA como motivação principal para os assuntos expostos pelos respectivos autores. Em nenhum dos títulos dados para essas 12 teses aparece o nome do líder inconteste do movimento iniciado em 1835, nem mesmo indiretamente. Foi pois preterido, embora talvez não intencionalmente!

Convidado para participar dos trabalhos preparatórios do Congresso, Alfredo Varela esquivou-se, alegando não apenas motivos de saúde, como também discordar do que soubera ser a orientação pretendida dar ao mesmo pelos opositores declarados aos seus pontos de vista essenciais. Fora a sua ausência neste conclave em outubro de 1935 que evitara se transformasse o mesmo num cenário pouco cordial e até bastante tumultuado, já que suas idéias quanto à existência de preocupações republicano-federativas entre os líderes do movimento farroupilha anteriores ao seu deflagar em 1835, alguns deles influenciados direta ou indiretamente pelos acontecimentos no Prata, admitindo-se já então o recurso extremo a uma separação político-administrativa do Império, vinham encontrando certa repulsa, notadamente da parte do então tenente-coronel Emílio Fernandes de Sousa Docca e de diversos outros membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Fora o que sobre este aspecto Sousa Docca e elementos que a ele se agregaram para minimizar aqueles conceitos, criticando acerbamento e em seu todo os 6 volumes da sua "História da Grande Revolução", publicada em 1934 às expensas do Governo do Estado pela Livraria do Globo em Porto Alegre, os verdadeiros motivos do não comparecimento pessoal de Alfredo Varela ao conclave. Resultou daí uma polêmica bastante violenta entre ele e Sousa Docca pela imprensa do Rio de Janeiro e sobre a qual aquele divulgaria o bastante na já citada coletânea "Res Avíta", pelo que se pode ter uma idéia de como a mesma fora conduzida de parte a parte e num tom cada vez mais agressivo e irreverente. Bento Manuel Ribeiro não foi estranho às causas remotas destas divergências entre Alfredo Varela, admirador apaixonado de BENTO GONÇALVES DA SILVA, e Sousa Docca, o maior panegirista do "gaúcho de Sorocaba"!

Mas, o que não se compreende é o fato de Alfredo Ferreira

Rodrigues ter sido olvidado pela comissão promotora e coordenadora daquele Congresso. Seus méritos incontestes como iniciador da cata de documentos sobre o ciclo farroupilha, um enorme acervo que em 1922 entregara pessoalmente ao Arquivo Histórico do Estado, muitos deles analisados e divulgados pelos 30 volumes do seu substancioso "Almanaque do Rio Grande do Sul", entre 1888 e 1917, e como patrono das idéias depois também adotadas por Sousa Docca e seus seguidores, negando a existência de tendências anti-monárquicas e republicano-federativas em BENTO GONÇALVES DA SILVA, tanto antes como até mesmo durante o decênio farroupilha, nem sequer foram lembrados pelos opositores sistemáticos de Alfredo Varela.

Referindo-se a este esquecimento como um ato lamentável, Mozart Victor Russomano também não o pode compreender, segundo o que expos numa pequena biografia, "A vida silenciosa de Alfredo Ferreira Rodrigues", publicada em "Província de São Pedro", n.º 18 — 1953, páginas 47 a 58, e n.º 19 — 1954, páginas 53 a 62, de Porto Alegre, Editora Globo, biografia que concluiu com a seguinte afirmativa: "Esse escritor, que não poupou esforços vigilantes na guarda das tradições riograndenses e que sempre esteve disposto a combater em defesa dos acusados e em defesa dos esquecidos; esse escritor que foi, em sua época, o melhor analista do levante farroupilha, sofreu, quando ainda em vida, por ocasião dos festejos comemorativos do 1.º Centenário da Revolução, enorme injustiça. Em todo o Rio Grande do Sul, durante vários dias, incessantemente, repetiram-se coisas que Rodrigues descobrira e contaram-se fatos que ele conhecera em primeira mão. Ninguém, no entanto, se lembrou de lhe prestar a merecida homenagem. O historiador da Revolução foi de todos esquecido, exatamente no momento em que se festejavam aquele evento histórico, através das verdades que, em grande parte, ele próprio oferecera à crítica dos doutos e ao conhecimento do povo. Tão profundo foi o silêncio que pesou sobre os últimos anos de Alfredo Ferreira Rodrigues que ele provou a morte em vida. Gustavo Barroso, escrevendo sobre os homens de 35, pela imprensa carioca, nos festejos do Centenário, evocou o trabalho de Rodrigues e lastima a sua ausência — a ausência da morte — naquelas comemorações, que se realizaram, na verdade, sete anos antes de seu falecimento", ocorrido somente em 1942.

★

As agitações políticas e sociais que se seguiram à criação da chamada Aliança Libertadora Nacional, de inspiração comuno-marxista e promotora da intentona comunista de novembro do mesmo ano de 1935, tanto no Rio de Janeiro como no Nordeste,

preanunciando uma campanha sucessoria agitada, fizeram esquecer aquelas primeiras escaramuças surgidas no decorrer das comemorações do 1.º Centenário Farroupilha em Porto Alegre. Rompendo ostensivamente com seu antigo companheiro de 1930, o então presidente constitucional Getúlio Vargas, e assumindo no Rio Grande do Sul a coordenação da campanha em favor do candidato paulista à sucessão, a do dr. Armando Sales de Oliveira, dando a este grandes possibilidades de vitória nas eleições anunciadas, iniciara também Flores da Cunha uma série de preparativos para fazer frente a um possível golpe de estado. Decretado o estado de guerra pelo governo federal e à pretexto de combater uma nova intentona comunista de acordo com o pretenso "Plano Cohen", ver-se-ia Flores da Cunha suplantado, traido e abandonado até por elementos de maior prestígio da sua Brigada Militar. Obrigado assim a renunciar ao governo estadual para evitar uma guerra civil desastrosa e quase inútil, exilou-se no Uruguai, sendo substituido pelo general Manuel de Cerqueira Dalto Filho, o comandante da então 3.ª Região Militar em Porto Alegre, nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul por Getúlio Vargas. Pouco depois, um golpe de estado punha em prática o que o próprio Getúlio Vargas já havia manifestado ser a sua intenção durante as comemorações farroupilhas de dois anos atrás, inaugurando assim, a partir de 10 de novembro de 1937, o regime conhecido como o do Estado Novo.

Voltava-se assim ao regime unitário dos tempos do Império e com a permanência de Getúlio Vargas no poder por cerca de mais 8 anos, até novembro de 1945 e sem que se desse cumprimento sequer à nova constituição então imposta ao país e desde logo suspensa parcialmente em todos os seus dispositivos que mais se poderiam aproximá-la às das democracias ocidentais. Suspendera-se como inconveniente à segurança interna a recém-promulgada Constituição Federal de 1934 e todas as demais promulgadas nos Estados, bem como as cartas orgânicas nos municípios. Os Estados passaram a ser administrados por interventores livremente nomeados por Getúlio Vargas, tal como após a vitória da Revolução de 1930; aboliram-se as bandeiras, as armas e os hinos estaduais como atentatorios à unidade nacional, inclusive a farroupilha restaurada em 1891 no Rio Grande do Sul, etc. etc. Fez-se silêncio quase total em torno de BENTO GONÇALVES DA SILVA e de todos os seus companheiros, taxando-se novamente como "subversivos" e "separatistas" todos os movimentos republicano-federativos de antes de 15 de novembro de 1889 e até mesmo o de 1932, a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Estabelecer-se-ia uma espécie de censura até mesmo para os temas relacionados com o nosso passado e que pudessem, direta ou indiretamente, colidir com os preceitos estadonovistas!

Já nos referimos no Preâmbulo ao nosso ensaio de história militar sulamericana sobre a "Campanha de Ituzaingô", à página 24, — obra premiada em 1956 pela Bibliotéca do Exército com uma Menção Honrosa, mas publicada somente em fins de 1961 pela respectiva editora, — quanto às conseqüências do verdadeiro "dirigismo mental" imposto pelo Estado Novo getuliano de 1937, durante o qual "arrancaram-se páginas de nossa História, silenciando publicistas brasileiros de acordo com diretrizes oficiais impostas por alguns sobre a totalidade de nossos investigadores históricos e sociais. Historiadores houve que depois de 1937 passaram a acertar seus passos segundo tais esquemas da historiografia oficial, escrevendo e doutrinando sobre episódios do nosso passado de maneira diametralmente diversa de suas próprias manifestações pessoais anteriores, contrariando e renegando publicamente tudo ou quase tudo o que antes haviam manifestado e escrito entusiástica e livremente, com as suas próprias assinaturas e durante diversas decadas... Também é verdade que a grande maioria dos nossos investigadores históricos, no entanto, preferiu retrair-se a aceitar a imposição de tal sistema de historiografia oficial".

Não podemos e nem devemos, no entanto, à bem da verdade e da justiça, incluir o nome do já muitas vezes citado general Emílio Fernandes de Sousa Docca em nenhuma das categorias destes investigadores da nossa História, já que sempre se manteve coerente com as suas apreciações manifestadas com entusiasmo e patriotismo desde antes de se empenhar naquela acirrada polêmica com Alfredo Varela, não aceitando como válidas as conclusões deste quanto à influência preponderante platina no levedar das aspirações republicano-federativas entre os farroupilhas e em torno da pre-existência de idéias favoráveis à separação da província da comunidade monárquica imperial bragantina anteriores a 1836. Conhecedor profundo dos acontecimentos relacionados com a 3.ª Guerra Cisplatina, a de 1825 a 1828, tal como fora seu companheiro de idéias, o general Francisco de Paula Cidade, a ele e também a este devemos muito na elaboração dos manuscritos originais de nosso já mencionado ensaio sobre a "Campanha de Ituzaingô". Os esforços de Sousa Docca para uma reformulação da História do Rio Grande do Sul têm que ser reconhecidos e aceitos por todos como subsídios de valor, mesmo quando se fizerem, como é o nosso caso pessoal, algumas restrições à maneira como ele procurou expor certos episódios. Algumas das suas refutações polêmicas a Alfredo Varela nunca deixaram de apresentar aspectos positivos, daqui e dali admitidos também por nós e até mesmo pelos mais intransigentes admiradores de BENTO GONÇALVES DA SILVA de então, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul!

★

O marasmo histórico que durante o Estado Novo vinha provocando um desinteresse cada vez maior e prejudicial aos trabalhos de investigação do nosso passado, inclusive no Rio Grande do Sul, pelos acontecimentos do ciclo farroupilha, somente a partir de 1944 é que começaria a ser dominado, graças à reação iniciada dentro do próprio Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por diversos de seus confrades da velha guarda, entre os quais se iriam sobressair Othelo Rosa e Marino Josetti de Almeida, apoiados pelo dr. Eduardo Duarte, o secretário daquele sodalício. Com estes se esboçaria a primeira investida direta, tanto à "historiografia oficial" estadonovista, como à atuação de alguns dos que haviam adotado as idéias de Sousa Docca e que se vinham constituindo em verdadeiros "donos da História sulina"!

Assim, já em 23 de setembro de 1944 se voltaram as atenções do Instituto novamente para uma homenagem à personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA e à pretexto do transcurso do 156.º aniversário do seu nascimento. Naquela data promoveria o Instituto uma reunião extraordinária na cidade do Triunfo, pela manhã na própria casa em que nasceu o chefe republicano do movimento de 1835 e, à tarde, no teatro local, uma conferência de exaltação ao homenageado e para o que se haviam concentrado em Triunfo professores e alunos das escolas públicas locais, de São Jerônimo, de Volta do Barreto e de General Câmara. O resumo destas homenagens consta às páginas 22 e 23 do I volume dos "Anais do 4.º Congresso de História e Geografia Comemorativo do 1.º Centenário da Paz de Ponche Verde.

Neste 4.º Congresso, realizado em fevereiro de 1945, em Porto Alegre, e ainda na vigência do Estado Novo, apesar dos esforços de Sousa Docca e de seus seguidores, conseguiria Othelo Rosa impor-se contra os conceitos restritivos às afirmações sobre o republicanismo de BENTO GONÇALVES e de seus companheiros de 1835, repelindo a tese apresentada pelo prof. Walter Spalding, "Foram os chefes farroupilhas republicanos antes do Seival?", e aprovando as de Othelo Rosa, "Causas da revolução farroupilha", e de Luiz Alves de Oliveira Belo, "Caxias e a pacificação".

A tese do prof. Walter Spalding tivera parecer favorável de seu relator, o general Sousa Docca, e a de Oliveira Belo, restrições ao republicananismo de BENTO GONÇALVES DA SILVA anterior a 1835, da parte do mesmo relator, conforme se poderá verificar nos "Anais", às páginas 850 a 852, volume II, e às páginas 364 a 367, volume I, respectivamente. As mesmas restrições fizera

Olyntho Sanmartin em seu voto vencido à tese acima citada, a da autoria de Othelo Rosa, às páginas 811 a 813, II volume.

Às páginas 106 e 109 do I volume dos "Anais", no texto da ata da 122.º sessão do Congresso, menciona-se como tendo sido para Othelo Rosa, "o ponto crucial do 4.º Congresso" exatamente a discussão em torno do republicanismo de BENTO GONÇALVES DA SILVA "antes da proclamação da República de Piratiní", reconhecido e aceito na ocasião pelo plenário, por nove votos contra sete. O mesmo republicanismo de BENTO GONÇALVES DA SILVA, durante a discussão da tese de Oliveira Belo, segundo a página 113 do volume I dos "Anais", também acabou sendo aceita, da mesma maneira como seria reconhecido ao se recusar aprovação à tese do prof. Walter Spalding, como consta à página 114 do mesmo volume. No entanto, houve por bem a direção deste Congresso mandar publicar em seus "Anais" todas estas teses com os respectivos pareceres das comissões, já que as objeções somente se haviam referido a esta ou aquela opinião em torno do republicanismo do líder farroupilha e no que, ao nosso ver, fez muito bem, pois assim serviriam de valiosos subsídios para aqueles que depois pretendessem esmiuçar tal pormenor importante, sem nenhuma dúvida.

Virgílio Corrêa Filho, representando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no 4.º Congresso, em seu relatório publicado às páginas 27 a 31 do I volume dos "Anais", refere-se especificamente ao general Emílio Fernandes de Sousa Docca como chefe de "uma das alas em que doutrinariamente se dividiu o Congresso, ao examinar os feitos e opinião do 1.º Presidente da República Rio-Grandense", o general BENTO GONÇALVES DA SILVA. "De outro lado, com o fervor de convicções arraigadas, acaso resultantes do seu comunicativo sentimentalismo, opinava Othelo Rosa que Bento Gonçalves não se fizera republicano depois do levante de 20 de setembro. Já o era, desde antes, decidido a implantar o novo regime em sua província. Apenas aguardava a ocasião para não mais dissimular as suas verdadeiras intenções. E a propósito, dava expansão à espontânea eloqüência enaltecedora dos farroupilhas, mas que tanto encantou à assistência. Opostamente, Sousa Docca, bem que reconhecesse as atividades dos propagandistas da República em Porto Alegre, não incluia nessa minoria o chefe ostensivo da insurreição farroupilha, que só mais tarde seria levado a desfraldar a bandeira republicana".

Assim, embora Virgílio Corrêa Filho não dissimulasse em seu relatório aceitar os pontos de vista do general Sousa Docca, — seu confrade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, — afirmaria textualmente ter sido BENTO GONÇALVES DA SILVA "a figura mais impressionante, pela galhardia de sua individualidade, pela fama de sua bravura, conquistada

nos entreveros fronteiriços, pelo sacrifício do aprisionamento em conseqüência do revês de Fanfa, pela generosidade insopitável de gestos, ainda quando redundasse em desvantagem tática. Até na atualidade, o seu vulto de lidador destemeroso sobressái, como evidenciaram as discussões a que proporcionou assunto sobejo para assinalar a valia do Congresso, se outros temas, explanados a primor, não lhe evidenciasse o êxito".

Se durante este Congresso não se chegou a exaltar de maneira preponderante a atuação e a personalidade do então barão de Caxias, o foi somente porque nada ou quase nada havia mais a acrescentar ao que já constituira consenso generalizado sobre os seus méritos de chefe militar e político. À sua compreensão e ao seu patriotismo devemos a maneira como se preparou o convênio de 28 de fevereiro de 1845, concluido em Ponche Verde, onde se reconhecera de fato a existência de uma beligerância entre o Império e a República Riograndense, a dos farroupilhas, tratando a estes como de representantes de potência para potência e aceitando quase integralmente as contra-propostas de pacificação apresentadas por seus chefes através de Antônio Vicente da Fontoura e do general David Canabarro, apesar da oposição declarada do ministério então no poder, no Rio de Janeiro, mas cumprindo assim o seu dever de brasileiro perante o seu Imperador D. Pedro II e perante a História! E assim, no obelisco comemorativo inaugurado em 3 de março de 1945 e também por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na coxilha de Ponche Verde, no município de D. Pedrito, de granito e de forma monolítica, lavrar-se-iam por este motivo as armas nacionais e imperiais brasileiras e o escudo da República de Piratiní, com as datas de "20 de setembro de 1835" e de "1.º de março de 1845" nas faces, bem como a inscrição: "Nestes campos de Ponche Verde, em primeiro de março de 1845, os defensores do Império e os republicanos de Piratiní asseguraram a unidade nacional, com a pacificação do Rio Grande do Sul".

No entanto, além do monumento projetado em honra do duque de Caxias em Porto Alegre e cuja pedra fundamental chegou a ser lançada para substituir, no local, o monumento eqüestre a BENTO GONÇALVES DA SILVA, aguarda também até hoje a concretização da proposta apresentada durante o Congresso, iniciativa de Renato B. Rodrigues Pereira, Virgílio Corrêa Filho e Jorge Zarur, para que se fizesse "uma síntese de princípios básicos e verdadeiros sobre a Revolução Farroupilha em forma de sugestão aos professores primários e secundários do país e também aos autores de livros didáticos", a fim de evitar "a dúvida e a confusão na mente dos estudantes", propositura algo difícil de ser atendida naquelas circunstâncias, não só pela divi-

são de pontos de vistas essenciais demonstradas durante toda a realização do referido Congresso, quando ainda imperava o "dirigismo mental" introduzido por mentores do Estado Novo, a não ser que esta síntese omitisse os assuntos então causa daqueles debates e não contrariasse em nada aos ditames da própria "historiografia oficial" da época!

Algo preterido durante o já citado 1.º Congresso de História e Geografia comemorativo do 1.º Centenário do início da Revolução Farroupilha, em 1935, o nome e a personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA acabaria assim por impor-se em quase todos os debates neste 4.º Congresso, o comemorativo do 1.º Centenário do convênio de paz de Ponche Verde e que pusera fim às lutas armadas que se vinham prolongando quase por dez anos, em 1945. E se já então se tivesse procurado pesquisar e analisar desde os seus primórdios, todas as tentativas que daqui e dali se fizeram para um acordo entre os dois campos em armas, sobre o que sabemos sobre a marcha destas negociações, interrompidas muitas vezes e outras tantas retomadas, chegaríamos à conclusão que, em sua essência, todas as concessões conseguidas por David Canabarro no convênio de Ponche Verde resultariam das mesmas que BENTO GONÇALVES DA SILVA aventara pessoalmente e em diversas oportunidades anteriores. É o que tentamos esclarecer num dos nossos trabalhos de pesquisa apresentado em fins de 1975 no Rio de Janeiro, como contribuição ao Congresso de História sobre o segundo Reinado, lá organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e aprovado pela respectiva comissão para ser publicado posteriormente em seus "Anais": "A ação pessoal de D. Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul em 1845 — O que sabemos sobre a marcha das negociações até as ante-vesperas do convênio de paz de Ponche Verde". Ampliado e expondo de como o então ainda barão de Caxias conseguiria a pacificação, está para ser editado em Porto Alegre sob a forma de um livro nosso.

★

Somente depois da vitória das democracias ocidentais sobre as potências totalitárias da direita, vitória na qual a nossa Força Expedicionária Brasileira teve participação ativa, operando na Itália contra o exército alemão, derrubado o Estado Novo pelas mesmas nossas forças armadas em 29 de novembro de 1945, redemocratizando o país com a promulgação da Constituição republicano-federativa de 16 de fevereiro de 1946, faria o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, o seu primeiro ato público de exaltação à personalidade de BENTO GONÇALVES DA SILVA, comemorando o seu 1.º centenário

de falecimento em 18 de julho de 1947 e tendo como orador condigno Othelo Rosa, enquanto, em Triunfo, no dia anterior, em solenidade também pública sobre a efeméride, Marino Josetti de Almeida lhe relembrava os feitos na defesa do bem, da grandeza e da liberdade republicana de sua gente!

Se os estados brasileiros voltaram a ostentar as suas antigas bandeiras históricas abolidas pelo Estado Novo em 1937, inclusive a farroupilha de 1836 e 1891, a da Inconfidência Mineira de 1789 e a pernambucana de 1817; se São Paulo pode oficializar a sua já usada em 1932 como símbolo da sua Revolução Constitucionalista, devemos a uma iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, originada de uma indicação do coronel Luís Carlos de Moraes ao presidente do sodalício, dr. Adroaldo Mesquita da Costa, em Porto Alegre, aprovada segundo parecer da comissão designada no mesmo Instituto e levada ao Congresso Nacional, funcionando na época com poderes constituintes, onde passou e foi incluida na nova carta magna, apesar de todas as manobras reacionárias de certos constituintes contrários à propositura e até de seus recursos a expedientes escusos e menos recomendáveis. Daquela indicação e dos esforços pessoais do constituinte sulriograndense dr. Adroaldo Mesquita da Costa, se redigiria o parágrafo único do artigo 195 da Constituição de 1946, que permitiu o uso de símbolos próprios estaduais e municipais em todo o Brasil, dispositivo que não foi revogado pela Revolução de 31 de março de 1964 na nova Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967 e emendada pelo Ato Institucional de 17 de outubro de 1969, atualmente em vigor.

Ainda em 18 de setembro de 1954 o Instituto sulino protestaria junto ao Ministério do Trabalho, em telegrama assinado pelo dr. Eduardo Duarte, vice-presidente então no exercício da presidência do sodalício, contra ato da Delegacia Regional do Trabalho que não reconhecera validade no Decreto n.º 2.072, de 7 de julho do ano anterior e que renovara como feriado estadual a magna data de 20 de setembro, consagrada à Epopéia Farroupilha, permitindo toda e qualquer atividade tanto no comércio como na indústria, no Estado.

Depois, com o desaparecimento de alguns dos sócios mais batalhadores da velha guarda do mesmo Instituto de Porto Alegre, notadamente após o falecimento do general Sousa Docca, de Othleo Rosa e de Eduardo Duarte, continuando praticamente apenas o prof. Walter Spalding, recentemente falecido, a tratar de temas farroupilhas, publicando-os daqui e dali na imprensa de Porto Alegre, inclusive para que o Governo estadual regulamentasse de maneira oficial e definitiva tanto o desenho das armas, como a feitura da bandeira farroupilha readotados como símbolos do Rio Grande do Sul, foram os ânimos se serenando aos poucos,

esquecidas as controvérsias de outrora. E sem que mudassem seus pontos de vistas pró ou contra o pre-republicanismo de BENTO GONÇALVES DA SILVA, os demais membros do Instituto passariam a evitar novos surtos polêmicos sobre o assunto.

É verdade que aos poucos se fora compreendendo o porquê do recurso "separatista" usado em todos os movimentos republicano-federativos brasileiros, precursores daquele vitorioso apenas em 15 de novembro de 1889, tanto no de 1824 em Pernambuco, Paraíba e Ceará, a Confederação do Equador, como no farroupilha sulriograndense em 1836 e catarinense em 1839 e até mesmo no da sabinada baiana de 1837. Não se tratava apenas de depor um governo, um ministério, e sim de abolir o sistema unitário da monarquia imperial bragantina então vigente. Repelindo desde logo qualquer submissão político-administrativa à Coroa e ao seu Governo central monárquico do Rio de Janeiro, separaram-se sim, mas contando com o alastramento de suas revoluções pelas demais províncias brasileiras, depois a se confederarem numa República a exemplo da dos Estados Unidos, pois o ideal republicano-federativo já existia latente desde o levedar da nossa Independência. Não se vira José Bonifácio compelido a aconselhar o então príncipe regente D. Pedro a acelerar a nossa separação de Portugal para assim salvar a monarquia ante as ameaças dos patriotas brasileiros na Bahia e noutras províncias nordestinas em tomarem desde logo a iniciativa, proclamando sua separação da coroa bragantina e sob a forma republicano-federativa já vitoriosa no Prata? Se ainda se teima em taxar BENTO GONÇALVES DA SILVA e seus companheiros farroupilhas de "separatistas", convém lembrar que também se chegou a chamar de "separatista" o movimento irrompido em 3 de outubro de 1930, no Rio Grande do Sul, a Revolução Nacional de 1930, bem como até mesmo o irrompido depois em São Paulo, em 9 de julho de 1932, quando da Revolução Constitucionalista!

★

Não podemos negar que quase chegariamos algumas decadas atrás, fruto da incompreensão de muitos e até de certas áreas governamentais, àquela situação que o jornalista Franklin de Oliveira vaticinara em seu livro de alerta de 1967, "Morte da memória nacional", ao afirmar que na época "o Brasil está correndo o perigo de transformar-se em Nação historicamente desmemoriada. E isto porque as instituições culturais destinadas a preservarem o nosso patrimônio histórico e artístico, a guardarem a presença viva de tudo quanto os brasileiros fizeram, com engenho e arte, para nos converterem em autêntica nacionalidade, entraram em pleno processo de desintegração", ameaçados muito

mais pela carência de recursos materiais e financeiros adequados e por uma burocracia asfixiante, do que propriamente por falta de interesse maior de seus dirigentes e administradores.

Fora por carência de meios adequados que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul já em 1951 se vira obrigado a suspender a publicação de sua Revista, um verdadeiro manancial para os nossos pesquisadores históricos, inclusive no que se refere ao ciclo farroupilha, o mesmo sucedendo depois de algum tempo com a do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado, em Porto Alegre, hoje desmembrados em dois e completamente reestruturados. Somente 25 anos depois, em 1975, construida a sua nova sede, à rua Riachuelo n.º 1.317, lá se tendo instalado condignamente, inclusive sua biblioteca e seu arquivo, é que o Instituto pode retomar a publicação de sua Revista com a de n.º 121, graças ao amparo financeiro recebido do Conselho Federal de Cultura, e assim proclamando novamente a sua presença ativa, tal como outrora.

Um dos raros sodalícios que sempre conseguiram manter-se em constante atividade em nosso país, tem sido o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sempre presente, inclusive com suas promoções e apoios efetivos a todos os ciclos de estudos e conferências relacionados com a História brasileira e paulista, verdadeiros cursos supletivos ou de extenção universitária. Mesmo assim não conseguiria os meios financeiros necessários para a publicação dos numerosos volumes que constituiriam os Anais do Congresso Comemorativo do 4.º Centenário da Fundação de São Paulo, em 1954. O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, do Recife, somente com a ajuda do governo estadual é que vem publicando a sua revista, embora com certo atraso, tal como atualmente o tradicional Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, que teve o seu apogeu com o brilho de suas atividades durante as comemorações do Sesquicentenário da nossa Independência, em 1972, no Congresso de História que promoveu em cooperação com o Instituto de São Paulo, e cujos "Anais", abrangendo 7 alentados volumes, seriam publicados somente em 1975 pela Imprensa Nacional.

Quanto ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no Rio de Janeiro, não tem tido grandes dificuldades em manter razoavelmente em dia a sua Revista semestral, graças ao seu reconhecimento, por decreto presidencial de 28 de novembro de 1949, referendado também por Adroaldo Mesquita da Costa como o que encabeça no referido ato federal os demais ministros de então, no governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, — ele que é presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, — como órgão consultivo oficial em assuntos

de História Militar e Geografia Histórica Militar. Sua Revista vem sendo regularmente composta pela Imprensa Militar no Rio de Janeiro.

Merece destaque o já citado Instituto Pernambucano, pois se tem revelado como o guardião mais cioso das tradições e glórias de sua gente, desde as lutas contra os holandeses e a expulsão destes, entre 1630 e 1654, até ao movimento republicano-federativo de 1824, com destemor. Esquivou-se em participar oficialmente das homenagens prestadas no Recife aos restos mortais de D. Pedro I durante as comemorações nacionais do Sesquicentenário da nossa Independência, quando o esquife que as contém e em sua peregrinação por todas as capitais estaduais lá estiveram também, alegando não se poder esquecer que fora exatamente por ordem expressa do nosso então 1.º imperador que foram executados, após um processo sumário, os mártires pernambucanos da Confederação do Equador, inclusive frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca, Frei Coneca. Na ocasião, a própria Assembléia Legislativa estadual, à pretexto de comemorar o referido Sesquicentenário, mandou republicar em edição "fac-similar", a de 1875 das "Obras políticas e literárias" de Frei Caneca. Em 1975, comemorando o sesquicentenário da execução no Recife de Frei Caneca, por fuzilamento por não se haver encontrado ninguém que se prestasse então em enforcá-lo, o Instituto Pernambucano, num preito de homenagem à memória dos mártires pernambucanos de 1824, mandou cunhar e distribuir uma medalha com a sua esfigie, enquanto a Universidade Federal de Pernambuco publicava, com a mesma finalidade, uma coletânea intitulada de "Ensaios Universitários sobre Frei Joaquim do Amor Divino (Caneca)", com a reprodução em cores da bandeira da Confederação do Equador em sua capa.

Enquanto desta maneira se manifestavam os pernambucanos em relação a Frei Caneca e à Confederação do Equador, de 1824, a ausência de BENTO GONÇALVES DA SILVA se verificara durante um curso sobre os "Fundamentos da Cultura Rio-Grandense", promovido em 1960 pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em sua série de conferências a cargo de especialistas, "a fim de discorrerem sobre aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, científicos e literários da nossa terra" sulina, e depois reunidas em 4 volumes, editados nas oficinas da gráfica da mesma universidade, esqueceia-se de incluir BENTO GONÇALVES DA SILVA entre as personalidades estudadas no volume correspondente à sua 3.ª série. Figuram neste Júlio de Castilhos, Silveira Martins, Koseritz, Caetano da Silva, Rafael Pinto Bandeira, Simões Lopes Neto, Mauá e Assis Brasil, apenas. Ficaram de lado não somente BENTO GON-

ÇALVES DA SILVA, como também o senador Pinheiro Machado, Borges de Medeiros e até mesmo Getúlio Vargas.

Para compensar o "esquecimento" acima citado, o professor e general Antônio da Rocha Almeida, então diretor do Museu Júlio de Castilho e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em sua coletânea "Vultos da Pátria", 1.º volume publicado em 1961 pela Editora Globo, e ao qual já nos referimos, incluiria entre as biografias dos brasileiros mais ilustres de antanho, a do general BENTO GONÇALVES DA SILVA, bastante atualizada. Sem referir-se ao pré-republicanismo de seu biografado, assim conclui: "Bento Gonçalves, cidadão insigne, morreu pobre e quase esquecido, mas legou aos seus um nome respeitado e ao Rio Grande uma gloriosa tradição de bravura, de despreendimento e de lealdade. A data de 20 de setembro será sempre para os que aqui nasceram um dia de glórias e para elas quem mais contribuiu senão o general Bento Gonçalves, talvez o maior de seus filhos ?".

Caberia depois a São Paulo, graças à sua editora "Abril Cultural Ltda." relembrar condignamente a personalidade do líder republicano-federativo farroupilha, incluindo-o entre os 56 brasileiros ilustres que constituem a coletânea profusamente ilustrada à cores e à preto e branco intitulada "Grandes personagens da nossa história", no fascículo 23 já mencionado anteriormente e em sua 1.ª edição de 1969, bem como na 2.ª, de 1972, embora nesta ainda dando como se fosse do farroupilha italiano Tito Lívio Zambeccari o retrato estampado à página 404 e que realmente é do depois coronel CAETANO GONÇALVES DA SILVA, veterano da Guerra do Paraguai e um dos filhos de BENTO GONÇALVES DA SILVA, de quem foi ajudante-de-ordens até ao convênio de Ponche Verde.

Durante uma das nossas estadas em Porto Alegre, anos atrás, conversando a respeito com a então diretora da Biblioteca Pública de lá, ela nos revelara não dispor em seu acervo de elementos mais acessíveis e de fácil consulta para atender aos estudantes que a procuravam daqui e dali em busca de dados biográficos sobre BENTO GONÇALVES DA SILVA e de outros próceres farroupilhas. O que dispunha a Biblioteca achava-se esparso e um tanto desconexo nos textos de dicionários enciclopédicos, revistas e obras sobre o ciclo farroupilha. A única biografia sob a forma de livro de fácil manuseio sobre BENTO GONÇALVES DA SILVA era ainda aquela editada em 1932 pela Livraria do Globo e da autoria de Herberto Canabarro Reichhardt, à qual também já nos referimos e um tanto incompleta e com alguns senões. Dispunha para os demais próceres farroupilhas, além de já citada biografia de Bento Manuel Ribeiro, da autoria de Olyntho Sanmartin, de ensaios também sob a forma de livros como o romanceado de Othelo Rosa sobre David Canabarro, editado em 1933 pela Livraria do Globo, e o do então capitão Deoclécio de Paranhos Antunes

sobre Antônio Vicente da Fontoura, o embaixador farroupilha nas negociações preliminares de paz no Rio de Janeiro e o mais ferrenho detrator e inimigo pessoal de BENTO GONÇALVES DA SILVA.

★

No entanto, apesar do muito que se tem escrito e publicado, tal como acontece com a Revolução Constitucionalista de 1932, de São Paulo, com o movimento republicano-federativo de 1824 em Pernambuco, Paraíba e Ceará, a Confederação do Equador, também a Revolução Farroupilha de 1835 a 1845 se ressente de uma história objetiva e desapaixonada, especialmente para as nossas gerações mais jovens, com o relato dos acontecimentos sem adjetivos demasiados e num único volume, de fácil leitura e compreensão, resumindo conscienciosamente tudo que já se conhece e escreveu a respeito. É verdade que para a de 1835 dispomos nestas condições de duas obras razoáveis, a reedição refundida e ampliada da do prof. Walter Spalding de 1939, então sob o título de "Revolução farroupilha", a sob o novo de "A epopéia farroupilha", publicada em 1963 pela Biblioteca do Exército, também com ligeiros senões, e a um tanto romanceada do prof. Paulino Jacques, "A Guerra dos Farrapos", inaugurando a Coleção Civismo Brasileiro da "Reper Editora", Rio de Janeiro, 1968, além daquela única que até hoje procurou narrar sinteticamente a marcha de suas operações militares e com numerosos esboços cartográficos elucitativos, a do general Augusto Tasso Fragoso, "A Revolução Farroupilha", editada pela Biblioteca do Exército em 1939, Rio de Janeiro.

O general Tasso Fragoso, maranhense de nascimento e republicano dos de 1889, nosso mestre e amigo pessoal, reconhece e exalta os propósitos republicano-federativos do líder farroupilha e de seus companheiros sem a menor reserva, dedicando este seu trabalho "a todos os rio-grandenses do sul que, num arroubo de invejável idealismo se bateram pela Liberdade na República Federativa e baquearam, para dormir o sono eterno, na relva verdejante da planície ou da cochilha". Mas enquanto o prof. Paulino Jacques ressalta sobremodo os méritos de BENTO GONÇALVES DA SILVA desde a preparação do movimento, assinalando o seu pré-republicanismo federativo brasileiro, o prof. Walter Spalding mantém os seus pontos de vistas contrários a existência deste pre-republicanismo, minimizando até a atuação do líder farroupilha, tal como já se manifestara antes, durante o 4.º Congresso de História e Geografia de 1945, em Porto Alegre, e repetira em 1956 em sua colaboração sobre "A Revolução farroupilha" para a Enciclopédia Rio-Grandense, 1.º volume, da Editora Regional Ltda., Canoas, Rio Grande do Sul.

★

Em 1973 brindara Mem de Sá, ex-deputado e ex-senador pelo Rio Grande do Sul e ex-ministro da Justiça do 1.º Governo da Revolução de 1964, o do marechal Humberto Castelo Branco, a todos os brasileiros e em especial aos sulriograndenses com uma obra verdadeiramente notável intitulada de "A politização do Rio Grande", Edições Tabajara, Rio de Janeiro, na qual opina, à página 18, que "a Revolução Farroupilha de 1835 pode ser, em grande parte, considerada resultante dos fatores da politização riograndense. Mas deve ser tida, também, como causa poderosa da mesma politização, na história posterior da Província, até nossos dias". E à página 20: "de separatista foi apodado o movimento gaúcho. A falsa tese já está pulverizada pelos melhores estudiosos de nossa História... A Revolução Farroupilha de 1835, encarnando a causa republicana, e, por seguinte, entrando em luta armada contra a Monarquia e o Império, não podia deixar de ser, inicial e necessariamente, separatista, para se tornar nacional quando vitoriosa fosse a sua bandeira, e implantada em todo o território pátrio... O que, portanto, singulariza a Revolução Rio-grandense e a torna única na história do Brasil está, sobretudo, em seu ideário nítido". Ainda, segundo Mem de Sá, "não é possível negar a verdade histórica de que somente eles chegaram a proclamar uma República, a República de Piratiní; somente eles conseguiram enfrentar as poderosas forças armadas imperiais e, ainda, a facção interna dos caramurus (monarquistas) durante longos e martirizantes 10 anos".

★

Enquanto que em São Paulo se vem prestando há muito todas as homenagens e relembrando anualmente e de uma maneira condigna os feitos de sua gente em 1932, na Revelação Constitucionalista, notadamente a partir de 1954, quando das comemorações do 4.º Centenário da fundação da cidade, dando àquele movimento amplitude nacional brasileira na data de 9 de julho e com a participação até de unidades da guarnição local do Exército e da Aeronáutica, esta com aviões seus sobrevoando o obelisco-mausoléu erguido no parque do Ibirapuera, onde aquelas desfilam ao lado de ex-combatentes de 1932 e de unidades da Polícia Militar do Estado, a sua antiga e tradicional Força Pública, o 20 de setembro voltava a ser comemorado no Rio Grande do Sul, aos poucos, fazendo justiça àqueles filhos seus que já em 1835 haviam sonhado com uma República Federativa brasileira e lutado, tudo sacrificando para implantá-la entre nós, o que somente em 1889 iriamos ter!

O ciclo farroupilha nunca fora esquecido de todo, mesmo na fase mais atuante da verdadeira "conspiração de silêncio" intentada pelos que, durante o Estado Novo, procuravam tirar do pedestal em que se encontrava BENTO GONÇALVES DA SILVA como principal líder do movimento de 1835. Há muito que se comemoravam os feitos farroupilhas anualmente e numa Semana Farroupilha, iniciada e terminada com uma concentração cívica ao lado de seu monumento eqüestre na praça Piratiní, na ponte da Azenha. No entanto, somente após a vitória da Revolução de Março de 1964, ainda no governo estadual de Ildo Meneghetti, é que se daria a esta Semana Farroupilha características comemorativas mais amplas, inclusive com a participação das altas autoridades, graças ao Decreto n.º 4.850, de 11 de dezembro de 1964. Assim, visando prestar homenagem à memória dos heróis farroupilhas na citada Semana, entre 13 e 20 de setembro de todos os anos, dava-se à Brigada Militar do Estado, a sua Polícia Militar, o encargo de organizar e coordenar as comemorações e festividades na capital do Rio Grande do Sul, e nas quais deveriam tomar parte grupos escolares estaduais, unidades da mesma Brigada Militar e Centros de Tradições Gaúchas, além de entidades culturais e esportivas que o desejarem.

Iniciar-se-ia sempre a Semana Farroupilha com uma concentração junto ao monumento de BENTO GONÇALVES DA SILVA como já vinha sendo feito há muito e com a chegada lá da chamada "chama crioula" levada por um dos Centros de Tradições Gaúchas do interior, — cada vez de uma cidade historicamente ligada aos feitos ou às pessoas mais destacadas do movimento de 1835, — e sua entrega ritual a elementos da Brigada Militar que, com a mesma, acendiam a pira montada junto ao monumento. Aí permaneceria ardendo até ao termino da Semana Farroupilha, em 20 de setembro, encerrada com um desfile de todas as unidades da Brigada Militar da área da capital e algumas trazidas do interior, piquetes montados e ajaezados dos Centros de Tradições Gaúchos, além das representações das entidades desportistas previamente inscritas. Demonstrações com danças folcloricas gaúchas e sessões teatrais, bem como palestras sobre a efeméride e outras festividades comemorativas completam o calendário da referida Semana, cujo brilho tem aumentado de ano para ano.

Devemos ao 2.º governo estadual da Revolução de Março, o do coronel Euclides Triches, além de um cuidado todo especial em perservar tudo que constitui o patrimônio histórico e cultural sulriograndense e com a cooperação eficiente do Conselho de Educação e Cultura do Estado, sempre presente, as primeiras providências para a criação do Parque Histórico e Turístico General Bento Gonçalves em 1972, no município de Camaquã, na

antiga fazenda do Cristal e que pertencera ao lider farroupilha, bem como a instituição da "Medalha Bento Gonçalves" em 25 de março de 1973, por Decreto n.º 21.669. Destinada a expressar "o reconhecimento da comunidade sulriograndense a integrantes das Forças Armadas ou Polícias Militares que se hajam destacado pela bravura, honradez e alevantado patriotismo no desempenho de suas atribuições", a medalha "evoca um dos mais excelsos paradígmas de altivez, desassombro e pertinácia que legou ao Brasil a República de Piratini, pois Bento Gonçalves da Silva, figura exponencial da epopéia farroupilha, escrita a ponta de lança na verde relva dos pampas, perenizou-se nas páginas mais cintilantes da nossa História como lídimo representante da índole e do caráter do gaúcho de todos os tempos". E o primeiro a ser galardoado com a concessão da "Medalha Bento Gonçalves" seria o general Breno Borges Fortes, em 3 de maio de 1973, que no comando do III Exército, em Porto Alegre", se revelara como um chefe que dera ao Rio Grande do Sul, sua terra natal, aquele clima de ordem, tranquilidade e segurança de que necessitava o governo estadual para levar avante o processo desenvolvimentista retomado lá após a Revolução de Março!!

Com a criação do Parque Histórico e Turístico General Bento Gonçalves na antiga estância do Cristal e que pertencera ao líder farroupilha e aos seus herdeiros imediatos, salvar-se-ia do completo esfacelamento a área que constituia a antiga sesmaria do Cristal e por cuja posse vinham demandando seus condôminos e último proprietário nominal desde 1914 no foro judiciário de Camaquã, demanda então conhecida como a da "Medição da Sesmaria do Cristal" e sobre a qual já nos referimos páginas atrás. Correspondera assim o governo estadual "às justas aspirações de quantos se preocupam com a preservação de valores cívicos e culturais que nos legou um passado rico em lances de heroismo, dos quais é paradigma a figura do herói farroupilha cujo nome se pretende perpetuar", considerando ser um "dever do Estado, por prescrição constitucional, ter sob a sua proteção as obras e documentos de valor histórico e artístico, bem como monumentos, paisagens e locais dotados de particular importância", como era o caso específico da referida sesmaria. Em suas terras acham-se não apenas as ruínas da antiga sede da estância, a moradia de BENTO GONÇALVES DA SILVA, como também do pequeno estaleiro e arsenal construidos por Giuseppe Garibaldi para a criação e organização da frotilha farroupilha de seu comando. Situada cerca de 30 km da cidade de Camaquã, entre a BR-116 que vai de Porto Alegre a Pelotas e o curso sinuoso do rio Camaquã, esta área destinada ao Parque compreende aproximadamente 1.700 hectares. Nele deveria ser reconstituida ao lado do local original e das ruínas da antiga sede da estância, uma

réplica da mesma e de acordo com os dados que sobre ela se conhecem, destinada a um museu farroupilha. Criar-se-ia lá também uma estância modelo para cavalos crioulos. Um obelisco com mirante, um parador e áreas para "camping" estavam em cogitação. Providências foram tomadas para a limitação à industrialização na região, para não afetar o equilíbrio ecológico, proteção da flora e da fauna e delimitação de uma faixa de 2 km ao redor, como "área de segurança". Para a construção do Parque dotou-se um orçamento plurianual no montante de 6 milhões de cruzeiros, distribuidos pelos anos de 1973, 1974 e 1975.

Uma Comissão de Estudos, Planejamento e Criação do Parque foi inicialmente instituída pelo Decreto n.º 21.624, de 28 de janeiro de 1972, presidida pelo Secretário de Turismo, Roberto Eduardo Xavier, e formada por representantes, respectivamente, da Casa Civil do Governador, da Secretaria de Educação e Cultura, da Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, da Secretaria de Turismo, da Prefeitura Municipal de Camaquã e do Movimento Tradicionalista Gaúcho, com o prazo de 80 dias, a partir de sua constituição efetiva, para a entrega do planejamento geral do Parque. Baseando-se em suas conclusões, o governo estadual, pelo Decreto n.º 21.906, de 11 de agosto do mesmo ano, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas pela mesma indicadas e segundo o levantamento de agosto de 1966 da sesmaria do Cristal, feito então pelo engenheiro Danilo Senger Ribeiro, posteriormente complementado e retificado pelo decreto do governo publicado no "Diário Oficial" do Estado de 11 de julho de 1973.

Efetivada a desapropriação e de acordo com a proposta para a efetivação das obras deste Parque aprovadas pelo Governo estadual, em fins de maio de 1974 pode o governador Euclides Triches determinar o início das mesmas e das quais fora a Companhia Riograndense de Turismo encarregada de executá-las. Continuadas no 3.º governo estadual da Revolução de Março, o de Synval Guazzelli, que, através de seu Secretário de Turismo, Mário Ramos, deu todo apoio àquela iniciativa de seus antecessores, já em 20 de setembro de 1976 pode ser inaugurada a 1.ª etapa do empreendimento, assinalando assim as comemorações da Semana Farroupilha de 1976. Nesta 1.ª etapa concluiram-se a réplica da séde da antiga estância, a "Casa de Bento Gonçalves", da senzala, ajardinamentos, sanitários e rede elétrica, devendo serem executadas em fases posteriores o "camping", churrasqueiras, "play-ground" e demais dependências constantes do projeto para o Parque.

Aguardado à entrada do pórtico principal do Parque General Bento Gonçalves pelo Secretário de Turismo, autoridades civis e militares estaduais e municipais e cerca de 600 cavalarianos dos

Centros Tradicionalistas Gaúchos de Camaquã, São Jerônimo, Tapes, Vacaria e Santo Antônio da Patrulha e um do Uruguai, o governador Synval Guazzelli procedeu ao ato de sua inauguração em solenidade que teve seu ponto alto na da "Casa de Bento Gonçalves" juntamente com o prefeito de Camaquã, Paulo Belchior Duarte, decerrando-se na mesma oportunidade uma placa com os seguintes dizeres: "Buscando no bronze a reconstrução da saga Farroupilha é entregue nesta data à comunidade gaúcha a Casa de Bento Gonçalves".

Coube ao vice-presidente da Câmara de Vereadores de Camaquã e um dos tataranetos de BENTO GONÇALVES DA SILVA, Fausto Centeno Crespo, fazer a saudação oficial às autoridades presentes, destacando as qualidades de cidadão, de militar e de político do líder farroupilha, cuja casa, onde viveu por longos anos estava sendo entregue ao público sulriograndense e à comunidade de Camaquã para a sua guarda. Mobiliada com móveis e utensílios da época, disporá de um Museu Farroupilha montado com a colaboração de todos os que lá se oferecerem para expor objetos relacionados com aquele movimento republicano-federativo temporária ou permanentemente.

Voltou pois Bento Gonçalves da Silva a ser lembrado em todos os momentos em que sua presença ressurge como protótipo da gente sulriograndense. Foi citado nominalmente nas comemorações havidas quando do sesquicentenário da batalha de Ituzaingô ou do Passo do Rosário, inclusive no Boletim especial alusivo à data, pelo general Fernando Belfort Bethlem, então comandante do III Exército e depois Ministro do Exército, lido no local onde se dera a peleja. Durante a solenidade da declaração dos novos aspirantes a oficiais da Brigada Militar sulina, a Polícia Militar do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 2 de julho de 1977, a Turma Bento Gonçalves, paraninfada pelo mesmo general Fernando Belfort Bethlem, este se referira àquela escolha textualmente: "O patrono da turma, BENTO GONÇALVES, figura lendária no Rio Grande do Sul e no País, herói das batalhas de Sarandí e Passo do Rosário, um dos chefes da Revolução Farroupilha, encarnou bem o tipo sociológico do gaúcho, com sua vida agitada, nômade, de horizontes amplos, amante da liberdade e sempre pronto a dar a sua vida pela defesa de seu rincão, orgulhoso da responsabilidade que sempre lhe coube, de guardião e sentinela da Pátria".

Entretanto, voltariam alguns escritores e historiadores sulinos a pretenderem minimizar a personalidade de Bento Gonçalves e de outros líderes farroupilhas, à pretexto de desmistificá-los, aproveitando-se da acolhida que encontrariam na imprensa tanto de Porto Alegre como do interior do Estado, para afirmarem que a Revolução Farroupilha fora feita contra o povo, pelos estan-

cieiros e grandes latifundiários apenas, já que a mesma defendera a propriedade privada em toda sua plenitude e que, por isto, não tivera nenhuma característica "socialista". Outros, inclusive até um historiador, pretende que o que chama de endeusamento de personagens que lideraram o movimento por que se colocaram "ao lado dos interesses de uma determinada camada social e que lidera essa camada social em torno de um determinado objetivo", "se deve a maneira unilateral com que nos ensina a história ou seja, a história feita pelos heróis e não pelo povo". Até um destes historiadores chegaria a afirmar que "foi uma revolução de elite, feita por coronéis, donos de fazendas que não permitiram a participação de todos". Outro mais pretendera negar a existência dos famosos lanceiros negros farroupilhas, recrutados entre ex-escravos alforriados quando se apresentassem como combatentes voluntários. Falseando fatos que deveriam conhecer e que até mesmo haviam defendido antes em seus escritos e publicações, procurando assim que a nossa gente sulina, principalmente os mais jovens, esqueçam a memória de tudo que dignificou e exaltou a presença de Bento Gonçalves naquele período épico do nosso passado!

Mas, souberam os representantes do povo sulriograndense, os deputados estaduais, tanto os situacionistas como os da oposição, na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, unanimemente e durante as comemorações da Semana Farroupilha de 1979, exaltarem condignamente a pessoa de Bento Gonçalves em seus pronunciamentos sucessivos, quando da inauguração de um busto do líder de 1835 à entrada do Palácio Farroupilha, o da Assembléia, obra do ex-deputado Bruno Segália, de Caxias do Sul, em cujo pedestal de granito se gravaram palavras do homenageado: "Na defesa da liberdade estamos dispostos a fazer os últimos sacrifícios".

Na oportunidade o deputado Romildo Bolzan, oposicionista, do então MDB gaúcho, declarara que "a Revolução Farroupilha não foi simples movimento separatista opondo-se ao desmando autoritário. Reclamamos aqui para se fazer justiça aos farroupilhas, o merecido título de precursores da República; o título justo de verdadeiros gaúchos, autênticos brasileiros".

Recentemente, na sala ocupada pela Casa Militar, no Palácio Piratini, na sede do Governo do Estado, em Porto Alegre, presentes o Governador e todo o seu Secretariado, bem como todos os oficiais lá em serviço da tradicional Brigada Militar, designação até hoje conservada para a Polícia Militar sulina, como já nos referimos, inaugurar-se-ia também um busto de Bento Gonçalves, o respectivo patrono!

E é por tudo isso que os novos detratores de Bento Gonçalves jamais conseguirão apagar o nome deste líder farroupilha,

a não ser promovendo um grande auto de fé igual ao dos tempos da Inquisição, para destruirem pelo fogo todos os livros existentes em nossas bibliotecas e livrarias, que tratam direta ou mesmo indiretamente daquele decênio épico!

Esperemos pois, que aqui em São Paulo, também, se comemore de maneira condigna o próximo cinquentenário de sua epopéia, a da Revolução Constitucionalista de 1932, relembrando assim todos os feitos e sacrifícios da gente paulista!

A SOCIEDADE DOS PATRIARCAS INVISÍVEIS E A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842

Brasil Bandecchi

Aluísio de Almeida, em seu livro *A Revolução Liberal de 1842*, logo no primeiro capítulo, ao tratar dos chefes liberais paulistas, põe em destaque a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, organização secreta de âmbito nacional, cujo presidente era o Senador José Martiniano de Alencar. Seus membros eram os mesmos que em organização secreta, sob a mesma presidência, tramaram a emancipação política do menino Pedro de Alcântara, acionando o Clube Maiorista.

Os liberais que agitaram a opinião pública, dominaram o Congresso e conseguiram, com Antônio Carlos à frente, dar o golpe inconstitucional de 23 de julho de 1840, declarando D. Pedro maior, viram frustrados os seus planos quando, com a ascensão dos conservadores, em 23 de março de 1841, começou a reação contra as conquistas liberais, movimento denominado de "Regresso". Duas leis caracterizavam o "regressismo", ambas de 1841: a que criou o Conselho de Estado (23 de novembro) e a que reformou o Código de Processo Criminal (3 de dezembro).

Os liberais, vencidos no Parlamento, sairam a campo, combatendo essas leis e os conservadores.

Otávio Tarquínio de Sousa em sua obra *Diogo Antonio Feijó* (Rio, 1942, p. 293), escreve:

"Na Corte, visando de preferência as províncias, um clube dirigido por Limpo de Abreu e Teófilo Otoni pôs-se a trabalhar por todos os meios, agitando a opinião pública e procurando intimidar o governo com a ameaça de um desfecho violento."

Mas que clube seria esse que o consagrado historiador, nomeia tão vagamente e lhe dá atividade de grande significação?

O livro de Tarquínio de Sousa é de 1942 e o de Aluísio de Almeida de 1944, o que nos leva a crer que o biógrafo de Feijó não conhecia a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis ou, se conhe-

cia, não dispunha de maiores elementos sobre ela, o que o fez tratá-la com certo laconismo, sem se referir a Alencar.

Afonso de Taunay, na sua *História da Cidade de São Paulo sob o Império* (São Paulo, 1977, Vol. VI, ps. 43 e sgts.) trata da Sociedade baseado exclusivamente em Aluísio de Almeida.

Aluísio fala, com segurança, da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, cuja finalidade era defender a independência do Brasil, a Constituição e opor-se às arbitrariedades do governo. E se propunha a ajudar o Corpo Legislativo por palavras escritas, censurando pela mesma maneira os atos inconstitucionais do governo e seus empregados, opondo-lhes resistência e promovendo a união entre todos os brasileiros, explanando quando possível os obstáculos correntes (p. 31).

Definidos seus objetivos, passemos à sua organização. A cúpula, ou seja, o Conselho Patriarcal Central, sediava-se na Corte e dele partia a orientação para todo o Brasil, onde a organização possuia, nas províncias, Conselhos e, nas vilas, Círculos. Desta forma, a orientação ia do Conselho Central para os provinciais e dos provínciais para os Círculos. E, o que era fundamental, "nenhum membro do Conselho ou Círculo será conhecido como tal, fora do Conselho ou Círculo que fundar ou for encarregado de dirigir."

Taunay transcreve em sua obra citada que "a modalidade das sociedades secretas para dirigir movimentos liberais obedecia a uma necessidade estratégica. Os fins da sociedade eram públicos e, em grande parte os meios. O que ficava em segredo eram as pessoas e seus atos perigosos, passíveis de penas ou empecilhos da polícia. Vitoriosa ou vencida a idéia, acabava-se o clube, para ressurgir de outra forma. E vinham a público os estatutos" (p. 44).

Foi da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis que partiram ordens para o Movimento Liberal de São Paulo e Minas, em 1842.

Podemos, agora, ligar o nome do Clube referido por Otávio Tarquínio de Souza ao movimento liberal, quando Aluísio de Almeida informa que "Teófilo Otoni, conhecido maçom e prócer de 1842, escreveu que do quartel-general dos Patriarcas Invisíveis partiu a ordem de rebelião para as províncias" (ob. cit. p. 32). Assertiva esta que encontra sólido apoio no discurso que Paulino Soares de Souza, então Ministro da Justiça e futuro Visconde do Uruguai, pronunciou em 1843 na Câmara dos Deputados:

"O Governo tinha a convicção moral que nesta Corte se conspirava, que dela tinham saído emissários e armamento para diversos pontos, e de que nela existia, embora já desfalcado de alguns membros importantes, o clube diretor da revolução. Essa convicção moral foi depois amplamente justificada pelos processos que se formaram em Areias, nesta Corte e na Província

de São Paulo, e pelo descobrimento da sociedade secreta denominada dos Patriarcas Invisíveis."

Não há dúvida que Antônio Carlos e Martim Francisco, destacados maioristas, pertenceram à organização e só não tomaram parte no Movimento Liberal de 1842, porque nele se encontrava Feijó, do qual Martim Francisco era inimigo figadal.

Quando Antônio Carlos tentou conciliá-los, Martim retrucou:

— Mano, comigo só se briga uma vez!

Essa inimizade vinha de longe. Ligava-se à execução do Chaguinhas (Francisco Jesus das Chagas) em 20 de setembro de 1821.

Conta a história que os soldados do Primeiro Batalhão de Caçadores da Cidade de Santos há cinco anos não recebiam seus ordenados e, por essa razão, rebelaram-se, sendo os cabeças do motim o Chaguinhas e Joaquim José Cotindiba. Como tal foram julgados e condenados à morte. A execução foi no Largo da Forca, em São Paulo, no hoje desfigurado Largo da Liberdade, em frente à igreja que lá se encontra na esquina do largo com a avenida deste último nome, igreja que depois de reformada ficou sendo uma das mais feias do mundo.

O povo, como em tais casos acontece, estava presente ao ato. O primeiro a ser enforcado foi Cotindiba. Chegou a vez do Chaguinhas. O carrasco preparou o laço e deu a volta fatal no seu pescoço... E quando seu corpo soltou-se no ar para ficar dependurado e provocar a asfixia, a corda partiu-se. O carrasco ficou desapontado e o povo emocionado. A operação repete-se por duas vezes e por duas vezes a corda arrebenta. Nessa altura, todos acreditavam na inocência do Chaguinhas, pois a mão de Deus, por três vezes, impediu que ele morresse. Dependia do governo o perdão. O governo não perdoou por não acreditar que Deus estivesse protegendo um subversivo. E o carrasco, tomando emprestado a um tropeiro um laço de couro, executou o Chaguinhas.

Martim Francisco era, na época, governo em São Paulo e mais tarde Feijó narrou, na Câmara, o fato, acusando-o.

Nunca mais se falaram. Daí a ausência dos dois Andradas no Movimento de 1842. E, note-se, que Antônio Carlos era amigo íntimo de Feijó.

A presença de grande número de maçons na Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, não quer dizer que ela fosse maçônica.

À Sociedade pertenciam, em São Paulo, além dos Andradas, Rafael Tobias de Aguiar, Álvares Machado, Hércules Florence, João Floriano de Toledo, Amaral Gurgel, Padre Valério Alvarenga, Major Francisco de Castro Canto e Melo (irmão da Marquesa de Santos), Coronel José Joaquim de Lacerda, Tristão de Abreu Rangel, José Rodrigues Leite, Padre Manoel José de França, Paulino Aires

de Aguirra, Gabriel Rodrigues dos Santos e Joaquim Antônio Pinto Júnior.

O Brigadeiro Tobias, nesse ano de 1842, casar-se-ia, com a Marquesa de Santos, em Sorocaba, em pleno movimento revolucionário, em casa de Dona Gertrudes, mãe do noivo. Feijó foi uma das testemunhas do ato.

Irmã do liberal Major Francisco de Castro Canto e Melo, esposa do liberal Tobias de Aguiar, a Marquesa de Santos, que vivera com D. Pedro à época em que ele também agia como um liberal, principalmente quando se fazia a independência do Brasil, só via um caminho político, o do liberalismo. E foi o que seguiu, principalmente depois que contraiu matrimônio com o Tobias de Aguiar.

Com a morte do Brigadeiro, em 1857, não temos dúvida em afirmar que ela foi figura do maior destaque do liberalismo paulista, assumindo o lugar do esposo. E nesta escola continuou a educação dos filhos.

Almeida Nogueira (*Tradições e Reminiscências*, 1.ª série) informa que João Tobias de Aguiar e Castro, um dos filhos da Marquesa com o Brigadeiro, "seguindo a tradição do seu venerando pai, militou ele, a princípio, no partido liberal; e por este foi eleito deputado à Assembléia Provincial nos biênios de 1862-63, 1864-65 e 1866-67."

Logo depois ingressava nas fileiras republicanas e foi membro proeminente da Convenção de Itú, bem como fez parte da Comissão Permanente do Congresso Republicano de São Paulo, ao lado de João Tibiriçá Piratininga, Américo de Campos, Campos Sales, Martinho Prado Júnior, Antônio Augusto da Fonseca e Américo Brasiliense.

Da mesma forma que seu marido, irmão e filhos não eram estranhos às sociedades secretas, a Marquesa também não o era. Teria mesmo pertencido aos quadros de uma loja de adoção (loja de mulheres), a Sete de Setembro, que havia em São Paulo, no século passado.

Pires de Almeida, citado por Alberto Rangel em seu livro *Dom Pedro I e a Marquesa de Santos* (São Paulo, 1969, 3.ª ed. p. 259), testemunha que assistiu a uma sessão magna da maçonaria presidida honorariamente pela Marquesa, assessorada pelos vigilantes Clemente Falcão Filho e João Teodoro Xavier, professores da Faculdade de Direito de São Paulo. O venerável era o padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, que viria a ser diretor do mesmo estabelecimento de ensino superior.

A informação tal como se encontra na referida obra está um tanto confusa, pois que a Marquesa não foi iniciada na maçonaria pelo "régio amante"; no Rio não havia nos anos da Independência loja de adoção e D. Domitila, pelos nomes citados,

só pode ter sido iniciada em São Paulo. Acresce que a "sessão magna por ela *honorariamente* (grifo nosso) presidida", não o era *efetivamente*, o que, assim mesmo, causa uma certa estranheza.

Aos funerais da Marquesa bem como à encomendação, na Igreja do Carmo, compareceu o maçom Saldanha Marinho, então presidente da Província e futuro signatário, entre tantos nomes ilustres, do Manifesto Republicano de 1870.

Vê-se, pelo que ficou dito, que o Movimento Liberal de 1842, além dos aspectos políticos aparentes, tem todo uma tecitura oculta, cujo fio pudemos puxar graças aos importantes informes do incansável e criterioso historiador Padre Aluísio de Almeida.

OS QUE PARTIRAM

Necrológio dos sócios falecidos no ano social, proferido na sessão solene de 22 de outubro de 1980.

Mário Savelli

Encerra-se hoje minha função de intérprete na tribuna do sentir desta casa de estudo e cordialidade com a mais amarga missão de nossa pauta oficial: relembrar os confrades que — deixando com seu exemplo um rasto de luz para a Eternidade, no ano de trabalho que hoje termina, partiram.

Consola-nos a assertiva de Guimarães Rosa, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras — estranha premunição do desaparecimento próximo do Mestre inconfundível de Sagarana: — "as pessoas não morrem, encantam-se".

Aceito-a como sedutora e, sobretudo, confortadora imagem literária. E, assim, nossos pares queridos, que, para sempre, se foram, continuam, encantados, pelo elo mirificador da saudade e da evocação, sentimentalmente, a encantar-nos, como o faziam de forma objetiva durante suas profícuas vidas pelo fulgor intelectual e nobre proceder.

Quinze lidadores de nossa lida nos deixaram.

Pronuncio-lhes, dorida e reverentemente, os nomes:

Sócios Eméritos

— Carlos Borges Schmidt
— Goffredo Teixeira da Silva Telles
— Jorge Bertolaso Stella
— José de Oliveira Orlandi

Sócios Titulares

— Fernando Ferreira de Góes
— Gabriel Marques

Sócios Honorários

— Alceu de Toledo Pontes
— Luiz de Souza Leão
— Mário Rollim Telles
— Ulysses Lins de Albuquerque

Sócio Benfeitor

— Pedro de Magalhães Padilha

Sócios Correspondentes Nacionais

— Henrique Costa Fernandes (S. Luís)
— Hilton Federici (Campinas)
— José Américo de Almeida (João Pessoa)
— Renato Sêneca de Sá Fleury (Rio de Janeiro).

CARLOS BORGES SCHMIDT

Eleito a 5 de junho de 1941

O ter sido muito jovem ainda eleito para esta casa comprova como cedo, e de plena justiça, se impoz o talento de Carlos Borges Schmidt, permitindo-lhe que, em labor infatigável, oferecesse, generosamente, decênios de contribuições preciosas ao conhecimento de técnicas de trabalho agrícola e ao reconhecimento dos méritos dos que no amanho da gleba, constroem, sobre bases seguras, a grandeza econômica e, consequentemente, social do Brasil.

Raramente uma vocação encontra encargos funcionais adequados ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Tal simbiose feliz ocorreu no fato que Borges Schmidt assinalou com destaque nas credenciais de ingresso neste Instituto: redator técnico da Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura. E bem sabemos o invaliável acervo de elementos úteis oferecidos por esse órgão da administração pública como subsídio e estímulo à fâina da gleba, que reitero vital para os destinos da Nação.

Cito os dois trabalhos que o confrade relembrado apresentou para ingresso nesta entidade de estudo:

— Colonização do Litoral, e O anil — cultura e indústria em São Paulo na época colonial.

São marcos iniciais e definidores de uma tarefa imensa, una e perfeita que se desdobrou, sem repouso, pelo tempo que durou uma nobre vida, em escritos escorreitos e aliciantes, que ensi-

naram técnicas de trabalho, descreveram utensílios e práticas agrícolas e valorizaram o cerne físico da estrutura nacional: a hinterlândia — tão pouco conhecida por muitos dos beneficiados pelo seu árduo labor.

GOFFREDO TEIXEIRA DA SILVA TELLES

Proposta relatada pelo Dr. Júlio Mesquita Filho, aprovada a 5 de maio de 1938.

Patrono — Rei D. Diniz

Goffredo Teixeira da Silva Telles foi, no sentido mais alto da expressão, um perfeito gentil-homem. Descendeu de antigos troncos nobiliárquicos: pelo ramo materno dos Barões de Vassouras e Itambé e pelo paterno de outra ilustre linhagem: os Silva Telles. Nascido no Rio de Janeiro, aos dez anos radicou-se em São Paulo, onde seu pai, o ilustre Prof. Augusto Carlos da Silva Telles, ocupava uma cátedra da Escola Politécnica. Cursou a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, diplomando-se em 1910. O jovem bacharel vinculou-se à sociedade paulistana desposando Carolina Penteado, filha dos fidalgos Ignácio Penteado e D. Olívia Guedes Penteado, figuras exponenciais de nosso escol nos primeiros decênios deste século, quando seu salão da rua Conselheiro Nébias constituia ponto de convergência de intelectuais, e, entre estes, jovens do Movimento Modernista de 22. Ainda estudante, integrou a Comissão de Acadêmicos que foi à França retribuir visita de universitários e, no Anfiteatro Richelieu, da Sorbone, pronunciou conferência sobre o tema: "La Literature Brasiliense". Já autor dos versos alexandrinos da alegoria "O Mar da Noite" e do poema lírico "A Fada Núa", ao lado de sua esposa, acompanhou D. Olívia e a comitiva integrada por Mário de Andrade, Tarsila e Oswald de Andrade e Braise Cendrars a Minas e ao Norte, em viagens que se tornaram memoráveis na história da cultura brasileira. Demonstrou assim a amplitude de seu horizonte intelectual. Na fazenda Santo Antônio, que, desde 1913, possuia em Araras, recebeu, com freqüência intelectuais e sua figura emerge do cenário rural no poema "Pau Brasil" de Oswald de Andrade:

"A nova poesia anda em Goffredo / que nos espera de Forde
numa roupa clara de fazenda /
É ele quem anda de plantação / e organiza a serraria como
um poema".

E no texto que acompanhou a efígie do varão nobilíssimo

no dia em que todo o escol de S. Paulo foi orar pela sua bela alma reencontramos o conceito justo de que ele "constituiu sua vida como quem escreve um poema".

No campo dos serviços à Coletividade, que sempre o atraiu, foi vereador, por vários mandatos, à Câmara de São Paulo, Presidente do Conselho Consultivo do Estado durante toda sua primeira vigência, Assessor Técnico da Corte Permanente de Justiça de Haia, Fundador e Presidente, por três vezes, da Sociedade "Amigos da Cidade", membro destacado da Comissão de Obras da Catedral de São Paulo, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Araras. Prefeito da Capital durante o Movimento Constitucionalista, criou o Parque Ibirapuera.

No âmbito cultural pertenceu ao Pen Center, à Sociedade Paulista de Estudos Filológicos, Presidente de Honra da Associação dos Cavaleiros de São Paulo e do Ateneu Paulista de História. Presidente do Liceu de Artes e Ofícios.

Ocupante da cadeira 4 da Academia Paulista de Letras, que tem como patrono o beato José de Anchieta. Pela sua dedicação às obras da sede da Academia no Largo do Arouche, recebeu o título de "Presidente de Honra Vitalício".

Na área da historiografia proferiu muitas e magistrais conferências, entre elas: "Os livros de frei Catulo", reminiscências de velhas fazendas mineiras (pronunciadas na requintada Vila Kirial), "A fundação de São Paulo", "A consagração da obra de Afonso de Taunay" e "Martim Afonso íntimo" (esta no Salão de D. Olívia Guedes Penteado).

Este o nosso confrade querido que, Grande-Senhor em todos os momentos de uma longa e nobilíssima vida, "cultivou as letras, cultivou a terra e partiu placidamente", como há 655 anos, o fez o seu patrono: o Rei D. Diniz — poeta, lavrador, protetor de trovadores e jograis e fundador da Universidade de Coimbra.

REVERENDO JORGE BERTOLASO STELLA

Eleito a 20 de outubro de 1927
Patrono — Peter Wilhem Lund.

Um perfeito guia espiritual com vocação acendrada para o estudo de assuntos exigentes de dilatado saber. Comprovam-no o tema da obra, sem similar entre nós, apresentada como credencial para o ingresso nesta casa — "Monoganismo Lingüístico" — e o Patrono que elegeu para sua cadeira: Peter Wilhem Lund, o sábio solitário de Lagoa Santa — o Pai da Paleontologia Brasileira, cujo Centenário de desaparecimento comemoramos, desta tribuna, neste ano. Trabalho originalíssimo "Introdução às Upanichades". Soube na plenitude reconhecer os altos méritos de

Bertolaso Stella a Academia Cristã de Letras — na qual ocupava a cadeira 19 — ao outorgar-lhe o título de Presidente de Honra.

Sua longa vida foi intransponível exemplo de amor ao saber e às Criaturas de Deus.

JOSÉ DE OLIVEIRA ORLANDI

Eleito a 16 de março de 1935
Patrono — Alberto Santos Dumont.

Graduado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da magnífica USP.

Dedicou-se a estudos geográficos, tendo escrito magistral monografia sobre aspectos fisiográficos de Casa Branca — a fidalga comuna do leste paulista — trabalho cujo mérito é expresso com relevo no prefácio de autoria do Prof. Pierre Deffontaines, figura exponencial da pleiade de doutos selecionada por Teodoro Ramos quando Armando de Salles Oliveira, evidenciando toda a sua estatura de estadista, fundou a USP.

No jornalismo destacou-se como redator do tradicional e prestigioso "O Estado de São Paulo".

FERNANDO FERREIRA DE GÓES

Eleito a 26 de novembro de 1960
Patrono — Luiz Gama

Este companheiro cintilante nos trouxe toda a incomensurável generosidade baiana, expressa nas doações que aos amigos fazia de suas magistrais obras em artísticas encadernações. E com generosidade ainda maior esbanjava talento, como, por exemplo, no primoroso discurso de recepção na douta Academia Paulista de Letras de nosso mestre Tito Lívio Ferreira, comentando com graça e percuciência a intérmina e já fastidiosa polêmica entre nobregueses e anchietanos ou a importância do documento na História.

Jornalista de excepcionais atributos, alcançou no campo difícil da crônica altitude de mui rara transposição. Faz-nos reviver com emoção e enternecimento o que viu, com sensibilidade de esteta e de enamorado, em "Outra face da Cidade", "Recordações chopinianas" e "Nos bairros por ai" — algumas jóias do opulento escrínio literário que é "O tecedor do tempo", "O Espelho infiel" — Prêmios Governo do Estado e Jabuti em 1966 — insere estudos e notas literárias que para o autor conquistaram, em definitivo, o proscênio de nosso mundo cultural.

Medularmente escritor, permaneceu imutável na fidelidade ao seu destino, sendo Membro da Comissão dos Convênios Culturais da Prefeitura e das Comissões Municipal e Estadual de Literatura.

No Panorama da Poesia Brasileira, contribuição preciosa da Editora Civilização Brasileira à nossa cultura, foi responsável pelos Vol. IV — o Simbolismo — e V — Pré-modernismo, afirmando-se, assim, como historiador de Literatura.

Conquistou com todos os méritos a cadeira 32 da APL, que tem como patrono Rangel Pestana, um dos expoentes maiores do jornalismo brasileiro, e cumpriu com brilho a predestinação da poltrona que ocupou na casa maior da cultura paulista; pois, seu antecessor, Lourenço Filho, embora voltado precipitadamente para os problemas do ensino, refulgiu, também, como jornalista.

A amplitude de seu labor como historiógrafo é dimensionada pela simples citação do título de alguns dos seus múltiplos escritos: "Pedro II" e "Campos Salles", da coleção Estadistas da América da Editora Globo, e "José Bonifácio", em "Homens de São Paulo", da Editora Martins".

GABRIEL MARQUES

Eleito a 4 de agosto de 1962
Patrono — Monteiro Lobato

A folha de Proposta de Gabriel Marques é de comovedora e envolvente simplicidade: "apenas o 2.º ano da velha e saudosa Escola Normal" e "apenas jornalista e escritor". Mas quanto talento e sensibilidade neste taciturno paranaense que foi um autodidata triunfador!

Sempre uma Criatura surpreendente!

Descreve-o com maestria Afonso Schmidt em seu livro "Lembranças", num trecho adotado como intróito da obra mais conhecida de Gabriel Marques: "Ruas e Tradições de São Paulo". Evoca-o como frequentador — muito jovem ainda — dos cafés literários: "um dos presentes mais ausentes, limitando-se a sorrir e sempre pensando em outra coisa". Num grupo de "grandes conversadores, era apenas ouvinte". De repente, em 1922, irrompe com seu primeiro livro: "Os Condenados", por sub-título "Contos Atrozes". Gabriel Marques, com seu feitio apagado, tinha-nos saido "um novelista à Gorki e à Poe": nos contos estão os porões do Bexiga, e os "botecos" do Piques e as pocilgas sem pão. O sub-mundo dos fins de linha de bonde. E assim fazia a história do cotidiano amargo da cidade estuante, o pensionista de morigerados hábitos da rua Tabatinguera.

Em 26 apresenta "Os esquecidos de Deus" que a Academia Brasileira de Letras, numa escolha suscitadora de candente polêmica, consagra com seu prêmio. E Gabriel, surpreso com que dele se lembrassem, responde com uma novela "O homem que não matou".

Mas, sempre imprevisível, surge na "Folha da Noite" com uma deliciosa série de reportagens, às quais dedica três anos com paixão e garra de pesquisador. Repete em São Paulo o feito de João do Rio na antiga Capital Federal com a imortalizadora "Alma encantadora das ruas". As crônicas, enfeixadas no livro "Ruas e Tradições de São Paulo", mereceram de Ruy Bloem uma carta que se encerra afirmando que o escrito de Gabriel Marques "fica na História de São Paulo como documento da fase de transição entre a pequena cidade dos fins do século passado e a metrópole gigantesca em que se transformou no Século XX". Estava consagrado o historiador!

E essa obra do autor com vocação para fixar o próprio ambiente da vida (já escrevera sobre Avaré, onde passou a infância pobre) foi a credencial maior do ingresso nesta casa do antigo e ensimesmado funcionário dos Correios e Telegráfos e do sisudo redator da Revista do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem.

ALCEU DE TOLEDO PONTES

Eleito — 16 de abril de 1966
Patrono — Rafael de Oliveira.

Jundiaense, formado em Ciências Contábeis, foi essencialmente jornalista e como tal um incansável narrador de ocorrências de sua laboriosa cidade — fulcro do surto ferroviário portador do progresso ao Planalto do grande destino paulista.

Foi Prefeito da urbe progressista em 1947.

Presente aos momentos de vibração cívica da Pátria, vemo-lo como Secretário da Comissão de Ouro para o Bem de São Paulo nos instantes gloriosos de 32.

Apaixonado pela sua terra, publica mais de 100 crônicas de carácter evocativo, bem definidas por alguns dos títulos: "Jundiaí viu um avião", "Um pouco da História de Jundiaí", "A Imperial visita". Memorável a oração "Adeus de Jundiaí ao Dr. Monlevade", bem como a "Caxias, nome tutelar".

Sua versatilidade legou-nos mais dois preciosos lavores: "Caras e caretas" — versos — e "O Viático" (temas religiosos).

LUIZ DE SOUZA LEÃO

Eleito a 19 de junho de 1971
Patrono — Domingos Souza Leão.

Luiz Souza Leão, descendente do patriciado agrário, nasceu no Engenho Moranos em Pernambuco. Muito jovem deslocou-se para São Paulo, no cumprimento de um genoroso destino: o de, como bem afirma o nosso brilhante confrade Alberto Prado Guimarães, num magistral artigo inserido no Diário Popular quando do desaparecimento do lidador intimorato: "ensinar os paulistas a muito estimarem sua terra". Sublimou essa missão, institivamente nobre, com o ferimento sofrido na Serra da Bocaina na luta pela Lei em 32.

Mais do que estudioso da História foi um seu destacado agente, na fâina viril de fundador de patrimônios na Noroeste e Alta Paulista, até atingir "ao grau superlativo de edificador, em 1929, de Tupã". A idéia do infatigável plantador de café e cidades era chantar no divisor das águas do Peixe e do Aguapei, em plena floresta virgem, um centro-chave que se constituisse em fulcro do envolver conjunto das zonas Noroeste e Sorocabana. Um núcleo-estímulo como os que os enfatuados tecnocratas de hoje — considerando-se os donos da idéia —, em sua linguagem pomposa e hermética, denominam "polo de desenvolvimento". E o êxito foi tão marcante que em novembro de 1938 Tupã era elevada a Município.

E Souza Leão tornou-se em vida o símbolo da trajetória solar do burgo que corajosamente fundara e na coletividade próspera ocupou todas as funções lideradoras, dignificando-as com seu labor profícuo e dando lições proveitosas, como, exemplo, a que fez com que — conforme refere Prado Guimarães — a gente simples do núcleo nascente não tocasse nos frutos das mangueiras que o pioneiro ideador fizera plantar para lhes propiciar sombra nos dias ásperos do verão. E o artífice da exemplar comunidade de labor documentou sua obra de vanguardeiro do progresso num belo escrito: "Fundação de Tupã".

Em Souza Leão saudamos os gigantes do trabalho e da audácia desbravadores dos sertões paulistas para consolidar nossa civilização tropical, um dos fatos capitais da História da Humanidade neste século de angústias e conquistas.

MÁRIO ROLLIM TELLES

Eleito a 20 de outubro de 1934

Durante toda uma longa vida, foi exemplo de honestidade na ação, traduzida em coerência no ideal político.

Líder nas atividades cafeeiras — decisivas definidoras do evolver econômico e social de São Paulo e, consequentemente, do Brasil. Como decorrência dessa liderança, presidiu duas vezes a Sociedade Rural Brasileira, foi Presidente da Associação Paulista de Cafeicultores e representante da Lavoura na Associação Comercial. Nascido em São Roque, graduou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Em 1911 fundou o Patrimônio de Terra Roxa, onde hoje floresce a cidade desse nome. No governo honesto e realizador de Júlio Prestes foi Secretário da Fazenda. Em 1940 retornou a essa Secretaria. Em 1945 foi candidato à Presidência da República pelo Partido Agrário Nacional. E quando vemos o misto de simplismo e empáfia com que os onipresentes tecnocratas hodiernos propalam encontrar-se em safras gigantescas remédio para nosso drama financeiro, creio pertinente esta pergunta: não teria um governo de diretrizes marcadamente agrárias, instalado há 35 anos, tornado muito menos árdua a trajetória do Brasil num mundo permanentemente ameaçado pela fome?

Como contribuição intelectual, Rollim Telles legou-nos: "Política de fraque e cartola", "Câmbio e café" e "Defesa da lavoura do Café".

ULYSSES LINS DE ALBUQUERQUE

Eleito a 2 de junho de 1962.
Patrono: Jerônimo de Albuquerque

Natural de Sertânia, no centro-norte de Pernambuco, nos domínios do alto Moxotó.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Membro da Academia Pernambucana de Letras e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Deputado Federal no período 46 a 55.

Como Agente Fiscal do Imposto do Consumo, viveu em São Paulo dois anos, o suficiente para vincular-se à nossa Província, ao ponto testemunhado pela carta que, em março de 62, enviou a um seu coestaduano — o nosso inovidável Cel. Tenório de Brito — dizendo: "constitui subida honra pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico do grande Estado que tanto admiro e onde encerrei minha carreira funcional".

Poeta de rara sensibilidade, publicou: "O Sol do Sertão", 1922, "Mestres e discípulos", 1927, e "Fogo e Cinzas", 1933. Fez editar ainda as memórias "Um sertanejo e o Sertão", 1957, e "Moxotó brabo" — aspectos históricos e sociológicos de uma região sertaneja, 1960.

PEDRO DE MAGALHÃES PADILHA

Eleito a 29 de setembro de 1973

Pedro de Magalhães Padilha, de porte atlético, elegante e rico de talento, desapareceu muito jovem, quando a Pátria ainda depunha tantas esperanças em seus méritos.

Creio que nada é mais adequado para testemunhar a gratidão de nosso Instituto ao moço Secretário de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do que transcrever excerto do parecer encaminhador de sua eleição firmado pelo inovidável Eurico Branco Ribeiro e o rigoroso Álvaro: "... com grandes serviços prestados à Cultura paulista, notadamente ao nosso Instituto em oportunidades várias, como cita a justificativa desta proposta".

HENRIQUE COSTA FERNANDES

Eleito a 5 de junho de 1948.

Correspondente domiciliado em São Luís do Maranhão.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife e Doutor pela Faculdade de Manaus.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras. Membro da Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional da cidade de São Luís — inavaliável jóia de nossa tradição arquitetônica e urbanística.

Professor catedrático de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito de Manaus. Deputado Estadual nas legislaturas de 1910 a 18. Juiz de Direito de Flores, Brejo e 4.ª Vara da Capital do Maranhão.

Procurador Geral do Estado do Maranhão, de 32 a 34.

Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado por 4 vezes.

A essa opulenta folha de serviços, acrescentou, como credencial para ingresso em nosso Instituto, estas valiosas obras: "Administração maranhense" (1822 a 1925), ensaio magnífico de história administrativa e política, "Bandeira do Brasil", e "Harmonia e Independência de Poderes".

PROF. HILTON FEDERICI

Correspondente Nacional domiciliado em Campinas

Patrono — Felix Guisard Filho.

Teve Hilton Federici o destino zenital de ser invariavelmente professor, desde a graduação, após curso brilhantíssimo, na

Escola Normal de Cruzeiro — sua cidade natal, no fidalgo vale do Império, da qual seria o emérito historiador — até as aulas memoráveis sobre Problemas Brasileiros na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Após uma trajetória (que Hobbes diria sagrada, por ser em missão de ensino), como professor de Geografia nos Ginásios de Caçapava, Itapira, Guaratinguetá e Cruzeiro, fixou-se em Campinas, lente com relevo do Colégio Culto à Ciência — estabelecimento que mantém, na aristocrática cidade que as andorinhas, perpetuadas no escrito fascinante de Rui Barbosa, amaram, alto o prestígio conquistado pela docência de Coelho Netto, Otoniel Mota, Camilo Vanzolini, Basílio de Magalhães e Garcia Redondo, e foi um dos anelos do sofrido Euclides da Cunha.

Campinas soube reconhecer-lhe o valor, conduzindo-o à sua Academia de Letras.

Como estudioso do preterito, publicou "História de Cruzeiro" e "Atas da Câmara Municipal de Cruzeiro", obra singular na historiografia brasileira, pois é rica de percucientes comentários sobre as sessões da edilidade da dinâmica comuna do vale das heráldicas palmeiras.

Ao, repentinamente, falecer, legou um original precioso referente a Símbolos Paulistas, que, por certo, em benefício da cultura brasileira, será impresso.

Em gesto de plena justiça a uma vida exemplar de Professor e de Cidadão, a um Ginásio Estadual foi imposta a denominação de Prof. Hilton Federici.

RENATO SÊNECA DE SÁ FLEURY

Correspondente domiciliado no
Rio de Janeiro
Eleito a 2 de julho de 1949.

Sorocabano, formado, pela tradicional e querida Escola Normal, outrora da Praça da República — o Instituto Caetano de Campos.

Em sua laboriosa cidade natal foi eleito Presidente Perpetuo do Centro Sorocabano de Letras. Lente, por concurso, de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal de Piracicaba, cargo no qual em 1943, se aposentou quando, pela segunda vez, o ocupava.

Diretor da renomada Escola Normal de S. Carlos (1932).

Teve como permanente e absorvente escopo de vida as atividades didáticas exercidas em grau de perfeição. Nesse campo se inscreve a dimensão maior de sua copiosa e valiosíssima obra: — Biografias, de finalidade cultural e cívica, de Santos Dumont, Duque de Caxias, Varnhagen, Bartolomeu de Gusmão e Taman-

daré, todas, numa inavaliável contribuição patriótica, editadas pela Companhia Melhoramentos.

De sua vastíssima colaboração na imprensa mencionamos, para evidenciar a preocupação do permanente professor: "O Visconde de Porto Seguro", "Sorocaba de antanho e de agora", inserta no "Diário da Noite", de São Paulo, e "Um monumento nas selvas", reproduzido em periódicos de todo o País.

Em maio de 1945, inscritos no seu campo de ação predileto — o didático — escreveu, para "O Estado de S. Paulo", dois artigos que se tornaram memoráveis e são ainda atuais sob o título: "A propósito de uma Universidade Popular".

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

Correspondente domiciliado em Tambaú — João Pessoa — Paraíba.
Eleito a 26 de fevereiro de 1966.

Em José Américo de Almeida são igualmente grandes o homem de cultura e o de ação. Antes de nos referirmos ao primeiro (aspecto precípuo no julgamento desta casa), mencionaremos o segundo que pode autodefinir-se em algumas das muitas luminosas e lapidares frases que marcam seus corajosos pensar e agir: "Governar não é assinar papéis, mas saber sentir e compreender"; "Pior que furtar é deixar furtar. São dois crimes em vez de um".

A ação e a palavra de José Américo estiveram, com repercussão nacional, presentes durante meio século por sua superior significação política. Desde a revolução de 30 até a Constituinte de 46, para a qual decididamente contribuiu com a histórica entrevista a Carlos Lacerda de 22 de fevereiro de 1945, marco inicial do derribamento do Estado Novo. Ocupando, antes e depois dessa ocorrência, cargos de Governo, foi fiel à sua consciência de homem público com a mesma autenticidade do participante do movimento modernista em nossas letras.

Do escritor e suas ligações com São Paulo temos notícia neste seu comentário ao referir-se à obra que o imortalizou — A Bagaceira: — "Senti, de certa forma, a revolução literária de São Paulo com a Semana de Arte Moderna de 22 e conclui que o Norte deveria também, dar uma resposta. Voltei-me para a terra e para o homem que representam outro estilo de vida".

E essa compreensão do espírito inovador paulista, traduzida em gratidão, fez com que o convocassemos para nosso núcleo de culto à Pátria, embora já lhe devessemos todos os preitos pelo muito que, com seu talento e carácter, realizou pelo Brasil, como Deputado Federal (eleito por grande maioria). Chefe do Governo Provisório no Norte em 1930, Ministro de Viação e Obras

Públicas, Senador da República e Ministro do Tribunal de Contas de União.

Conquistou relevante presença no panorama literário nacional ao fixar o retrato de uma época numa região sofrida do País. Com "A Bagaceira" propiciou a abertura de um dos ciclos capitais da literatura brasileira: o romance social nordestino. E prossegue com obra homogênea permanentemente em linha de espigão: "Coiteiros", "O Boqueirão", "Ocasos de sangue" e "Antes que me esqueça", que lhe proporcionou o título de "Intelectual do Ano" da União Brasileira de Escritores de São Paulo e da Folha de S. Paulo".

E a 28 de junho de 1967, recebido por Alceu Amoroso Lima, ocupou a cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras, que tem como Patrono a Tobias Barreto e fundador Graça Aranha.

Em José Américo saudamos o alto exemplo de que somente aferrados integralmente aos mais sólidos princípios morais o homem público e o cidadão privado podem real, ampla e permanentemente bem servir à Pátria e à Humanidade.

★

Ai está o que julguei, como preito de admiração e amizade, dever de essencial dizer-vos sobre as belas existências de nossos companheiros que fisicamente se foram no ano de trabalho que hoje se encerra de nossa entidade.

Para os extintos queridos nossa gratidão, nosso respeito e nossa saudade, traduzidos em preces!

ATA DA SESSÃO DE 9 DE JANEIRO DE 1980

Aos nove dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às 18 horas, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a primeira sessão administrativa do exercício, presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Geraldo Dutra de Moraes, 3.º Secretário, Padre Hélio Abranches Viotti, Lycurgo de Castro Santos Filho, Pedro Brasil Bandecchi, Duílio Crispim Farina, Roberto Machado de Carvalho, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Arrison de Souza Ferraz, João Gabriel Sant'Ana, Manoel Victor, Adáuto Fernandes de Andrade, Rudolf Robert Hinner, Reginaldo M. Miranda, Alberto Prado Guimarães, Joaquim Fernandes Moreira, José Bueno Oliveira Azevedo Filho. Aberta a sessão, o sr. Presidente deu a palavra ao 1.º Secretário, para leitura do Relatório das atividades do Sodalício, em 1979. Lido este, o sr. Presidente lembrou a conveniência de ser consultada a Sociedade Paulista de Orquidófilos, sobre a colocação, anualmente, em 7 de Setembro, no túmulo da Imperatriz Leopoldina, de algumas orquídeas, como vinha sendo feito desde 1954 e como fora estabelecido pelo Instituto, com a Ordem Religiosa do Rio de Janeiro, que tinha a seu cargo o depósito dos despojos da Imperatriz. Lidas, aprovadas e assinadas as atas das sessões anteriores, o sr. Brasil Bandecchi requereu que do Relatório constasse o dispositivo estatutário que facultava a transferência de associados, de uma para outra categoria, consoante o resolvido na sessão de 21 de março de 1979; o sr. Presidente sugere que se modifique, igualmente, a redação, na parte relativa ao Curso de Genealogia e Heráldica, a fim de que se assinale, bem claramente, que a promoção foi da Associação, digo Instituto Brasileiro de Genealogia, sob os auspícios do Instituto; a seguir, o sr. Tesoureiro discorreu sobre a vida econômico-financeira do Sodalício, apresentando ao final, o seguinte balancete que foi aprovado: "Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, C.G.C. número 62.926.977/0001-91 — Variação Patrimonial em 31 de dezembro de 1979. Variações Passivas: *Despesas:* Despesa c/ Pessoal — Cr$ 852.479,85. Despesa c/ Previdência — 68.533,06. Despesa c/ Cons. Prédio — 403.901,27. Despesa c/ Administração — 129.647,05. Despesa c/ Edição Revista — 188.645,00 — Total — 1.643.206,23. Variação Econômica — Patrimônio — 923.935.95. Variações —

Ativas — *Receita:* Patrimonial. Aluguéis — 1.162.641,87. Resp. p/ Cons. Edifício — 220.696,48. Total 1.383.338,35. Social: Medalhas e Carteiras Sociais — 550,00. Financeira — Juros vencíveis — 1.179.753,83. Subvenções — Banco Estado de S. Paulo S/A. — 3.500,00. Totais gerais — Variações Passivas — 2.567.142,18. Variações Ativas — 2.567.142,18 — Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 1979. Ativo — Ativo Imobilizado — Móveis e Utensílios — 302.561,88. Biblioteca — 4.400,00. Instalações — 16.828,00 — Telefone — 34.353,00. Total — 358.142,88. Ativo Financeiro — Caixa — 5.588,66. Bancos — 126.231,83. Bancos Prazo Fixo — 3.357.226,00 — Total — 3.489.046,49. Total Geral — 3.847,189,37. Passivo Permanente — 3.847.189,37. Total Geral — 3.847.189,37. aa) José Pedro Leite Cordeiro — Presidente. Joaquim Fernandes Moreira — 1.º Tesoureiro. José Geniculo Filho — Contador CRC — 7.224. Parecer da Comissão de Finanças — Tendo examinado o Balanço de Movimento Financeiro de 1979, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, encerrado em 31 de dezembro de 1979, bem como o livro caixa e todos os documentos e demonstrações que o ilustram, achamos tudo em perfeita ordem, podendo, por isso sugerir a sua aprovação, pelo plenário reunido conforme determina o art. n.º 30 dos Estatutos. Duílio Crispim Farina, Benito Serpa, Manoel Ubaldino de Azevedo. Aprovadas as contas supra, o sr. Presidente elogiou o trabalho do sr. Tesoureiro, salientando a eficácia de sua gestão, o equilíbrio e o interesse pelo patrimônio da sociedade e a correção exemplar com que vem gerindo a importante pasta confiada à sua competente administração. O sr. Arrison de Souza Ferraz, falando em seu nome e de seus confrades Heliodoro Tenório da Rocha Marques e Adauto Fernandes de Andrade, requereu um voto de pezar pelo falecimento do consócio dr. Ulysses Lins de Albuquerque, sócio correspondente, falecido no Rio de Janeiro; o sr. Brasil Bandecchi requereu voto de pezar pelo falecimento do Ministro da Justiça Petrônio Portella; os confrades Adauto Fernandes de Andrade e Heliodoro da Rocha Marques propuseram voto de pezar pelo falecimento do Cel. Médico José Torres de Rezende, da Polícia Estadual, sendo todos os votos aprovados. O sr. Rudolf Robert Hinner fez entrega, ao Sodalício de 200 — duzentos volumes da publicação norte-americana — "The National Geographic Magazin" — oferta da Baronesa Ana Mayer-Lingule; o sr. Presidente agradeceu; o sr. João Gabriel Santana propôs, e foi aprovado, um voto de pezar pelo falecimento de Dona Haydée Stein de Campos, irmã do 1.º Secretário; focalizou ainda o referido consócio, o magnífico trabalho do sr. Geraldo Dutra de Moraes, recentemente editado — "A Igreja e o Colégio de São Paulo" — elogiando a obra e apresentando congratulações com o autor e sua brilhante colabora-

dora, a pintora Beatriz Dutra. Destaca, ainda, a colaboração do ilustre confrade Duílio Crispim Farina, publicado no último número da Paulistânia, sobre os médicos no século passado. O sr. Presidente dá por aprovados os votos e o sr. Geraldo Dutra agradece a homenagem que lhe estava sendo prestada pelo Sodalício, pondo em relevo a colaboração que recebera do saudoso Cesar Salgado e do Padre Hélio Viotti, para a feitura de seu livro. Explicou que a renda dessa publicação destina-se ao altar da Capela de Anchieta, na cripta da Igreja e oferece à biblioteca do Instituto, um exemplar do livro sobre o Aleijadinho, de sua autoria, agora em versão alemã. O sr. Presidente agradece, convoca a todos para a sessão solene do dia 25 do corrente, às quinze horas, e declara encerrada a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme, será devidamente assinada. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos e Geraldo Dutra de Moraes.

ATA DA SESSÃO SOLENE DO DIA 25 DE JANEIRO DE 1980

Aos vinte e cinco dias de janeiro de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constante, 158, às quinze horas, reuniu-se em sessão solene o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes diretores e consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, 2.º Secretário, Mário Savelli, Orador Oficial, Lycurgo de Castro Santos Filho, Pedro Brasil Bandecchi, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Joaquim Fernandes Moreira, Pedro Ferraz do Amaral, Duílio Crispim Farina, Arrison de Souza Ferraz, Geraldo Sesso Júnior, Paul Donovan Kigar, Tsuneso Sato, Padre Hélio Abranches Viotti, Adauto Fernandes de Andrade, Geraldo Dutra de Moraes, Roberto Machado de Carvalho, Tácito Remi Macedo Van Langendonck, Rudolf Hinner, Eduardo Vilhena de Moraes, Alberto Prado Guimarães, Alberto Lemos, Odilon Nogueira de Matos, José Gonçalves Salvador, João Gabriel Santana, José Leandro de Barros Pimentel, Benito Serpa, Álvaro do Amaral, Alcindo de Brito, Raul de Andrada e Silva, Hélio Falchi e José Bueno de Azevedo Filho. Abertos os trabalhos, o sr. Presidente, após explicar a finalidade da sessão, deu a palavra ao Orador Oficial, sr. Mário Savelli. O distinto consócio leu, então, da tribuna, sua interessante palestra na qual rendeu homenagem aos fundadores de São Paulo e do Sodalício, examinando com muita argúcia e competência os problemas geo-econômicos que São Paulo tem à sua frente e as soluções que, a seu ver, seriam os caminhos mais indicados para os mesmos. Ouvido com grande interesse e atenção, o orador foi calorosamente aplaudido ao

encerrar sua instrutiva oração. O sr. Presidente renovou-lhe os agradecimentos do Instituto pelo excelente desempenho e, agradecendo a presença de todos, declarou encerrada a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme será devidamente assinada. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, Geraldo Dutra de Moraes.

ATA DA SESSÃO DE 6 DE FEVEREIRO DE 1980

Aos seis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se em sessão ordinária o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Tácito Remi de Macedo Van Langendonck, 2.º Secretário *ad-hoc*, Lycurgo de Castro Santos Filho, Odilon Nogueira de Matos, Geraldo Sesso Júnior, João Gabriel Santana, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Pedro Brasil Bandecchi, Roberto Machado de Carvalho, Benito Serpa, Duílio Crispim Farina, Raul de Andrada e Silva, Alberto Prado Guimarães, João Lanaro, Celso Melo Pupo, Adáuto Fernandes de Andrade, Pedro Ferraz do Amaral, Tsuneso Sato, Arrison de Souza Ferraz, Maria Amália Correa Giffoni, Manoel Victor, José Leandro de Barros Pimentel, Paulo Romano, D. Martinho Johnson, O. S. B., Hélio Falchi, Eduardo Vilhena de Moraes, Paulo Silveira Santos, Mário Savelli, Padre Hélio Abranches Viotti. Aberta a sessão, e verificando-se a ausência do 2.º Secretário e seus suplentes, o sr. Presidente Leite Cordeiro convidou o confrade Tácito Remi de Macedo Van Langendonck para compor a mesa, como 2.º Secretário *ad-hoc*. Procedeu-se, em seguida, com as formalidades do estilo, à recepção e posse do novo consócio João Lanaro que leu e assinou o respectivo termo de compromisso. Saudado pelo Orador Oficial, sr. Mário Savelli, em calorosa oração, o sr. João Lanaro agradeceu a afável acolhida do Instituto e leu, então, da tribuna, substancioso estudo biográfico sobre o seu patrono, o jornalista campineiro Álvaro Ribeiro. O sr. Presidente felicitou o orador pelo seu trabalho e concedeu a palavra ao Padre Viotti o qual justificou proposta de comemoração, pelo Sodalício, do centenário do Maestro Fúrio Franceschini, no seu entender o maior compositor de música sacra. Dada a palavra ao sr. Roberto Machado de Carvalho, este consócio, em brilhante improviso, discorreu longamente sobre a histórica cidade de Itu, relatando, com amplos subsídios históricos, todos os seus monumentos, numa visão panorâmica do que nos oferece a tradicional cidade paulista que está comemorando os 370 anos de sua fundação. Os oradores foram entusiasticamente aplaudidos e, com os agradecimentos

finais do Presidente, encerrou-se a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, será devidamente assinada. Vale a entrelinha que diz Fúrio. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, Geraldo Dutra de Moraes.

ATA DA SESSÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1980

Aos vinte e sete dias de fevereiro de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, realizou-se a segunda sessão ordinária do mês, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com a presença dos seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, José Leandro de Barros Pimentel, Vinício Stein Campos, Geraldo Dutra de Moraes, Alberto Prado Guimarães, Mário Savelli, Geraldo Sesso Júnior, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Tácito Remi de Macedo Van Langendonck, Honório de Sylos, José Benedito Silveira Peixoto, Pedro Ferraz do Amaral, João Gabriel Santana, Padre Hélio Abranches Viotti, Roberto Machado de Carvalho e José da Veiga Oliveira. O presidente José Pedro Leite Cordeiro abriu a sessão, compondo a mesa com o 1.º secretário Vinício Stein Campos, 3.º secretário Geraldo Dutra de Moraes e Padre Hélio Abranches Viotti, 2.º orador oficial. O presidente comunica o falecimento do dr. José de Oliveira Orlandi, sócio emérito do Instituto. Após proferir comovente discurso exaltando os méritos e as virtudes do extinto, requereu a inscrição, em ata, de um voto de profundo pezar, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, o sr. presidente solicitou ao 1.º secretário procedesse à leitura das atas relativas às três últimas sessões realizadas, sendo as mesmas aprovadas pelo plenário. Passando-se à votação secreta para admissão de novos consócios, foram eleitos em 2.º escrutínio, os seguintes candidatos ao quadro de Correspondentes Nacionais: Vivaldi Wenceslau Moreira, Mário Mazzuia, Amyr Borges Fortes, Edgard Bahiense D'Almeida Victor e José Pereira. Em seguida foram aprovados em primeira votação, os candidatos: Aristides Pilegi, para Sócio Titular e Enélio Lima Petrovitch, para Correspondente Nacional. Com a palavra o prof. Vinício Stein Campos pronunciou magnífico discurso, em homenagem ao transcurso do cinquentenário do tradicional "Correio de Capivari", órgão dos mais respeitáveis e prestigiosos do interior paulista. A seguir o sr. Vinício Stein Campos pediu licença para retirar-se a fim de proferir palestra programada na Associação Paulista de Imprensa, consoante compromisso por ele assumido anteriormente. Atendendo à solicitação, o presidente designa nos termos do Estatuto, o sr. Geraldo Dutra de Moraes para exercer as funções de 1.º secretário e, para o lugar de 2.º

secretário *ad-hoc* o consócio Tácito Remi de Macedo Van Langendonck. O sr. Alberto Prado Guimarães solicita a palavra para ler, na íntegra, uma antiga plaqueta, contendo extenso parecer de autoria do Ministro Alexandre Marcondes Filho, concernente à entronização de Cristo Crucificado. Com a palavra, o sr. presidente declara-se católico, apostolico, romano. Lembra, porém, "que o Estatuto do Instituto veda envolvimento em questões políticas, religiosas e raciais". O sr. Roberto Machado de Carvalho pede a palavra para memorar, em rápido improviso, o cinquentenário do falecimento do engenheiro Adolfo Augusto Pinto, nascido em 1855, na cidade de Itu, membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e fundador da cadeira n. 38, da Academia Paulista de Letras. Solicita que a efeméride seja registrada na ata dos trabalhos. Não desejando mais ninguém fazer uso da palavra, o sr. presidente José Pedro Leite Cordeiro agradeceu o comparecimento dos consócios e declarou encerrada a sessão. Para constar, lavrou-se esta ata que, lida e achada conforme, será devidamente assinada após a aprovação do plenário. Eu, Geraldo Dutra de Moraes, 3.º secretário, a escrevi e dou fé. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, Geraldo Dutra de Moraes.

ATA DA SESSÃO DE 5 DE MARÇO DE 1980

Aos cinco dias do mês de março de mil novecentos e oitenta, à rua Benjamin Constant, 158, nesta cidade de São Paulo, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sob a presidência do dr. José Pedro Leite Cordeiro, servindo de Secretários, respectivamente, 1.º e 2.º, Vinício Stein Campos e Tácito Remi de Macedo Van Langendonck, este *ad hoc*. Presentes, além dos componentes da mesa diretora dos trabalhos, os srs. Alcindo de Brito, Alberto Prado Guimarães, Mário Savelli, Francisco Cimino, Lycurgo de Castro Santos Filho, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Mário Mazzuia, Geraldo Sesso Júnior, J. Gabriel Sant'Ana, Issac Grinberg, Roberto Machado de Carvalho, Eduardo Vilhena de Moraes, Rudolf Robert Hinner, Reginaldo M. Miranda. Aberta a sessão, procedeu-se à solenidade de posse do novo consócio, sr. Mário Mazzuia, o qual foi a seguir saudado pelo Orador Oficial, sr. Mário Savelli. A palestra da tarde esteve a cargo do sr. Newton Gonçalves de Barros que leu interessante estudo sobre a tese: O Padre Manoel da Nóbrega e a Literatura Palingenética. O sr. Presidente felicitou o conferencista pelo seu trabalho, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Em tempo: Pelo sr. Mário Mazzuia foi escolhido para seu patrono no Sodalício, o Professor Anselmo Mazzola. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que

lida e achada conforme será devidamente assinada, José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 19 DE MARÇO DE 1980

Aos dezenove dias do mês de março de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, 2.º Vice-Presidente que assumiu a direção dos trabalhos na ausência do titular José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Geraldo Dutra de Moraes, 3.º Secretário no exercício da 2.ª Secretaria, pela ausência do titular Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, Mário Savelli, Orador Oficial, J. Gabriel Sant'Ana, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Pedro Ferraz do Amaral, Geraldo Sesso Júnior, Tácito Remi de Macedo Van Langendonck, Francisco Cimino, Alcindo de Brito, Alberto Prado Guimarães, Silveira Peixoto, Manoel Victor, Rudolf Robert Hunner, Paulo da Silveira Santos, Pedro Brasil Bandecchi, José da Veiga de Oliveira. Aberta a sessão, o sr. Presidente procedeu à outorga do Colar D. Pedro Primeiro ao sr. Professor Israel Morcka Rosenberg, o qual foi saudado pelo Orador Oficial, Mário Savelli. O agraciado agradeceu. Procedeu-se à votação das propostas preparadas para a sessão, foram eleitos: Aristides Pilegi, Sócio Titular e Enélio Lima Petrovich, Sócio Correspondente. O sr. Alberto Prado Guimarães, em palavras calorosas, registrou o falecimento do engenheiro Brasílio Borges e do escritor José Américo de Almeida, pondo em destaque o valor desses ilustres brasileiros. O sr. Odilon Nogueira de Matos referiu-se ao bi-centenário de nascimento de Saint Hilaire, sobre o qual dará uma notícia bio-bibliográfica, no n.º 97 da revista Bibliográfica e Histórica que edita em Campinas, pelo Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O sr. Brasil Bandecchi comunicou a edição de seu estudo denominado "Hermas e Monumentos Paulistanos". Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos e os convocou para a próxima reunião de 9 de abril vindouro, quando falarão os consócios Nelson Martins de Almeida, sobre a "História do Museu do Ipiranga" e Odilon Nogueira de Matos, sobre o tema: "Alguns Problemas da Pesquisa Histórica no Brasil". Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme será devidamente assinada. Nota: Acrescente-se o nome do sr. Leonidas Rhormens, ao voto de pezar proposto pelo sr. Prado Guimarães. Nada mais. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 9 DE ABRIL DE 1980

Aos nove dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Tácito Remi de Macedo Von Langendonck, Mário Savelli, Divaldo Gaspar de Freitas, Odilon Nogueira de Matos, Geraldo Sesso Júnior, Pedro Ferraz do Amaral, Roberto Machado de Carvalho, Arrison de Souza Ferraz, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Raul de Andrada e Silva, Pedro Brasil Bandecchi, Oscar Wierdespahn J. Gabriel Sant'Ana, Duílio Crispim Farina, Alberto Prado Guimarães, Eduardo Vilhena de Moraes, D. Martinho Johnson, O.S.B., Lycurgo de Castro Santos Filho, Nelson Martins de Almeida, José Gonçalves Salvador. Aberta a sessão, o sr. Mário Savelli, em bela e comovente oração, evoca a figura de Ibrahim Nobre, cujo 10.º aniversário de falecimento ora transcorre; fala igualmente sobre o centenário de nascimento do ilustre paulista Antônio Prado Júnior, fundador do Clube Atlético Paulistano e que exerceu com extraordinário destaque, na administração notável de Washington Luís, na Presidência da República, o cargo de Prefeito do Distrito Federal. O sr. Alberto Prado Guimarães, com a palavra, discorre sobre a personalidade de Antônio Prado Júnior, relatando curiosos incidentes da vitoriosa viagem do Clube Atlético Paulistano à França, em 1925. O sr. Nelson Martins de Almeida, com a palavra descreve em substancioso documentário, a história do Monumento do Ipiranga (prédio do Museu). O sr. Brasil Bandecchi lembra tratar-se de prédio destinado a assinalar o sítio histórico da proclamação da independência e fala sobre a Capela Imperial, onde Armando de Arruda Pereira concebeu o local para conservação dos sagrados despojos de D. Pedro I e Dona Leopoldina, fato que se completou, de 1954 a 1972. O sr. Presidente esclareceu a participação do Sodalício nessa obra. O sr. Odilon Nogueira de Matos, face ao adiantado da hora, solicita dispensa da apresentação do seu trabalho nesta sessão. O sr. Brasil Bandecchi sugere que se limite a uma conferência, as palestras das sessões culturais. O sr. Presidente acha que se deve atualizar o Estatuto do Sodalício, e informa que a próxima sessão será no dia 23. O sr. Presidente propõe que se registre nesta ata um voto de pezar pelo falecimento do irmão do sr. Tácito Van Langendonck. O sr. Secretário Vinício Stein Campos registrou a oferta da Editora Parma que enviou ao Sodalício os Cadernos de História, recentemente reeditados, com trabalhos valiosos de Lycurgo Castro Santos Filho, Leite Cordeiro, Brasil Bandecchi, Leonardo Arroyo e outros. O sr. Presidente agradece e oferece ao Instituto precioso estudo existente na Biblioteca de Ca-

racas, Venezuela, e de autoria do emigrado José Natividade Saldanha, que consta haver falecido na Colombia. O sr. Odilon Nogueira de Matos propõe que o sr. José Veiga Oliveira apresente numa das sessões do Sodalício, um trabalho sobre o Padre José Maurício. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme, será devidamente assinada. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA REUNIÃO DE 23 DE ABRIL DE 1980

Aos vinte e três dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Honório de Sylos, Lycurgo de Castro Santos Filho, Pedro Brasil Bandecchi, Raul de Andrada e Silva, Alberto Prado Guimarães, Odilon Nogueira de Matos, Geraldo Sesso Jr., João Gabriel Santana, Álvaro do Amaral, Pedro Ferraz do Amaral, Silveira Peixoto, Alberto Prado Guimarães, Roberto Machado de Carvalho, Isaac Grinberg, Armandino Seabra, D. Martinho Johnson, Rui Calazans, Délio Freire dos Santos. Aberta a sessão, o Sr. Presidente Dr. José Pedro Leite Cordeiro, convidou a mim, Pedro Ferraz do Amaral, 2.º tesoureiro, a assumir no momento a segunda secreria. Convidou para a mesa os consócios Rui Calazans de Araújo, Álvaro do Amaral, e Lycurgo de Castro Santos Filho, presidentes, respectivamente, do Automóvel Clube de São Paulo, do Ateneu Paulista de História e da Academia Paulista de História. Assim constituída a mesa diretora dos trabalhos, o primeiro secretário Vinício Stein Campos procedeu à leitura das atas das reuniões realizadas nos dias 19 de março e 9 de abril de 1980, as quais foram aprovadas sem emendas. O sr. Presidente referiu-se à necessidade de reforma dos estatutos sociais. Na hora do expediente, o sr. Presidente ofereceu ao Instituto cópia fotográfica da casa onde nasceu Dom Bernardo Rodrigues Nogueira, 1.º Bispo de São Paulo, bem como notas genealógicas a seu respeito. O consócio Odilon Nogueira de Mattos doou à Biblioteca o fascículo 97 da "Notícia Bibliográfica e Histórica" publicada em Campinas. A Associação Feminina de Servidores do Brasil consulta o Instituto sobre quem foi a primeira mulher servidora pública no Brasil. Posto o assunto em debate, resolveu-se que a indagação deveria ser feita ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por se tratar de assunto de âmbito nacional. Falaram a respeito os consócios Álvaro do Amaral, Rui Calazans e o sr. Presidente, tendo sido lembrados os nomes de Bartira e Ana Pimentel. A senhora Célia de Goés, filha do escritor Eurico de Goés, ofertou ao Instituto cópia da coleção de versos: — "Os Sertanistas",

legada por seu genitor. O consócio Isaac Grinberg ofereceu à Biblioteca seu recente livro "Gaspar Vaz, fundador de Mogi das Cruzes". O sr. Presidente, depois de se referir a cada um desses trabalhos, agradeceu aos doadores. Passando-se à sessão secreta para votação de propostas de novos sócios, o secretário Vinício Stein Campos leu a proposta do nome do Reverendo abade do Mosteiro de São Bento desta Capital, o sr. Dom Joaquim de Arruda Zamith, a qual trazia parecer favorável da Comissão de Sindicância. Estabeleceu-se discussão sobre a categoria em que poderia ser acolhido o proposto, chegando-se à conclusão de que o eminente prelado deveria ser considerado Sócio Honorário. Falaram a respeito os consócios, Silveira Peixoto, Álvaro do Amaral e Alberto Prado Guimarães, tendo este ressaltado que Dom Zamith foi estudante exemplar, detentor de quatro medalhas de ouro e que é hoje o mais moço dos abades da Ordem de São Bento no mundo, fazendo honra ao nome do Brasil. Em primeira votação a proposta para Sócio Honorário foi aprovada. Em seguida, foi objeto de atenção a proposta do nome do escritor Ariovaldo Corrêa para Sócio Correspondente Nacional que também foi aprovada em primeira votação. Nada mais havendo, o Sr. Presidente agradece a presença de todos e dá por encerrada a sessão. José Pedro Leite Cordeiro, ilegível, Tácito van Langendonck.

ATA DA REUNIÃO DE 7 DE MAIO DE 1980

Aos sete dias de maio de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Lycurgo de Castro Santos Filho, Roberto Machado de Carvalho, Honório de Sylos, Tsuneso Sato, Adauto Fernandes de Andrade, Alcindo Britto, Geraldo Sesso Jr., José Gonçalves Salvador, João Lanaro, Paulo Romano, Alberto Prado Guimarães, Isaac Grinberg, Pe. Hélio Abranches Viotti, Pedro Ferraz do Amaral, João Gabriel Santana e Mário Savelli. O sr. Presidente, convidou a mim Adauto Fernandes de Andrade, a assumir no momento a 2.ª secretaria. Aberta a sessão pelo Sr. Presidente, foi por ele lembrado o centenário da morte do Duque de Caxias, que está sendo comemorado por todo o território nacional, e com especial desvelo pelas Forças Armadas e Polícias Militares do país. Na oportunidade, lendo as Efemérides publicadas no "O Estado de S. Paulo" desta data, determinou, o Sr. Presidente, que fosse registrado em Ata o trecho referente àquele notável soldado, como se lê: "Duque de Caxias, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias morreu a 7 de maio de 1880 na fazenda de Santa Mônica, estação de Desengano, depois Juparanã no Mu-

nicípio de Valença, província do Rio de Janeiro. Veterano da guerra da Independência e do sítio de Montevidéu, e pacificador do Maranhão, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, comandante em chefe do Exercício brasileiro na guerra contra os ditadores, Oribes e Rosas e no período mais difícil da guerra do Paraguai. Nascera na Estrada (Rio de Janeiro) a 25 de agosto de 1803. Foi o general brasileiro que comandou forças mais numerosas, tendo sob a sua direção o maior exército que o Brasil tem formado, a esquadra em operações, as tropas argentinas e o contingente oriental, durante o assédio das linhas de Passo Pucu e Humaitá e as campanhas do Secuari e do Pikisiri. O Brasil deveu-lhe muitas das suas mais brilhantes e disputadas vitórias, entre as quais avultam as do Itororó, Avaí e Lomas Valentinas. Foram troféus das suas companhas no Paraguai 24 bandeiras e 353 canhões: Três vezes o Wellington brasileiro esteve à frente do governo de sua pátria, como presidente do Conselho de Ministros". (Barão do Rio Branco). Em seguida, pediu a palavra o consócio Barros Pimentel, para dizer do lançamento, como parte das referidas comemorações, do selo alusivo ao centenário da morte daquele bravo soldado, esclarecendo que o primeiro carimbo aposto num envelope selado, sobre o evento, foi feito pelo sr. Governador do Estado de São Paulo. Pelo Sr. Presidente foi dada a palavra ao primeiro orador inscrito, padre Hélio Abranches Viotti, que teceu comentários elucidativos sobre a vida de João Ramalho, desde o seu nascimento em Vouzela, Portugal; seu aparecimento em terras vicentinas, no litoral paulista, seu casamento com a índia Bartira, matrimônio que durou mais de 40 anos, seu trabalho ao lado dos jesuítas, bem como na fundação de Santo André, no planalto de São Paulo, sua excomunhão e, posteriormente, a sua volta à Igreja, até sua morte aos 110 ou 112 anos de idade. Falou, com ricos detalhes, do seu testamento que fez registrar no Cartório de Notas da Vila de São Paulo, nos idos de 3 de maio de 1580, na presença do juiz ordinário, Pero de Góes e mais quatro testemunhas; e que frei Gaspar da Madre de Deus fora uma das testemunhas presentes ao ato. Esclareceu mais, que, embora fosse posta em dúvida a autenticidade de tal documento, foi este, posteriormente, confirmado "in totum" pelo Dr. Washington Luís Pereira de Souza, renomado historiador patrício, que havia encontrado um resumo do mesmo durante as pesquisas que fizera, tornando-se portanto, fiel o que havia dito frei Gaspar em seu livro "Memórias de Frei Gaspar". Agradeceu, o Sr. presidente, em nome do Instituto Histórico, as elucidações do padre Viotti, ressaltando, também, a figura de Ramalho bem como a existência do referido Testamento, cujo centenário se comemora nesta data. Encerrado o assunto, foi dada a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Mário Pires, que falou a respetio da brasilidade dos paulis-

tas. Citou Alfredo Elis Jr. Taunay, estendendo suas considerações sobre o próprio brasão de São Paulo. Referiu-se, também, a um trabalho publicado, da autoria de Honório de Sylos, presente à Sessão, e do qual, disse o orador, extraiu suas notas para ilustrar a sua oração, naquela oportunidade. Ao referir-se a alguns fatos da nossa história, não se esqueceu de arrolar os nomes de Bartolomeu de Gusmão, Amador Bueno, o Aclamado; os irmãos Andrada, Mário de Andrade, Alcântara Machado, Cassiano Siqueira Campos, um dos "18 do Forte", morto quando regressava da Argentina com outros companheiros exilados, no acidente com um hidroavião da "Latecoere", próximo ao Uruguai. O Sr. Presidente agradeceu em nome do Instituto Histórico as palavras entusiastas e oportunas do orador, elogiando, também, o trabalho referido de Honório de Sylos. Logo em seguida, pede a palavra o consócio Prado Guimarães que tentou, muito emocionado, ler a carta de Paulo Bomfim endereçada ao grande tribuno Dr. Ibraim Nobre, já falecido, publicada pela imprensa paulista. Não podendo conter sua emoção, Prado Guimarães pediu que o Sr. Manoel Victor também presente à Sessão, terminasse a leitura daquele documento. Ao terminar sob uma salva prolongada de palmas pede a palavra dna. Maria Izaura Medeiros Gameiro, gaúcha de Porto Alegre, que, emocionada e numa linguagem fluente, pede a adesão do Instituto Histórico ao concurso que seu Estado está promovendo sobre a personalidade de Antônio Flores da Cunha, além de tecer comentários em favor de Osvaldo Aranha, figura política nacional e que, no seu entender, deveria também ser lembrado pelos filhos de São Paulo, pelos motivos que aduziu em sua oração, inclusive ser ele filho de paulista. Finalizando sob aplausos, o Sr. Presidente agradeceu as palavras da oradora e encerrou a Sessão, agradecendo a presença de todos. Em tempo: Na linha 25 da página 96, leia-se "ditadores em lugar de dilatadores"; na linha 26 da mesma página leia-se "Estrela" em vez de "Estrada"; Na linha 30 da página 96 verso, leia-se "História da Capitania de São Vicente", em vez de "Memórias de Frei Gaspar"; Na linha 11 da página 97, leia-se "Cassiano Ricardo", finalizando sua oração com uma especial referência a Antônio Siqueira Campos". Na ausência do titular, Sr. Vinício Stein Campos ocupou, "ad hoc" o seu lugar, o Sr. Alcindo Britto. José Pedro Leite Cordeiro, Tácito Remi de Macedo van Langendonck, ilegível.

ATA DA REUNIÃO DO DIA 21 DE MAIO DE 1980

Ata da sessão ordinária do dia 21 de maio de 1980. Aos vinte e um dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se o Ins-

tituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios, José Pedro Leite Cordeiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, Geraldo Sesso Jr., Odilon Nogueira de Matos, Raul de Andrada e Silva, Tácito Remi de Macedo van Langendonck, Isaac Grinberg, Bueno de Azevedo Filho, Alberto Prado Guimarães, Paulo de Silveira Santos, Paulo Romano, Cel. Adauto Fernandes de Andrade, Roberto Machado de Carvalho, Reginaldo Moreira de Miranda, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, D. Martinho Johnson, O.S.B., Mário Savelli, Pe. Hélio Abranches Viotti. O sr. Presidente, convidou a mim, Adauto Fernandes de Andrade a assumir no momento a 2.ª Secretaria. Foi a sessão aberta pelo Sr. Presidente que convidou para fazer parte da mesa o confrade Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente da Academia Campinense de Letras e da Academia Paulista de História e que, na oportunidade, simbolisava em sua pessoa, as diferentes autoridades presentes, entre as quais se encontravam o Cel. José Rufino Freire Sobrinho e a Dra. Hilda Macedo, ex-comandante da Polícia Feminina de São Paulo, respectivamente presidente e 1.º vice-presidente do Centro dos Oficiais da Reserva da Polícia Militar; professor Bueno de Azevedo, presidente da Sociedade Brasileira de Educação e Integração, além de outras personalidades. Em seguida, foram lidas e aprovadas as Atas das duas últimas Sessões do Instituto Histórico. Antes de entrar nos assuntos administrativos, o sr. Presidente deu a palavra ao engenheiro Mário Savelli, orador oficial do Sodalício. Inicialmente, discorreu ele sobre a figura de Ana Neri, cujo centenário de morte está sendo comemorado em São Paulo, de acordo com o programa elaborado pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração. Detalhou as atividades da homenageada, como enfermeira na Campanha do Paraguai, desde a sua inclusão no 10.º Batalhão de Voluntários Baianos, até a sua morte ocorrida a 20 de maio de 1880. Ressaltou em brilhantes pinceladas, o reconhecimento de toda a nação brasileira pelo seu trabalho assistencial durante a guerra, bem como sobre a fundação, no Rio de Janeiro da Escola Ana Neri para Enfermeiras e Assistentes Sanitários, não se esquecendo, por outro lado, de referir-se a Maria Quitéria de Jesus Medeiros, outra baiana ilustre que também prestou assinalados serviços nas lutas pela Independência do Brasil. Finalizando sua oração sobre essa figura notável que enriquece as páginas da nossa história, o orador referiu-se a Pedro Wilhelm Lund, nascido em 1801 em Copenhage e que, com a idade de 23 anos apenas, recebeu duas medalhas de ouro pelo seu trabalho sobre Zoologia e Botânica; tuberculoso, deixa sua terra natal, desembarcando no Rio de Janeiro, onde permaneceu durante quatro anos. Em 1829 retorna a Europa, para voltar ao Brasil em 1831, instalando-se, logo depois, em Minas Gerais, na região

do Rio das Velhas, onde continuou o seu trabalho de exploração paleontológica. Faleceu aos 80 anos de idade, aos 26 de maio de 1880. Foi ele o responsável pelas descobertas científicas da Lagoa Santa. É considerado o "Pai da paleontologia brasileira". Realizou, também, pesquisas sobre a flora e a fauna em Niterói, Nova Friburgo, Campos, Serra dos Orgãos e Vale do Paraíba. Suas memórias e material coletado na região de Lagoa Santa, foram remetidos para a Real Sociedade Científica Dinamarquesa. Prosseguindo, o orador falou de outra efeméride, o Sesquicentenário da morte do Pe. José Maurício Nunes Garcia, filho de mãe escrava, e cujo pai também era homem de cor, na cidade do Rio de Janeiro, nos idos de 1768. Tornou-se músico famoso. Tocava viola e violão, pois sendo muito pobre não podia adquirir o cravo. Assim, ganhava a vida tocando em orquestras, bandas e saraus. Com a morte de sua tia, fato este que o abalou profundamente, resolveu tornar-se sacerdote, sendo em 1792 sagrado diácono. Em 1798, foi nomeado Mestre da Capela da Catedral. Compôs mais de 400 peças entre músicas sacras e profanas. Com a chegada da família imperial ao Rio de Janeiro, em 1808, D. João VI nomeia-o inspetor da Capela Real, tornando-se uma figura de destaque na corte. Em 1816, morrem a rainha D. Maria I e a mãe do padre Maurício, ocasião em que compôs a Missa de Requiem. Mas, com a vinda da Europa de Marcos Portugal, músico e compositor de renome, a vida do padre Maurício na corte do Rio de Janeiro tornou-se muito difícil, dificuldade que aumentou com o regresso ao Velho Mundo, de D. João VI. E numa linguagem fluente e rica em detalhes, o orador prosseguiu, trazendo à assistência interessantes passagens da vida do padre Maurício. Encerrando esta oração, o sr. Mário Savelli continuou, para lembrar a figura de D. José Carlos Aguirre, 1.º bispo de Sorocaba, cujo centenário de nascimento também se comemorou este ano. Sacerdote em 1904, foi sagrado bispo de Sorocaba em 1924. Fundou a Faculdade de Medicina daquela cidade. Morreu a 8 de junho de 1973, aos 94 anos de idade, oito dias após ter rezado a sua última missa. Ao finalizar, o orador foi muito aplaudido pela assistência e cumprimentado pelo Sr. Presidente do Instituto Histórico, que lhe agradeceu, em nome do Sodalício, as palavras sobre os homenageados. Antes de encerrar esta primeira parte da Sessão, foi dada a palavra ao professor Bueno de Azevedo Filho que agradeceu a participação do Instituto Histórico nas comemorações do Centenário da Morte de Ana Neri, bem como ao engenheiro Mário Savelli pela oração que pronunciou sobre a homenageada. Em seguida, o Sr. Presidente encerrou a Sessão por cinco minutos, para o início da parte administrativa. Salientou e agradeceu às autoridades que compareceram ao Instituto Histórico naquela oportunidade. Ao reiniciar os trabalhos, após esse pequeno intervalo, o Sr. Pre-

sidente comunica aos presentes o recebimento de um exemplar do Manual de Ordens e Condecorações Européias, doado pelo Sr. Rodolfo B. Hinner e que seria encaminhado à Biblioteca do Instituto Histórico. Dando sequência aos trabalhos, o sr. Presidente comunica que seriam submetidas ao plenário, para a segunda votação, duas propostas, sendo uma delas para Sócio Honorário do Instituto Histórico e a outra para Sócio Correspondente Nacional. A primeira referia-se a Dom Joaquim de Arruda Zamith — O.S.B., e a segunda ao Sr. Ariovaldo Correa. Ambos tiveram votação favorável sendo, pois, declarados sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo nas respectivas categorias. Encerrada a votação, com a proclamação dos novos sócios, foi dada a palavra ao confrade Roberto Machado de Carvalho que falou sobre a importância da imprensa escrita, salientando a passagem dos 75 anos de vida do jornal "A Federação", editado na cidade de Itú. Sua fundação data de 13 de maio de 1905, e foi através de suas páginas que se pode divulgar a história republicana daquela cidade. O orador solicitou o registro em Ata desse acontecimento, bem como um voto de júbilo a ser transmitido à direção do referido jornal, juntamente com um voto de congratulação ao Instituto Histórico. Pelo Sr. Presidente foi dada a palavra ao padre Viotti que discorreu sobre a data da Beatificação do Pe. Anchieta, em Roma, e sobre as comemorações que serão realizadas em São Paulo a esse respeito, ao mesmo tempo em que fazia um convite ao Instituto para a conferência que irá pronunciar sobre Anchieta, na Academia Cristã de Letras, onde deverão ocupar a Tribuna, durante uma semana vários consócios. O sr. Presidente solicitou que o Padre Hélio Abranches Viotti e o Sr. Álvaro do Amaral representassem o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo nessas conferências. Solicitado pelo Sr. Presidente, o Padre Viotti por quinze minutos discorreu eruditamente sobre as relíquias de Anchieta. Na ausência do titular Sr. Vinício Stein Campos, ocupa "ad hoc", o seu lugar o Sr. Tácito Remi de Macedo van Langendonck. Nada mais havendo, o Sr. Presidente agradece a presença de todos e dá por encerrada a sessão. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, ilegível.

ATA DA REUNIÃO DO DIA 4 DE JUNHO DE 1980

Aos quatro dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Pedro Brasil Bandecchi, Miguel Angelo Barros Ferreira, J. L. Barros Pimentel, Heliodoro T. R. Marques, Geraldo Sesso Jr., Roberto

Machado de Carvalho, Mário Savelli, Pedro Ferraz do Amaral, Tácito R. M. van Langendonck, Isaac Grinberg, Adáuto Fernandes de Andrade, Alberto Prado Guimarães, Lycurgo Castro Santos Filho, Tsuneso Sato, Paul Donovan Kigar, Ricardo Roman Blanco. Na ausência do titular, ocupou "ad hoc", o Sr. Adáuto Fernandes de Andrade, sendo em seguida declarada aberta a sessão pelo Sr. Presidente. Dando início aos trabalhos, o sr. Presidente nomeou uma Comissão para introduzir no plenário o novo consócio J. Pereira, que tomava posse, como Sócio Titular do I H. G. S. P. Foi o mesmo recebido com uma salva de palmas e cumpridas as formalidades legais. Numa breve alocução, o Sr. Presidente falou sobre a personalidade do novo membro do Instituto e do significado da sua eleição, referindo-se, ainda, a uma conferência proferida pelo jornalista J. Pereira, antes mesmo da sua inclusão no quadro social do Sodalício. Antes, porém, de dar a palavra ao Orador Oficial do Instituto, engenheiro Mário Savelli, para saudar o novo confrade, o Sr. Presidente lembrou que "O Estado de S. Paulo" de 3 do corrente mês publicou um Edital de Convocação dos sócios do Instituto, para discussão da proposta de reforma do Estatuto, que se resume na institucionalização das insígnias representativas do Sodalício, emblemas da entidade, o Colar e o distintivo individual de seus associados contexto estatutário de dispositivos que não mais interessam, bem como a substituição do Capítulo XIII. Encareceu também, o Sr. Presidente, a necessidade da presença, dia 18 do corrente mês, de pelo menos 30 associados para que se possa discutir a matéria. Em seguida, deu a palavra ao Orador Oficial do Instituto, o qual, numa breve e rica oração, discorreu sobre a personalidade do novo membro do Sodalício, o jornalista J. Pereira, conhecido como historiador e economista. Ao citar a sua filiação a outros centros de cultura de São Paulo, o orador falou de suas obras, destacando "Maravilhas do Conhecimento Universal" e uma conferência pronunciada há tempos, intitulada "A Palavra na Comunicação". Terminada a oração com uma salva de palmas dos presentes, o Sr. Presidente endossou as referências de Mário Savelli sobre a personalidade do novo membro que, ao usar da palavra, agradeceu ao orador as referências a seu respeito, salientando, também, a sua emoção por vir a integrar o quadro social do Instituto Histórico. Ao abordar a figura do seu patrono, o poeta Guilherme de Almeida de quem era amigo e discípulo, não deixou de declamar alguns dos poemas preferidos por aquele, dentre os quais destacou os versos de "Esta Vida", com que, o "principe dos poetas brasileiros", o poeta Guilherme de Almeida, brindava as normalistas da Escola Padre Anchieta, desta cidade, quando o procuravam em seu gabinete de trabalho. Não se esqueceu o orador de referir-se com especial carinho à TV.

Educativa, na análise de Guilherme de Almeida. Para o orador, ele era puro, sincero, corajoso e autêntico. Ao terminar, debaixo de calorosas palmas, o Sr. Presidente agradeceu em nome do Instituto as palavras de J. Pereira, salientando as justas homenagens a Guilherme de Almeida. Novamente o Sr. Presidente dá a palavra ao engenheiro Mário Savelli, que discorreu, numa oração fluente, sobre o 4.º Centenário da morte de Luís de Camões, lamentando a ausência de Hilário de Carvalho que, na sua opinião, se estivesse presente à sessão, poderia, com mais conhecimento discorrer sobre o homenageado. Ao cuidar da biografia de Camões, falou das dúvidas surgidas quanto à verdadeira data para a comemoração desta efeméride, fixando-se porém, por motivos sobejamente conhecidos, na data de 10 de junho de 1580, muito embora haja quem propugne 1579. Citando a sua linhagem fidalga, destacou a figura de Simão, seu pai, como fidalgo cavaleiro, e de sua própria pessoa que, aos 25 anos de idade, já era escudeiro. Relacionou o orador o sobrenome Camões com a ave Camão. Lembrou o orador a obra prima de Camões, "Os Lusíadas", retirada do prelo pela Santa Inquisição, mas que sobreviveu até aos nossos dias com as glórias merecidas que a cercam. Ao falar do nascimento de Camões, lembrou Mário Savelli a disputa ainda acirrada entre Alenquer, Coímbra e Santarém, cada qual defendendo ser o berço natal do homenageado, e cuja alcunha, "Otrinca forte", destaca-o como homem valente e galanteador. Com uma grande salva de palmas o orador finalizou a sua oração, tendo o Sr. Presidente endossado as suas palavras, salientando ainda outras facetas da personalidade de Camões, considerado o poeta da raça. Em seguida, o Sr. Presidente lamentou o falecimento de três confrades, aos quais o Instituto rende a sua homenagem: Carlos Borges Schmidt, Pedro Magalhães Padilha e Gabriel Marques. Imediatamente foi dada a palavra ao confrade Barros Ferreira, que leu a sua brilhante oração, referindo-se, primeiramente, ao grande número de sepulturas de brasileiros existentes em Moçambique. Estendeu, ainda, as suas considerações, ao relacionamento político do Brasil com Portugal, e sobre as constantes viagens de seus patrícios às colonias portuguesas de além-mar. Citou, entre outros, a estada de Vasco Fernandes Coutinho na Índia e a morte de Aires da Cunha nas costas do Maranhão, em nosso país. Teceu comentários a respeito da vinda de Tomé de Souza ao Brasil, bem como sobre as atividades do seu governo. Ao terminar sua oração muito aplaudida, Barros Ferreira ofereceu ao Instituto Histórico algumas fotografias do edifício em que se assinou o Tratado de Tordesilhas, bem como um exemplar do Acordam e Sentenças Proferidas pelo Conselho e Desembargo de El Rei D. José I a respeito dos Távoras e um outro sobre "o Tratado com o Brasil". O Sr.

Presidente agradeceu em nome do Sodalício, enaltecendo o valor de tais relíquias históricas. Dada a palavra ao consócio Vinício Stein Campos, este falou com muito entusiasmo sobre a recondução à presidência do Instituto Histórico de Mato Grosso do senhor Luís Felipe Pereira Leite, fato este muito significativo para todos nós. Referiu-se, outrossim, à outorga da Medalha da Marinha ao homenageado, em ato público realizado, na base de Ladário, naquele Estado, solicitando, que o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo se associasse a esta homenagem a Luís Felipe Pereira Leite, através de um ofício de congratulações. O Sr. Presidente pediu que o próprio confrade Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, tomasse as providências necessárias. Como ninguém mais quis fazer uso da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos e encarecendo, mais uma vez, a necessidade do comparecimento dos associados à Sessão Administrativa do dia 18 próximo. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, ilegível.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL CONVOCADA PARA VOTAÇÃO DE PROPOSTA DA DIRETORIA, DE ALTERAÇÕES PARCIAIS NO ESTATUTO DO INSTITUTO HISTÓRICO

Aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, às dezoito horas, à rua Benjamin Constant, 158, reuniu-se em Assembléia Geral o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por convocação de sua Diretoria, para o fim especial de decidir sobre a reforma parcial do Estatuto, consoante editais de convocação publicados pela imprensa e afixados na sede-social do Sodalício. A mesa, sob a Presidência do respectivo titular, José Pedro Leito Cordeiro, teve como secretários, respectivamente primeiro e segundo, Vinício Stein Campos e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho. Após verificar a presença de número legal, dado o comparecimento de quarenta e seis — 46 — consócios, que apuseram as suas assinaturas em livro para esse fim destinado, entrou no exercício de suas atribuições, declarando o sr. Presidente abertos os trabalhos da Assembléia e propondo as seguintes alterações no atual Estatuto: "Proposta de Reforma do Estatuto: A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no uso de suas atribuições, de conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 6.º, do Estatuto, propõe ao Sodalício as alterações estatutárias constantes do presente diploma, tendo em vista que se tornam necessárias as modificações propostas, pelos fundamentos que passar a expor: — a) — institucionalizar por via estatutária, insignias representativas do Sodalício, emblemas da entidade, bem como o colar e o distintivo individual de seus asso-

ciados; b) — completar, atualizando-os, vários dispositivos do Estatuto, a fim de que atendam com mais propriedade às atuais necessidades funcionais do Instituto ao mesmo tempo em que facultem à Diretoria melhor desempenho no exercício de suas atribuições; c) — erradicar, do contexto estatutário os dispositivos que não mais se justificam em razão da atual estrutura da entidade, ou que já se encontram integrados em outros artigos e parágrafos do Estatuto. Foram então debatidas e votadas as seguintes, alterações: Substituir o Capítulo XIII — pois que a matéria constante de suas disposições transitórias já se cumpriu, por nova redação, assim elaborada: (nota: para redação do texto destas alterações a presidência designou os consócios Pedro Ferraz do Amaral, Mario Savelli e Manoel Victor, que apresentaram a redação a seguir transcrita): "Artigo 51 — digo, Alterações do Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Capítulo II — No artigo 10 é acrescentado: "... nos quadros respectivos. Serão transferidos para as categorias Correspondente Nacional e Correspondente Estrangeiro, conforme o caso, os sócios da Categoria Titular que passarem a residir em caráter permanente fora do Estado de São Paulo. "Capítulo III — A letra b do Art. 14 fica assim redigida: "Discutir, votar, eleger e ser eleito ou nomeado para qualquer cargo. Parágrafo único — O estabelecido neste artigo digo nesta letra não se aplica aos Sócios Honorários que ingressarem na entidade após a data de aprovação deste Estatuto". Capítulo IV — No art. 15, o parágrafo único é substituído por: "O Presidente, dois Secretários e o Orador Oficial constituem a mesa nas sessões ou assembléias". Capítulo IX — Art. 35 — Parágrafo único: Não será permitida a reeleição para o mesmo cargo por mais de dois mandatos completos, exceptuando-se os cargos de 1.º e 2.º Bibliotecários, de Hemerotecário e de Diretor do Museu Arquivo e Documentação, em virtude do caráter técnico de suas funções". Capítulo XIII — Das insígnias do Instituto: Art. 51 — Ficam oficialmente adotadas como insígnias do Instituto: a bandeira, o "ex-libris", o emblema, o colar e o distintivo dos associados. § 1.º — A bandeira, retangular, é constituida por uma faixa horizontal azul-ferrete, compreendida entre duas outras amarelo-ouro, tendo no centro do campo o emblema da entidade. § 2.º O emblema, de forma circular, é orlado por uma faixa com a designação Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e, no campo interior, contém o globo terrestre ladeado por dois livros superpostos e um manuscrito parcialmente desenrolado e a inscrição latina: HIC DOMUS, HAEC PATRIA EST - QUOTIDIE ALIQUID AD DISCENTEM; § 3.º O colar, insígnia dos sócios de todas as categorias, consta de medalha de forma circular, de bronze dourado com 50 milimetros de módulo, encimada por uma coroa de louros digo

módulo, tendo estampado no anverso o emblema do Instituto. A medalha, encimada por uma coroa de louros atravessada por uma pena, pende do colar cujos élos são conectados por pequenas coroas de louro e miniaturas da própria medalha. § 4.º — O "ex-libris" tem por motivo central o emblema da entidade e mais o Candieiro, o Livro e as Palmas simbolizando a Razão, a Erudição e a Eloquência. § 5.º — O distintivo reproduz o emblema do Instituto descrito no parágrafo 2.º deste Artigo". A assembléia aprovou, por unanimidade, as alterações acima transcritas. Para constar lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada, na forma regulamentar. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, ilegível.

Em seguida, após trinta minutos de intervalo, no mesmo local e hora, presentes os mesmos consócios que registraram as suas assinaturas no livro de comparecimento, o Presidente José Pedro Leite Cordeiro, Secretariado, respectivamente pelo 1.º Secretário, Vinício Stein Campos e 2.º Secretário Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, submeteu de novo todo texto das alterações aprovadas na assembléia anterior destacando um a um todos os Capítulos, Artigos e Parágrafos modificados pela proposição da Diretoria, de conformidade com o que dispõe, a este respeito, o Estatuto em vigor. A matéria foi novamente aprovada, por unanimidade, como o havia sido na Assembléia anterior, pelo que fica a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo credenciada a providenciar as competentes averbações, no cartório respectivo, para que elas se integrem de direito no corpo do Estatuto da entidade e produza todos os seus efeitos. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme será devidamente assinada. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho.

ATA DA SESSÃO DO DIA 2 DE JULHO DE 1980

Aos dois dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à Rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Lycurgo de Castro Santos Filho, Mário Savelli, Alberto Prado Guimarães, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Adauto Fernandes de Andrade, Alfredo João Rabaçal, José da Veiga Oliveira, Isaac Grinberg, Odilon Nogueira de Mattos. Na ausência do titular, ocupou a 2.ª Secretaria *ad hoc*, o Cel. Adáuto Fernandes de Andrade. Presentes os consócios e havendo número regimental, o sr. Presidente declarou aberta a Sessão. Antes de discutir os assuntos em pauta, o

senhor presidente referiu-se à Beatificação do Padre José de Anchieta, à repercussão deste fato, não só dentro da própria Igreja Católica, como também entre o povo brasileiro, e também se referiu à visita de Sua Santidade o Papa ao Brasil. Em seguida, leu uma proposta assinada e encaminhada pelo consócio Geraldo Sesso Júnior, através da qual ele solicita a entronização da imagem do Cristo no Instituto Histórico, a exemplo do que acontece nas repartições públicas do Estado. Ponderou, o senhor presidente, em aditamento à leitura da referida proposta, que as exigências estatutárias do Sodalício não proíbem essa providência, uma vez que o assunto não envolve propriamente uma discussão política ou religiosa mas, apesar disso, deixa ao plenário a decisão. Dada a palavra aos senhores confrades, ninguém se manifestou, razão pela qual foi a proposta colocada em votação, obtendo a sua aprovação por unanimidade. Em razão disso, o senhor presidente nomeou uma comissão para a escolha do melhor lugar para a entronização de Cristo, composta dos seguintes consócios: Geraldo Sesso Jr., Mário Savelli, Com. Joaquim Fernandes Moreira e Alberto Prado Guimarães. Logo após, o senhor presidente dá ciência ao plenário do falecimento de Renato Sêneca Fleury e Hilton Federici, lamentando o desaparecimento de tão ilustres figuras e determinando, o registro em ata do lutuoso acontecimento. Pelo senhor presidente foi dada a palavra ao consócio Roberto Machado de Carvalho que, numa síntese muito rica, falou sobre a presença do Papa no Brasil em sua visita pastoral, para depois abordar a vida e a obra de Madre Maria Teodora Voiron. Falecida aos 84 anos de idade, depois de 60 anos de verdadeiro apostolado no país, foi ela dedicada diretora do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio da cidade de Itú, e a primeira Superiora Provincial das Irmãs de São José, no Brasil. Nascida em Chamberry, na França, no dia 6 de abril de 1835, fazia aos 15 anos de idade os votos de noviciado. Seu desembarque no Rio de Janeiro, a caminho de Itú, deu-se a 24 de maio de 1845, com aproximadamente 19 anos de idade. Muito jovem para assumir a direção daquele Colégio, resolveu o bispo D. Antônio Joaquim de Melo confiar esse trabalho a uma outra irmã, o que não desapontou Madre Maria Teodora destacada pela sua congregação para assumir tal cargo. Mas, depois de quatro meses de observação o próprio bispo D. Antônio convenceu-se do seu engano, entregando a Madre Teodora a direção do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio. Destacando-se com especial desvelo na educação feminina e na assistência social, Madre Maria Teodora deixou o rastro de sua passagem por vários pontos do nosso Estado, onde fundou outros colégios. Por tudo quanto fez em sua laboriosa luta terrena, e pelas graças alcançadas por intercessão desta serva de Deus, há muitos anos, foi iniciado o processo para

a sua Beatificação, o qual espera a aprovação final. O orador encerrou a sua magnifica oração sob uma calorosa salva de palmas. Dada, em seguida, a palavra ao confrade Mário Savelli, ocupou ele a tribuna para fazer uma rápida referência a várias figuras exponenciais das ciências, das artes e da política nacional, detendo-se demoradamente na análise da figura de Luís Gonzaga Pinto da Gama, conhecido pela sua luta abolicionista. Filho de um fidalgo português e uma escrava liberta, fora vendido como escravo aos 10 anos de idade. Falou da sua passagem rápida pelas fileiras da então Força Pública do Estado de São Paulo, para depois exercer as funções de copista e amanuense de Cartório. Segundo as palavras do orador, Luís da Gama conhecia bem as leis, fato este que o ajudou na luta pela libertação de seus irmãos de cor, e na fundação do Partido Republicano de São Paulo. Faleceu aos 52 anos de idade, isto é, 6 anos antes de ser decretada a abolição da escravatura no Brasil. Ao terminar suas palavras, foi o orador ovacionado pela assistência e saudado pelo senhor presidente que se referiu à justa homenagem que se prestava a Luís Gama à qual se incorporava o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Dada, em seguida, a palavra ao consócio Brasil Bandecchi, inicialmente ele felicitou o Orador Mário Savelli pela sua brilhante exposição de fatos sobre Luís Gama. Depois fez um retrospecto da vida política nacional, elogiando a atitude do General Madeira, ao se colocar ao lado do rei de Portugal para não traí-lo, embora estivesse, de coração, ao lado dos brasileiros que lutavam pela independência do Brasil, que ele também amava. Voltando à luta pela libertação dos escravos, lembrou que Luís Gama não havia frequentado nenhuma Faculdade de Direito, pois ele era "rabula" e não bacharel, condição esta, porém, que não o desmerecia. E que seria honroso para a Faculdade do Largo São Francisco, se ele a tivesse frequentado. Finda a sua oração complementando as palavras de Mário Savelli, Brasil Bandecchi recebeu calorosas palmas. A palavra foi concedida ao consócio Alberto Prado Guimarães que visivelmente emocionado referiu-se à oração do Santo Padre João Paulo II, proferida em sua visita ao Rio de Janeiro e transcrita no "O Estado de São Paulo". Prado Guimarães considerou uma dádiva de Deus essa visita pastoral do Papa ao Brasil, lembrando a Beatificação do Padre José de Anchieta, e o processo em tramitação há anos iniciado a respeito da Beatificação de Madre Maria Teodora Voiron, biografada pelo consócio Roberto Machado de Carvalho. Ao referir-se à Homília do Papa, destacou Prado Guimarães as palavras que havia lido antes: "o homem nasce livre e o homem livre não pode ser escravo de nenhum modo". Destacou, ainda, Prado Guimarães, a figura de Luís Vaz de Camões, já homenageado pelo Sodalício e pela imprensa nacional. Por fim,

lembrou a sua passagem por Marília, quando se dedicava à cultura do algodão, trazendo vivas lembranças às dificuldades pelas quais passara na época, e os tropeços encontrados para escrever uma conferência a fim de ser lida no Clube daquela cidade. O título, "Português" o bandeirante da Europa", já trazia em si mesmo o roteiro seguido pelo autor, roteiro este entremeado por vários trechos dos "Lusíadas", razão por que Prado Guimarães admite ser o verdadeiro autor do seu trabalho o próprio Camões. O orador terminou, recebendo palmas e cumprimentos do plenário. Em seguida, o senhor presidente dá a palavra ao consócio Veiga Oliveira que abordou a figura de Miguel Arquerons, recentemente falecido, e lembrou-o como técnico de musica vocal. Esclareceu ter sido ele quem deu ao Coral Paulistano uma estrutura firme, tanto que pode se apresentar no Teatro Municipal com muito sucesso. Era ele detentor do prêmio de Melhor Regente Coral. Ao encerrar sua brilhante e rica oração o orador foi cumprimentado pelo senhor Presidente, que também se referiu, num resumo rico e elucidativo, ao músico Miguel Arquerons. Nada mais havendo para ser tratado na referida sessão, o sr. Presidente encerrou os trabalhos. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 16 DE JULHO DE 1980

Aos dezesseis dias de julho de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se em sessão ordinária administrativa o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os consócios: Lycurgo de Castro Santos Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência em virtude da ausência eventual do titular, José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, 2.º Secretário, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Pedro Ferraz do Amaral, Reginaldo Moreira de Miranda, Padre Hélio Abranches Viotti, Luís Vanderley Torres, Geraldo Sesso Júnior, Alberto Prado Guimarães, Honório de Sylos, Adauto Fernandes de Andrade, Odilon da Costa Manso, João Gabriel de Santana e Alcindo de Brito. Instalados os trabalhos passou-se a decidir, em sessão secreta, sobre as propostas de novos sócios correspondentes do Instituto, na categoria de Correspondente Nacional, respectivamente Luís Vital Duarte, de Olinda, Pernambuco, Rui Vieira da Cunha, do Rio de Janeiro. Foram ambos aprovados em 1.º escrutínio. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. Para constar lavrou-se a presente ata que será assinada depois de lida e achada conforme. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 6 DE AGOSTO DE 1980

Aos seis de agosto de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Geraldo Dutra de Moraes, 3.º Secretário, no exercício da 2.ª Secretaria, Mário Savelli, Lycurgo de Castro Santos Filho, Ulysses Lemos Torres, Geraldo Sesso Júnior, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Geraldo Dutra de Moraes, Álvaro Amaral, Paul Donovan Kigar, Roberto Machado de Carvalho, Joaquim Fernandes Moreira, Paulo Romano, Francisco Cimino, Eldino Brancante, José Leandro de Barros Pimentel, J. Gabriel Santana Alberto Prado Guimarães. Abertos os trabalhos, procedeu-se à solenidade de posse, com as formalidades de estilo, do novo consócio titular Aristides Pileggi, o qual escolheu para seu patrono, o saudoso Armando de Arruda Pereira. O sr. Presidente fez a entrega da Medalha Alexandre de Gusmão, ao sr. Renato Gouveia. Tanto o agraciado quanto o novo consócio foram saudados pelo Orador Oficial Mário Savelli. Foram oferecidos à Biblioteca, pelo sr. José Leandro de Barros Pimentel e Mário Mazzuia, respectivamente, um exemplar do Osservatore Romano, edição especial em português, relativa à visita do Papa João Paulo II, ao Brasil, um retrato de João Paulo II para o Museu e um exemplar de livro histórico sobre Jundiaí. O sr. Presidente interrompeu por alguns minutos a sessão, para serem cumprimentados o consócio Pileggi e o sr. Renato Magalhães Gouveia. Reabertos os trabalhos, proferiu admirável oração sobre o Padre José de Anchieta, o consócio Manoel Victor, ao ensejo da recente beatificação de Anchieta. O sr. Fernando Whitacker da Cunha recorda a passagem do cinquentenário de Alfredo Pujol (falecimento), detendo-se na exaltação da vida e obra de Pujol. O sr. Mário Savelli propõe e é aprovado um voto de pezar pelo falecimento de Goffredo Teixeira da Silva Teles. O sr. Presidente propõe que se inclua na presente ata, um voto de pezar pelo falecimento de Jorge Bertolaso Stela. A requerimento do sr. Alberto Prado Guimarães foi prestada igual homenagem ao dr. Simeão Bomfim, genitor do confrade Paulo Bomfim, recentemente falecido. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, será devidamente assinada. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 25 DE AGOSTO DE 1980

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos

e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se em sessão ordinária administrativa, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os consócios José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, 2.º Secretário, Mário Savelli, Orador Oficial, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Arrison de Souza Ferraz, Ulysses Lemos Torres, J. Gabriel Sant'Ana, Pedro Ferraz do Amaral, Paulo Romano, Raul de Andrada e Silva, Tsuneso Sato, Álvaro Amaral, Álvaro da Veiga Coimbra, Geraldo Sesso Júnior, Roberto Machado de Carvalho, José da Veiga de Oliveira, Manoel Victor, Honório de Sylos, Alcindo Brito. Abertos os trabalhos foram debatidas e votadas as seguintes propostas de ingresso ao Sodalício: Para Correspondente Nacional em 2.ª votação, Rui Vieira da Cunha e Luís Vital Duarte, aprovados; para titulares, em 1.ª votação, Moyses Gicovatti e Douglas Michalany, aprovados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme, será devidamente assinada. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 3 DE SETEMBRO DE 1980

Aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constante, 158, às dezoito horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os consócios José Pedro Leite Cordeiro, Mário Savelli, Alberto Prado Guimarães, José da Veiga Oliveira, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Geraldo Sesso Júnior, Lycurgo de Castro Santos Filho, Tácito Remi de Macedo van Langendonck, Ulysses Lemos Torres, Divaldo Gaspar de Freitas, Raul de Andrada e Silva, Tsuneso Sato, Paulo Romano, J. Gabriel Sant'Ana. Na ausência dos 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Vinício Stein Campos e Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, o sr. Presidente José Pedro Leite Cordeiro convidou os consócios Mário Savelli e Roberto Machado de Carvalho para servirem como 1.º e 2.º Secretários "ad hoc". O sr. Presidente convidou os presentes para a missa a ser celebrada na Capela Imperial do Ipiranga, dia 7 do corrente, pelo Reverendíssimo Padre Hélio Abranches Viotti, às 15 horas. O sr. Mário Savelli, Orador Oficial, com a palavra, solicitou o registro, em ata de um voto de pezar, pelo falecimento do zelador do prédio, o qual através de uma vida exemplar de dedicação ao Sodalício, como seu esforçado e diligente zelador e ascensorista, prestou relevantes serviços à entidade. A seguir o orador o necrológio, digo, fez referência aos centenários de João Lelis Vieira e Antônio Batista

Pereira, demorando-se na evocação da obra literária, jornalistica e histórica de ambos. Particularmente, no que se refere a Antônio Batista Pereira, o orador destaca a sua condição de membro do Sodalício por mais de 25 anos. O sr. Presidente após agradecer e elogiar o erudito discurso do sr. Mário Savelli, informou que a família do saudoso Batista Pereira prometeu estudar a possibilidade da doação, ao Instituto, de um mapa de São Paulo, de autoria do consagrado historiador. O sr. Alberto Prado Guimarães manifestou-se de acordo com essa iniciativa. Falou a seguir o sr. José da Veiga Oliveira, sobre a vida e obra da notável pianista brasileira Guiomar Novaes. O sr. Heliodoro Tenório da Rocha Marques, solicitou a inscrição, em ata, de um voto de congratulações com o consócio Coronel Reginaldo Moreira de Miranda, pela sua merecida promoção, o que foi unanimemente aprovado. Apoiaram esta moção, subscrevendo-a, os srs. Arrison de Souza Ferraz e Adáuto Fernandes. O sr. J. Gabriel Sant'Ana elogiou a conferência do sr. Veiga Oliveira, sobre Guiomar Novais, lembrando a necessidade de um gravador durante estas sessões e comunicou que a posse do sr. Pedro Ferraz do Amaral na Academia Cristã de Letras, será no dia 25 de setembro, às 20,30 horas. O sr. Roberto Machado de Carvalho comunicou haver representado o Instituto em Tietê no lançamento do livro "Cronologia Tieteense", do historiador Benedito Pires de Almeida, elogiando a obra que a seu ver constitui importante contribuição para a preservação da memória histórica nacional. O sr. Presidente solicitou o registro de um voto de pezar, pelo falecimento da esposa do sr. Alcindo de Brito, Presidente da Academia Cristã de Letras, outro voto semelhante, pelo passamento de Dona Maria do Carmo Platt de Macedo Soares. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme, será devidamente assinada. Em tempo: Com relação ao voto de pezar pelo falecimento de Dona Maria do Carmo, retifique-se o nome da saudosa extinta, que é, Maria do Carmo Platt de Macedo Soares e esclareça-se mais que se trata de uma ilustre dama paulista, viuva do antigo consócio José Cássio de Macedo Soares, cunhada dos consócios José Eduardo, José Carlos, e José Roberto de Macedo Soares, tia de José Armando Afonseca, nora do sócio-fundador do Instituto, José Eduardo de Macedo Soares, sogra do atual Presidente, José Pedro Leite Cordeiro e mãe de dois outros confrades: José Cássio, já falecido e José Eduardo. Dona Maria do Carmo pertenceu a tradicional família paulista enraizada em ilustres troncos genealógicos de São Paulo: Senador Vergueiro, Conselheiro Brotero e Souza Queiroz. Nada mais. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO DE 17 DE SETEMBRO DE 1980

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às 18 horas, realizou-se mais uma sessão do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como segue: A sessão foi aberta às 18,00 horas, na forma regulamentar, tendo o sr. Presidente para compor a mesa dos trabalhos, convidado, entre outras personalidades presentes, acadêmico Francisco Marins, Presidente da Academia Paulista de Letras, Itamar Bopp, Paulo Silveira Santos, da União Brasileira de Escritores, Dona Mary Aguirre de Sá, da Sociedade Amigos da Padroeira do Brasil, Antônio Novaes, ex-Prefeito de Mirassol, Lycurgo de Castro Santos Filho, Presidente da Academia Paulista de História, Paulo Zingg, Presidente da Associação Paulista de Imprensa, Silveira Peixoto, Presidente da Associação dos Velhos Jornalistas, o sr. Ruy Calazans e o Cônsul da Itália. Em seguida, o sr. Presidente comunicou aos presentes a integração no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do jornalista Ariovaldo Corrêa, na qualidade de Sócio Correspondente Nacional, sendo o mesmo empossado com as formalidades do estilo. Procedeu-se, depois, à outorga das seguintes venéras às personalidades agraciadas: Comendador Vicente Amato Sobrinho e Geraldo Sesso Júnior, com o "Colar D. Pedro I"; Professor Bartolomeu Albanese, com a Medalha "D. Pedro II". Tanto o novel consócio Ariovaldo Corrêa, como os agraciados acima referidos, foram saudados calorosamente pelo Orador Oficial Mário Savelli. O sr. Presidente reiterou as palavras de saudação do orador, enaltecendo as virtudes intelectuais e morais de todos. O sr. Presidente fez entrega da "Medalha "Alexandre de Gusmão" ao empresário Cláudio Regina, o qual foi saudado, em nome do Instituto, pelo sr. Antônio Sílvio da Cunha Bueno. Falou, então, o sr. Ariovaldo Corrêa, agradecendo a saudação do Orador Mário Savelli e discorrendo com eloquência e brilho sobre a figura do seu Patrono no Sodalício, Machado de Assis. Cessados os aplausos que coroaram as últimas palavras de sua apreciada oração, falaram ainda, agradecendo, os srs. Bartolomeu Albanese, Vicente Amato Sobrinho e Cláudio Regina. Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, será devidamente assinada. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 8 DE OUTUBRO DE 1980

Aos oito dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, às dezoito horas, por convocação do sr. Presidente, reuniu-se extraordinariamente o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presentes os seguintes consócios, além de seleto número de convidados: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Campos, 1.º Secretário, Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, 2.º Secretário, Mário Savelli, Orador Oficial, Pedro Brasil Bandecchi, Duílio Crispim Farina, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, Lauro Ribeiro Escobar, Geraldo Sesso Júnior, Tácito Remi de Macedo van Langendonck, Armandino Seabra, Eduardo Vilhena de Moraes, Paulo Romano, Reginaldo M. de Miranda, Manoel Victor, J. Gabriel Sant'Ana, Alberto Prado Guimarães, José da Veiga Oliveira, Raul de Andrada e Silva, Honório de Sylos. O sr. Presidente, com a palavra, explicou que a finalidade da sessão era fazer a entrega do Colar D. Pedro I, às seguintes entidades, nas pessoas de seus ilustres Diretores e representantes: Dr. Antônio Chaves, da Faculdade de Direito; Dr. Mário Ramos de Oliveira, da Faculdade de Medicina e Dr. Antônio Hélio Guerra Vieira, da Escola Politécnica, todos da Universidade de São Paulo. Após a entrega das venéras aos agraciados, falaram, respectivamente, os consócios Dr. Pedro Brasil Bandecchi, saudando o Dr. Antônio Chaves; Mário Savelli, o engenheiro Antônio Hélio Guerra Vieira; e o Dr. Duílio Crispim Farina, o dr. Mário Ramos de Oliveira. O sr. Presidente, em breve e eloquente oração, corroborou os conceitos expendidos pelos oradores e deu a palavra ao Dr. Antônio Chaves, o qual, em belo improviso, agradeceu em seu nome e de seus colegas distinguidos com a honrosa láurea do Instituto. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Para constar lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, será devidamente assinada. Em tempo: falou ainda no decurso da sessão o sr. Emílio Hipólito, cumprimentando os agraciados e propondo que encontre éco no Sodalício, a moção unanimemente aprovada pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, no sentido de ser devidamente cultuada, em abril do ano vindouro, a memória do íntegro Magistrado Laudo Ferreira de Camargo, nascido a 17 de abril de 1881. O sr. Presidente agradeceu a oportuna comunicação. Nada mais. Vale a entrelinha: Emílio Hipólito. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO SOLENE DE 22 DE OUTUBRO DE 1980

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de mil novecentos e

oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às dezoito horas, reuniu-se em sessão solene o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para, nos termos estatutários, proceder-se ao elogio fúnebre dos sócios falecidos no exercício e homenageá-los. Estavam presentes os consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente; Vinício Stein Campos, 1.º Secretário; Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho, 2.º Secretário; Mário Savelli, Orador Oficial; Lycurgo de Castro Santos Filho, Alberto Prado Guimarães, Tsuneso Sato, José Veiga Oliveira, Roberto Machado de Carvalho, Álvaro Amaral, Geraldo Sesso Júnior, Ulysses Lemos Torres, Joaquim Fernandes Moreira, Heliodoro Tenório da Rocha Marques, José Gonçalves Salvador, Armandino Seabra, Pedro Ferraz do Amaral, Manoel Victor, Honório de Sylos, Décio Freire Santos, José Leandro de Barros Pimentel. Com a palavra o Orador Oficial, Mário Savelli, prestou sentida homenagem aos saudosos consócios falecidos durante o presente ano social, na seguinte ordem: Prof. Hilton Federicci, jornalista Gabriel Marques, Prof. Renato Sêneca Fleury, Rev. Jorge Bertolaso Stella, Dr. Goffredo da Silva Telles, Prof. Alceu de Toledo Pontes, sr. Carlos Borges Schmidt, Dr. Mário Rolim Telles, sr. Luís Souza Leão, Acadêmico Fernando Ferreira Gois, sr. Ulysses Lins de Albuquerque, Prof. José de Oliveira Orlandi, Ministro José Américo de Almeida, Dr. Henrique Costa Fernandes e Dr. Pedro de Magalhães Padilha. Encerrada a oração, cujo texto está sendo publicado em outra secção deste mesmo número da Revista do Instituto, o sr. Presidente felicitou o orador pelo seu trabalho e lembrou as figuras de Domingos Jaguaribe, Estevão Bourroul e Antônio de Toledo Piza, os abnegados e esclarecidos implantadores deste Sodalício, precisamente a 1.º de novembro de 1894. O sr. Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, será devidamente assinada. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE OUTUBRO DE 1980

Aos trinta dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, à rua Benjamin Constant, 158, às vinte horas e trinta minutos, realizou o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo reunião extraordinária comemorativa do Século XV do nascimento de São Bento, presentes os seguintes consócios: José Pedro Leite Cordeiro, Presidente; Vinício Stein Campos, 1.º Secretário; Tácito Remi de Macedo van Langendonck, 2.º Secretário "ad-hoc", servindo na ausência do titular Galvão Bueno Trigueirinho, impossibilitado de comparecer; Lycurgo de

Castro Santos Filho, D. Martinho Johnson O.S.B. Álvaro da Veiga Coimbra, Alberto Prado Guimarães, Mário Savelli, Padre Hélio Abranches Viotti, Armandino Seabra, José Pedro Galvão de Souza, Reginaldo Moreira de Miranda, Geraldo Sesso Júnior, J. Gabriel Sant'Ana, Eduardo Vilhena de Moraes, Álvaro Amaral, Paulo Romano, Manoel Victor, D. Joaquim de Arruda Zamith O.S.B., Duílio Crispim Farina, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, além de inúmeras senhoras, senhorinhas e representantes do Mosteiro de São Bento de São Paulo. Abertos os trabalhos, o sr. Presidente procedeu à solenidade de posse do novel Sócio Honorário do Instituto, o Abade D. Joaquim de Arruda Zamith. Assinado o respectivo termo de compromisso e posse, o sr. Presidente deu a palavra ao 2.º Orador, Padre Hélio Abranches Viotti, o qual procedeu à saudação de praxe ao novo consócio, fazendo em sua bela oração um resumo da história da Ordem Beneditina no mundo e no Brasil e concluindo com a evocação biográfica de D. Zamith, cujos merecimentos relatou. Falou a seguir, agradecendo, em brilhante discurso, o Abade de São Bento. Os oradores foram calorosamente aplaudidos pela casa. O sr. Presidente solicitou que D. Abade de São Bento, procedesse à entronização, no auditório do Sodalício, em local designado pelo Padre Hélio Abranches Viotti, da Imagem de Cristo Crucificado, maravilhosa obra de arte doada pelo generoso consócio Álvaro Amaral, o qual teve a palavra para discorrer sobre a significação do ato. Falou, finalmente, o conferencista da noite, Prof. José Pedro Galvão de Souza, num panegírico da obra beneditina, no tempo e no espaço, oração magistral que a todos comoveu e encantou. O orador, ao terminar sua formosa e erudita palestra, foi longamente ovacionado pelos presentes. O sr. Presidente congratulou-se com o Instituto pela comemoração que vinha de realizar e, agradecendo a presença das autoridades e dos senhores consócios bem como das distintas senhoras e senhorinhas que tanto brilho deram às comemorações, declarou encerrada a sessão. Nada mais. Para constar lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, será devidamente assinada. Nada mais. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 1980

Aos dezenove dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta, nesta cidade de São Paulo, às dezoito horas, em sua sede social à Rua Benjamin Constant, 158, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em sessão extraordinária para resolução dos assuntos constantes da presente ata. Estiveram presentes José Pedro Leite Cordeiro, Presidente, Vinício Stein Cam-

pos, 1.º Secretário, Lycurgo de Castro Santos Filho, 1.º Vice-Presidente, Pedro Brasil Bandecchi, 2.º Vice-Presidente, J. Gabriel Sant'Ana, Roberto Machado de Carvalho, Paulo Romano, Geraldo Sesso Júnior, Padre Hélio Abranches Viotti, 2.º Orador Oficial, Pedro Ferraz do Amaral, Ruy Calazans e D. Martinho Johnson O.S.B. Abertos os trabalhos foram lidas, retificadas e assinadas as atas das sessões anteriores. A seguir o sr. Presidente deu a palavra ao consócio Brasil Bandecchi o qual, com a erudição histórica que lhe é peculiar, evocou a memória de Líbero Badaró, sua vida e sua obra, rendendo as homenagens do Instituto ao imortal servidor de São Paulo e do Brasil, no sesquicentenário do seu trágico desaparecimento. O sr. Presidente, na abertura dos trabalhos, propôs o registro, na presente ata, do pezar do Sodalício, pelo falecimento de Ubaldinio, digo Manuel Ubaldino de Azevedo e Valdomiro Silveira, dois ilustres servidores de São Paulo, inclusive no campo da divulgação e da pesquisa histórica. A bela oração do Sr. Bandecchi foi enriquecida com intervenções de Ruy Calazans e Lycurgo de Castro Santos Filho. O sr. Presidente, invocando o artigo 16, letra "C" do Estatuto, comunica à Casa a deliberação da Diretoria de remanejar o quadro de funcionários do Instituto e dispensar alguns deles. Isto foi decidido, explicou o sr. Presidente, em razão do momento e da situação vivida pelo País, e em especial, por inúmeras empresas, com a nova política salarial adotada pelo Governo Brasileiro. Designada uma Comissão presidida pelo sr. Lycurgo de Castro Santos Filho e composta pelos diretores Mário Savelli, Joaquim Fernandes L. Moreira, Antônio Barreto do Amaral e Pedro Ferraz do Amaral, com a finalidade de estudar a situação do Instituto e quais as medidas aconselháveis a serem adotadas. Estudou ela o assunto com dedicação, trazendo suas conclusões à Diretoria que também mereceu ainda o assessoramento de outros confrades entendidos na matéria. Foi, assim, após muito estudo e acurada avaliação dos serviços oferecidos pelo Instituto e dos vários elementos que pesam e influenciam no quadro da receita e das despesas do Sodalício que se decidiu a Diretoria, lamentando porém a isso ser obrigada pelas condições e circunstâncias do momento que lhe impuseram a necessidade de tomar aquela resolução de remanejar o quadro de funcionários, dispensando alguns deles. Nada mais. José Pedro Leite Cordeiro, Vinício Stein Campos.

RELATÓRIO — EXERCÍCIO DE 1980

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como preceitua o artigo 16 do Estatuto, apresenta aos distintos confrades e aos interessados em geral, o relatório de suas atividades no derradeiro exercício de seu mandato, isto é, 1980.

Ao fazê-lo, deseja salientar dois acontecimentos que embora não decorrentes de seu trabalho administrativo, constituiram no mencionado período, transcendentes ocorrências, de tão alta significação para a Nação Brasileira que não podem deixar de figurar nesta última mensagem da Diretoria, vinculada, como toda corporação do Instituto, ao culto de quanto se registre no quadro histórico de nossa Pátria.

Bem de ver, prezados confrades, que nos referimos à visita do Santo Padre João Paulo 2.º, e à beatificação do veneravel José de Anchieta, dois eventos que comoveram o país e se inscreveram no reliciário de nossas tradições como pontos estelares de nossa vida social e religiosa.

A primeira assinalou a presença, no Brasil, pela primeira vez, do Chefe da Cristandade, o Santo Sucessor de São Pedro, numa peregrinação pastoral pelo Brasil que abalou a alma nacional, desde seus grandes centros cosmopolitas às mais modestas e carentes populações.

A beatificação do Apóstolo do Brasil, desfecho de um processo em que tanto se empenhou esta casa, através de numerosas de suas Diretorias e Comissões, foi outro fato que marcou o ano agora encerrado, último também de nosso triênio administrativo.

Muito embora os problemas gerados pela crise universal do petróleo não ofereçam perspectivas muito otimistas para o mundo ocidental, e o Brasil também participe desse condicionamento energético, não resta dúvida de que a visita do Sumo Pontífice e a Beatificação de Anchieta são dois acontecimentos que trouxeram ajuda ao povo brasileiro, na sua vocação para sobrepor-se às dificuldades e prosseguir o seu desenvolvimento, com entusiasmo e esperança.

SESSÃO ADMINISTRATIVA DE ABERTURA DOS TRABALHOS ANUAIS

O plenário do Sodalício aprovou por unanimidade, na sessão administrativa de abertura do exercício, de janeiro de 1980 o Relatório e o Balancete relativos ao exercício de 1979.

25 DE JANEIRO

Como é de praxe e estatutário, o Sodalício abriu o ano social de 1980, a 25 de janeiro, com solene sessão cívica comemorativa da Fundação de São Paulo, quando proferiu eloquente oração alusiva à data o Orador Oficial Mário Savelli.

SESSÕES NO EXERCÍCIO

O Instituto realizou, durante o ano, 23 sessões plenárias, a saber: 2 solenes, 2 assembléias gerais (Reforma dos Estatutos), 4 sessões extraordinárias, 8 sessões culturais e 7 sessões administrativas.

QUADRO SOCIAL

O quadro social registrou, no exercício, as seguintes alterações: *SÓCIO NOVOS* — Elegeram-se, em suas diversas categorias, prestimosos companheiros que vieram colaborar com os dedicados confrades na manutenção do Instituto, a mais antiga e tradicional instituição cultural de São Paulo. São eles: *SÓCIOS TITULARES* — José Pereira e Aristides Pileggi; *SÓCIOS HONORÁRIOS* — Dom Joaquim de Arruda Zamith — O.S.B.; *SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS* — Ariovaldo Corrêa, Amyr Borges Fortes, Edgard Bahiense de Almeida Victor, Enelio Lima Petrovitch, Luiz Vital Duarte, Mário Mazzuia, Rui Vieira da Cunha e Vivaldi Venceslau Moreira.

TRANSFERÊNCIA DE CATEGORIA

Foram transferidos, da categoria TITULAR para a de EMERITO, os seguintes consócios: Carlos Drumond, Hernani Donato, José Inácio Penteado da Silva Teles, Leonardo Arroyo, Paulo Lebeis Bomfim e Waldomiro Franco da Silveira.

HOMENAGEM AOS SÓCIOS FALECIDOS

O Sodalício cultuou, na última sessão plenária de outubro,

os saudosos companheiros que nos deixaram no decurso do ano social, tendo o elogio dos pranteados mortos sido feito, com a eloquência costumeira, pelo Orador Oficial Mário Savelli. Foram eles — Prof. Hilton Federici, Jornalista Gabriel Marques, Prof. Renato Sêneca Fleury, Rev. Jorge Bertolaso Stella, Dr. Goffredo da Silva Teles, Prof. Alceu de Toledo Pontes, Sr. Carlos Borges Schmitd, Dr. Mário Rolim Teles, Sr. Luiz de Souza Leão, Acadêmico Fernando Ferreira de Góis, Sr. Ulysses Lins de Albuquerque, Prof. José de Oliveira Orlandi, Ministro José Américo de Almeida, Dr. Henrique Costa Fernandes e Dr. Pedro de Magalhães Padilha.

SESSÕES CULTURAIS

No decorrer do exercício, nas sessões culturais, foram apresentados trabalhos de pesquisa histórica e exaltação cívica de vultos e fatos do passado nacional, a saber: — "Adolfo Augusto Pinto, sua vida e sua obra", pelo Sr. Roberto Machado de Carvalho; "O Padre Manuel da Nóbrega e a Literatura Palingenética", pelo Sr. Newton Gonçalves de Barros; "10 anos do falecimento de Ibrahim Nobre"; "O Centenário de Antônio Prado Júnior", por Mário Savelli; "História do prédio do Museu Paulista", por Nelson Martins de Almeida; "Homenagem a Ana Nery"; Pedro W. Lund"; "Sesquicentenário da morte do Pe. José Maurício Nunes Garcia", por Mário Savelli; "A brasilidade dos paulistas", por Mário Pires; "150 anos do nascimento de Luís Gama"; "Centenário de Dom José Carlos Aguirre", por Mário Savelli; "150 anos da morte de Líbero Badaró", por Brasil Bandecchi; "Alguns problemas da pesquisa histórica no Brasil", por Odilon Nogueira de Mattos; "A genial Guiomar Novais", por José Veiga de Oliveira; "Centenário de Alfredo Pujol", por Fernando Whitacker da Cunha; "A personalidade de João Ramalho, o patriarca", pelo Pe. Hélio Abranches Viotti. Em colaboração com as Academias Paulista de Letras e Cristã de Letras, "O Centenário do Maestro Furio Francischini", quando se fizeram ouvir os confrades José Veiga de Oliveira, Pe. Hélio Abranches Viotti e Paulo Bomfim; "O 75.º aniversário do semanário ituano A Federação" e "Aspectos da vida e obra de Madre Maria Theodora Voiron", por Roberto Machado de Carvalho; "O IV Centenário da morte de Camões", por Mário Savelli; "Relações do Brasil com a Africa e a Índia nos séculos XVII e XVIII", por Miguel Angelo Barros Ferreira; "A história beneditina", por José Pedro Galvão de Souza; "Exaltação de Anchieta", por Manoel Victor; "Centenário de João Lellis Vieira e Antônio Batista Pereira", por Mário Savelli; "O Brasil e a Cruz", por Álvaro do Amaral; "Centenário da morte do Duque de Caxias", por Mário Savelli; "Machado de Assis, sua vida e

sua obra", elogio do patrono pelo novel consócio Ariovaldo Corrêa; "Álvaro Ribeiro", elogio do patrono pelo consócio João Lanaro; "Armando de Arruda Pereira", elogio do patrono, por Aristides Pilleggi, "Guilherme de Almeida", elogio do patrono pelo consócio J. Pereira.

4.º CURSO DE GENEALOGIA E HERÁLDICA

Promovido pelo Instituto Genealógico Brasileiro, sob o patrocínio da Secretaria Municipal de Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fizeram-se ouvir:

— Vice-consul Rui Fernando Serrão Assis e Santos, sob o tema: "A PRESENÇA DE PORTUGAL".

— "FAMÍLIA DE ANCHIETA", pelo Pe. Hélio Abranches Viotti.

— "ORDENS HONORÍFICAS E CONDECORAÇÕES PAULISTAS", pelo Dr. Lauro Ribeiro Escobar.

— "LUGAR DA GENEALOGIA NA CULTURA E NA EDUCAÇÃO MODERNA", pelo Prof. Waldomiro Benedito de Abreu.

— "VELHA ICONOGRAFIA PAULISTA — AS AQUARELAS DE MIGUELZINHO DUTRA", pelo Dr. Délio Freire dos Santos.

— "FAMÍLIAS PAULISTAS DE ITU", pelo Prof. Roberto Machado de Carvalho.

— "FAMÍLIAS PAULISTAS DE GUARATINGUETÁ", pelo Prof. José Luiz Pasin.

— "NOBREZA BRASILEIRA", pelo Dr. Rui Vieira da Cunha.

— "FAMÍLIAS PAULISTAS DE CAPIVARI", pelo Prof. Vinício Stein Campos.

— "PARTICIPAÇÃO DA ESPANHA NO DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO", pelo Prof. Mário Garcia Guillen.

— "PROPOSTA PARA UMA LEGISLAÇÃO DISCIPLINADORA DE CONDECORAÇÕES", pelo Juiz Antônio Carlos Alves Braga.

— "FAMÍLIAS PAULISTAS DE LORENA", pelo Acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho.

— "FAMÍLIAS PAULISTAS DE ORIGEM GERMÂNICA", pelo Prof. Helmut Andra.

— "FAZENDAS DO VALE DO PARAÍBA", pelo Dr. Délio Freire dos Santos.

— "ORDENS HONORÍFICAS DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA", pelo Dr. Paulo Braga de Menezes.

— "FAMÍLIAS PAULISTAS DO BANANAL", pelo Dr. João Rabello de Aguiar Vallim.

— "A HERANÇA ESPANHOLA DO HOMEM DE SÃO PAULO", pelo Prof. José Pedro Galvão de Souza.

— "FAMÍLIAS PAULISTAS DE ORIGEM NORTE-AMERICANA", pelo Dr. Mário Savelli.

— "JOÃO RAMALHO", PATRIARCA DOS PAULISTAS", pelo Desembargador Odilon da Costa Manso.

ENTRONIZAÇÃO

O Instituto, dando cumprimento à proposta do consócio Geraldo Sesso Júnior, unanimemente aprovada, fez entronizar, no dia 30 de outubro, pelo Revdo. Abade de São Bento, Dom Arruda Zamith O.S.B., nessa mesma sessão extraordinária empossado como Sócio Honorário, a efígie do Cristo Crucificado, valioso trabalho artístico oferecido ao Sodalício, para este efeito, pelo consócio Álvaro do Amaral.

DOAÇÕES

O Sr. Álvaro da Veiga Coimbra ofereceu ao Museu Histórico José Bonifácio, sob sua direção as seguintes peças:

— Pasta de couro com ornatos e nomes gravados, forrada de seda, com as cores nacionais, que pertenceu ao Cel. Argemiro da Costa Sampaio, Comandante do Corpo de Bombeiros; Cofre de ferro, que pertenceu ao mesmo oficial; par de dragonas com canutilhos dourados e talim para cinturão de fardamento; freio do animal, de montaria do mesmo Coronel; bandeira do Império (1,30 m x 0,90 m) com haste e lança de metal.

— Retrato de D. Pedro de Orleans e Bragança, Príncipe do Grão Pará, em quadro emoldurado, oferta de Dona Rita Lebre Correa Dias.

— A Baronesa Ana Mayer-Singuli, por intermédio do consócio Rudolf Robert Hinner, doou à Biblioteca do Sodalício 200 volumes da publicação norte-americana The National Geographic Magazin. A Biblioteca também recebeu numerosas doações de publicações feitas durante o ano por diversos consócios, obras fichadas, catalogadas e relacionadas para consulta dos interessados.

O Sr. Carlos Penteado de Rezende ofereceu ao Arquivo, valioso conjunto de documentos relacionados à vida musical paulista, alguns a ele cedidos pelo saudoso ex-Presidente Carlos da Silveira. Consta o valioso acervo de: 18 peças variadas para piano incluindo modinhas do tempo do Império; 6 programas de temporadas líricas no Teatro Municipal de São Paulo (1917, 1919 e 1920); 10 programas avulsos de consertos; 26 programas de saraus musicais organizados pelo Prof. Luigi Chiaffarelli no Salão Steinway (1903-1915).

O Instituto recebeu, ainda para o Museu José Bonifácio, importante legado de relíquias da Revolução Constitucionalista de 32, deixado por Dona Cinira de Paula Leite de Barros.

COLAR D. PEDRO I

Foram agraciados, no exercício, com essa venera do Instituto, os seguintes consócios e demais personalidades: Geraldo Sesso Júnior, Antônio Hélio Guerra Vieira, Antônio Chaves, Mário Ramos de Oliveira, Israel Morcka Rosemberg e Vicente Amato Sobrinho.

MEDALHA D. PEDRO II

Foi conferida esta venera, na forma do respectivo Regulamento, ao Sr. Bartolomeu Albanese.

MEDALHA ALEXANDRE DE GUSMÃO

Com as solenidades de estilo, o Sodalício fez igualmente entrega desta venera aos Srs. Cláudio Regina e Renato Tavares de Magalhães Gouveia.

REVISTAS

Além da distribuição feita, do volume n.º 75, foi também impresso e distribuido, em 1980, o volume n.º 76 da Revista do Instituto, número que, ao lado de variada colaboração de interesse histórico, colocou em dia a publicação das atas das sessões, entre 1978 e 1979.

CULTO À IMPERATRIZ LEOPOLDINA

Renovou-se a tradição da homenagem à memória da Imperatriz Leopoldina, na festa cívica da independência, fazendo o Sodalício a designação do Pe. Hélio Abranches Viotti, Capelão incumbido de celebrar, na Cripta do Monumento do Ipiranga dia 7 de setembro, a missa solene que ali se promovia desde 1954.

REFORMA DA SEDE

O Banco Itamarati S/A., em colaboração com o Instituto, onde ocupa os andares 5.º, 6.º 2.º, parte do 1.º e térreo, locais onde promoveu importantes obras de aperfeiçoamento e acabamento, notadamente nos 5.º e 6.º pavimentos, realizou inteiramente às suas expensas a reforma do corredor de entrada do prédio, que se apresenta mais confortável e solene. Sofreram também completa reforma ambos os elevadores.

INSÍGNIAS

A Diretoria, atendendo representação do consócio Álvaro da Veiga Coimbra, submeteu à consideração do plenário a proposta do distinto confrade, no sentido de ser acrescido, oficialmente, às insígnias do Sodalício, um colar consoante projeto do mesmo Diretor, o que foi aprovado e, por deliberação da Assembléia Geral, incorporado ao Estatuto.

REFORMA DO ESTATUTO

Obedecidas as disposições que regulam esta importante matéria e por sugestão da Diretoria, foram modificados alguns artigos do Estatuto, suprimindo-se dele as prescrições já cumpridas das Disposições Transitórias, e excluindo-se, na relação dos cargos da Diretoria e em que não podiam ser reconduzidos seus ocupantes após dois mandatos, os cargos de Bibliotecários (1.º e 2.º), Hemerotecário, e Diretor do Museu e Arquivo, inserindo-se no mesmo Estatuto o capítulo referente às insígnias.

Com esta providência o Estatuto se revestiu de maior adequação aos seus fins e facultou ao mesmo tempo à Diretoria, melhores condições regulamentares para o desempenho de suas funções.

REGULARIDADE FUNCIONAL

Apesar dos graves problemas econômico-financeiros que o mundo vem enfrentando, com reflexos principalmente nas nações desprovidas de recursos suficientes de petróleo, como é o caso do Brasil, dificuldades que envolvem sociedades, instituições, e empresas em geral, gravando-lhes a funcionalidade com anomalias por vezes irremovíveis — o Instituto, mercê de prudente e criteriosa administração, tem podido enfrentar galhardamente esses tropeços e manter em dia, com satisfatória regularidade, todos os seus serviços.

A Secretaria, a Tesouraria, a Hemeroteca, a Biblioteca, o Arquivo e Museu, a publicação da revista, tudo se desenvolveu com a regularidade que vem sendo a tônica da administração, neste e nos passados triênios.

O Sodalício cumpriu religiosamente o calendário das sessões, culturais e administrativas, cuidou carinhosamente das comemorações que lhe foram propostas e realizou ainda, no decurso do exercício, promoções extras, não previstas no plano de suas atividades normais mas efetivadas com exemplar apoio da Diretoria, departamentos e associados.

O agravamento, no fim do exercício, do desequilíbrio provocado pelo descompasso, de origem legal (reajustes salariais semestrais, em oposição às majorações anuais de aluguéis entre a receita e a despesa, forçou o Instituto a dispensar alguns de seus empregados. Esta providência, que a Diretoria tomou a contra-gosto, forçada pelas circunstâncias insuperáveis ante as quais foi colocada, efetivou-se dentro das normas legais que disciplinam a matéria e obedeceu, rigorosamente ao preceituado por Comissão Especial, constituida para assessorar os Diretores nessa difícil emergência, quando também foram ouvidos competentes conhecedores da legislação trabalhista e assuntos financeiros aplicáveis à especie.

BALANCETE

Segue, em separado, o balancete da Receita e Despesa, fiel espelho do que foi, em 1980, a administração dos bens patrimoniais da entidade, e o zêlo digno dos maiores encômios com que o nosso distinto e competente Tesoureiro cuidou do importante setor a seu cargo.

CONCLUSÃO

Encerrando este breve relato do que foi a vida do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no exercício final de seu triênio, a Diretoria agradece a todos os distintos consócios a prova de confiança e solidariedade com que a prestigiaram, nas eleições regularmente processadas a 1.º de outubro de 1980, para constituição do quadro diretor do Sodalício no triênio agora iniciado, a saber:

Presidente Efetivo — José Pedro Leite Cordeiro
1.º Vice-Presidente — Lycurgo de Castro Santos Filho
2.º Vice-Presidente — Pedro Brasil Bandecchi
3.º Vice-Presidente — Heliodoro Tenório da Rocha Marques
1.º Secretário — Mário Savelli
2.º Secretário — Augusto Benedito G. B. Trigueirinho
3.º Secretário — Geraldo Dutra de Moraes
4.º Secretário — Maria Helena Brancante
1.º Tesoureiro — Joaquim de Lima Fernandes Moreira
2.º Tesoureiro — Pedro Ferraz do Amaral
1.º Orador Oficial — Vinício Stein Campos
2.º Orador Oficial — Duílio Crispim Farina
1.º Bibliotecário — José Leandro de Barros Pimentel
2.º Bibliotecário — Pe. Hélio Abranches Viotti
Hemerotecário — Antônio Barreto do Amaral

Diretor do Museu, Arquivo e Documentação — Álvaro da Veiga Coimbra.

A Diretoria a todos reitera os seus agradecimentos e renova, neste ensejo, os seus votos de feliz 1981 aos distintos consócios e exmas. famílias. A Diretoria solicita aos Srs. consócios a sua valiosa colaboração, para que sejam sanadas as falhas e omissões existentes nesta exposição.

São Paulo, janeiro de 1981.

QUADRO SOCIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

DIRETORIA PARA O TRIÊNIO 1978 A 1981

PRESIDENTE	José Pedro Leite Cordeiro
1.º VICE-PRESIDENTE	Lycurgo de Castro Santos Filho
2.º VICE-PRESIDENTE	Pedro Brasil Bandecchi
3.º VICE-PRESIDENTE	Heliodoro Tenório da Rocha Marques
1.º SECRETÁRIO	Vinício Stein Campos
2.º SECRETÁRIO	Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
3.º SECRETÁRIO	Geraldo Dutra de Moraes
4.º SECRETÁRIO	Maria Helena Brancante
1.º TESOUREIRO	Joaquim de Lima Fernandes Moreira
2.º TESOUREIRO	Pedro Ferraz do Amaral
1.º ORADOR	Mário Savelli
2.º ORADOR	Pe. Hélio Abranches Viotti
1.º BIBLIOTECÁRIO	José Leandro de Barros Pimentel
2.º BIBLIOTECÁRIO	Wilson Maia Fina
HEMEROTECÁRIO	Antônio Barreto do Amaral
DIRETOR DO MUSEU, ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO	Álvaro da Veiga Coimbra

PRESIDENTE HONORÁRIO

Ernesto de Moraes Leme .....

GRANDES BENEMÉRITOS	PATRONOS
Álvaro da Veiga Coimbra	Dom Duarte Leopoldo e Silva
Ernesto de Moraes Leme	Reynaldo Porchat
José Pedro Leite Cordeiro	Dom Bernardo Rodrigues Nogueira
Tito Lívio Ferreira	Francisco Adolfo Varnhagen

BENEMÉRITOS

Antônio Sylvio Cunha Bueno	
Arrisson de Souza Ferraz	Rafael Tobias de Aguiar
Carlos Alberto da Costa Nunes	João Francisco Lisboa
Eldino da Fonseca Brancante	
Fausto Ribeiro de Barros	

Francisco Teive de Almeida Magalhães	Orvile Derby
Joaquim Canuto Mendes de Almeida	Visconde de São Leopoldo
Vinício Stein Campos	Cesário Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Júnior

BENFEITORES

Américo Bologna	Sílvio de Almeida
Benedito de Ulhoa Vieira	Dom Gastão Liberal Pinto
Cantídio Nogueira Sampaio	
Dimas de Melo Pimenta	Bartolomeu Lourenço de Gusmão
Joaquim de Lima Fernandes Moreira	José Carlos de Macedo Soares
José Carlos de Figueiredo Ferraz	
Lúcia de Tomasi	Vital Brasil Mineiro da Campanha
Luiz Morrone	Ettore Ximenes
Mário Ottobrini Costa	Antônio Cândido de Camargo
Nelson Marcondes do Amaral	
Paulo Romano	
Pedro de Magalhães Padilha	

EMÉRITOS

Alice Piffer Canabrava	
Amadeu Nogueira	Antônio Bento
Antônio Barreto do Amaral	Afonso de Freitas
Antônio Ferreira Cesarino Júnior	
Antônio Soares Amora	
Ari França	
Astrogildo Rodrigues de Mello	
Aziz Nacib Ab'Saber	
Carlos Borges Schmidt	
Carlos Drumond	Plínio Marques da Silva Ayrosa
Carlos de Meira Mattos	
Carlos Penteado de Rezende	Alexandre Levi
Divaldo Gaspar de Freitas	
Edmundo Zenha	
Eduardo Oliveira França	
Emanuel Soares Veiga Garcia	
Emília da Costa Viotti	
Flamínio Fávero	Ovídio Pires de Campos
Francisco Cimino	Raimundo de Farias
Geraldo Cardoso de Melo	Cacique Piquerobi
Geraldo Dutra de Moraes	Antônio Francisco Lisboa
Goffredo Teixeira da Silva Telles	El Rei D. Diniz
Henrique Oscar Wiederspahn	Gen. A. Tasso Fragoso
Pe. Hélio Abranches Viotti	Padre Diogo Nunes S. J.
Hélio Damante	Adolfo Augusto Pinto
Hernani Donato	Amadeu Amaral
Honório de Sylos	Júlio Prestes de Albuquerque
Jesus Machado Tambellini	
João Benedito Martins Ramos	
João Fernando de Almeida Prado	
João Nery Guimarães	
Joaquim Alfredo da Fonseca	Duarte Pacheco Pereira
Jorge Bertolaso Stella	Peter Wilhem Lund
Jorge Inácio Penteado da Silva Telles	
José Benedicto Silveira Peixoto	
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho	Pedro Vicente de Azevedo
José Carlos de Ataliba Nogueira	Dom João Batista Corrêa Nery
José Ferreira Carrato	

José Hipólito Trigueirinho	Cel. Antônio Batista da Luz
José de Melo Pimenta	Padre Manoel da Nóbrega
José de Oliveira Orlandi	Santos Dumont
José Ribeiro de Araújo Filho	
Josué de Camargo Mendes	M. G. de Oliveira Roxo
Leonardo Arroyo	Francisco José de Lacerda e Almeida
Lycurgo de Castro Santos Filho	Fernão Dias Paes
Lygia Ferreira Lopes	
Mafalda Piva Zemella	
Manoel Rodrigues Ferreira	Pedro Taques de A. P. Leme
Maria da Conceição Martins Ribeiro	
Maria de Lourdes Paula Martins	
Miguel Franchini Netto	
Myriam Ellis	Basílio de Magalhães
Nice Lecoq Muller	José de Freitas Vale
Nicia Vilela Luz	
Nicolau Duarte e Silva	Júlio Mesquita (Pai)
Odilon Nogueira de Mattos	
Olga Pantaleão	
Paulo Barbosa de Campos Filho	
Paulo Libeis Bomfim	
Paulo Ricardo da Silveira Santos	Joaquim Silveira Santos
Pedro Brasil Bandecchi	Padre José de Anchieta
Pedro Rodovalho Marcondes Chaves	Matheus Silva Chaves
Raimundo Álvaro de Menezes	Capistrano de Abreu
Raul de Andrada e Silva	
Rui Calazans de Araújo	
Sérgio Buarque de Holanda	Otávio Tarquínio de Souza
Solon Borges dos Reis	
Ulisses Guimarães	
Victor Leintz	
Waldemar Baroni Santos	Carlos Von Martius
Waldomiro Franco da Silveira	Luís Gonzaga da Silva Leme

TITULARES

Abguar Bastos Damasceno	Domingos Antônio Rapol
Adauto Fernandes de Andrade	Ten. Cel. Pedro Arbues Rodrigues Xavier
Adelino Ricciardi	
Adriano Campanhole	
Dom Agnelo Rossi	Dom Francisco de Campos Barreto
Alberto dos Santos Franco	Alberto I, de Mônaco
Alberto Lemos	Anhanguera II (Bartolomeu Bueno da Silva)
Alberto Prado Guimarães	Dom José Gaspar de Affonseca e Silva
Alcindo Brito	Frei Vicente do Salvador
Alexandre Nelson de Mello	
Alfredo Buzaid	Hélio Vianna
Alfredo João Rabaçal	Gustavo Barroso
Álvaro do Amaral	Duque de Caxias
Ana Maria de Almeida Camargo	Laudo Ferreira Camargo
Antônio Barbosa Lima	Brenno Ferraz do Amaral
Antônio Benedicto Machado Florence	Locotenente Antônio de Oliveira
Antônio De Lorenzo Neto	Bernardo Pereira de Vasconcelos
Antônio Joaquim Alves Motta Sobrinho	
Antônio Rocha Penteado	

Antônio Roberto de Paula Leite	Alberto Salles
Aristides Pilegi	Armando de A. Pereira
Armandino Seabra	Joaquim Pinto de Araújo Cintra (Barão de Campinas)
Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho	Frei Antônio Santana Galvão
Benedito Lima de Toledo	Bernardo José Maria de Lorena
Benito Serpa	Tiradentes
Biron Gaspar	
Caio Porfírio de Castro Carneiro	João Brígido dos Santos
Carlos da Silva Lacaz	Carlos Chagas
Carlota Pereira de Queirós	Armando de Sales Oliveira
Célio Salomão Debes	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro
Celso Maria de Mello Pupo	Frei Antônio de Pádua Teixeira
Cláudio Moreira Bento	
Délio Freire dos Santos	D. Pedro I
Demócrito de Castro e Silva	Epitácio Pessoa
Duílio Crispim Farina	Diogo Toledo de Lara e Ordonhes
Durval Sarmento da Rosa Borges	Agenor Couto de Magalhães
Eduardo Vilhena de Morais	Benedito Calixto
Erasmo de Almeida Magalhães	Arthur Ramos
Fernando Ferreira de Góes	Luís Gama
Flávio de Almeida Prado Galvão	Américo de Campos — O Velho
Francisco Ferrari Marins	
Gabriel Marques	Monteiro Lobato
Genésio Cândido Pereira Filho	
Geraldo Goulart	Artur Goulart Penteado
Geraldo Sesso Junior	Barão de Ataliba Nogueira
Gilberto Leite de Barros	D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão - Morgado de Mateus
Hélio Falchi	Irineu Evangelista de Souza
Heliodoro Tenório da Rocha Marques	Waldemar Martins Ferreira
Henrique Losinskas Alves	Nina Rodrigues
Hermes Pio Vieira	
Homero Silveira	José Pedro da Silveira
Isaac Crinberg	
Itamar Bopp	Fabiano Pereira Barreto
James Martins Harvey	Francisco de Assis Carvalho Franco
Jesuíno Felicíssimo Júnior	José Bonifácio de Andrada e Silva
João Gabriel Sant'Ana	Carlos da Silveira
João Teixeira de Paula	Cap. Gen. Manuel Borba Gato
José Afonso de Moraes Bueno Passos	Conde de Parnaíba
José Aleixo Irmão	Júlio Ribeiro
José Alves Palma	Simão de Vasconcelos
José Castellani	Aureliano Leite
José de Freitas Nobre	Clóvis Bevilaqua
José Gonçalves Salvador	José Francisco da Rocha Pombo
José Geraldo Evangelista	João Dias da Silveira
José Leandro de Barros Pimentel	Paulo Ayres
José Pereira	Guilherme de Almeida
José da Veiga Oliveira	
Judith Mac Knicht Jones	
Lauro Ribeiro Escobar	José Ribeiro Escobar
Madre Leda Maria Pereira Rodrigues	Prudente José de Morais Barros
Lorena Guaraciaba	Batista Caetano de Almeida Nogueira
Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg	Antônio de Toledo Piza
Luciana Pallestrini	Osvaldo Cruz

Luiz Ellmerich	Carlos de Campos
Luiz Wanderley Torres	André Vidal de Negreiros
Manoel Ubaldino de Azevedo	Pedro Augusto Cesar Lessa
Manoel Victor de Azevedo	Padre Luiz Marcigaglia
Maria Amália Correa Giffoni	
Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha	Imperatriz Leopoldina
Maria Helena Brancante	Braz Cubas
Mário Ferreira Migliano	Carlos Botelho
Mário Graciotti	Castro Alves
Mário Hoeppner Dutra	Nelson Hungria
Mário Savelli	Roberto Simonsen
Dom Martinho Johnson, O. S. B.	Frei Domingos da Transfiguração Machado, O. S. B.
Menotti Del Picchia	
Miguel Ângelo Barros Ferreira	
Miguel Reale	Pimenta Bueno
Moacyr Lobo da Costa	
Nello Garcia Migliorini	
Nelson Martins de Almeida	Washington Luís Pereira de Souza
Nilva Rogick de Mello	
Odilon da Costa Manso	Manuel da Costa Manso
Olavo Batista Filho	
Osmar Muniz Pimentel	Antônio da Gama Rodrigues
Paul Donovan Kigar	Almirante Tamandaré
Paulo Fraletti	
Paulo Pereira dos Reis	
Paulo Zingg	Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco
Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto	Dário Ribeiro
Pedro Ferraz do Amaral	Paulo Nogueira Filho
Raul Leme Monteiro	José Maria Whitaker
Reginaldo Moreira de Miranda	Ten. Gen. Cândido Xavier de Almeida e Souza
Roberto Machado Carvalho	Francisco Nardy Filho
Rodrigo Soares Júnior	José Maria Lisboa
Rosemarie Erika Horch	Oliveira Lima
Rossini Tavares de Lima	Mário de Andrade
Rubens José Rodrigues dos Santos	
Rudolf Robert Hinner	Almirante Henrique Boiteaux
Rui Martins Ferreira	José Ferraz de Almeida Júnior
Sílvio Marone	Eduardo Monteiro
Tácito Remi de Macedo Van Langendonck	Visconde de Serro Formoso - Cel. Francisco Pereira de Macedo
Tsunezo Sato	
Waldemar Pio dos Santos	
Wilson Maia Fina	Ten. Gen. Arouche Rendon

HONORÁRIOS

Abelardo Duarte	
Ada Rogato	João Ribeiro de Barros (Comandante)
Alceu de Toledo Pontes	Rafael de Oliveira, - O Moço
Aldo Andreoni	
Alfredo Lencastre da Veiga	
Amadeu da Silveira Saraiva	Júlio César Ribeiro de Souza

Amador Cintra do Prado	
Américo Jacobina Lacombe	
Anita Ferreira de Maria	Alfredo D'Escagnole Taunay
Antenor Romano Barreto	João Marcondes de Moura Romeiro
Dom Antônio de Almeida Moraes Jr.	Dom Lourenço Epaminondas Nunes D'Ávila
Antônio Baldijão Seixas	Afonso José de Carvalho
Antônio Carlos Pacheco e Silva	Pérsio Pacheco e Silva
Antônio Campagnolo	
Antônio D'Ávila	João Lourenço Rodrigues
Antônio Eloy Paulini Miranda	João Lúcio Brandão
Antônio Rangel de Torres Bandeira	Antônio Egidio Martins
Antônio de Oliveira Mello	Afonso Arinos
Antônio dos Santos Oliveira Júnior	Percival de Oliveira
Arnaldo Wildberger	Francisco Gonçalves Martins (Visconde de São Lourenço)
Augusto Gonzaga	
Benjamin Antônio Salles Arcuri	D.ª Felipa de Lancaster
Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta	Dom José Arcoverde
Carlos Macieira Ary dos Santos	Ten. Gen. Francisco da Cunha e Menezes
Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança	Dom Pedro II
Carlos Torres	
Carolina Ribeiro	
Dante de Laytano	Venâncio Ayres
David Antônio da Silva Carneiro	
Dulcídio Tavares de Lacerda	
Edgard de Cerqueira Falcão	
Eduardo de Jesus Moraes do Nascimento	
Emílio Amadei Berinchs	
Epifânio da Fonseca Doria de Menezes	
Esther de Figueiredo Ferraz	Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz
Fauze Saadi	Antonio Teixeira Guerra
Florêncio de Abreu	
Francisco Grainha do Vale	Almirante Gago Coutinho
Frederico Abranches Brotero	
Geraldo de Rezende Martins	Carlos Euler
Gualter Godinho	Alm. Arthur Silveira da Motta (Barão de Jaceguai)
Hélio Silveira	
Henrique Guilherme Muller	Alexandre de Gusmão
Henrique Paulo Bahiana	Joaquim Ribeiro
Hermano Roberto Santamaria	Manoel Ferraz de Campos Sales
Horácio de Almeida	
Hovanir Alcântara Silveira	
Ibiapaba de Oliveira Martins	Afonso Schmidt
Ivolino de Vasconcelos	
Jayme de Sá Menezes	
João Alfredo Pegado Cortez	Alm. Pedro Borges Lynch
João Alves das Neves	João de Barros
João Carvalhal Ribas	Francisco Franco da Rocha
João Chiarini	Mário Dedini
João de Scantimburgo	Dom Luiz de Bragança
João da Cunha Caldeira Filho	Heitor Vilas Lobo

João Hermes Pereira de Araújo	
João Horta de Macedo	
João Pereira Dias	
Joaquim Vitorino Portella Ferreira Alves	
Dom Joaquim de Arruda Zamith, OBS	
Jonas de Morais Correia Filho	
Jorge Calmon Moniz de Bittencourt	
José de Almeida Santos	
José Armando de Macedo Soares Affonseca	
José Bento Faria Ferraz	
José Botelho de Athaide	
José Cândido de Andrade Murici	
José Calasans Brandão da Silva	
José Eduardo de Macedo Soares Sobrinho	
José Eduardo Pizzarro Drumond	Carlos Xavier Paes Barreto
José Fernandes Soares	Euclides da Cunha
José Ferreira de Carvalho	
José Honorato Gago da Câmara Medeiros	
José Luís Pasin	Francisco de Assis Oliveira Borges (Visconde de Guaratinguetá)
José Nogueira Sampaio	
Mons. José do Patrocínio Lefort	
José Pedro Galvão de Souza	
Langleberto Pinheiro Soares	Gen. Antônio Paiva Sampaio
Lauro de Barros Siciliano	
Letícia Pagano	Carlos Gomes
Lucas Nogueira Garcez	Alberto Souza
Luís Alberto Whately	Oscar Weinshenck
Luiz de Azevedo Castro	Arnolfo Azevedo
Luís Caetano Martins	José Bonifácio (Moço)
Luís da Câmara Cascudo	
Luís de Castro Souza	
Luís Fernando Whitaker Tavares da Cunha	Vicente Licínio Cardoso
Luís Gonzaga Noveli Júnior	
Luís Sérgio Thomás	
Luís de Souza Leão	Domingos de Souza Leão
Luís de Toledo Piza Sobrinho	Pe. Carlos Correa de Toledo
Manoel Albano Amora	
Manoel Augusto Vieira Neto	Paulo Setúbal
Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	
Manuel Valladão	
Maria Imaculada Xavier da Silveira	
Marília Antunes Alves	
Mário Pires	Altino Arantes
Mário Rolim Telles	
Neise Gomes	Maria Garcia Betim
Nello Ferrentini	Hipólito José da Costa
Nelson de Athayde Ribeiro	Plácido de Castro
Newton Gonçalves de Barros	Cônego Melchior Rodrigues do Prado
Nicanor Teixeira de Miranda	
Octaviano A. Gaiarsa	
Octávio Marcondes Ferraz	Vivaldo Coaracy

Oldemar Adriano do Couto	
Olympio Costa Júnior	
Orentino Martins	2.º Ten. Luís Bueno Horta Barbosa
Oswaldo Barbosa Guisard	Timóteo Corrêa de Toledo
Oswaldo Monteiro de Fleury	Brig. José Vieira do Couto Magalhães
Othon de Almeida Costa	
Paulino Inácio Jacques	Alfredo Ferreira Rodrigues
Paulo Emílio de Andrade Vilhena	João Pedro da Veiga Filho
Dom Paulo Evaristo Arns	Dom Antônio Joaquim de Mello
Paulo Emílio D'Alessandro	José Athayde Marcondes
Paulo Henrique da Rocha Corrêa	Brig. Lysias Augusto Rodrigues
Paulo Nathanael Pereira de Souza	Paulo Prado
Paulo Penteado de Faria e Silva	
Paulo Roberto de Aquino Noronha	
Pedro Calmon Moniz Bittencourt	
Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança	
Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança	
Péricles Eugênio da Silva Ramos	Adoasto de Godoi
Rafael Pinheiro de Ulhoa Cintra	
Raul Apocalípse	Bernardo Guimarães
Raul Renato Cardoso de Melo Tucunduva	João Arruda
Reynaldo Ramos de Saldanha da Gama	Júlio de Mesquita Filho
Roberval Francisco Bezerra de Menezes	
Rosalvo Florentino de Souza	João Ribeiro
Ruy Cardoso de Mello Tucunduva	José Joaquim Cardoso de Mello
Ruy Rebello Pinho	
Sebastião da Silva Barreto	José do Patrocínio
Sebastião da Silva Furtado	
Pe. Sebastião Romano Machado	João Antônio Adreoni (Antonil)
Thomaz Oscar Marcondes de Souza Júnior	Leôncio do Amaral Gurgel
Ulisses Lemos Torres	
Ulisses Lins de Albuquerque	Jerônimo de Albuquerque
Valério Giuli	
Dom Vicente Marcheti Zioni	
Vicente de Paula Lima	
Victor Figueira de Freitas	Anibal de Freitas
Mons. Victor Rodrigues de Assis	Mons. José Paulino de Andrade
Waldemar de Almeida Barbosa	Augusto de Lima
Waldemar do Amaral Gurgel Vianna	
Waldemar Panadés	
Waldomiro Benedito de Abreu	Felix Guisard Filho
Walter Fernandes Piazza	
William Roberto Marinho Lutz	Adolfo Lutz
Wilson Dias Castejón	Américo Brasiliense de Almeida Mello

CORRESPONDENTES NACIONAIS	CIDADE
Adalberto José Pizzarro Loureiro	(Rio de Janeiro)
Sacerd. Adalberto Ortmann	(Florianópolis)
Agenor Pinheiro Rodrigues Valle	(Rio de Janeiro)
Pe. Alcionilio Bruzi Alves da Silva — Dom Francisco de Aquino Corrêa	(Manaus)
Amaro Soares Quintas	(Recife)
Amir Borges Fortes	
Sacerd. Ângelo Jayme Venturelli	(Cuiabá)
Antenor Ribeiro	(Mogi-Mirim-SP)
Antônio Loureiro de Souza	(Salvador)
Antônio Machado Sant'Ana	(Rib. Preto-SP)
Antônio Tavares Pinhão	(Rib. Preto-SP)
Aristides M. de Carvalho e Silva	(Rio de Janeiro)
Ariovaldo Correa — Joaquim Maria Machado de Assis	(Rio de Janeiro)
Archimedes Pereira Guimarães — Teodoro Fernandes Sampaio	(Belo Horizonte)
Arthur Ferreira Filho	(Porto Alegre)
Arthur Napoleão Figueiredo — José Veríssimo	(Belém)
Austregésilo de Athayde	(Rio de Janeiro)
Benedicto Pires de Almeida — Cel. Francisco Correia de Almeida Morais	(Tietê-SP)
Carlos Studart Filho	(Rio de Janeiro)
Carlyle de Figueiredo Martins	(Fortaleza)
Celso Ferraz de Camargo	(Campinas-SP)
Celso M. Schroeder	(Porto Alegre)
Celso Vieira Camargo	(Tatuí-SP)
Conceição Borges Ribeiro Camargo — Conde de Assumar — D. Pedro M. de Almeida Portugal e Vasconcelos	(Aparecida-SP)
Dário Abranches Viotti — Cons. Avelar Brotero	(Belo Horizonte)
Dermeval José Pimenta	(Belo Horizonte)
Dulcídio do Espírito Santo Cardoso	(Rio de Janeiro)
Edgard de Almeida Victor	(Brasília)
Edith Mendes da Gama e Abreu	(Salvador)
Eduardo Canabrava Barreiros	(Rio de Janeiro)
Eduardo Santos Maia	(Salvador)
Enelio Lima Petrovich	(Natal)
Eugênio Vilhena de Morais	(Rio de Janeiro)
Fábio Nelson Guimarães — José Carneiro Felipe	(S. João Del Rei)
Fernando Monteiro	(Rio de Janeiro)
Flávio Guerra — Cons. João Alfredo C. de Oliveira	(Recife)
Francisco de Campos Abreu	(Campinas-SP)
Francisco Ruas Santos	(Belo Horizonte)
Gilberto de Mello Freire	(Recife)
Heitor Ferrão Moniz de Aragão	(Rio de Janeiro)
Sacerd. Heitor Otaviano de Araújo	(Salvador)
Henrique Costa Fernandes	(São Luís)
Henrique Jorge Hurley	(Belém)
Hilton Federici	(Campinas-SP)

Humberto Peregrino Seabra Fagundes	(Rio de Janeiro)
Jerônimo de Aquino Araújo	(Guaratinguetá)
João Batista de Sá	(Campinas-SP)
João Lanaro — Álvaro Ribeiro	(Campinas-SP)
Joaquim de Paula Guimarães	(Cruzeiro-SP)
Joaquim Thomaz de Paiva	(Rio de Janeiro)
Joaquim Vicente Rondon	(Rio de Janeiro)
Jorge Moreira da Rocha	(Fortaleza)
José Antônio Gonçalves de Melo — Duarte Coelho	(Recife)
José Américo de Almeida	(João Pessoa)
José Bandeira de Mello	(Rio de Janeiro)
José Carlos Ferreira Maia	(Guaratingueta-SP)
José Geraldo de Faria	(Belo Horizonte)
José Guimarães	(Ouro Fino)
José Honório Rodrigues	(Rio de Janeiro)
José Loureiro de Ascenção Fernandes	(Curitiba)
José Mariz de Moraes	(Rio de Janeiro)
José Pompeu de Camargo	(Campinas-SP)
José Roberto do Amaral Lapa	(Campinas-SP)
Lauro Monteiro de Carvalho e Silva — D. Joaquim Mamede da Silva	(Mogi-Mirim-SP)
Lourenço Luiz Lacombe	(Rio de Janeiro)
Luís Carlos de Moraes	(Porto Alegre)
Cônego Luís Castanho de Almeida	(Sorocaba-SP)
Luís Felipe da Silva Wiedemann — Joaquim Caetano da Silva	(Campinas-SP)
Luís Marques Poliano	(Rio de Janeiro)
Luís Menezes Monteiro da Costa	(Salvador)
Luiz Philippe Pereira Leite	(Cuiabá)
Luís Vital Duarte	
Mons. Manoel Aquino Barbosa	(Salvador)
Marcos Tito Tamoyo da Silva	(Rio de Janeiro)
Maria Celestina Teixeira Mendes Torres	(Campinas-SP)
Mário Mazzeria	(Jundiaí)
Murilo de Miranda Bastos	(Rio de Janeiro)
Pe. Murilo Moutinho	(Rio de Janeiro)
Nelson Abel de Almeida	(Vitória do Espíto Santo)
Nelson Omegna	(Rio de Janeiro)
Newton Carneiro — Moysés Marcondes	(Curitiba)
Octávia Correia dos Santos Oliveira	(Rio de Janeiro)
Oiliam José	(Belo Horizonte)
Olavo Dantas	(Rio de Janeiro)
Orlando M. de Albuquerque Cavalcanti	(Recife)
Oscar de Arruda Penteado	(Rio Claro-SP)
Dom Oscar de Oliveira — Salomão de Vasconcelos	(Belo Horizonte)
Paulo Camilher Florençano	(Taubaté-SP)
Pedro Alves Camelo — Frei Joaquim do Amor Divino Caneca	(Recife)
Raimundo Magalhães Júnior	(Rio de Janeiro)
Raul do Rêgo Lima	(Rio de Janeiro)
Renato Sêneca de Sá Fleury	(Rio de Janeiro)
Roland Cavalcante de Albuquerque Corbisier	(Rio de Janeiro)
Rubens Borba Alves de Morais	(Rio de Janeiro)
Rui Vieira da Cunha	
Sebastião Almeida Oliveira	(Tanabi-SP)
Sílvio Júlio de Albuquerque Lima	(Recife)

Theodoro de Souza Campos Júnior — Bernardo de Souza Campos	(Campinas-SP)
Thereza Regina de Camargo Maia	(Guaratinguetá-SP)
Vera Ravagnani Job	(Sorocaba-SP)
Sacerd. Vitor Hugo	(Manaus)

CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Alberto Iria	Lisboa
Alfredo Augusto Pereira de Lima	Moçambique
Alfredo V. de Moura Mattoso	Coimbra
Alamiro de Avila Martel	Santiago
Alexandre Nelson de Armond Marchant	Estados Unidos
Álvaro J. da Costa Pimpão	Coimbra
Ângelo de Mojana Di Cologna	Milão
Antônio Gomes da Rocha Madahil	Coimbra
Antônio Henrique D'Araújo Stott Howorth	Lisboa
Ariosto D. Gonzales	Uruguai
Carlos Henrique Ferreira Lemond de Macedo	Portugal
Carlos Péres Canepa Jimenes	Lima (Peru)
Carlos Pérez Montero	Uruguai
Daniel Castelanos	Uruguai
Eduardo Brazão	Lisboa
Eduardo Correia	Coimbra
Elbano Provenzale Heredia	Venezuela
Felippe Ferrero	Uruguai
Fortuné Koller	Bruxelas
Gaspar do Couto Ribeiro Villas	Lisboa
Gaston Benedict de Benedicts	Califórnia
Giuseppe Castruccio	Itália
Henrique Gutersonh	Zurich
Henrique de Gândia	Buenos Aires
Jesus Vasques Gayoso	México
José Crisanto Lopes Jimenes	Espanha
José Hermano Saraiva	Portugal
José Pedro Machado	Lisboa
Juan S. Pivel Devoto	Montevidéu
Júlio César Chaves	Asunción
Princ. Ligny de Luxemburgo	Boulogne Sur Seine - França
Luís Soares de Oliveira	Moçambique
Manoel Lopes D'Almeida	Coimbra
Manoel da Silveira S. Cardoso	Washington
Miguel Angel Martinez Galvez	Buenos Aires
Dom Nicola Gianastasio	Roma
Pierre A. Wassal	França
Rafael Schiaffino	Uruguai
Ramon Antônio Ramos	Paraguai
Ramon de Castro Esteves	Argentina
Raul Monteiro Bustamante	Uruguai
Ricardo Roman Blanco	Espanha
Richard Mc Gee Morse	Nova Jersey
Simon L. Lucuix	Uruguai
Tomaz Waverley Palmer Júnior	Connecticut
Torquato B. de Souza Soares	Coimbra
Umberto Pranzini	Itália

CONSELHO DO COLAR

DOM PEDRO I

Presidente — Dr. José Pedro Leite Cordeiro
Secretário — Prof. Vinício Stein Campos
Tesoureiro — Comendador Joaquim de Lima Fernandes Moreira

Ministro Pedro Rodovalho Marcondes Chaves
Prof. Lucas Nogueira Garcez
Dr. Duílio Crispim Farina
Acadêmico Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto
Acadêmico Mário Graciotti
Prof. Tito Lívio Ferreira
Cel. Arrisson de Souza Ferraz
Prof. Álvaro da Veiga Coimbra
Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques
Dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
Dr. Lauro Ribeiro Escobar
Sr. José Leandro de Barros Pimentel
Dr. Tácito Remi de Macedo van Langendonck
Acadêmico Hernâni Donato
Sr. Itamar Bopp
Dr. Célio Salomão Debes
D.ª Maria Helena Brancante

CONSELHO DA MEDALHA

ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente — Dr. José Pedro Leite Cordeiro
Secretário — Prof. Vinício Stein Campos
Tesoureiro — Comendador Joaquim de Lima Fernandes Moreira

Dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno
Prof. Álvaro da Veiga Coimbra
Sr. Antônio Barreto do Amaral
Dr. Eldino da Fonseca Brancante
D.ª Lucia De Tomasi
Dr. Mário Savelli

CONSELHO DA MEDALHA

DOM PEDRO II

Presidente — Dr. José Pedro Leite Cordeiro
Secretário — Prof. Vinício Stein Campos
Tesoureiro — Comendador Joaquim de Lima Fernandes Moreira

Prof. Álvaro da Veiga Coimbra
Sr. Antônio Barreto do Amaral
Dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
Cen. Langleberto Pinheiro Soares
Dr. Pedro Brasil Bandecchi
Desembargador Odilon da Costa Manso
Sr. Manoel Ubaldino de Azevedo

DEPARTAMENTOS

Cinema Educativo

1 — Prof. Fausto Ribeiro de Barros

Cursos Públicos

1 — Prof. Vinício Stein Campos

Exposições

1 — Prof. Álvaro da Veiga Coimbra

Mapoteca

1 — Arquiteto Wilson Maia Fina

Publicações

1 — Dr. Francisco Ferrari Marins

Sede Social

1 — Comendador Joaquim de Lima Fernandes Moreira

COMISSÕES ORGÂNICAS

FINANÇAS

1 — Dr. Duílio Crispim Farina
2 — Dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno
3 — Sr. Manoel Ubaldino de Azevedo

SUPLENTES

1 — Cel Arrisson de Souza Ferraz
2 — Cel. Benito Serpa
3 — Dr. Luís Wanderley Torres

SINDICÂNCIA E ADMISSÃO DE SÓCIOS

1 — Dr. Honório de Sylos
2 — Dr. Divaldo Gaspar de Freitas
3 — Dr. Álvaro do Amaral

SUPLENTES

1 — Dr. Célio Salomão Debes
2 — Dr. Alexandre Nelson de Mello
3 — Cel. Adauto Fernandes de Andrade

COMISSÕES PERMANENTES

GEOGRAFIA DO BRASIL

1 — Prof. Antônio Rocha Penteado
2 — Prof.ª Ana Maria de Almeida Camargo
3 — Sr. Gabriel Marques
4 — Eng.º Mário Savelli
5 — Prof. Fausto Ribeiro de Barros

GEOGRAFIA FÍSICA

1 — Prof. Joaquim Alfredo da Fonseca
2 — Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques
3 — Eng.º Mário Savelli
4 — Dr.ª Nilva Rogick de Mello

GEOGRAFIA HUMANA

1 — Prof. Ari França
2 — Sr. Hernâni Donato
3 — Prof. Roberto Machado Carvalho
4 — Prof. Fause Saadi

HISTÓRIA DA AMÉRICA

1 — Dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno
2 — Prof. Astrogildo Rodrigues de Mello
3 — Dr. Álvaro do Amaral
4 — Cel. Henrique Oscar Wiederspahn
5 — Dr. Luís Wanderley Torres

HISTÓRIA GERAL

1 — Sr. Fernando Ferreira Góis
2 — Prof.ª Olga Pantaleão
3 — Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira
4 — Prof. Nicolau Duarte e Silva
5 — Dr. Luís Fernando Whitaker Tavares da Cunha

HISTÓRIA MILITAR

1 — Cel. Arrisson de Souza Ferraz
2 — Cel. José Hipólito Trigueirinho
3 — Cel. Henrique Oscar Wiederspahn
4 — Dr. Geraldo Goulart
5 — Gen. Langleberto Pinheiro Soares

HISTÓRIA DE SÃO PAULO

1 — Prof.ª Myriam Ellis
2 — Prof.ª Maria da Conceição Martins Ribeiro
3 — Prof. Antenor Romano Barreto
4 — Arquiteto Wilson Maia Fina
5 — Dr. Isaac Grinberg
6 — Sr. Antônio Barreto do Amaral

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS CÍVICOS DE SÃO PAULO

1 — Cel. Heliodoro Tenório da Rocha Marques
2 — Dr. Honório de Sylos
3 — Dr. Antônio Benedito Machado Florence

HISTÓRIA DO BRASIL

1 — Prof. Tito Lívio Ferreira
2 — Dr. Divaldo Gaspar de Freitas
3 — Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho
4 — Sr. Hernani Donato

HISTÓRIA DA MEDICINA

1 — Dr. Divaldo Gaspar de Freitas
2 — Dr. Lorena Guaraciaba
3 — Dr.ª Carlota Pereira de Queiroz
4 — Dr. Alexandre Nelson de Mello
5 — Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho
6 — Duílio Crispim Farina

HISTÓRIA DO DIREITO

1 — Min. Pedro Rodovalho Marcondes Chaves
2 — Desemb. Manuel Augusto Vieira Neto
3 — Prof. Ernesto de Moraes Leme
4 — Dr. Pedro Brasil Bandecchi
5 — Dr. Rui Rebello Pinho
6 — Desemb. Odilon da Costa Manso

HISTÓRIA DA ENGENHARIA

1 — Eng. Mário Savelli
2 — Dr. Jesuíno Felicíssimo Júnior
3 — Eng. Octávio Marcondes Ferraz

HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL

1 — Padre Hélio Abranches Viotti
2 — Padre José Afonso de Moraes Bueno Passos
3 — Dom Martinho Johnson, O.S.B.
4 — Madre Maria Ângela (Leda Maria Pereira Rodrigues

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

1 — Dr. Antônio Barbosa Lima
2 — Prof. Antenor Romano Barreto
3 — Dr. Geraldo Cardoso de Mello
4 — Prof. Antônio D'Ávila
5 — Prof.ª Ana Maria de Almeida Camargo

REDAÇÃO DA REVISTA

1 — Prof. Antenor Romano Barreto
2 — Padre Hélio Abranches Viotti
3 — Prof. José Benedicto Silveira Peixoto
4 — Prof. Vinício Stein Campos
5 — Prof. Pedro Ferraz do Amaral
6 — Dr. Célio Salomão Debes
7 — Dr.ª Nilva Rogick de Mello

FOLCLORE

1 — Prof.ª Maria Amália Corrêa Giffoni
2 — Prof. Fausto Ribeiro de Barros
3 — D.ª Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
4 — Dr. José de Mello Pimenta

NUMISMÁTICA

1 — Prof. Álvaro da Veiga Coimbra
2 — Sr. Tsuneso Sato
3 — Prof. Ruy Martins Ferreira
4 — D.ª Lúcia De Tomasi
5 — Sr. José Leandro de Barros Pimentel

RELAÇÕES PÚBLICAS

1 — Sr. Itamar Bopp
2 — Eng. Alberto Prado Guimarães
3 — Sr. José Leandro de Barros Pimentel
4 — Comd. Paulo Romano
5 — Da. Lúcia Piza Figueira de Melo Falkenberg
6 — Dr. Tácito Remi de Macedo van Langendonck

HERÁLDICA

1 — Prof. Álvaro da Veiga Coimbra
2 — D.ª Lygia Ferreira Lopes
3 — Cel. Henrique Oscar Wiederspahn
4 — Dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho
5 — Dr. Eldino da Fonseca Brancante
6 — D.ª Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
7 — Dr. Lauro Ribeiro Escobar

MUSICOLOGIA

1 — Dr. Geraldo Dutra de Moraes
2 — Prof. Luiz Ellmerich
3 — Sr. Armandino Seabra
4 — Prof. João da Cunha Caldeira Filho
5 — Prof. José da Veiga Oliveira

HISTÓRIA DA LITERATURA

1 — Dr. Mário Graciotti
2 — Esc. Hernâni Donato
3 — Dr. Raimundo Álvaro de Menezes
4 — Prof. Antônio Soares Amora

HISTÓRIA DAS ARTES PLÁSTICAS

1 — D.ª Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
2 — Prof. Luiz Morrone
3 — Arquiteto Wilson Maia Fina
4 — Prof. Ruy Martins Ferreira
5 — Dr. Geraldo Dutra de Moraes

HISTÓRIA DA CULTURA

1 — Dr. Lorena Guaraciaba
2 — Prof. Alfredo Buzaid
3 — Prof. João de Scantimburgo
4 — Ministro Pedro Rodovalho Marcondes Chaves
5 — Dr. Carlos Alberto da Costa Nunes
6 — Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira

ESTATÍSTICA

1 — Dr. Honório da Sylos
2 — Prof. José de Oliveira Orlandi
3 — Sr. Américo Bologna
4 — Sr. Celso Maria de Mello Pupo
5 — Sr. Armandino Seabra

GENEALOGIA

1 — Comend. Theodoro de Souza Campos Júnior
2 — Prof. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
3 — Dr. Waldomiro Franco da Silveira
4 — Desemb. Odilon da Costa Manso
5 — Sr. Itamar Bopp
6 — Dr. Augusto Benedito Galvão Bueno Trigueirinho

BIBLIOGRAFIA E CIÊNCIAS DOS INCUNÁBULOS

1 — Desemb. Odilon da Costa Manso
2 — Sr. Antônio Barreto do Amaral
3 — Sr.ª Lúcia Piza Figueira de Mello Falkenberg
4 — Prof. Antônio D'Ávila

ETNOLOGIA E ARQUEOLOGIA

1 — Prof. Carlos Drumond
2 — Prof. Erasmo d'Almeida Magalhães
3 — Álvaro do Amaral

FILATELIA

1 — Cel. Arrisson de Souza Ferraz
2 — Prof. Álvaro da Veiga Coimbra
3 — Sr.ª Lygia Ferreira Lopes
4 — Sr. José Leandro de Barros Pimentel
5 — Sr. Itamar Bopp
6 — Sr. Paul Donovan Kigar

ICONOGRAFIA E EPIGRAFIA

1 — Prof. Fause Saadi
2 — Dr. Carlos Penteado de Rezende
3 — Dr. Edgard de Cerqueira Falcão
4 — Dr. Eldino da Fonseca Brancante

PALEOGRAFIA

1 — Padre José Afonso de Moraes Passos
2 — Dr. Carlos Penteado de Rezende
3 — Sr. Nello Garcia Migliorini

LINGUÍSTICA E TOPONÍMIA

1 — Rev. Jorge Bertolaso Stella
2 — Prof. José de Oliveira Orlandi
3 — Prof. Antônio Roberto de Paula Leite
4 — Prof. Erasmo D'Almeida Magalhães

MUSEOLOGIA

1 — Prof. Álvaro da Veiga Coimbra
2 — Prof. Vinício Stein Campos
3 — Dr. Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro Neto
4 — D.ª Maria Helena Brancante
5 — D.ª Lúcia de Tomasi
6 — D.ª Maria Amélia Arruda Botelho de Souza Aranha
7 — Dr. Geraldo Dutra de Moraes

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

C.G.C. 62.926.977/0001-91

Variação Patrimonial em 31 de Dezembro de 1980

Variações Passivas		Variações Ativas		
Despesa:		**Receita:**		
Despesa c/ Pessoal	1.908.895,08	**Patrimonial**		
Despesa c/ Previdência	147.137,44	Aluguéis	1.880.510,12	
Despesa c/ Conserv. Prédio	647.155,16	Rep. p/ Cons. Edifício	493.996,76	2.374.506,88
Despesa c/ Administração	115.229,08			
Despesa c/ Edição Revista	318.188,00			
	3.172.604,76	**Social**		
		Medalhas, Carteiras e Revistas		14.100,00
		Financeira		
		Juros s/ Aplic. Financeira		568.089,30
		Eventuais		
		Reversão FGTS		72.955,53
				3.029.651,71
		Variação Econômica		
		Patrimônio		142.953,05
	3.172.604,76			3.172.604,76

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 1980

ATIVO			PASSIVO		
Ativo Imobilizado			**Passivo Permanente**		
Móveis e Utensílios	360.131,88		Patrimônio	3.847.189,37	
Biblioteca	4.400,00				
Instalações	16.828,00		Variação		
Telefone	34.353,00	415.712,88	Econômica	— 142.953,05	3.704.236,32
Ativo Financeiro					
Caixa	11.106,18				
Bancos	273.265,60				
Bcos. P. Fixo	3.004.151,00	3.288.523,44			
		3.704.236,32			3.704.236,32

a) Dr. José Pedro Leite Cordeiro
Presidente

a) José Geniculo Filho
Contador - C.R.C. 7.224

a) Com. Joaquim Fernandes Moreira - 1.º Tesoureiro

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Tendo examinado o Balanço do Movimento Financeiro de 1979, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, encerrado em 31 de dezembro de 1980, bem como o livro caixa e todos os documentos e demonstrações que o ilustram, achamos tudo em perfeita ordem, podendo, por isso, sugerir a sua aprovação, pelo plenário reunido, conforme determina o Artigo n.º 30 dos Estatutos.

Dr. Duílio Crispim Farina — Cel. Benito Serpa — Manoel Ubaldino de Azevedo